

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM TURISMO**

LAURA RUDZEWICZ

**ECOTURISMO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL E
SEU PAPEL NA CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS BRASILEIROS**

CAXIAS DO SUL

2006

LAURA RUDZEWICZ

**ECOTURISMO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL E
SEU PAPEL NA CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS BRASILEIROS**

Dissertação submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosane Maria Lanzer

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão do Turismo

Área de concentração: Desenvolvimento do Turismo

Caxias do Sul

2006

Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros

Laura Rudzewicz

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento do Turismo.

Caxias do Sul, 7 de julho de 2006.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosane Maria Lanzer (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Mirian Rejowski
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Hugo Romero
Universidad de Chile

À minha avó Luiza, pelo exemplo de vida, de
fé e de amor... Teus ensinamentos guiarão meus
passos sempre! E aos meus pais, Estanislau e Lúcia,
a minha eterna gratidão por “viajarem” ao meu lado
na busca dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo incentivo à pesquisa.

À Universidade de Caxias do Sul, por ter oportunizado a realização deste curso e do intercâmbio acadêmico complementar.

À Universidade do Chile, pela excelente acolhida, oferecendo condições à busca de novos conhecimentos e vivências.

Aos professores do Programa de Mestrado em Turismo da UCS, pelo conhecimento compartilhado e pelo incentivo à inquietude científica.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Rosane Maria Lanzer, os meus mais sinceros agradecimentos, por ter guiado os caminhos com conhecimento e clarividência.

Aos colegas e amigos conquistados durante esse período, pela solidariedade, motivação e pelo espírito de grupo.

Aos proprietários e representantes das RPPNs Ecoparque de Una, Reserva Cafundó, Fazenda Vargem Grande, Fazenda Vagafogo, Fazenda Acurizal, Cachoeira do Cerradão, Alto da Boa Vista, Salto Morato, Itáytyba, Fazenda Brejo, El Nagual, Bom Retiro e Morro das Aranhas, pela disponibilidade de informações e interesse na realização deste trabalho.

Aos proprietários e representantes das RPPNs “gaúchas”: Bosque de Canela, Capão Grande, Costa do Serro, Jardim da Paz, Sítio Porto da Capela, Morro de Sapucaia e Rancho Mira-Serra, por confiarem e contribuírem com esta pesquisa.

À José Luciano de Souza e Lourdes M. Ferreira, do Ibama/DF, Carlos Henrique e Maria de Fátima Mello, do Ibama/RS, Alexandre Prado, da CI do Brasil, e Fernando Lima, da Funatura, por colaborarem com este trabalho, cedendo informações e relatando experiências.

A Alois Schäfer, Susana Dartora e Mauro Schaefer, pelas fotos disponibilizadas.

Em especial, a Carlos Alberto Mesquita, por trazer a questão das RPPNs ao meu conhecimento, auxiliando na busca das informações.

Aos amigos Cristiano, Daniela e Andresa, e o primo Thiago, pelo apoio técnico fundamental.

À Nanda e, novamente, à Cris e Dani: obrigada pela iluminada presença nos momentos certos e pela eterna amizade renovada.

À Fabi, minha colega, amiga e companheira de reflexões teóricas e de outras nem tanto.

À Mari Rosane, pelo auxílio e pela força diante das dificuldades e limitações.

À Laura N., Laura L., Ana Rosa, Márcia, Camila, Aline e Vera, por terem sido as primeiras companheiras nessa caminhada no Turismo. Apesar da distância, vocês seguem comigo sempre!

Aos meus amigos e amigas, de perto e de longe, os “velhos” e os “novos”, e mesmo aqueles que apenas passaram e deixaram sua marca, vocês são a força que me faz seguir em frente!

À Dinda Lucí, à Ita e à minha avó Luiza, obrigada por me acolherem, mais uma vez, em seu lar, e agora, pelo meu afilhado Bernardo, chegando para iluminar nossas vidas.

Aos primos e primas, tios e tias, pelo estímulo e pela compreensão das ausências.

Aos meus queridos irmãos, Bruno e Guilherme, por completarem o “meu mundo”, trazendo esperança e alegria.

Aos meus pais... palavras são poucas para expressar a imensidade da minha gratidão. Obrigada pela vida, pelos valores, pelo amor incondicional, pela compreensão e pelo apoio incansável. A vocês, meus pais amados, dedico este trabalho e minha alegria de ser!

Ao meu Deus e à minha Deusa, obrigada pelo aprendizado de cada dia, pelo aconchego diante do recolhimento necessário, pelas novas descobertas e experiências vividas intensamente, pelo desafio do amanhã, pela luz a guiar meu caminho hoje e sempre!

*“Sí todos los ríos son dulces
De dónde saca sal el mar?
Cómo saben las estaciones
Que deben cambiar la camisa?
Por qué tan lentas en invierno
Y tan palpitantes después?
Y cómo saben las raíces
Que deben subir a la luz?
Y luego saludar al aire
Con tantas flores y colores?
Siempre es la misma primavera
La que repite su papel?”*

Pablo Neruda

RESUMO

O ecoturismo representa uma das modalidades de turismo de maior interesse na sociedade contemporânea, envolvendo o contato do ser humano com a natureza preservada e contribuindo à conservação do meio ambiente no local visitado. No Brasil, grande parte dos atrativos ecoturísticos encontra-se nas Unidades de Conservação (UCs), onde as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) representam a categoria de caráter privado. As RPPNs são instituídas por ato voluntário do proprietário e destinadas à conservação dos ecossistemas, sendo uma das principais estratégias nos biomas brasileiros mais ameaçados. Essas unidades seguem uma tendência mundial de expansão dos esforços privados na conservação da biodiversidade, cujo uso compatível, por meio do turismo, é permitido, mediante planejamento e manejo adequados. Uma pesquisa exploratório-descritiva foi realizada, sob o enfoque quali-quantitativo, com o objetivo de avaliar a importância das RPPNs ao ecoturismo e o papel deste na conservação dos ecossistemas presentes nessas UCs. A análise do cenário das RPPNs no Brasil, comparado ao do Rio Grande do Sul, foi feita a partir da aplicação de questionários, entrevistas e formulários em 14 RPPNs do Brasil que desenvolvem ecoturismo, e sete unidades do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi norteadada pela questão da possibilidade de o ecoturismo vir a ser um instrumento para a conservação dos ecossistemas nas RPPNs, cujos resultados demonstram tendências e práticas diversas sendo desenvolvidas nesses ambientes. A partir da análise da inter-relação entre meio ambiente e ecoturismo, no âmbito das RPPNs, estas demonstram ser estratégias efetivas na conservação dos ecossistemas brasileiros; porém, ainda um desafio em evolução quanto à implementação dos preceitos do ecoturismo.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo e meio ambiente; Ecoturismo; Unidades de Conservação (UCs); Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs); Conservação; Ecossistemas brasileiros.

ABSTRACT

Ecotourism represents one of the types of tourism that most interests contemporary society, since it relates the contact of human being with preserved nature while contributing to the local environment conservation. In Brazil, a significant diversity of ecotourism attractions is found within the natural protected areas, in which the “Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN” represents the private category. The RPPNs are created by voluntary act from the private owner for the conservation of ecosystems, and it has become one of the main strategies in Brazilian ecosystems that face extreme threats. These areas follow a world-wide trend of enlarging private efforts for conserving biodiversity, where its compatible use through tourism is allowed under an appropriate planning and management. A descriptive and exploratory research was developed, under the qualitative and quantitative methods, with the objective to evaluate the importance of the RPPNs to the ecotourism and its role in the conservation of ecosystems. The analysis of the RPPNs in Brazil, compared to the state of Rio Grande do Sul, was based in the application of questionnaires, interviews and forms in 14 RPPNs that develop ecotourism around Brazil, and in seven areas in Rio Grande do Sul. The research was guided by the possibility of ecotourism as an instrument for the conservation of ecosystems in the RPPNs, and the results demonstrate a diversity of practices and trends being developed in these environments. The relation between environment and ecotourism in the scope of the RPPNs demonstrates that they are effective strategies to the conservation of Brazilian ecosystems. However, the practices of the concepts of ecotourism are still a challenge for its evolution.

KEY WORDS: Tourism and environment, Ecotourism; Protected Areas; “Reservas Particulares do Patrimônio Natural”; Conservation; Brazilian ecosystems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Grupo de visitantes sobre a construção com telhado de fibra de piaçava junto à passarela suspensa, RPPN Ecoparque de Una, Bahia - Brasil	85
Foto 2	Visitantes nas proximidades da cachoeira Santa Maria, RPPN Fazenda Gleba Vargem Grande, Goiás - Brasil	89
Foto 3	Circuito de arvorismo na RPPN Fazenda Vagafogo, Goiás - Brasil	91
Foto 4	Passeio de canoa no rio Negro, RPPN Rio Negro, Mato Grosso do Sul - Brasil	96
Foto 5	Visitante na trilha para a cachoeira do Cerradão, RPPN Cachoeira do Cerradão, Minas Gerais - Brasil	98
Foto 6	Centro de visitantes da RPPN Salto Morato, Paraná - Brasil	101
Foto 7	Figura de arenito, RPPN Reserva Ecológica Itáytyba, Paraná – Brasil	104
Foto 8	Vista à sede da RPPN Reserva Natural Brejo, Pernambuco - Brasil	106
Foto 9	Uma das cachoeiras da RPPN El Nagual, Rio de Janeiro - Brasil	108
Foto 10	Entrada da RPPN Bom Retiro, Rio de Janeiro - Brasil	111
Foto 11	Trilha interpretativa na RPPN Morro das Aranhas, Santa Catarina - Brasil	114
Foto 12	Vista da RPPN Costa do Cerro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil	139
Foto 13	Grupo de visitantes em frente ao rio, RPPN Sítio Porto da Capela, Charqueadas, Rio Grande do Sul - Brasil	140
Foto 14	Visitantes realizando trilha na RPPN Bosque de Canela, Canela, Rio Grande do Sul - Brasil	141
Foto 15	RPPN Rancho Mira-Serra, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul - Brasil	143
Foto 16	Festival da Pandorga na RPPN Fazenda Morro de Sapucaia, Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul - Brasil	145
Gráfico 1	Relação de RPPNs (federais e estaduais) e biomas brasileiros, por número e área territorial (ha)	73
Gráfico 2	Número de RPPNs do RS e área protegida (ha) nos biomas	77

Gráfico 3	Distribuição das 41 RPPNs com ecoturismo em estados brasileiros, conforme número e área territorial (ha)	79
Gráfico 4	Relação dos biomas brasileiros, área territorial (ha) e número de RPPNs com ecoturismo	81
Gráfico 5	Objetivos de criação por frequência nas 14 RPPNs com ecoturismo	117
Gráfico 6	Frequência dos principais problemas enfrentados pelas 14 RPPNs com ecoturismo	119
Gráfico 7	Frequência de tipos de apoios recebidos pelas 14 RPPNs com ecoturismo	120
Gráfico 8	Caracterização dos visitantes mais frequentes (%) nas 14 RPPNs com ecoturismo	126
Gráfico 9	Tipo de equipamentos e serviços oferecidos aos visitantes dentro dos limites das 14 RPPNs com ecoturismo e nas áreas de entorno	127
Gráfico 10	Tipo de atividades oferecidas aos visitantes dentro dos limites das 14 RPPNs com ecoturismo e nas áreas de entorno	128
Gráfico 11	Frequência de atrativos turísticos naturais nas 14 RPPNs com ecoturismo	129
Gráfico 12	Frequência de atrativos turísticos histórico-culturais nas 14 RPPNs com ecoturismo	131
Gráfico 13	Frequência das preocupações socioambientais da gestão das 14 RPPNs com ecoturismo	135
Gráfico 14	Relação das RPPNs do Rio Grande do Sul pesquisadas e biomas, em número e área territorial (ha)	146
Gráfico 15	Objetivos de criação por frequência nas sete RPPNs do Rio Grande do Sul	147
Gráfico 16	Frequência de atrativos turísticos naturais em potencial nas sete RPPNs do Rio Grande do Sul	150
Gráfico 17	Frequência das principais preocupações socioambientais da gestão das quatro RPPNs abertas à visitação no Rio Grande do Sul	151
Mapa 1	Localização das 25 RPPNs do Rio Grande do Sul	75
Mapa 2	Localização das 14 RPPNs com ecoturismo nos biomas brasileiros	82
Quadro 1	Lista das 41 RPPNs (federais e estaduais) com atividades de ecoturismo	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMDL	Associação Mico-Leão-Dourado
APA	Área de Proteção Ambiental
APN	Associação do Patrimônio Natural, Rio de Janeiro
APP	Área de Proteção Permanente, Brasil
APP	<i>Área Protegida Privada, Chile</i>
Arie	Área de Relevante Interesse Ecológico
Assecan	Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
Ceca	Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Ceda	<i>Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental</i>
Cedarena	<i>Centro de Derecho Ambiental y de los Recursos Naturales</i>
CEPF	Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos
CI	Conservação Internacional
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica
Cnumad	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNRPPN	Confederação Nacional das RPPNs
Codeff	<i>Comité Nacional Pró-Defensa de la Fauna y Flora</i>
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Pernambuco
EE	Estação Ecológica
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
EWL	<i>Earthwatch Institute</i>
FBPN	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Fema	Fundação Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
Flona	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente

Frepesp	Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo
Funatura	Fundação Pró-Natureza Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Fundo Global do Meio Ambiente
IAC	Instituto Ambiental Cafundó
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEF	Instituto Estadual Florestal de Minas Gerais
Iesb	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IN	Instrução Normativa
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
IUCN	<i>World Conservation Union</i> (União Internacional para a Conservação da Natureza)
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Parna	Parque Nacional
PE	Parque Estadual
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Probio	Programa de Biodiversidade
Ramsar	Convenção sobre Áreas Úmidas
Repams	Associação de Proprietários de Reservas Particulares de Mato Grosso do Sul
RAPP	<i>Red de Áreas Protegidas Privadas</i> , Chile

Rebio	Reserva Biológica
Resnatur	<i>Asociación Red Colombiana de Reservas Naturales de la Sociedad Civil</i>
RNP	<i>Reservas Naturales Privadas, Guatemala</i>
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RPPN	<i>Reserva Privada del Patrimonio Natural, Bolívia</i>
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sema	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
Semace	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
Sina	<i>Sistema Nacional Ambiental, Colômbia</i>
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TBG	Transporte Brasileiro Gasoduto Bolívia Brasil Ltda.
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UC	Unidade de Conservação
Uerj	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Ulbra	Universidade Luterana do Brasil
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Usaid	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
WCMC	<i>World Conservation Monitoring Centre</i>
WDPA	<i>World Database on Protected Areas</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O ECOTURISMO NO CONTEXTO DO AMBIENTALISMO	19
2.1	A importância da conservação dos ecossistemas brasileiros	23
2.1.1	<i>Amazônia</i>	24
1		
2.1.1	<i>Caatinga</i>	25
2		
2.1.1	<i>Costeiros</i>	26
3		
2.1.1	<i>Mata Atlântica</i>	27
4		
2.1.1	<i>Cerrado</i>	28
5		
2.1.1	<i>Pantanal</i>	29
6		
2.1.1	<i>Campos Sulinos</i>	30
7		
2.2	Áreas protegidas no mundo e no Brasil	31
2.3	O ecoturismo nas áreas protegidas	35
3	RESERVAS PRIVADAS	41
3.1	Reservas privadas na América Latina	43
3.2	Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Brasil	48
3.2.1	<i>Aspectos legais das RPPNs</i>	50
1		
3.2.1	<i>Procedimentos, exigências e instrumentos de incentivo às RPPNs</i>	53
2		
3.2.1	<i>RPPNs: as práticas de um conceito em evolução</i>	54
3		
3.3	O ecoturismo em reservas privadas e nas RPPNs brasileiras	59
4	MÉTODOS	64
4.1	Cenário das RPPNs no Brasil e no Rio Grande do Sul	64
4.2	Seleção das RPPNs	65
4.3	Instrumentos para a coleta de dados	65
4.3.1	<i>Questionários</i>	66
1		
4.3.1	<i>Entrevista</i>	68
2		
4.3.1	<i>Formulários</i>	68
3		
4.4	Análise dos dados	69
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
5.1	RPPNs e conservação dos ecossistemas brasileiros	70
5.2	RPPNs do Rio Grande do Sul	74
5.3	RPPNs brasileiras e o ecoturismo	78
5.3.1	<i>Caracterização das RPPNs com ecoturismo</i>	81
1		

5.3.	<i>Turismo e conservação nas RPPNs</i>	115
2		
5.4	Caracterização das RPPNs do Rio Grande do Sul	138
5.4.	<i>Turismo e conservação nas RPPNs do Rio Grande do Sul</i>	145
1		
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	157
	APÊNDICES	169
	A – Questionário aplicado às RPPNs com ecoturismo no Brasil	170
	B – Questionário aplicado às RPPNs do Rio Grande do Sul	173
	C – Roteiro de entrevista semi-estruturada	176
	D – Formulário de observação em campo para RPPNs	177
	E – Ficha descritiva das RPPNs	178

1 INTRODUÇÃO

A busca pela compreensão do fenômeno do turismo ultrapassa o debate deste como fator de desenvolvimento econômico, estratégia que foi amplamente adotada nos países da América Latina, dentre os quais o Brasil. A evolução do turismo, como área científica recente, tem incentivado a busca pelo entendimento das suas diferentes manifestações e inter-relações com diversas áreas do conhecimento humano. O turismo é reconhecido como um fenômeno contemporâneo, complexo e dinâmico, que abrange uma gama de relações socioculturais e ambientais, na qual o ser humano ocupa papel fundamental no processo.

No que tange aos aspectos do turismo inserido no meio ambiente natural, Bruhns (2005) destaca que a necessidade de novas formas de relação entre seres humanos e desses com a natureza, tem influenciado a crescente valorização das *viagens à natureza*. Essas novas vivências no meio ambiente natural relacionam-se com um novo ambientalismo,¹ que, segundo Cascino (2000), ditam uma busca humana por novas linguagens e referências na sua relação com o meio ambiente. Esses novos paradigmas fundamentam-se nos princípios da sustentabilidade com o intuito de uma maior integração entre economia, sociedade e meio ambiente.

Nesse contexto em que o ser humano incorpora um papel de co-responsável à manutenção da diversidade biológica da Terra, a crescente expansão das modalidades de turismo ligadas à natureza traz o interesse e a responsabilidade do fenômeno na proteção e no manejo do meio ambiente natural, permeado pela presença humana (BOULLÓN, 2000). Essa abordagem representa a própria perpetuação do turismo, uma vez que o meio ambiente compreende sua *matéria-prima* (RUSCHMANN, 2000). A ética no turismo requer, portanto, maior compromisso com as comunidades anfitriãs e a preservação do meio ambiente, mediado por uma lógica de mínimo impacto negativo e máximo benefício concentrado no destino onde se insere.

O ecoturismo, surgido na década de 1980, representa uma modalidade de turismo com a proposta de integrar os princípios da sustentabilidade, em todas as suas instâncias (ecológica, econômica e sociocultural), ao caráter educativo da experiência do turista na natureza preservada, mediante mecanismos de sensibilização ambiental e o engajamento da comunidade local no processo de decisão acerca do desenvolvimento turístico, desde a

¹ Entende-se ambientalismo como o conjunto dos diversos envolvidos com a questão ambiental, suas ações e estratégias na luta pelas causas de proteção ambiental.

concepção do processo, e numa perspectiva de longo prazo. O que se pretende é uma inter-relação entre Ecologia e Turismo, na forma em que “[...] o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação” (RUSCHMANN, 2000, p. 27).

Os atrativos turísticos naturais do Brasil estão, na sua maioria, localizados em Unidades de Conservação (UCs), que, por meio das atividades de uso público, têm apresentado demanda crescente de visitantes,² trazendo um grande desafio para os administradores: o de compatibilizar tais atividades, respeitando os princípios de sua criação (TAKAHASHI; CEGANA, 2005). As UCs abrigam, portanto, o maior patrimônio natural brasileiro e, por vezes, patrimônios culturais, além dos valores biológicos, estéticos, paisagísticos, turísticos e outros. Mas, ao mesmo tempo, recebem pouca atenção dos governos, tanto no seu planejamento ambiental quanto turístico, apresentando, na sua maioria, infra-estrutura incipiente, ausência de recursos financeiros e humanos e inúmeros conflitos sociais. Esse cenário de ameaças aos objetivos de criação das UCs, no entanto, expande as fronteiras brasileiras, denotando uma crise do modelo tradicional de conservação, prioritariamente baseado em áreas públicas.

A partir disso, as reservas privadas, destinadas à conservação, ganham abrangência em diversos países e na América Latina, a partir de 1970, denotando um fenômeno ainda pouco conhecido cientificamente, apesar de ter origens concomitantes ao modelo tradicional de áreas protegidas públicas. No caso do Brasil, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é a categoria de UC que oficializa a iniciativa voluntária do proprietário privado de contribuir para a conservação dos ecossistemas, sendo reconhecida pelo Estado desde 1990. Nesses espaços, a atividade turística representa um dos possíveis usos públicos descritos na sua legislação, e o ecoturismo é visto como a modalidade com melhores possibilidades de integrar os objetivos de conservação e o uso compatível do ambiente natural.

Diante da complexidade do fenômeno do ecoturismo e do interesse crescente que se reflete nas sociedades contemporâneas, Pires (2002) destaca que a atividade ainda apresenta carência de estudos especializados, sob uma perspectiva ampla das variáveis que engloba. Nesse sentido, o presente estudo contribui para o melhor entendimento do ecoturismo e, mais precisamente, da sua atuação nas RPPNs brasileiras, ampliando os conhecimentos ainda incipientes acerca das reservas privadas no mundo.

² Visitantes: aquela pessoa que visita a área de uma UC, de acordo com os propósitos e objetivos de cada área, sob motivações diversas (MMA, 2006b).

A proposta da investigação tem como objetivo avaliar a importância das RPPNs ao ecoturismo e do papel deste na conservação dos ecossistemas presentes nessas UCs, a partir da análise de áreas que apresentam atividades ecoturísticas, nos diferentes biomas brasileiros.

Para tanto, amplia-se o marco teórico acerca da inter-relação entre turismo e ambientalismo no contexto das áreas naturais protegidas e, mais especificamente, da abordagem privada da conservação no Brasil por meio das RPPNs. E, ainda, sob a ótica de proprietários e responsáveis, ONGs e órgãos ambientais envolvidos com a questão, visualiza-se possibilidades, necessidades e fatores limitantes dessas reservas, para a conservação dos ecossistemas e para a implementação dos preceitos do ecoturismo. No Rio Grande do Sul, as principais características das RPPNs são traçadas em relação ao cenário nacional dessas reservas, visualizando suas perspectivas na questão da conservação e do ecoturismo.

A partir disso, pode o ecoturismo ser instrumento para a conservação dos ecossistemas nas RPPNs? Esse questionamento é norteado pela sistematização de informações e por dados levantados mediante a aplicação de instrumentos de pesquisa, que justificam a abordagem da análise, estruturando-se metodologicamente a investigação em torno dos seus objetivos.

As reflexões propostas por esta pesquisa encerram a importância de se compreender as manifestações em torno do ecoturismo e sua interface com a conservação dos ecossistemas brasileiros, de forma a contribuir com a busca de uma postura ética no turismo, permeada pela responsabilidade ambiental e social. E, na abordagem da conservação em terras privadas, o estudo demonstra a relevância desse tema emergente no mundo, apresentando-se ainda como uma lacuna à pesquisa científica.

2 O ECOTURISMO NO CONTEXTO DO AMBIENTALISMO

As possíveis origens do ecoturismo estariam nas viagens à natureza realizadas pelos gregos, há aproximadamente dois milênios e, a partir do século XV, sob a influência de navegadores, exploradores, aventureiros, cientistas e naturalistas (PIRES, 2002). Já no final do século XIX, os primeiros ecoturistas retratam pessoas com interesse nas peculiaridades da natureza nos Parques Nacionais de *Yosemite* e *Yellowstone* (Estados Unidos) ou no Himalaia (FERRETTI, 2002).

O ambientalismo e o ecoturismo são movimentos sociais contemporâneos, que apresentam mútua influência e que têm uma relação de “simbiose no sentido biológico do termo” (PIRES, 2002, p. 68), tendo a natureza como elemento central. Mais do que isso, ambos apresentam um histórico semelhante iniciado em 1970, com ampla expansão a partir de 1990.

A crise ambiental emerge nos anos 1960, juntamente com novos paradigmas teóricos em reação ao modelo de crescimento econômico, que negou a natureza. Nesse período, o antropocentrismo passa a ser questionado, surgindo perspectivas ecocêntricas que reconhecem o valor intrínseco da natureza, para além do seu valor de uso humano (WEARING; NEIL, 2001). Na busca por *uma ponte* entre esses dois paradigmas fundamentalmente opostos, Wearing e Neil (2001) destacam o conceito de sustentabilidade como elo mediador entre desenvolvimento humano e conservação do meio ambiente. Leff (2001), nesse sentido, descreve uma *nova racionalidade ambiental*, baseada em princípios não mercantis (potencial ecológico, equidade transgeracional, justiça social, diversidade cultural e democracia), cuja sustentabilidade ecológica se justifica quando valorizada a diversidade étnica e cultural da espécie humana, fomentada por formas de manejo produtivo em harmonia com a natureza.

Segundo Dias (2003), o marco inicial das discussões acerca das questões ambientais em escala mundial foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, sob um enfoque predominantemente preservacionista.³ A partir desse, diversos eventos e documentos internacionais disseminaram novas concepções e princípios pelo mundo. Dentre eles, o Relatório de Brundtland (“Nosso Futuro Comum”), de 1987, sob influência de uma perspectiva conservacionista,⁴ colocou em pauta, pela primeira vez, as

³ Preservacionistas: aqueles cujo aproveitamento dos recursos naturais pelo ser humano (interesses antrópicos) não eram admitidos em defesa das causas da natureza; perspectiva biocêntrica (PIRES, 2002).

⁴ Conservacionistas: relevam as questões sociais ao buscarem usos alternativos compatíveis com a proteção dos recursos naturais, cuja relação homem-natureza tem maior espaço (PIRES, 2002).

questões acerca do desenvolvimento e da conservação ambiental, buscando orientar uma relação mais harmônica entre ser humano e a natureza, mediante o conceito de *desenvolvimento sustentável*.⁵ Com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a conservação e o desenvolvimento sustentável ganham abrangência pelo documento “Agenda 21: Agenda de ação para atingir o desenvolvimento sustentável”.

No turismo, as preocupações ambientais emergem como reflexo da grande expansão e socialização da atividade no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando uma camada mais ampla da sociedade passou a ter acesso às opções de lazer e, dentre elas, o turismo. As consequências desse movimento, chamado *turismo de massas*, mais evidente na década de 1970, foram os efeitos ambientais, econômicos e socioculturais adversos às comunidades nas destinações (PIRES, 2002).

Nesse contexto, Boullón (2000) descreve que um *turismo alternativo* surge do descontentamento de certos turistas frente à estandardização dos produtos turísticos tradicionais, abrangendo novas formas, como: *Ecoturismo*, Turismo de Aventura, Turismo Rural, Turismo Desportivo, entre outras. Por outro lado, esse *turismo alternativo* representa uma opção ou reação aos problemas provocados ao meio ambiente e às comunidades anfitriãs, buscando uma nova ordem ética do setor (LIMA, 2003). A isso Krippendorf (2000) manifestou a necessidade de se buscar um turismo mais “suave”, qualitativo e humano, em que os impactos nas comunidades locais e nos ambientes naturais são percebidos e os interesses dos turistas e das populações locais são valorizados.

Ecoturismo, dentre essas opções, foi um termo cunhado por Ceballos-Lascuráin em 1983 e que atinge maturação somente após a ECO-92, chegando aos diversos países da América Latina, pela atuação dos organismos conservacionistas de âmbito internacional. Dessa forma, o termo foi imbuído da concepção de turismo associada à ecologia, sendo visto como um instrumento alternativo de integração entre conservação e desenvolvimento sustentável em regiões periféricas (PIRES, 2002). O ecoturismo é considerado, assim, a relação prática da *ecologia*, que provém do grego *oikos* (casa, planeta Terra), com o turismo, no sentido das relações entre os seres vivos e o meio em que vivem com todas as suas interações (CORIOLANO, 2002).

As últimas décadas do século XX, portanto, caracterizam um período de construção de uma nova racionalidade ambiental, cuja preocupação com a preservação dos ecossistemas

⁵ Desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade de gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

impulsiona a busca por estratégias que conciliem a participação do elemento humano no conceito de meio ambiente, admitindo o processo amplo das relações sociais, naturais e econômicas (FARIA; GARCIA, 2002).

O ecoturismo, por meio do desenvolvimento de atividades humanas ligadas à natureza, apropria-se dos princípios da sustentabilidade, propondo uma concepção mais ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. A definição de Ceballos-Lascuráin, também utilizada pela IUCN, serve aos objetivos do presente trabalho, identificando-o como:

Aquela modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar ou visitar áreas naturais relativamente sem distúrbios, com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestre) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que pode encontrar-se ali, através de um processo que promova a conservação, que tenha baixo impacto ambiental e cultural e propicie um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998, p. 7, tradução nossa).

Pires (2002) enfatiza que a maioria dos conceitos de ecoturismo estão imbuídos do paradigma ambientalista do desenvolvimento sustentável – um tema polêmico, por vezes controverso, e distante de uma relação de exequibilidade dos benefícios que se propõe, principalmente no contexto dos países periféricos. No entanto, a perspectiva dos princípios de sustentabilidade do ecoturismo demonstra exemplos possíveis, quando reflete esforços de base comunitária (numa escala local ou regional), integrando as instâncias ecológica, econômica, social e cultural, na busca por formas alternativas de compatibilizar economia, conservação e sociedade (PIRES, 2002; IRVING, 2002a).

De forma geral, o ecoturismo pretende concatenar os seguintes objetivos:

- a preocupação em relação aos impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos, na qual se infere a questão da sustentabilidade;
- o aspecto educativo na sua dimensão ecológica e ambiental;
- a necessidade de inserir as comunidades locais autóctones no planejamento e gestão da atividade (PIRES, 2002, p. 253).

Portanto é um fenômeno complexo, multidisciplinar e intersetorial, conforme Ceballos-Lascuráin (1998), que demarca um turismo bastante especializado. Integrando uma das modalidades entendidas como *turismo de natureza*, cujo contato do turista com atributos

naturais é o elemento motivador da experiência, o ecoturismo diferencia-se das demais modalidades na medida em que,

[...] ao voltar-se para ambientes naturais e culturas autóctones deve comprometer-se com a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica de todos os segmentos sociais envolvidos, deve proporcionar educação ambiental e despertar a consciência ecológica, além de contemplar a participação ativa das comunidades locais, critérios estes que uma vez não perseguidos na prática subtraem a dimensão ecológica do ecoturismo, tornando-o apenas turismo de natureza (PIRES, 1998, p.75).

Segundo Boullón (2000), são quatro as condições necessárias para a existência do ecoturismo, que coexistem no espaço turístico natural, e que, por isso, merecem atenção específica. Essas condições são enumeradas como:

1. Uma área natural protegida onde haja biomas de interesse turístico.
2. Um sistema administrativo que estipule os tipos de visita e instrua os turistas sobre as características do que vão visitar.
3. Uma experiência satisfatória do usuário quanto à qualidade do ecossistema visitado e do conhecimento de suas características distintas.
4. Uma exploração turística dos ecossistemas que seja atraente, com a condição de que não coloque em perigo as bases de seu funcionamento (BOULLÓN, 2000, p. 103, tradução nossa).

Os ambientes naturais, portanto, representam a base dos atrativos ecoturísticos, sendo caracterizados pela presença de natureza virgem ou natureza adaptada e, portanto, compreendem tanto paisagens e cenários naturais quanto a presença de comunidades autóctones (BOULLÓN, 2000). Segundo Ferretti (2002), a conservação e o manejo dos aspectos físicos e biológicos do ambiente natural são pré-requisitos para o desenvolvimento do ecoturismo, e ao qual o planejamento deve basear-se nas características e limitações dos elementos que compõem o ambiente.

O ecoturismo, portanto, traz inerente à sua concepção as preocupações acerca da “degradação ambiental, o impacto sobre as comunidades locais e a necessidade de um gerenciamento turístico de alta qualidade para garantir a sustentabilidade” (WEARING; NEIL, 2001, p. 7). Isso pressupõe utilização controlada e planejada dos recursos naturais e culturais, pela adoção de instrumentos de avaliação e monitoramento, dinâmicos e flexíveis,

que englobem estudos de impacto ambiental, estimativas de capacidade de carga, além de sistemas de gestão responsável (BENI, 2002).

O aspecto educativo atrelado às atividades de ecoturismo ocorre por meio de práticas de interpretação ambiental, representando uma oportunidade no sentido de “[...] criar uma cultura ecológica nos habitantes do lugar, assim como sensibilidade ecológica nos visitantes” (BOULLÓN, 2000, p. 196, tradução nossa). E, quanto à participação da comunidade local, esta é vista como ponto fundamental desde a elaboração, a aprovação até a execução dos projetos de desenvolvimento ecoturístico, que deve reconhecer os conhecimentos e as formas de manejo tradicionais acumulados ao longo do tempo (CASASOLA, 2003).

Os conceitos e as práticas acerca do ecoturismo, entretanto, ainda não apresentam consensos, ocorrendo que o prefixo *eco* é amplamente utilizado, muitas vezes desvinculado da essência do conceito, apenas como uma bandeira ao apelo ambientalista (RODRIGUES, 2003). Assim, no Brasil, o cenário descrito no documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (EMBRATUR/IBAMA, 1994), de ser uma atividade ainda desordenada e bastante influenciada pela oportunidade mercadológica, continua sendo predominante. Para isso, Pires (2002) enumera a necessidade de desenvolvimento de uma política ampla e efetiva para o ecoturismo no País e de aprofundamento acadêmico e estudos sistematizados sobre o tema. Algumas experiências bem-sucedidas de desenvolvimento efetivo do ecoturismo têm se manifestado, conforme Irving (2002b), pelo enfoque comunitário na tomada de decisões, engajando todos os envolvidos num exercício de cidadania.

2.1 A importância da conservação dos ecossistemas brasileiros

No contexto da representatividade ecológica dos ecossistemas, a importância do Brasil é demonstrada por ser um dos 17 Países de Megadiversidade, ou seja, aqueles que reúnem ao menos 70% das espécies vegetais e animais da Terra (CI, 2006). A biodiversidade, segundo Ibama (2006a), é definida pela diversidade em ecossistemas, em espécies biológicas, endemismos⁶ e patrimônio genético.

Devido à grande extensão espacial e variação geomorfológica e climática, o Brasil abriga sete biomas – Amazônia, Caatinga, Costeiros, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e

⁶ Endemismo: espécie com ocorrência limitada a uma determinada área (SEDZAG; WEINERT, 1986, p. 87).

Campos Sulinos –, 49 ecorregiões⁷ e diversos ecossistemas. Esses conceitos consideram critérios como: riqueza biológica, vegetação, biogeografia, distribuição de áreas protegidas e antropismo.

Dentre os biomas, quatro deles são considerados os mais ricos do mundo: Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Cerrado; e, ainda, estes dois últimos integram a lista de 34 regiões consideradas *Hotspots* – área prioritária para conservação pela rica biodiversidade que apresenta em alto grau de ameaça (CI, 2006). Segundo informações disponibilizadas pelo Ibama (2006b), o maior bioma brasileiro é a Amazônia, com 43,17% da superfície total de biomas. A ela, seguem o Cerrado (23,03%), a Mata Atlântica (12,95%), a Caatinga (8,62%), os Campos Sulinos (2,01%), o Pantanal (1,60%) e os ecossistemas costeiros (0,59%).

As principais estratégias de conservação dos ecossistemas brasileiros são representadas pela criação e pelo manejo de Unidades de Conservação (UCs), corredores ecológicos, projetos de preservação de espécies e outras iniciativas (IBAMA, 2006a). Dessa forma, o Brasil demonstra também o seu enorme potencial para o segmento do ecoturismo, ainda praticamente inexplorado, conforme Neiman (2005). Cada ecossistema apresenta diferentes características da fauna e flora, além dos costumes e tradições das populações, com modos de vida bastante singulares em cada região.

2.1.1 Amazônia

Os ecossistemas amazônicos, em território brasileiro, compreendem aproximadamente 368.896.022,37 ha (IBAMA, 2006b), abrangendo: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, parte do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. É conhecida como a maior floresta tropical, equivalente a 1/3 das reservas florestais úmidas, 1/5 da disponibilidade de água doce do mundo e cerca de 50% da biodiversidade do planeta.

O bioma integra um grande número de ecorregiões, dentre as quais matas de terra firme, florestas inundadas, matas de várzeas, matas de igapós, campos abertos e cerrados (IBAMA, 2006a). O clima tropical quente superúmido e úmido, com influência de elevadas temperaturas e grandes precipitações, resultou em considerável variedade de solos com baixa

⁷ Ecorregião: representa um conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria das suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, e condições ambientais similares (IBAMA, 2006a).

fertilidade e relevo marcado por depressões, planaltos residuais e pela planície do rio Amazonas (NEIMAN, 2005).

A Amazônia vem demonstrando ocupação desordenada, com 20% da área já degradada e algumas regiões com características de *Hotspots* (CI, 2006). As principais ameaças ao bioma compreendem o extrativismo vegetal (ouro, ferro, manganês, cassiterita, cobre e bauxita), a instalação de grandes projetos agropecuários, industriais e de usinas hidrelétricas, além do precário sistema fundiário, da caça e da pesca predatória, da pressão das madeiras, da especulação imobiliária e da concentração de terras (IBAMA, 2006a).

Segundo Neiman (2005), o ecoturismo se coloca à região como uma alternativa de menor impacto que outras práticas, apesar de ser ainda incipiente, se comparado à sua rica biodiversidade. A imensa potencialidade da região para o ecoturismo é demonstrada pelas espécies que ganham destaque pelo seu tamanho (o maior peixe do mundo, o piracuru – *Arapaima gigas*; o maior besouro – *Titanus giganteus*, e outros) e, ainda, integrados a uma grande sociodiversidade das populações tradicionais amazônicas e seus conhecimentos ligados à preservação do meio ambiente. As reservas extrativistas de seringais e castanhais, com a presença de populações tradicionais, os sítios arqueológicos ligados à cultura indígena, as planícies, os rios, as cachoeiras, os monumentos históricos, o maior Parque Nacional do Brasil (Montanhas do Tucumanque, Amapá) e outras UCs, são alguns dos atrativos turísticos do bioma, além da infra-estrutura e dos serviços em expansão, como hotéis e pousadas de selva e as práticas voltadas ao *rafting*, à canoagem, às trilhas, ao ciclismo, hipismo e alpinismo (NEIMAN, 2005).

2.1.2 Caatinga

Apresenta 73.683.115,53 ha de rica vegetação e climas semi-áridos, ocupando os seguintes estados: Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Minas Gerais (IBAMA, 2006a). A Caatinga possui uma grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A vegetação apresenta características formações vegetais secas, gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio, plantas espinhosas, cactáceas e bromeliáceas (IBAMA, 2006a).

O relevo apresenta depressões e solos com pouca profundidade, geralmente salinos, férteis para o cultivo de vegetais. Com baixa pluviosidade média e chuvas concentradas em

apenas três meses do ano, há ocorrência de secas estacionais e periódicas. O rio São Francisco é um dos únicos rios perenes na região (NEIMAN, 2005).

É uma região ocupada desde os tempos do Brasil - colônia, apresentando ecossistemas bastante alterados (aproximadamente 80%), em função das características de concentração fundiária, extração de madeira e monocultura da cana-de-açúcar. Apresenta-se em intensa desertificação causada pelas queimadas e por desmatamentos em razão da agropecuária (IBAMA, 2006a).

Segundo Neiman (2005), o turismo é apontado como uma das alternativas a essa região, cujas chuvas inconstantes acarretam a perda freqüente de produtos da agropecuária de subsistência. O bioma apresenta diversas UCs com potencial ecoturístico, além de ilhas fluviais, cânions e outros aspectos (NEIMAN, 2005).

2.1.3 Costeiros

O menor bioma brasileiro compreende aproximadamente 5.056.768,47 ha e um mosaico de ecossistemas costeiros e marinhos decorrentes das diferenças climáticas e geológicas ao longo da costa brasileira, dentre eles: mares, estuários, ilhas, arquipélagos, manguezais, restingas, lagunas, banhados, dunas, praias, falésias, costões rochosos e recifes de corais, apresentando uma grande diversidade de espécies animais e vegetais. Além disso, há presenças residuais de Mata Atlântica, cuja biodiversidade apresenta-se superior no que diz respeito à variedade de espécies vegetais (IBAMA, 2006a). Além de apresentar ecossistemas ricos, diversos e frágeis, as comunidades locais dependem diretamente da tradicional atividade pesqueira para sobreviver (CI, 2006). O litoral sul do Paraná até o arroio Chuí no Rio Grande do Sul apresenta grande variedade de aves e outras espécies como o ratão-do-banhado, lontras e capivaras (IBAMA, 2006a).

A ocupação desordenada e intensa do bioma, a instalação de complexos industriais dos setores de maior impacto sobre o meio ambiente (química, petroquímica, celulose) e as atividades agrícolas trouxeram a contaminação marinha, a devastação das vegetações nativas, a movimentação das dunas e o desabamento de morros (CI, 2006). O turismo é descrito pelo Ibama (2006a) como outra ameaça nesses ambientes, ocasionando especulação imobiliária, expulsão dos caiçaras do seu ambiente tradicional e poluição.

Os atrativos ecoturísticos dos ecossistemas costeiros são representados por diversas UCs (NEIMAN, 2005) e, ainda, pela possibilidade de desenvolver atividades de observação de aves, como alternativa à problemática da sazonalidade da atividade turística. Pires e Soares (2004) propõem a observação de aves nos ambientes costeiros do litoral centro-norte de Santa Catarina, verificando ser no outono e no inverno (baixa temporada turística) que se observam bandos de aves mais numerosos nesses ambientes costeiros.

2.1.4 Mata Atlântica

Nesse bioma, incluem-se as bacias dos rios Paraná, Uruguai, Paraíba do Sul, Doce, Jequitinhonha e São Francisco, estendendo-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, que originalmente cobria toda a costa nordeste, sudeste e sul do País, alcançando as fronteiras com a Argentina e o Paraguai. A floresta atualmente apresenta menos de 8% da sua extensão original, em áreas dispersas e fragmentadas (CI, 2006). No Rio Grande do Sul, os seus remanescentes florestais abrangem apenas 4,92% da superfície original de 13.219.12 ha (46,87% da superfície do estado) (MMA, 2000).

A Mata Atlântica representa um mosaico diversificado de ecossistemas, em função das diferenças de solo, relevo e características climáticas em toda sua abrangência, sendo caracterizados por: Floresta Ombrófila Densa; Florestas Estacionais Deciduais e Semi-deciduais; Floresta Ombrófila Mista, com encaves de Araucária; formações florísticas associadas (manguezais, vegetação de restingas e das ilhas litorâneas); encaves de Cerrado; campos e campos de altitude; matas de topo de morro e de encostas do Nordeste (brejos e chás) (IBAMA, 2006a).

É considerada um dos maiores repositórios de biodiversidade do planeta, com alto grau de endemismo, e, portanto, um dos cinco mais importantes e mais ameaçados *Hotspots* do mundo (CI, 2006). As principais ameaças à região decorrem da forte pressão antrópica e do intenso processo de urbanização, abrigando as maiores capitais do País e cerca de 70% da população brasileira, com densidade de aproximadamente 87 pessoas/km² (BIODIVERSITY HOTSPOTS, 2006).

O ecoturismo é destacado pelo Ibama (2006a) como uma forma de preservação dos remanescentes, oportunizando o desfrute das paisagens e o desenvolvimento das populações tradicionais, incluindo populações indígenas. A região apresenta imenso potencial

ecoturístico, mas, assim como na Amazônia, a visualização dos animais é dificultada pela predominância de espécies de pequeno porte, pelos seus hábitos noturnos e pelas florestas muito densas (NEIMAN, 2005).

2.1.5 Cerrado

O Cerrado compreende o segundo maior bioma brasileiro, com aproximadamente 196.776.092,28 ha, estando localizado no Planalto Central brasileiro, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; parte de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal (IBAMA, 2006a). Além disso, integra outras áreas chamadas ecótonos, que são transições com os ecossistemas amazônicos, da Mata Atlântica e da Caatinga, trazendo maior riqueza na diversidade de fauna e flora ao bioma (CI, 2006).

Compreende diversas formações ecossistêmicas, como o cerradão, o cerrado típico, o campo cerrado, o campo sujo de cerrado e o campo limpo. A típica vegetação do Cerrado apresenta árvores de pequeno porte e arbustos com troncos tortuosos, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas, gramíneas. É reconhecida como a savana mais rica do mundo em biodiversidade, com alta variedade de espécies endêmicas (BIODIVERSITY HOTSPOTS, 2006). Também abriga as nascentes dos principais rios das bacias hidrográficas do Araguaia/Tocantins, do Prata e do São Francisco (CI, 2006) e demonstra abundância de chuvas concentradas nos períodos de outubro a abril (BIODIVERSITY HOTSPOTS, 2006).

Os ecossistemas se mantiveram pouco alterados até 1950, quando sofreu rápida urbanização e implantação de rede rodoviária e energética, da pecuária e da agricultura extensiva (soja, arroz e trigo), trazendo ameaças como desmatamentos, queimadas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Hoje, 67% das áreas do Cerrado estão “altamente modificadas”, restando apenas 20% em estado de conservação (IBAMA, 2006a). Apesar da sua extensão, é o segundo bioma brasileiro mais degradado e um dos mais ameaçados do mundo, atingindo índices de desmatamento de até três milhões de hectares/ano, sendo considerado um *Hotspot* de biodiversidade, com risco de desaparecer até 2030 (CI, 2006).

Segundo Neiman (2005), o ecoturismo no bioma ainda é incipiente, apesar da sua diversidade de atrativos naturais em potencial, a exemplo de cânions, mirantes, morros, cachoeiras, cavernas e grutas, rios com corredeiras, piscinas naturais, morros recobertos por vegetação nativa, áreas de campo com gramíneas, matas ciliares e cerradões, além de

inscrições rupestres e fósseis e um grande número de UCs abertas à visitação. O Cerrado apresenta o maior potencial para observação de fauna, juntamente com o Pantanal, além das possibilidades de safáris fotográficos, observação de flora e outras atividades, como: pesca esportiva, passeios de barcos, banhos de rios e cachoeiras, entre outros (NEIMAN, 2005).

2.1.6 Pantanal

Em território brasileiro, o Pantanal concentra aproximadamente 70% de sua extensão, com cerca de 13.684.530,26 ha, abrangendo parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IBAMA, 2006b). É considerada a maior planície inundável do mundo, com uma das maiores concentrações e variedade de vida silvestre da Terra, por integrar características do Cerrado, da Amazônia e dos terrenos alagadiços do *Chaco* paraguaio (CI, 2006).

Também compreende planaltos e terras altas da bacia superior (áreas escarpadas e planaltos erodidos), cobertos por vegetações predominantemente abertas, tais como: campos limpos, campos sujos, cerrados e cerradões e florestas úmidas (IBAMA, 2006a). Apresenta grande quantidade de rios: Miranda, Negro, Taquari, São Lourenço, Capivari, Correntes, Cuiabá e outros, que deságuam no rio Paraguai (NEIMAN, 2005). O equilíbrio do ecossistema depende da flutuação das enchentes, que são características de alta produtividade biológica, mas, de forma geral, são solos inférteis (IBAMA, 2006a).

A ocupação da região ocorreu há aproximadamente dez mil anos, por grupos indígenas (IBAMA, 2006a), e, a partir do século XIX, com baixa densidade populacional e economia baseada na pecuária extensiva, marcada por grandes propriedades, dificuldades de acesso e inexpressiva atividade de caça. Isso se reflete, hoje, em 80% do bioma com excelentes condições de conservação e uma das 37 últimas Grandes Regiões Naturais⁸ da Terra (CI, 2006). As principais ameaças tem sido a degradação do bioma Cerrado, os desmatamentos e a pesca predatória, a mineração (ouro e diamantes) (CI, 2006) e, ainda, a caça e o contrabando de animais, o turismo desordenado, a agropecuária com manejo inadequado (soja, arroz e pastagens), a construção de rodovias e hidrelétricas e o crescimento demográfico nos planaltos (IBAMA, 2006a).

⁸ Grande Região Natural refere-se a um grande bloco de floresta tropical (cerca de 10.000 km²) e mais de 70% de sua vegetação original. Em muitos casos, apresentam baixa densidade populacional, menos de 5 pessoas/km², e são habitadas por comunidades indígenas (CI, 2006).

O potencial do bioma para o ecoturismo é destacado por Neiman (2005), por ser o ecossistema brasileiro que oferece melhores condições de visualização da fauna silvestre, diante das atividades de observação, caminhadas e safáris fotográficos. São destaques os diversos hotéis-fazenda, os barcos turísticos nos principais rios e as pousadas e os hotéis ao longo da Estrada-Parque e da Rodovia Transpantaneira. Além desses, a região da Serra da Bodoquena (municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena), sendo destino ecoturístico consolidado, apresenta relevo montanhoso e subsolo com predominância de calcário, escarpas íngremes, cavernas, abismos, paredões e águas cristalinas, com possibilidade de observação de fauna aquática (NEIMAN, 2005). O bioma é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira e abriga o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense com 136.000 ha, além de outras UCs com atividades de uso público (IBAMA, 2006a).

2.1.7 Campos Sulinos

Com aproximadamente 17.137.704,54 ha, são conhecidos como pampas, pradarias e zonas de coxilhas, predominando as herbáceas. Esses ecossistemas localizam-se principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em regiões de clima subtropical ou temperado e relevo caracterizado por planaltos (NEIMAN, 2005), apresentando áreas de transição com o domínio de araucárias (IBAMA, 2006a).

A vegetação campestre mostra uma aparente uniformidade, apresentando um tapete herbáceo baixo, ralo e pobre em espécies, mais denso e rico nas encostas, predominando gramíneas, compostas e leguminosas, além de sete gêneros de cactos e bromeliáceas endêmicas da região (IBAMA, 2006a). Alguns solos apresentam baixa fertilidade e suscetibilidade à erosão, onde se verifica o fenômeno da desertificação (IBAMA, 2006a).

As principais ameaças ao bioma decorrem da economia baseada na pecuária de corte, sob forma de manejo inadequado, trazendo utilização do pastoreio contínuo e extensivo e práticas de fogo; nas plantações de arroz, milho, trigo e soja, o desaparecimento dos campos e a derrubada das matas, além da erosão, compactação e perda de matéria orgânica. Neiman (2005) destaca o potencial ecoturístico dos Parques Nacionais de São Joaquim (SC), Serra Geral (SC e RS) e Aparados da Serra (RS).

2.2 Áreas protegidas no mundo e no Brasil

As áreas destinadas à proteção, segundo Eagles, McCool e Haynes (2002), são elementos culturais que tem origem há aproximadamente dois milênios, para a proteção dos recursos naturais na Índia, ou de lugares específicos, no caso das comunidades tradicionais do Pacífico e da África. Mas, o conceito de áreas protegidas surgiu no século XIX, nos Estados Unidos, com a criação do primeiro Parque Nacional do mundo – *Yellowstone National Park*, em 1872. A partir desse modelo, a prática da criação de parques foi sendo seguida por diversos países, como: Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, e espalhou-se para países da América Latina e de outros continentes (COSTA, 2002).

Os aspectos comuns a esses parques é que foram originalmente estabelecidos por ações governamentais, para oferecer às sociedades urbanas um local de inspiração, recreação e renovação espiritual (EAGLES; McCOOL, 2002). Morsello (2001) descreve que, com a ampliação desses sistemas em todo o mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, houve uma evolução do seu conceito e o surgimento de uma variedade de significados e categorias distintas de áreas protegidas. Assim, a conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural e o uso sustentável desses atributos foram objetivos incorporados somente no final do século XX.

Na tentativa de unificação dos conceitos e das práticas referentes aos ambientes naturais protegidos, criou-se a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN – *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*, hoje *World Conservation Union*), em 1965, com o auxílio da Organização das Nações Unidas (ONU). A entidade estabeleceu, então, conceitos e categorias de manejo de áreas protegidas naturais que são hoje internacionalmente difundidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB),⁹ a qual dispõe sobre a importância da conservação *in situ*, focando as áreas protegidas como principal estratégia de conservação da biodiversidade nos países membros. Os conceitos da IUCN também integram outros sistemas de âmbito internacional, como os Patrimônios Mundiais, as áreas Ramsar e as Reservas da Biosfera e, ainda, alguns sistemas regionais existentes na Europa (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002).

⁹ Convenção sobre Diversidade Biológica: é um dos principais instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, resultado da Rio 92. Representa um fórum mundial na definição do marco legal e político para questões relacionada à biodiversidade, com adesão de 188 países até o momento, dentre eles o Brasil (CDB, 2005).

O Banco de Dados das Áreas Protegidas Mundiais (*World Database on Protected Areas*, WDPA), criado e administrado pela UNEP/WCMC (*United Nations Environment Programme/World Conservation Monitoring Centre*), é composto por 102.002 áreas protegidas, situadas em 243 países, equivalente a cerca de 18.887.277 km² e 12,71% da superfície da Terra, das quais 67% seguem as categorias da IUCN (9,95%) (IUCN, 2004). No entanto, esse sistema reconhece apenas as unidades de conservação públicas, seguindo a política de áreas protegidas predominante no mundo desde a criação do Parque *Yellowstone*, excluindo a perspectiva privada na conservação (MORSELLO, 2001).

Conforme Diegues (2000), esse modelo de áreas protegidas enfatizou a preservação dos atributos ecológicos em detrimento das populações tradicionais, que, sendo excluídas desses ambientes, revelaram a reprodução do mito moderno da *natureza intocada*. Nos países do Sul, marcados por uma situação social de pobreza, esse modelo de áreas protegidas trouxe diversos problemas, privando as populações de suas atividades tradicionais, por vezes as responsáveis pela preservação e manutenção dos ecossistemas ainda existentes (DIEGUES, 2000).

A partir disso, surge a necessidade de construção de novos modelos de proteção mais viáveis, com base nas especificidades ambientais e culturais de suas sociedades, a exemplo da proteção de áreas, mantendo as populações residentes (iniciado na Europa) e as de proteção do meio ambiente marinho (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002) e, ainda, a crescente valorização dos modelos de áreas protegidas privadas no mundo (MORSELLO, 2001). As preocupações acerca do reconhecimento do papel das populações indígenas ou tradicionais e de uma maior cooperação internacional, além das fronteiras dos países tem sido, portanto, alguns dos elementos contemporâneos acerca do tema (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002).

No Brasil, as áreas protegidas também representam uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade, apresentando categorias de manejo, características e objetivos diversos. Elas são reconhecidas pelo poder público, mediante a denominação de Unidades de Conservação (UCs), criadas em nível municipal, estadual e federal, e admitindo a posse e gestão, pública ou privada, conforme a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Os primeiros esforços para a criação de parques nacionais no Brasil iniciaram em 1876, com André Rebouças, inspirado em modelo norte-americano. Mas foi com base na Constituição Federal de 1937, que legitimou o conceito de parque nacional, que o País

reconhece sua primeira unidade – o Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, com objetivos de pesquisa científica e lazer para as populações urbanas (COSTA, 2002).

O crescimento do número de parques nacionais e reservas biológicas foi lento até a década de 1960, quando, em decorrência da expansão das fronteiras agrícolas do País e da destruição das florestas, essas áreas expandiram-se sob o ideal de “conservar uma área ‘natural’ contra os avanços da sociedade urbano-industrial” (DIEGUES, 2000, p. 114).

Os parques nacionais e as reservas biológicas eram estabelecidos e administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967, dependente do Ministério da Agricultura, que foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), em 1989. Esse órgão encaminhou, em 1992, a proposta do SNUC ao Congresso Nacional, tratando de ampliar as categorias de UCs brasileiras. Porém, conforme Diegues (2000), ainda assim encerradas em uma proposta de *ilhas de conservação*, isoladas da realidade do espaço brasileiro e distantes dos princípios recomendados pela IUCN, no que trata da participação da sociedade no processo e da relevância da proteção da diversidade cultural nesses ambientes.

Aprovada em 2000, a legislação do SNUC determina normas e critérios para a criação, implantação e gestão das diferentes categorias de UCs brasileiras, sendo regulamentada por meio do Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Esse instrumento instaura novas estratégias por uma relação mais clara e efetiva entre os órgãos públicos ambientais e a sociedade, buscando “[...] assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, conforme preconiza a Constituição de 1988” (BRASIL, 2004a, p. 8). A partir desse documento, as UCs são entendidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2004a).

Dentre os objetivos do SNUC (BRASIL, 2004a), estão previstas contribuições no sentido: da manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; da proteção das espécies ameaçadas de extinção; da preservação e restauração dos ecossistemas naturais; da promoção do desenvolvimento sustentável; da utilização dos princípios e das práticas de

conservação da natureza; da proteção das paisagens naturais de grande beleza cênica, de características relevantes (geológicas, geomorfológicas, espeleológicas, arqueológicas, paleontológicas e culturais) e dos recursos hídricos e edáficos; da recuperação ou restauração dos ecossistemas degradados; das atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; da valorização econômica e social da diversidade biológica; da promoção da educação e da interpretação ambiental, da recreação e do turismo ecológico, e da proteção dos recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais.

O SNUC prevê dois grandes grupos, nos quais subdivide as 12 categorias de UCs reconhecidas no Brasil, apresentando prioridades e características diferenciadas conforme art. 7º da Lei 9.985 (BRASIL, 2004a). O grupo das Unidades de Proteção Integral tem, na preservação da natureza, seu principal objetivo, permitindo atividades de uso indireto. Esse grupo é formado pelas Estações Ecológicas (EEs), Reservas Biológicas (Rebios), pelos Parques Nacionais (Parnas), Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre. Já o grupo das Unidades de Uso Sustentável pretendem compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais e inclui as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs), as Florestas Nacionais (Flonas), as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) – esta objeto do presente estudo.

O Cadastro Nacional de UCs do MMA (2006a) demonstra um total de 702 UCs no Brasil e mais de 97.608.850 ha protegidos, equivalente a 11,63% da área total do País (continental e oceânica). Os números referentes aos distintos grupos apresentados correspondem a 331 UCs de Proteção Integral e 4,54% da área do Brasil, enquanto as UCs de Uso Sustentável correspondem a 371 unidades e 7,09%, apesar de não considerar as RPPNs nesses inventários.

Morsello (2001) manifesta críticas ao SNUC, no que se refere à pouca superfície protegida, comparativamente ao território nacional, e distribuição inadequada em número e tamanho de UCs entre as diferentes regiões e biomas brasileiros. O cenário atual das UCs evidencia, ainda, a carência de levantamentos em nível estadual e municipal e aponta que a Caatinga e o Cerrado são os biomas com maior deficiência em conservação atualmente (MORSELLO, 2001).

Conforme Milano (2002), os diferentes objetivos das UCs somente serão alcançados pelo estabelecimento de áreas protegidas de todas as categorias de manejo, além de uma distribuição espacial das unidades, de forma a dar representatividade geográfica ao conjunto delas, buscando conservar os atributos naturais dos diferentes ecossistemas. Também o

estabelecimento de corredores de biodiversidade em ambientes bastante degradados representa, hoje, uma das principais estratégias, no sentido de formar uma rede de áreas protegidas, habitats naturais remanescentes e comunidades ecológicas, com ênfase no planejamento integrado das ações de conservação, podendo atravessar fronteiras nacionais (CI, 2006). Esses corredores têm o potencial de evitar as *ilhas de conservação*, diminuindo os fragmentos de terras não protegidas, e dando à biodiversidade melhores oportunidades de evolução (MILANO, 2002).

2.3 O ecoturismo nas áreas protegidas

A recreação e o turismo formam pilares centrais no movimento acerca das áreas protegidas, desde a concepção dos primeiros parques nacionais (WEARING; NEIL, 2001), principalmente como elemento da cultura das sociedades urbanas, reflexo de uma demanda pública crescente de acesso às belezas cênicas e à natureza. Esses espaços compreendem os mais significativos elementos naturais e culturais de um país e, ainda, uma tendência natural das pessoas de querer experienciar esse meio ambiente (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002). Nesse contexto, o turismo é considerado um valor de uso não consumível, em uma área protegida, por propiciar usufruto dos atributos naturais pelos visitantes e, ao mesmo tempo, sem consumo direto (MORSELLO, 2001).

No sistema mais recente de áreas protegidas, configurado pela IUCN, a conservação da biodiversidade é tomada como elemento central, mas reconhece a existência de outros objetivos, como: recreação e turismo, valores históricos e culturais. Dessa forma, a IUCN delimitou seis categorias de manejo baseadas em objetivos primários diferenciados, dos quais o turismo e a recreação apresentam-se como usos mais apropriados em Parques Nacionais (categoria II), nos Monumentos Naturais (categoria III) e nas Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas (categoria V), sendo usos inaplicáveis em Reservas Naturais Estritas (categoria Ia) (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002).

Diversos autores descrevem o ecoturismo como uma das atividades com melhores condições de vincular o uso público em áreas naturais protegidas com seus objetivos de conservação dos ecossistemas, contribuindo à sustentabilidade ecológica, social e econômica nesses locais. Alguns desses autores são representados por Boo (1990), Cifuentes (1992), Ceballos-Lascuráin (1998), Boullón (2000), Wearing e Neil (2001), Pires (2002), Irving

(2002b), Eagles e McCool (2002), Eagles, McCool e Haynes (2002), Beni (2002), Niefer (2004), entre outros.

Para Boo (1990), o ecoturismo em áreas protegidas na América Latina foi implementado como forma de garantir o retorno financeiro para a manutenção da integridade ecológica dessas áreas. Mas, aos poucos, os administradores e conservacionistas atentaram para as oportunidades de integrar o ecoturismo e a conservação dos atributos naturais em benefício das populações locais, impulsionando um *desenvolvimento integrado*, principalmente nos países periféricos.

Sob essa concepção, o ecoturismo em áreas naturais protegidas, apresenta-se ainda hoje como um movimento em expansão, o que pode ser atribuído ao

[...] crescimento da consciência ambiental, em razão dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância para a preservação da biodiversidade global, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade do consumo, e profundamente afetada pelo fenômeno de globalização (IRVING, 2002b, p. 48).

Dentre os benefícios do ecoturismo a essas áreas, Eagles e McCool (2002) destacam a possibilidade de articulação dos seus diferentes significados de criação, pelo engajamento dos cidadãos e pela experimentação dos valores nelas protegidos. E, assim, o ecoturismo pode trazer apoio em nível nacional e internacional, oferecendo uma maior estabilidade a longo prazo (TERBORGH, 2002) e apoio no local, podendo reverter o sentimento que surge quando essas comunidades são privadas do acesso às áreas naturais, sendo vistas como “áreas de lazer para estrangeiros” (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998).

Dentre outros benefícios da implementação do ecoturismo, como uma das ferramentas de manejo de áreas naturais protegidas, estão:

[...] a) assegurar que as metas do parque estejam claramente definidas e sejam norteadoras do planejamento e do manejo; b) identificar as limitações e necessidades da unidade; c) esclarecer os papéis que os funcionários podem representar e possivelmente tornar esses papéis mais interessantes e participativos; e d) deixar mais clara a contribuição do parque à sociedade, permitindo que seja mais amplamente conhecida e melhor apreciada (DAVENPORT et al., 2002, p. 331).

Em outra abordagem, Boullón (2000) descreve que o ecoturismo, nessas áreas especialmente protegidas, oferece vantagens ao espaço natural, utilizando-o de forma planejada e, ainda, à dispersão da demanda turística por locais que oferecem qualidade da visita, no sentido de permitir “[...] não cair no congelamento do espaço natural onde se encontra boa parte dos ecoatrativos e o confinamento da atividade turística nos lugares saturados de inferior valor paisagístico” (BOULLÓN, 2000, p. 107, tradução nossa).

Irving (2002b) defende o papel estratégico do ecoturismo em áreas protegidas, representando três pressupostos centrais: fonte de financiamento para o desenvolvimento e a manutenção de áreas de importante valor cultural e ambiental; potencial catalisador ao desenvolvimento econômico local e mecanismo de viabilização de intercâmbios internacionais necessários, e benefícios globais em nível nacional.

Por outro lado, é unânime entre os teóricos assumir o potencial inverso do ecoturismo, como componente crítico no estabelecimento e manejo de áreas protegidas, quando se apresenta em condições desordenada e descontrolada, como justifica Cifuentes:

O ecoturismo crescente nos países em desenvolvimento, possuidores da maior biodiversidade do planeta, colocou em voga a necessidade de fixar os limites ou estabelecer regras mais claras para ordenar e manejar a visitação nas áreas protegidas, principal atrativo dos ecoturistas (CIFUENTES, 1992, p. 1).

E é justamente pelo ecoturismo atuar com ênfase na conservação das áreas naturais, que requer um planejamento cuidadoso (físico e administrativo), a fim de minimizar seus impactos negativos e maximizar os benefícios no local (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998). O planejamento da atividade ecoturística nas áreas protegidas requer “[...] estudos pormenorizados e integrados, que incluam tanto os atrativos naturais, como também o meio ambiente social [...]” (SEABRA, 2001, p. 68); portanto, uma abordagem multidisciplinar, que releve as especificidades de cada área (BOO, 2002).

Do contrário, conforme Ceballos-Lascuráin (1998), os impactos físicos, biológicos e socioeconômicos do ecoturismo incidem em alterações, diretas e indiretas, sobre o solo, os recursos hídricos, a vegetação, a fauna silvestre, a estética da paisagem, os aspectos sanitários e os aspectos culturais. Isso denota ameaças tanto para a conservação da natureza quanto ao desenvolvimento local e à própria atividade ecoturística (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998).

Assim, a avaliação, o monitoramento e o manejo dos impactos causados pela atividade ecoturística, em áreas naturais protegidas, são ferramentas fundamentais do

planejamento, apesar do grau de relatividade e dinamismo desses mecanismos (CIFUENTES, 1992). Considerando a capacidade de carga marco conceitual que engloba as diferentes metodologias existentes hoje, Pires (2001) aponta para quatro variáveis fundamentais, que são: os componentes biofísicos do ambiente, os fatores socioculturais da população residente, os aspectos psicológicos dos visitantes e o manejo (controle e gestão). Reid e Marion (2005) descrevem que os impactos causados pelos visitantes em áreas naturais protegidas referem-se ao uso, às características do meio ambiente e às políticas de manejo adotadas na área, considerando mais adequada as ações que priorizem o balanço entre proteção dos recursos e qualidade da experiência do visitante.

A provisão de infra-estrutura física para o adequado desenvolvimento ecoturístico nas áreas naturais protegidas, portanto, “só é válida e justificável quando essa busca não fere os princípios da conservação dos recursos naturais” (TAKAHASHI; CEGANA, 2005, p. 207); afinal, a natureza é o insumo da atividade. Nesse ponto, Ceballos-Lascuráin (1998) propõe a adoção de *ecotécnicas* no planejamento e na construção de edifícios, caminhos e equipamentos, de forma a integrar o ecossistema circundante, minimizando seus impactos ambientais negativos e priorizando sistemas de energia solar, de captação e reutilização de água pluvial, de reciclagem de resíduos, de ventilação natural, de autosuficiência alimentar (hortos, técnicas agroecológicas), de uso de materiais locais para as construções, além de técnicas autóctones e a adaptação de formas arquitetônicas ao entorno natural.

O planejamento e a organização de programas interpretativos e educativos é outra condição da atividade ecoturística nesses espaços protegidos, com o intuito de qualificar a experiência do visitante e aumentar sua compreensão acerca da importância da proteção desses ambientes, além da oportunidade de influenciar a disseminação de uma ética conservacionista na comunidade local (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998).

Nas UCs brasileiras, o ecoturismo está presente nas categorias de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e, principalmente, nos Parques Nacionais (Parnas), sob a forma de terceirização dos serviços voltados ao atendimento dos visitantes, resultado de uma estratégia lançada pelo Ibama em 2000 (COSTA, 2002).

Também no documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (EMBRATUR/IBAMA, 1994), é prevista a implementação dessa modalidade em compatibilidade com os outros objetivos das UCs, e que, na ótica de Barros e Dines representou

[...] novos desafios à administração dessas áreas, que deve gerenciar o ecoturismo de forma eficaz, no sentido de alcançar a necessária contrapartida financeira, sem comprometer a integridade dos ecossistemas protegidos, atendendo à demanda dos ecoturistas e respondendo ao seu papel social, seja na promoção da educação ambiental, seja colaborando para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades vizinhas (BARROS; DINES, 2000, p. 48).

O documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (MMA, 2006b) representa o mais recente instrumento disponibilizado pelos órgãos ambientais aos gestores dessas áreas, sob a perspectiva ampla da visitação. O objetivo desse documento é ordenar as ações de planejamento, gestão e implementação da visitação, para que as atividades sejam realizadas de maneira adequada e compatível com a conservação da biodiversidade, chamando todos os envolvidos no processo a uma ação responsável.

No entanto, essas possibilidades de ecoturismo nas UCs ainda encontram-se prejudicadas pela inexistência de Planos de Manejo,¹⁰ na maioria das unidades, e pela conseqüente falta de estudos de limitação da visitação (COSTA, 2002). Segundo Takahashi e Cegana (2005), os impactos nas UCs brasileiras têm maior relação com a falta de planejamento do que com o uso inapropriado dos mecanismos, o que é decorrente da limitação de recursos financeiros e humanos disponíveis para a fiscalização e proteção das áreas. Dessa forma, a gestão adequada da atividade ecoturística nas UCs fica comprometida, revelando um cenário brasileiro onde

o planejamento e gestão do ecoturismo em áreas protegidas representam, nos dias atuais, um dos maiores desafios que o país enfrenta, com o objetivo de compatibilizar os pressupostos de conservação ambiental, em áreas de elevado valor patrimonial em biodiversidade, com a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável (IRVING, 2002b, p. 47).

O ecoturismo, além de ser elemento presente na conceituação de determinadas categorias de UCs e uma forma de cumprir o direito de acesso da população às riquezas naturais de um país (SERRANO, 1997), deve integrar os diferentes interesses envolvidos no processo, essencialmente os das populações locais (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998).

¹⁰ Plano de Manejo: documento técnico em que são estabelecidos zoneamento e as normas de uso e manejo dos recursos naturais, incluindo a implantação da estrutura física necessária (BRASIL, 2004a).

E, assim, os conceitos do ecoturismo estão entrelaçados aos novos paradigmas descritos pela CDB para a conservação de áreas naturais protegidas (FUNBIO, 2006). Esses novos caminhos buscam aliar a valorização dos atributos ecológicos aos objetivos socioeconômicos das sociedades, incorporando populações locais nesses espaços e, ainda, direcionando a gestão aos seus interesses. Nesse contexto, as parcerias entre os governos e a sociedade civil, a valorização de movimentos cooperativos entre regiões e nações e a ênfase do caráter comunitário, na tomada de decisão, têm direcionado as principais tendências no estabelecimento e manejo de áreas naturais protegidas no mundo.

3 RESERVAS PRIVADAS

A participação da sociedade civil na conservação da biodiversidade tem sido considerada uma tendência no Brasil e no mundo. Apesar de a primeira referência acadêmica ao tema ter ocorrido em 1962, durante o Primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais (LANGHOLZ, 2002), há pouco material sistematizado e levantamentos acerca das alternativas privadas de conservação. Segundo alguns autores, como Morsello (2001) e Kramer, Langholz e Salafsky (2002), esse representa um movimento crescente sob a urgente necessidade de investigação detalhada.

Os primeiros antecedentes de iniciativa privada, para fins de conservação, são as *nature reserves* da Inglaterra, estabelecidas pelo *National Trust* (Fundo Nacional), sendo a primeira delas a *Wicken Fen* (1899), criada para preservar um grupo de plantas

(MORSELLO, 2001). Isso demonstra que elas surgiram praticamente na mesma época da criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos (1872), marco inicial do modelo conservacionista predominante no mundo, como já descrito anteriormente.

As áreas protegidas privadas, segundo Langholz (2002), demonstram expansão mais recente em todo o mundo, sendo conduzidas por três fatores principais: redução nos investimentos públicos para criação e manejo de áreas protegidas frente às diversas ameaças à biodiversidade; crescente interesse da sociedade nas ações de conservação, e explosão do ecoturismo. Por ser uma nova ferramenta em tendência, Langholz (2002) enumera vantagens e desvantagens desse processo, nos aspectos ecológicos, econômicos e sociais, ressaltando que a ampla diversidade dessas políticas exige análise das características particulares dos países. Morsello (2001) também aponta justificativas ecológicas, econômicas e político-institucionais na expansão da abordagem privada na conservação.

Para esses autores, as áreas protegidas privadas representam uma alternativa à proteção da biodiversidade, diante de outros usos da terra ou mesmo da insuficiência da iniciativa pública nesse sentido. Elas são citadas, principalmente, pela capacidade de servirem como corredores ecológicos e zonas de amortecimento,¹¹ no sentido de ser um elemento “aditivo às iniciativas governamentais e não substitutivo a elas” (MORSELLO, 2001, p. 62). Essa conectividade de áreas naturais protegidas atende, segundo Langholz (2002), tanto aos proprietários privados, pela divulgação e maior proteção de suas áreas, quanto às áreas protegidas públicas, tornando-as mais eficientes pelo aumento das áreas contíguas e como apoio ao esforço nacional para a proteção da biodiversidade.

Ao identificar que a maioria das terras em ecossistemas mundialmente ameaçados encontra-se em mãos de particulares e em áreas produtivas, as áreas de conservação privadas são ainda mais eminentes, surgindo como alternativa nessas paisagens muito fragmentadas (SWIFT et al., 2003). No entanto, fraquezas ecológicas desse modelo conservacionista são apontadas, tais como: propriedades de pequeno porte, na sua maioria, limitando o potencial de abrigar a biodiversidade; *status* informal em alguns países, levando a uma proteção temporária, e inexistência de monitoramento e avaliação pela esfera governamental (LANGHOLZ, 2002).

Dentre as justificativas econômicas, principalmente para os países subdesenvolvidos em situação de recursos governamentais escassos, Morsello (2001) expõe que as áreas protegidas privadas representam redução dos custos governamentais com implantação e

¹¹ Zonas de amortecimento: o entorno de uma UC, onde há normas e restrições para as atividades humanas de forma a minimizar os impactos à unidade (BRASIL, 2004a).

gestão das áreas destinadas à conservação, principalmente naquelas onde perpetuam conflitos fundiários. Elas apresentam possibilidades de gestão mais dinâmica e flexível que as públicas, no que se refere à qualificação de pessoal e geração de divisas para o local, por meio de atividades de uso indireto, como o ecoturismo, ou da exploração do *marketing ecológico* de empresas (MORSELLO, 2001). Já Langholz (2002) atenta para algumas preocupações no aspecto econômico da abordagem privada na conservação, como a dependência econômica do desenvolvimento do ecoturismo em algumas delas e o enfoque nos resultados econômicos em detrimento dos ecológicos, diante da necessidade de auto-suficiência financeira.

No aspecto social, essa perspectiva privada traz a participação efetiva da sociedade na discussão acerca da conservação do meio ambiente e do controle sobre os recursos naturais, mas também pode gerar acesso e gestão restrita aos ricos (“ilhas de elite”), evidenciando desigualdades sociais e concentração de posse de terras ou ressentimentos, quando adquiridas por estrangeiros (nova forma de neocolonialismo) (LANGHOLZ, 2002).

Como justificativas político-institucionais, Morsello (2001) destaca que, ao contrário do modelo tradicional das UCs públicas, as áreas privadas admitem a presença de populações humanas, buscando soluções mais viáveis que a desapropriação das terras, além de incentivar os proprietários para que as estabeleçam. Elas apresentam, também, maiores possibilidades de inovar em processos e políticas de gestão, nos quais a forte atuação do movimento conservacionista tem demarcado uma relação mais estreita com o público (MORSELLO, 2001). E, ainda, representam alianças público-privadas pela conservação ambiental, incrementando o grau de proteção, pela colaboração mútua nos aspectos político, regulatório e na obtenção de fundos (SWIFT et al., 2003).

Os espaços privados destinados à conservação ainda podem contribuir para a minimização das pressões do acesso público, mediante a distribuição das visitas em áreas protegidas e na promoção de usos mais sustentáveis, sob a forma de atividades economicamente viáveis, integradas à proteção do meio ambiente (SWIFT et al., 2003). No entanto, isso é uma ferramenta ainda pouco conhecida, que não deve ser vista como uma “solução mágica” para as dificuldades enfrentadas em salvaguardar a biodiversidade mundial, mas, como “uma outra opção na caixa de ferramentas” (LANGHOLZ, 2002, p. 209). Portanto, a necessidade de conhecer e caracterizar esse fenômeno mundial crescente deve ter foco na maximização dos pontos fortes apresentados e na busca de soluções aos problemas decorrentes, considerando a situação específica de cada país.

3.1 Reservas privadas na América Latina

As iniciativas privadas de conservação, a partir da criação da reserva *Wicken Fen* (1899), expandiram-se aos continentes (MORSELLO, 2001; LANGHOLZ, 2002; WIEDMANN, 2001; KRAMER; LANGHOLZ; SALAFSKY, 2002). Na Europa, as referências apontam para a existência de reservas privadas na Alemanha, Holanda, Suíça, Itália, Suécia, nos Países Escandinavos, na Espanha, Grécia, Áustria, Bélgica e França. O continente africano possui longa trajetória ao combinar proteção da biodiversidade em terras privadas com caça esportiva (*safáris de caça*) e com as primeiras iniciativas de contemplação da natureza no mundo, sob a forma de *safáris fotográficos*, principalmente em países como África do Sul, Zimbábue e Namíbia (PIRES, 2002). As áreas protegidas privadas também surgiram em Samoa Ocidental, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos e, mais recentemente, nos países da América Latina, iniciando por Costa Rica.

O movimento das áreas privadas destinadas à conservação, de forma geral, apresentou características distintas em cada país, quanto aos seguintes aspectos:

- a) *situação legal*: implementadas a partir de instrumentos voluntários (por ato do proprietário) ou regulatórios governamentais;
- b) *objetivos de manejo e atividades possíveis*: desenvolvem ecoturismo, recreação, conservação de ecossistemas, pesquisa científica, extrativismo ou um misto delas;
- c) *instituição responsável*: de posse de proprietários particulares, terras comunais, cooperação entre grupos de proprietários, ONGs ou empresas;
- d) *forma de instituição*: criadas a partir de medidas restritivas dos governos ou apenas pela iniciativa voluntária do proprietário (MORSELLO, 2001).

Na América Latina, apesar de os países já disporem de uma gama de instrumentos voluntários de conservação privada, os métodos de restrição obrigatória sobre os usos das terras, por força dos governos, ainda são mais frequentes (SWIFT et al., 2003). As *reservas privadas regulamentadas* e as reservas informais, que se apóiam somente no compromisso do proprietário, são apenas alguns dos instrumentos voluntários nesse sentido, além das propriedades pertencentes a ONGs, servidões ambientais (formais ou informais), projetos de desenvolvimento limitado (no Chile), concessões com fins de conservação (no Peru, Chile e

Bolívia), acordos comunitários (no México e Peru) e outros mecanismos como doações de terras a sistemas oficiais de áreas protegidas, usufruto, comodato, doações e legados condicionais, contratos de locação e transferência de direitos de desenvolvimento urbano (SWIFT et al., 2003).

O movimento acerca das reservas privadas teria iniciado na região na década de 1970, por motivação da comunidade científica em resguardar os ecossistemas e espécies únicas encontradas nas reservas de *Monteverde* e *La Selva*, Costa Rica. A partir da metade da década de 1980, houve crescente interesse de proprietários privados e de ONGs ambientalistas, os quais, após 1990, iniciam a organização de redes. Essas reservas privadas latino-americanas provêm de esforços de indivíduos, grupos comunais e indígenas, ONGs, governos e demais envolvidos, no sentido de complementar os esforços públicos de conservação. A atuação de ONGs internacionais tem sido muito significativa, freqüentemente estabelecendo reservas e repassando sua gestão para ONGs locais, incentivando a pesquisa científica e as atividades turísticas (MORSELLO, 2001).

Especificamente as reservas privadas formais dependem da existência de dispositivo legal de proteção e reconhecimento oficial pelos governos, o qual, na América Latina, aparece no Brasil, em Costa Rica, no Equador e, mais recentemente, no Peru, na Bolívia, na Colômbia e na Guatemala. Eles normalmente contêm elementos semelhantes no processo de instituição dessas áreas, como: procedimentos para declaração da reserva, critérios de qualificação (valor ecológico, biológico, científico), restrições de uso da terra, requisitos permanentes (Plano de Manejo) e regime com duração limitada ou em caráter perpétuo (SWIFT et al., 2003).

A maioria dos países latino-americanos, no entanto, apresenta carência de um programa nacional adequado para as reservas privadas formais e outras barreiras de cunho jurídico, político e operacional. Segundo Swift et al. (2003), o desafio comum à América Latina nessa questão está no estabelecimento de um *marco jurídico integral* que considere a realidade específica de cada país ao traçar leis bem definidas e instrumentos jurídicos e econômicos de incentivo; o incremento à capacitação e informação dos proprietários e envolvidos; a maior colaboração público-privado; além de buscar a delimitação de categorias de manejo para reservas privadas, ainda inexistentes em nível internacional.

Dentre os países que possuem um sistema legal que regulamenta as reservas privadas, a Costa Rica, pioneira na conservação de terras privadas na região, possui um grande número delas, sob a forma de *Refugio Nacional Privado de Vida Silvestre*. Esse é o instrumento oficial mais utilizado, instituído em 1992, com vigência entre cinco e 20 anos, somando hoje 63 unidades e 180.035 ha protegidos. Porém admite, iniciativas privadas e

públicas. O país possui a *Red Nacional de Reservas Naturales Privadas*, que congrega os proprietários de áreas sob regime formal e informal de proteção (CHACÓN, 2003). Dessa forma, esse representa o país latino-americano que possui a melhor estratégia de promoção de alianças público-privadas e o melhor mecanismo de incentivos econômicos por agregar, principalmente, o pagamento de serviços ambientais e instrumentos jurídicos, que dispõe sobre a proteção da terra em caso de invasões irregulares (SWIFT et al., 2003). Essas áreas são utilizadas de forma mais expressiva para a pesquisa científica e o ecoturismo, mediante doações e apoio de pessoas, ONGs e empresas, principalmente estrangeiras (MORSELLO, 2001). As ONGs foram elementos-chave desde as primeiras iniciativas, hoje sob a forte atuação do *Centro de Derecho Ambiental y de los Recursos Naturales* (Cedarena), criado em 1989 (CHACÓN, 2003).

O Equador possui os *Bosques Protectores* como alternativa de instituição de reservas, públicas e privadas, declaradas oficialmente desde 1981, em caráter perpétuo, alcançando 88 unidades privadas (SWIFT et al., 2003). Algumas delas integram a Rede de Reservas Privadas *Corporación Nacional de Bosques Privados de Ecuador*, criada em 1996, com objetivos de integração dos proprietários (ARIAS; TOBAR, 2003). O Equador apresenta uma intensa atividade na conservação voluntária em terras privadas, com origens nas medidas de conservação adotadas pelo *Rancho Primavera*, já em 1942, tendo sido a *Estación Científica Rio Palenque*, a primeira reserva formal do país, estabelecida por uma aliança entre proprietário e uma universidade, na década de 1970. As ONGs demonstram forte atuação também nesse país, a exemplo do *Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental* (Ceda), que elaborou um projeto para regulamentação da legislação às *Reservas Naturales Privadas*, a integrar o sistema nacional de áreas protegidas (ARIAS; TOBAR, 2003).

A Bolívia criou em 1996 a *Reservas Privadas del Patrimonio Natural (RPPN)*, sob a forma de servidões ecológicas para a conservação de valores ecológicos, cênicos e paisagísticos (WIEDMANN, 2001). Elas são submetidas aos limites de máximo de 5.000 ha e prazo mínimo de dez anos de vigência. O país conta com 19 RPPNs (12,63% do território nacional até 2001) e aguardam a aplicação adequada dos instrumentos existentes para seu reconhecimento jurídico como área protegida. A primeira iniciativa de conservação ocorreu em 1975, sob o *status* de Refúgios de Vida Silvestre (SANJINÉS, 2003).

A Colômbia, com a criação da *Asociación Red Colombiana de Reservas Naturales de la Sociedad Civil*, em 1993, iniciou os trabalhos para a regulamentação das *Reservas Naturales*, alcançada em 1999, sendo incluídas no Sistema Nacional Ambiental (Sina). A rede compreende atualmente 217 reservas (das quais 182 são *Reservas Naturales*) e mais de

49.000 ha protegidos, os quais, aproximadamente 40%, estão sendo usados para produção agropecuária e alguns para educação ambiental e ecoturismo (RESNATUR, 2006).

O Peru possui dispositivo legal de criação das *Áreas de Conservación Privada* desde 2001, com limites de vigência de no mínimo dez anos. Esse instrumento integra o Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas do país, conquistado a partir da atuação da ONG *Sociedad Peruana de Derecho Ambiental*. Apenas duas reservas foram reconhecidas até o momento, sendo a primeira criada por uma comunidade campesina Chongoyape (*Área de Conservación Privada de Chaparí*, de 34.000ha). Outras iniciativas atuais têm sido apresentadas com essa intenção, por parte de particulares e grupos comunitários, especialmente voltados ao ecoturismo na Amazônia peruana, nos Parques Naturais. Mas, o fato de o país apresentar 80% do território nacional sob a forma de propriedade pública limita a ação dos privados à sua conservação (SOLANO, 2003).

E, mais recentemente, a Guatemala instituiu em 2002 a categoria *Reservas Naturales Privadas* (RNP), integrantes do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, compreendendo 51 unidades e 21.697 ha (até 2003). A *Asociación de Reservas Naturales Privadas de Guatemala* tem atuado desde 1998, promovendo apoio econômico e técnico e a localização estratégica em zonas de amortecimento de áreas protegidas públicas e em corredores biológicos relevantes, mediante ajuda das organizações internacionais Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e *The Nature Conservancy* (TNC).

Dentre os países que estão implementando uma regulamentação oficial para as áreas protegidas privadas, encontra-se o Chile. O projeto de lei referente à regulamentação das *Áreas Protegidas Privadas* (APPs) foi desenvolvido nesse país pela ONG *Comité Nacional Pro Defensa de la Fauna y Flora* (Codeff) e encontra-se em tramitação desde 2002. As iniciativas privadas em conservação iniciaram nos anos 1980, com significativa expansão na década de 1990, sendo designadas informalmente pelos proprietários, ou mediante a adaptação de instrumentos jurídicos, públicos e privados, vigentes na legislação do país (a exemplo dos Santuários da Vida Silvestre, Comodatos, e outros) (CODEFF, 1999). Em 1997, foi criada a *Red de Áreas Protegidas Privadas* (RAPP), entidade coordenada pelo Codeff, com o objetivo de apoiar essas iniciativas, fomentar e promover o intercâmbio de informações e experiências entre os proprietários. Hoje, a RAPP compreende 133 áreas privadas e 386.571,5 ha sob proteção (CODEFF, 2006). Elas foram criadas pela iniciativa de indivíduos, famílias, grupos de amigos, ONGs, fundações, universidades, instituições de pesquisa científica, empresas florestais e outros organismos privados, abrangendo desde pequenas

áreas (1 ha) até o Parque Pumalín, uma das maiores reservas privadas do mundo, com 300.000 ha (MALDONADO; CORTÉS, 2003).

Outros países da América Latina nos quais há esforços para a conservação de terras privadas são: Paraguai, Argentina, El Salvador, Honduras, Panamá, Nicarágua, Venezuela, Belize e México. Esses, juntamente com Brasil, Costa Rica, Equador, Colômbia, Bolívia, Peru, Guatemala e Chile, formam os 17 países membros da Aliança de Redes Latino-Americanas de Conservação Privada, a qual integra os mais de 1.600 proprietários e dois milhões de hectares em reservas privadas latino-americanas (Declaração de La Fé, Venezuela, 2005). O fortalecimento dessa aliança e o intercâmbio de experiências de conservação privada no continente americano foram objetivos da sétima edição do Congresso Interamericano de Conservação em Terras Privadas, realizado em Cartagena (Colômbia), em 2006, além de pretender o incremento da cooperação público-privada e a promoção dessas reservas em uma perspectiva de longo prazo (CICTP, 2006).

3.2 Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Brasil

No Brasil, as iniciativas privadas em conservação dos ecossistemas apresentam-se, também, em grande expansão, surgindo por força de lei de caráter regulatório ou por instrumentos voluntários. As Reservas Legais, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e outras constituem exemplos de áreas provenientes da aplicação de normas ambientais, ainda que escassamente implementadas no País (THEULEN; MILANO; NUNES, 2003). Por meio de instrumentos voluntários, são instituídas as reservas privadas formais sob a figura legal da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), além de outros instrumentos de reconhecimento internacional, como os Patrimônios Naturais Mundiais e as Reservas da Biosfera (por meio da Unesco), e as reservas informais (THEULEN; MILANO; NUNES, 2003).

De uma perspectiva geral acerca do marco legal disponível para a conservação em terras privadas na América Latina, o sistema brasileiro destaca-se como um dos mais evoluídos (THEULEN; MILANO; NUNES, 2003; MESQUITA, 1999; SWIFT et al.,

2003). Sob a figura das RPPNs, apresenta um dos poucos instrumentos com o gravame de perpetuidade,¹² além de ser detentor do maior número de reservas privadas formais entre os países latino-americanos. Apesar disso, apresenta poucos incentivos econômicos e jurídicos, e ainda não introduziu, efetivamente, o uso de instrumentos de servidão ambiental¹³ (SWIFT et al., 2003).

As RPPNs, objeto do presente estudo, são um instrumento jurídico por meio do qual o particular, por ato voluntário, declara parte ou totalidade do território, como área protegida de domínio privado, integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), destinada à proteção integral dos recursos naturais (WIEDMANN, 2002). Portanto, devem representar áreas de relevância para a conservação da diversidade biológica e/ou conter atributos naturais singulares (IBAMA, 2006a).

Segundo informações do Ibama (2006a), as RPPNs são importantes por contribuírem para uma rápida ampliação das áreas protegidas no Brasil, possibilitando a participação da iniciativa privada nos esforços de conservação dos biomas brasileiros, além de apresentarem índices positivos na relação custo/benefício.

O ato voluntário dos proprietários é, nesse contexto, um dos principais fatores para o fortalecimento da figura legal da RPPN ao longo de sua existência (WIEDMANN, 2001). Além disso, as propriedades particulares detêm hoje a maioria das áreas naturais de relevância para a conservação no Brasil e, ainda, possibilitam o exercício pleno do direito de propriedade, pelo estabelecimento da reserva (MARTINS, 2003). A RPPN não requer desapropriação e exclusão das populações locais ao ser instituída, e o direito de propriedade é garantido por lei, atrelado à função social da terra destinada à conservação da biodiversidade brasileira.

As RPPNs demonstram ser áreas voltadas à conservação dos ecossistemas brasileiros, seja pelas ações de manutenção, recuperação, proteção dos recursos naturais, dos aspectos paisagísticos e cênicos, de pesquisa científica e educação ambiental, seja pelo implemento de formas de uso mais sustentáveis (IBAMA, 2006a). Assim, elas cumprem o papel de complementaridade às UCs públicas, conforme descrevem Mesquita e Vieira (2004), principalmente na formação de corredores ecológicos, mesmo quando representam pequenos

¹² O caráter perpétuo ou inalienável da criação de uma RPPN demonstra que seu processo de reconhecimento é irrevogável – se houver venda, doação ou repartição das terras, os futuros proprietários deverão se comprometer com os objetivos das RPPNs.

¹³ A Servidão Florestal no Brasil é uma figura legal de reserva privada voluntária, prevista na Medida Provisória 2.080/59, sendo menos restritiva na proteção dos recursos que as RPPNs e possuindo caráter temporário (WIEDMANN, 2001).

fragmentos, e na posição de zonas de amortecimento de UCs públicas. Um exemplo são as RPPNs Acurizal, Penha e Dorochê que, estrategicamente conectadas ao Parque Nacional do Pantanal, foram ainda instituídas como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, recebendo reconhecimento internacional (MARTINS, 2003).

O papel do poder público e do privado nessa relação de integração, para fins de conservação fica assim estabelecido:

[...] ao poder público a missão de estabelecer grandes áreas protegidas, que assegurem a proteção de amostras representativas de ecossistemas e a manutenção dos processos ecológicos. No caso das unidades de conservação do setor privado caberia, em *caráter complementar*, formar uma espécie de proteção ou amortecimento de impactos no entorno dos parques e reservas públicas, promovendo a permeabilidade ecológica em paisagens fortemente fragmentadas, como é o caso da Mata Atlântica (MESQUITA; VIEIRA, 2004, p. 13, grifo nosso).

Além dos esforços de conservação, as RPPNs são vistas como aliadas do poder público na promoção de atividades turísticas em ambientes naturais protegidos; da educação ambiental e da pesquisa científica – únicas atividades legalmente possíveis de serem implementadas nesses ambientes (BRASIL, 2004a). A possibilidade de realização dessas atividades específicas oferece às RPPNs maior eficiência, tanto na conservação quanto na otimização do uso dos recursos, trazendo melhorias na relação custo/benefício e maior visibilidade de resultados (MESQUITA, 2004d). Além desse, outros fatores têm sido agregados recentemente às RPPNs, como os serviços ambientais que aportam, em conjunto com as UCs públicas, a crescente valorização econômica dos recursos naturais e a manutenção dos processos ecológicos, a exemplo da oportunidade de obtenção de créditos de carbono, conforme destaca Souza (2002).

Mesquita (2004d) destaca ainda que, naquelas unidades localizadas no entorno de UCs onde não há visitação pública, seja por restrições de uso em função da categoria de manejo, seja pela falta de infra-estrutura adequada, as RPPNs podem representar o cumprimento do direito de acesso dos cidadãos a áreas naturais, e a disseminação do conhecimento acerca da importância da diversidade biológica do País e de uma consciência ambiental.

Já Martins (2003) enumera outro valor estratégico da criação das RPPNs, no sentido da efetivação das políticas públicas de conservação e uso sustentável da diversidade biológica do País. Isso decorre do seu caráter diferenciado de propriedade privada, bastante versátil se

comparada às UCs públicas e pelas condições privilegiadas que recebe pela legislação, obtendo atenção por parte da autoridade ambiental, policial e tributária.

A expansão das RPPNs tem sido justificada sob esses aspectos diversos, englobando a perspectiva das alianças público-privadas, para fins de conservação dos ecossistemas e pelos benefícios ecológicos, sociais, econômicos e político-institucionais que aportam. Porém, as RPPNs brasileiras, assim como os esforços de conservação privados no mundo, apresentam carência de informações sistematizadas dos órgãos ambientais competentes, além de um marco legal em evolução e muitos pontos (positivos e negativos) ainda em discussão.

3.2.1 Aspectos legais das RPPNs

Segundo informações do Ibama/MMA (1999), a base legal para a criação de propriedades particulares destinadas à proteção ambiental surge no Código Florestal de 1934, sob a denominação de *florestas protetoras*. Estas já representavam áreas protegidas de posse e domínio privado, inalienáveis, contando com isenção de impostos. Essa figura desaparece com o novo Código Florestal de 1965 (Lei 4.771), que mantém a possibilidade de gravar com perpetuidade uma *floresta não preservada*, por iniciativa do proprietário (art. 6º, Lei 4.771/65) (MESQUITA, 2004a).

Em seguida, mediante a iniciativa de proprietários rurais do Rio Grande do Sul, que reivindicavam proteção oficial às suas terras, frente às ameaças de caça, o IBDF iniciou a regulamentação de áreas naturais protegidas de caráter privado, denominadas *Refúgios Particulares de Animais Nativos*, em caráter de perpetuidade (Portaria IBDF 327/1977). Em 1988, essa situação foi estendida à proteção da vegetação, quando o IBDF institui as *Reservas Particulares de Flora e Fauna* (Portaria 217/1988), às quais dezenas de proprietários se engajaram mesmo sem nenhum incentivo (WIEDMANN, 2001).

Após a criação do Ibama, surge a figura jurídica da *Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN*, por meio do Decreto Federal 98.914, de 31 de janeiro de 1990. Segundo Wiedmann (2001), o objetivo central foi incluir essas reservas no cenário ambientalista brasileiro, oferecendo um regulamento mais seguro, incentivos à sua criação, e o estabelecimento de uma rede de reservas privadas na qual o cidadão pudesse engajar-se, voluntariamente, no processo de conservação, e de forma efetiva, destinando *ad perpetum* (com garantia de perenidade) uma parte ou a totalidade de seu patrimônio imobiliário.

Esse instrumento foi atualizado pelo Decreto Federal 1.922, de 5 de junho de 1996, ampliando o significado das RPPNs, ao estabelecer, de forma mais clara, direitos, restrições, obrigações e vantagens para os proprietários e para os órgãos ambientais, definindo os usos permitidos, como de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer, desde que assegurada a proteção dos recursos da reserva (IBAMA, 2005). A partir deste, estabeleceu-se a possibilidade de instituição das RPPNs em nível estadual, em caráter perpétuo (MESQUITA; LEOPOLDINO, 2002).

Essa atualização pretendeu harmonizar o instrumento das RPPNs às diretrizes traçadas pela CDB, que dispõe sobre a necessidade da contribuição da população na conservação ambiental, de forma integrada às ações governamentais (WIEDMANN, 2002). Esse marco legal também buscou atender à Constituição Brasileira (art. 225, CF), que prevê a extensão ao cidadão das obrigações de defender o meio ambiente, classificado como bem de uso comum do povo (WIEDMANN, 2001).

Considerando a crescente adesão de proprietários particulares à iniciativa do Ibama de criar as RPPNs e a evolução dessa figura legal no cenário da conservação ambiental no Brasil, elas passaram a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2004a). A partir disso, as RPPNs foram reconhecidas, na íntegra, como:

Art 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I – a pesquisa científica;

II – a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III – (VETADO).

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e Gestão da unidade (BRASIL, 2004a, p. 22).

Com o *status* de Unidade de Conservação adquirido pelas RPPNs, Mesquita (1999) enfatiza que o Brasil torna-se o país da América Latina com o melhor arcabouço jurídico-legal para o reconhecimento das reservas privadas, como áreas protegidas oficiais e, ainda,

um dos poucos a gravá-las com perpetuidade (SWIFT et al., 2003). Classificadas como UCs de Uso Sustentável, conforme Lei do SNUC, há muitas críticas nesse sentido, visto que o item do art. 21, que possibilitava a extração de recursos naturais, foi vetado pelo presidente da República. Assim, Wiedmann (2001) e Mesquita (2004a) consideram-nas como unidades do grupo de Proteção Integral de fato, frente às restrições de uso próprio.

O Ibama lançou, em seguida, uma sequência de instrumentos normativos representados pela Portaria 16/2001, Instrução Normativa (IN) 24/2004 (BRASIL, 2004b) e a última, IN 62/2005 (BRASIL, 2005), com o intuito de atualizar e aperfeiçoar o instrumento jurídico das RPPNs e sua execução. Essas alterações expressam, de forma geral, novos critérios, exigências técnicas e procedimentos legais para proprietários e para o Ibama. Como cita Wiedmann (2004), isso representou entraves burocráticos no órgão ambiental e um processo muito mais oneroso para os proprietários interessados, o que resultou em uma estagnação nos reconhecimentos em nível federal, mas com perspectivas positivas de mudanças diante da proposta de regulamento específico para as RPPNs.

O Regulamento das RPPNs foi promulgado pelo Decreto 5.746, de 5 de abril de 2006 (BRASIL, 2006), expressando a primeira categoria de UC brasileira a ter regulamento específico, apesar de ser uma normativa presente na legislação a todas as categorias do SNUC (BRASIL, 2004a).

3.2.2 Procedimentos, exigências e instrumentos de incentivo às RPPNs

Para a instituição da RPPN, em nível federal, o proprietário ou responsável necessita encaminhar requerimento de solicitação ao Ibama, destinando a totalidade ou parcialidade do seu imóvel à reserva, conforme documentação exigida. A partir disso, a área é submetida à vistoria técnica pelos órgãos ambientais competentes (nível federal ou estadual) e disponibilizada para consulta pública, via internet. O Ibama, então, realiza parecer técnico conclusivo, e a RPPN é oficializada mediante publicação em Diário Oficial da União. A assinatura do Termo de Compromisso pelo proprietário é seguida de averbação no Registro de Imóveis, o que garante o título de reconhecimento à RPPN, com posterior divulgação na forma de portaria publicada pelo Ibama (BRASIL, 2006).

O proprietário de RPPN tem, como obrigações, assegurar a manutenção dos seus atributos ambientais e a sinalização dos seus limites e restrições de uso. Deve submeter à

aprovação do órgão ambiental competente o Plano de Manejo da RPPN e relatórios anuais de situação (ou sempre que solicitado) (BRASIL, 2006).

O Ibama ou a entidade responsável credenciada, por sua vez, tem o papel de orientar o proprietário no planejamento da RPPN, frente aos critérios já estabelecidos pelo Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para RPPNs, além de manter cadastro atualizado, de realizar vistorias periódicas e oferecer apoio na proteção, fiscalização, orientação técnica e repressão aos crimes ambientais (BRASIL, 2006).

Quanto aos instrumentos de incentivo à criação de uma RPPN, conforme consta no Decreto 5.746/2006, são citados os seguintes benefícios econômicos: isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), referente à área criada como RPPN; prioridade na análise dos projetos de implantação e gestão oriundos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e de outros programas oficiais; preferência na análise de pedidos de concessão de crédito rural regulados pela administração federal; destinação de recursos provenientes de compensação ambiental. Além desses, outros benefícios indiretos são apontados pela WWF (2004) como auxílio em divulgação e *marketing* de propriedades rurais economicamente produtivas ou como atrativo ecoturístico, para a realização de atividades de interpretação ambiental e pesquisa científica, além da possibilidade de realizar parcerias com universidades, ONGs, empreendimentos turísticos e empresas para implementação e manutenção da área.

3.2.3 RPPNs: as práticas de um conceito em evolução

Os incentivos legais anteriormente demonstrados, no entanto, não têm sido suficientes ou efetivos para os proprietários de RPPNs, como descrevem Mesquita e Leopoldino (2002), na região do sul da Bahia. Eles apontam que a isenção de ITR – o único benefício concreto oferecido aos proprietários - não tem representado de fato um estímulo para a criação de RPPNs, em função da sua característica de médias propriedades. Entretanto, a linha de financiamento do FNMA é um benefício que, na prática, contempla uma pequena quantidade de RPPNs, além de não admitir pedidos provenientes de proprietários pessoas físicas e a utilização dos recursos para aquisição de equipamentos e realização de obras (THEULEN; MILANO; NUNES, 2003; MESQUITA, 2004d). Aliada a esses fatores, encontra-se a falta de informação, capacitação e orientação técnica aos proprietários, quanto ao acesso a esses recursos (MELO, 2004; CEGANA, 2005).

Os anseios dos proprietários de RPPNs, segundo Mesquita (2004d), estão voltados à obtenção de reconhecimento e apoio, sobretudo quanto à orientação, assessoria técnica e ao suporte financeiro. Wiedmann (2001) justifica a rigidez dos princípios das RPPNs, principalmente no que se refere à perpetuidade do processo, sendo uma forma de assegurar o objetivo primordial da conservação do meio ambiente e dar estímulo e apoio oficial à coletividade.

Diante desse cenário, a necessidade de criação de incentivos mais eficientes tem sido evidenciada por autores como Morsello (2001), Pereira (2002) e Mesquita (2004d). Um pacote de incentivos baseado em uma inter-relação custo/benefício dos aspectos econômicos e ecológicos é proposto por Morsello (2001), a ser instaurado em nível local e regional, focalizando critérios de seleção dos ambientes prioritários à conservação (até o momento inexistente no programa brasileiro) e de forma integrada a uma política de desenvolvimento rural mais abrangente. Além disso, a possibilidade de criação de um fundo para UCs particulares, a partir de doações incentivadas com a isenção de impostos ou *marketing ecológico* das empresas, são possíveis alternativas (MORSELLO, 2001).

Por outro lado, a legislação das RPPNs é vista por Martins (2003) como um exemplo de instrumento de política que foi modernizado ao longo de sua história e que vem demonstrando eficiência, principalmente por consolidar o direito de propriedade da terra à uma função social, cuja finalidade de proteção ambiental do patrimônio natural é reconhecida. O âmbito legal das RPPNs também recebeu destaque na análise de Mesquita (2002), na qual, ao determinar a efetividade de manejo de quatro reservas brasileiras, apresentou-o como o aspecto mais efetivo, denotando a qualidade do arcabouço jurídico-legal brasileiro para as RPPNs. Já as principais debilidades no manejo das RPPNs referem-se ao tamanho das reservas (de maioria pequeno porte) e ao nível de fragmentação e isolamento de remanescentes florestais em conflito com atividades realizadas no entorno (agricultura, pecuária ou desmatamentos) (MESQUITA, 2002).

Nesse contexto, Martins aponta quatro aspectos de um cenário político-institucional favoráveis ao crescente estímulo a proprietários envolvidos e interessados em reconhecer RPPNs:

- disponibilidade de políticas públicas federais e estaduais objetivas, desburocratizadas e complementares;
- instrumentos econômicos atraentes;
- sociedade civil organizada e atuante localmente;
- governo local mobilizado e preparado para agir (MARTINS, 2003, p. 64).

No que se refere ao aperfeiçoamento das políticas públicas, uma forte tendência tem sido a criação de legislação específica nos estados para as RPPNs. O Mato Grosso do Sul foi o primeiro a promulgar um instrumento legal em nível estadual, em 1993, seguido de Paraná, Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais, Ceará, Bahia (SCHIAVETTI, 2003) e, a partir de 2006, Alagoas e Espírito Santo. Martins (2003) destaca que isso traz agilidade pela descentralização do processo de reconhecimento das RPPNs e resultados promissores quanto à regras claras e transparentes, de forma desburocratizada, apropriando-se das particularidades locais e oferecendo ao poder público na região a oportunidade de implementar ações de forma mais engajada com a sociedade civil. Alguns instrumentos para a criação de RPPNs municipais já têm sido outra realidade em expansão, com poucas informações a respeito.

Outras iniciativas desenvolvidas em apoio às RPPNs são: doação de madeira apreendida pelo Ibama em infrações ambientais, utilização da área para soltura de animais silvestres apreendidos e passíveis de reintrodução, criadouros de animais, apoio das ONGs na elaboração dos Planos de Manejo e outros (WIEDMANN, 2001). E ainda, a compensação ambiental, os projetos financiados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC),¹⁴ disposto pelo Ministério Público, entre outros (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO, 2004).

A possibilidade do ICMS Ecológico, estendida às RPPNs, tem sido implementada por diversos estados, conforme Loureiro e Martinez (2004), tendo sido criado pioneiramente no Paraná, em 1991 e, hoje, efetivo em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rondônia, Acre, Amapá e Tocantins. O ICMS Ecológico corresponde à possibilidade do repasse de recursos financeiros provenientes da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aos municípios que possuem UCs e outros critérios ambientais em seu território. Dessa forma, as RPPNs são consideradas de acordo com sua superfície e com aspectos relacionados à qualidade da conservação na área (LOUREIRO; MARTINEZ, 2004). Portanto, um eficiente instrumento econômico na busca da superação do conflito entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, e que, mesmo não estando vinculado estritamente às RPPNs, garante o repasse de recursos financeiros aos municípios, configurando um compromisso mútuo entre governos estaduais, municipais e proprietários de RPPNs (MARTINS, 2003).

¹⁴ Através do TAC, o infrator ambiental registra as ações que executará para recuperar ou compensar dano ambiental causado, podendo aplicar recursos para suprir necessidades nas RPPNs (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO, 2004).

No que tange ao terceiro aspecto citado por Martins (2003, p. 64): “a participação da sociedade civil organizada e atuante”, a Confederação Nacional das RPPNs (CNRPPN), criada em 2001, é a entidade representativa das associações regionais de proprietários dessas reservas, com o objetivo de integrá-las em defesa da conservação do meio ambiente e promover incentivos à sua criação e ao seu reconhecimento como UC (CNRPPN, 2004). Na esfera estadual ou regional, já existem 14 Associações de Proprietários de RPPNs, que demonstram esforços integrados à Confederação, no fortalecimento da figura legal, como um instrumento público de promoção da cidadania, de responsabilidade socioambiental, da conservação da biodiversidade e da proteção do patrimônio natural do Brasil (MESQUITA et al., 2004). Algumas dessas associações já dispõem de consulta *online* acerca das RPPNs associadas, a exemplo da Federação das Reservas Ecológicas do Estado de São Paulo (FREPESP, 2006) e da Associação de Proprietários de RPPNs do Mato Grosso do Sul (REPAMS, 2006), e, no caso de uso público, informações sobre atividades e equipamentos oferecidos, com projetos futuros para incluir um sistema de reservas via internet.

Outro destaque tem sido a elaboração de convênios e parcerias entre RPPNs e universidades e instituições de ensino e pesquisa, oportunizando a realização e publicação de trabalhos acadêmicos, livros e artigos científicos, a realização de programas de educação ambiental e de ecoturismo e o repasse de doações. Isso tem proporcionado vantagens para o proprietário, no reconhecimento do seu esforço e na proteção e divulgação da área para o ecoturismo ou obtenção de financiamentos para o manejo e a novos projetos de pesquisa (REED, 2004). As RPPNs também representam vantagens ao pesquisador, já que enfrenta menos burocracia e tem amplo espaço para estudos relacionados à fragmentação e ao potencial para a pesquisa a serem explorados (COSTA; HERRMANN, 2002). O incremento das pesquisas científicas e do monitoramento ambiental é, segundo Mesquita (2004c), uma forma de garantir o caráter de perpetuidade das RPPNs, realizando intervenções e manejo dos ecossistemas.

A busca de apoio a reservas privadas, segundo estudo realizado por Mesquita (1999), representa uma tendência no Brasil e em outros países da América Latina, principalmente na forma de assessoria técnica e contratação de pessoal, divulgação, e em pesquisa e planejamento. A forte atuação de ONGs conservacionistas no movimento das RPPNs também é destacado por Morsello (2001), demonstrando ser positiva para a gestão de UCs, no sentido de obterem financiamentos e maior apoio da população local e de voluntários, além de menor aparato burocrático- administrativo.

As ONGs têm expressado um envolvimento total com a questão das RPPNs, estabelecendo e administrando suas próprias reservas, ou associando-se com empresas, proprietários ou outras ONGs de âmbito local, contribuindo para elaboração de planos, projetos e estratégias de manejo, na maioria das vezes integradas com parceiros locais (MESQUITA, 2004c). Dentre as ONGs mais atuantes no fomento das RPPNs estão: Conservação Internacional do Brasil (CI), Fundação S.O.S Mata Atlântica, Conselho Nacional e Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN), Fundação Pró-Natureza (Funatura), Fundação Biodiversitas, SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental), Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (Iesb), Associação Mico-Leão-Dourado (AMDL), Instituto Sul Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza, The Nature Conservancy (TNC), Fundação Ecotrópica, Associação Caatinga, Instituto para a Preservação da Mata Atlântica, Fundo Mundial para a Natureza (WWF), entre outras.

Diversos programas de apoio à criação e implementação das RPPNs ou projetos específicos de desenvolvimento das atividades de ecoturismo, pesquisa e educação ambiental nesses espaços têm sido executados por algumas das ONGs citadas, com o auxílio de doações internacionais, como o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF), do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Alguns exemplos de programas de apoio a ONGs são: o programa desenvolvido pelo Iesb, criando 18 RPPNs desde 1996, algumas no entorno da Rebio de Una (BA) (MESQUITA; LEOPOLDINO, 2002); o projeto da AMDL, que fomentou a criação de 11 RPPNs no entorno da Rebio de Poço das Antas (RJ) (MESQUITA, 2004d); o Programa de Conservação de Terras Privadas, da TNC; o Programa Pantanal para Sempre, da WWF; o Programa de Incentivo da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, das ONGs CI e Fundação S.O.S Mata Atlântica, com atuação prioritária no Corredor Central da Mata Atlântica e da Serra do Mar (COSTA et al., 2004); o Programa do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e o Projeto da Funatura, que estabeleceu sete RPPNs no Cerrado, no entorno dos Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros (GO) e Grande Sertão Veredas (MG).

A parceria entre público e privado também tem gerado fontes de auxílio às RPPNs. Mesquita (2004d) destaca como exemplos a remuneração direta dessas reservas pelos serviços ambientais prestados e a adoção do conceito de *município verde* em Silva Jardim (RJ), como um estímulo para que se torne o município com maior número de RPPNs no Brasil (hoje possui mais de dez unidades), resultado da parceria entre prefeitura, ONG AMDL e proprietários reunidos pela Associação do Patrimônio Natural (APN- RJ).

A partir da organização desses atores sociais, envolvidos por meio das associações e da confederação de proprietários, e em parcerias com instituições de ensino e pesquisa, empresariado, organizações do terceiro setor e órgãos públicos locais, estaduais e federais, o movimento reivindicou o cumprimento da Lei do SNUC, no Ibama, conquistando regulamento específico da categoria e a publicação do Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo de RPPNs. Eles também têm promovido a realização de eventos específicos da categoria como o I e o II Congresso Brasileiro de RPPNs (realizados em 1996 e 2004, respectivamente) e a participação em eventos de âmbito internacional sobre conservação em terras privadas, incentivando a troca de experiências nessa questão e a busca do aprimoramento nos aspectos legais e operacionais.

3.3 O ecoturismo em reservas privadas e nas RPPNs brasileiras

A perspectiva do turismo inserido em áreas protegidas privadas, de modo geral, é tratada com pouco aprofundamento teórico, apesar do seu importante papel, inclusive impulsionando a criação de muitas iniciativas no mundo (LANGHOLZ, 2002).

No Brasil, de acordo com a Lei 9.985/2000, art. 21 (BRASIL, 2004a), as únicas atividades permitidas dentro dos limites das RPPNs são “a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais”. Esse aspecto determina as restrições de uso na RPPN, oferecendo ao proprietário a opção de realizar atividades de uso público, cujo turismo apresenta-se como uma das alternativas.

Mesquita (2004c) destaca como principais atividades implementadas nas RPPNs brasileiras e áreas adjacentes: o ecoturismo e a educação ambiental, a pesquisa científica, a bioprospecção (busca de princípios ativos em elementos da biodiversidade, gerando produtos comercializáveis), a agricultura orgânica (práticas agroecológicas na produção de alimentos), os serviços ambientais (produtos gerados pelos ecossistemas, como a proteção de rios e nascentes, do patrimônio genético, das paisagens, etc.), entre outras.

A situação da atividade turística nas RPPNs brasileiras e suas vantagens frente às UCs públicas é vista como:

No caso das unidades particulares, de forma geral, o número das que no Brasil exploram o turismo de forma significativa é ainda muito pequeno, quando comparado à realidade existente em locais como o continente africano ou países como a Costa Rica. Contudo, uma grande diferença dessas áreas em relação às públicas é que, nesse tipo de unidade, os benefícios são mantidos no local e, portanto, a taxa de ingresso reverte para a própria RPPN, incentivando a sua cobrança (MORSELLO, 2001, p. 298).

Dessa forma, a busca pela sustentabilidade desses espaços, como UCs, ultrapassa o aspecto meramente econômico, atingindo as esferas ambientais e socioculturais. Segundo Reed (2004), a sustentabilidade ecológica das RPPNs refere-se à capacidade da área de proteger a biodiversidade e a função do ecossistema de satisfazer às necessidades imediatas e de longo prazo das espécies, assegurando sua proteção contínua. Já a sustentabilidade econômica dessas reservas é permeada pela sua habilidade em disponibilizar recursos adequados para o manejo a longo prazo e, a sustentabilidade sociocultural, na forma como a unidade contribui para o desenvolvimento do seu entorno.

Salvati (2004) apresenta o ecoturismo como a modalidade mais apropriada em RPPNs. Sob a ótica dessas reservas, a conservação da diversidade biológica representa seu objetivo primário, ao mesmo tempo em que dispõe da possibilidade de desenvolvimento de atividades de uso público específicas, designadas de uso indireto dos recursos. E o ecoturismo, por sua vez, pode representar uma dessas atividades, uma vez que tem como princípios o uso associado à conservação da biodiversidade, à sustentabilidade no local e ao caráter educativo, mediante técnicas de interpretação ambiental.

Mesquita (1999), ao estudar uma amostra de 118 reservas privadas em 12 países da América Latina, dentre as quais 27 RPPNs brasileiras, verificou um cenário cujas dificuldades financeiras ainda são relevantes, diante de baixos níveis de rentabilidade e de retorno do investimento. Nesse contexto, os resultados apontaram o ecoturismo como a principal atividade econômica (em 60% dos casos), gerando a maior capacidade de retorno financeiro comparativamente a outras atividades, pela arrecadação das taxas de ingresso, hospedagem e alimentação e da venda de *souvenirs*, além da disponibilidade de empregos à comunidade local (direta ou indiretamente), mesmo que ainda pouco significativos.

Langholz (2002) também identificou o ecoturismo como um dos usos mais comuns em reservas privadas de Costa Rica. Nesse país, a *Reserva Monteverde* ganha destaque pelo retorno financeiro adquirido, pela implementação das atividades ecoturísticas, que,

mostrando-se economicamente viável, oferece benefícios diretos às comunidades vizinhas, a exemplo da cooperativa de artesanato de mulheres, formada no local (BOO, 1990).

No entanto, a integração do ecoturismo a atividades, como: pecuária, agricultura, oferecimento de cursos de capacitação, educação ambiental, pesquisa científica ou venda de produtos, apareceu como uma tendência em Mesquita (1999). As reservas com maior êxito no manejo são aquelas com perfil diversificado de atividades, de maneira a não depender de uma única fonte de recursos, principalmente em função da sazonalidade (MESQUITA, 1999).

Ainda no que se refere ao aspecto econômico, o incentivo ao ecoturismo, em reservas privadas, pode aumentar o apoio e o acesso a fontes de financiamento (MORSELLO, 2001) ou incrementar patrocínios e doações, já que promove a imagem da reserva e divulga também suas outras atividades (MESQUITA, 1999).

De forma indireta, Mesquita (1999) aponta como benefícios do ecoturismo às comunidades no entorno das reservas privadas a melhoria das estradas de acesso, o desenvolvimento do artesanato, a educação ambiental, além de assegurar o abastecimento de água e a conservação dos aspectos ambientais, ampliando a qualidade de vida no local e o desenvolvimento turístico da região.

Ainda, por seu caráter educativo, o ecoturismo em RPPNs estimula a geração de conhecimentos acerca da conservação do meio ambiente, seja para a comunidade local como para os visitantes, trazendo reconhecimento público para a categoria de UC, incrementando o apoio a esses esforços (SHIAVETTI, 2003). Um exemplo do ecoturismo em reservas privadas é destacado por Ceballos-Lascuráin (1998) na África do Sul, cujas atividades voltadas à pecuária foram substituídas pela caça esportiva de animais silvestres e, depois, pelo ecoturismo, incentivando uma mudança na valorização desses animais na sua forma viva.

Quando próximas a outras UCs, as RPPNs com atividades ecoturísticas podem colaborar para a espacialização da demanda, diminuindo o impacto causado pelo número concentrado de visitantes (SCHIAVETTI, 2003). Nesses casos, as RPPNs têm inclusive fortalecido a região como destino ecoturístico, servindo de incentivo à criação de outras reservas no entorno de UCs, criando possibilidades de efetivação de corredores ecológicos e de educação ambiental às comunidades do entorno, atraindo parceiros na sociedade, em prol da conservação e da valorização da cultura local (FERNANDES; RAMBALDI et.al., 2002).

No entanto, o ecoturismo não deve ser considerado uma solução única para todas as RPPNs. A avaliação do potencial da área para a atividade é pré-condição ao seu desenvolvimento e êxito, já que requer o envolvimento dos proprietários com planejamento (avaliação de atrativos locais, fluxo de turismo regional, distância de centros emissores, infra-

estrutura disponível na reserva e entorno), investimento e capacidade de gestão, entre outras questões (MESQUITA, 2004b; 2004d).

Portanto, o momento atual das reservas privadas na América Latina, incluindo-se o Brasil, demonstra que

[...] as reservas privadas latino-americanas vivem hoje uma fase de transição, cujos objetivos de conservação seguem sendo os mais importantes para o estabelecimento de novas áreas, mas com a consciência de que é necessário investir em pesquisa, planejamento e na implementação de facilidades e serviços turísticos, os quais serão a base sobre a qual se construirá o êxito de cada reserva (MESQUITA, 1999, p. 60, tradução nossa).

Quanto ao planejamento, Mesquita (1999) encontrou que uma parte significativa das reservas privadas utilizou algum instrumento técnico para ordenar seu manejo e alcançar as metas e os objetivos estabelecidos, principalmente na forma de Planos de Manejo. No entanto, poucas realizam monitoramento de impactos dos visitantes, o que “[...] a longo prazo, pode se converter em degradação dos recursos e da qualidade da visita” (MESQUITA, 1999, p. 34, tradução nossa).

Assim, o ecoturismo apresenta posição de destaque na administração das reservas privadas da América Latina, inclusive do Brasil, porém deve ocorrer permeado pelo planejamento, pela gestão ambiental e financeira e pela adoção de critérios técnicos de manejo e monitoramento dos impactos da visitação, imprescindíveis à permanência e à sustentabilidade das reservas privadas a longo prazo (MESQUITA, 1999).

Outros pontos importantes são enumerados por Eagles, McCool e Haynes (2002) como condição ao sucesso do ecoturismo em reservas privadas, referindo-se: à busca de consentimento entre os diferentes objetivos das partes envolvidas; à existência de uma estrutura legal que permita a retenção dos rendimentos advindos do ecoturismo no local; que a atividade seja suficientemente viável para o manejo da área, contribuindo com benefícios à conservação e ao local; ao comprometimento responsável dos administradores das áreas quanto à operação do ecoturismo e à adoção de mecanismos para contornar conflitos entre turistas e residentes. Ainda ressaltam que as iniciativas do ecoturismo, partindo da comunidade, mesmo que por suporte externo (ONGs ou órgãos governamentais), demonstram maior engajamento desses atores, desde o princípio do processo.

A forte atuação das ONGs, na implementação de atividades ecoturísticas nas reservas privadas, é outro ponto destacado nas referências acerca do tema, para o qual Eagles, McCool e Haynes (2002) exemplificam o caso da TNC. Essa ONG norte-americana construiu um dos maiores sistemas de reservas privadas do mundo, sob a denominação de *Santuários de Vida Silvestre*, totalizando quase 1.300 unidades, implementando um programa específico, de abrangência internacional, para o planejamento e a gestão do ecoturismo, reconhecendo-o como meio de sustentabilidade financeira de longo prazo. Também Boullón (2000) cita o caso das ONGs e empresas privadas na aquisição de terras em ecossistemas de grande interesse turístico na América Latina, cujo ecoturismo representa ingressos e ganhos que são revertidos à proteção e, em alguns casos, ainda financiam programas de pesquisa científica.

Nas RPPNs brasileiras, a atuação das ONGs, na implementação das atividades ecoturísticas, é apontada por Mesquita e Leopoldino (2002), principalmente no que se refere à assessoria e orientação no planejamento, na formatação e operação de atrativos e equipamentos, despertando os proprietários para o diferencial de mercado proporcionado pela iniciativa de associar seus empreendimentos à conservação.

Essa busca da associação de alternativas de uso compatível aos esforços conservacionistas, nas reservas privadas, tem denotado uma necessidade eminente dos proprietários de manejá-las financeiramente, mantendo os objetivos prioritários de conservação (MESQUITA, 1999). Nesse contexto, o ecoturismo entra como uma das opções possíveis ao proprietário que, no caso brasileiro:

O proprietário de RPPN pode conviver harmoniosamente com o ambiente natural de sua propriedade, sem degradar os recursos naturais e, até, auferindo lucros com a sua proteção através do turismo ecológico, caso queira. O ecoturismo é uma das atividades econômicas que mais interessa à conservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Sendo a natureza o principal produto do ecoturismo, os que querem viver de tal atividade devem procurar manter as condições ideais de seu uso e prosperidade (WIEDMANN, 2002, p. 41-42).

Na África do Sul, Ceballos-Lascuráin (1998) e Eagles e McCool (2002) descrevem o exemplo da *Sabi Sabi Private Game Reserve*, uma das maiores e mais importantes reservas privadas de fauna, localizada no entorno do *Kruger National Park*. Nessa área, estudos demonstraram que o ecoturismo contribuiu com maior renda e emprego à comunidade local do que as atividades pecuárias antes implementadas, além de oferecer alta qualidade de experiências aos visitantes e contribuir para a conservação dos ecossistemas fora do parque.

Outros exemplos são apresentados por Boo (1990) quanto ao imenso potencial do ecoturismo, contribuindo ao desenvolvimento local nas proximidades das áreas protegidas privadas da América Latina, como o *Community Baboon Sanctuary* em Belize, o *Trafalgar Falls* na República Dominicana, a *Tinlandia* no Equador e as *Reservas Monteverde, Marengo, Estación Biológica La Selva* e a *Organización para Estudios Tropicales*, em Costa Rica. O ecoturismo nessas áreas tem poucas instalações, divisas permanecendo no local e a participação efetiva de proprietários, bastante conscientes quanto aos impactos potenciais desse tipo de uso (BOO, 1990).

Portanto, o potencial ecoturístico em reservas privadas representa, conforme Boo (1990), um fenômeno que merece maior atenção. A sistematização de informações e de dados acerca das práticas e dos preceitos do ecoturismo nesses espaços parece, assim, justificar-se também nas RPPNs brasileiras, uma vez que conjuga realidades em expansão e pouco conhecidas cientificamente: o ecoturismo como modalidade turística e as reservas privadas no contexto ambientalista mundial.

4 MÉTODOS

O presente estudo é orientado pelo paradigma construtivista, que, baseado no método dialético, pretende analisar a realidade, dinâmica e contraditória, apresentada pela inter-relação ecoturismo e conservação dos ecossistemas, no contexto das RPPNs brasileiras. A abordagem interdisciplinar desta pesquisa aponta para a complementaridade em áreas do conhecimento afins ao tema, como a Ecologia e a Biologia da Conservação, mediante a complexidade do fenômeno turístico ao inserir-se nesses ambientes naturais protegidos.

Diante da inexistência de bibliografia especializada e de debates científicos aprofundados na questão do desenvolvimento ecoturístico, em reservas privadas no mundo e nas RPPNs, foram levantadas abordagens contidas em trabalhos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento, em referências específicas sobre o ecoturismo e em publicações acerca do movimento no Brasil. O conceito de ecoturismo fundamenta-se em Ceballos-Lascuráin (1998) e Pires (2002).

Prioritariamente caracterizado como um estudo de corte qualitativo, busca maior nível de detalhamento de casos específicos, oferecendo a possibilidade de analisar seu conteúdo. De forma complementar, é utilizado o aporte do método quantitativo, mediante o levantamento de dados numéricos representativos, na coleta e na análise de algumas

informações em nível individual, ou grupal, permitindo reinterpretar observações qualitativas, pelo emprego de instrumentos estatísticos e gráficos.

O estudo caracteriza-se pela pesquisa exploratório-descritiva, estando dividido em três fases: a primeira, descreve o cenário das RPPNs no Brasil e no Rio Grande do Sul; a segunda, analisa as RPPNs brasileiras com atividades de ecoturismo, e a terceira, realiza um diagnóstico acerca da situação atual e dos usos das RPPNs do Rio Grande do Sul.

4.1 Cenário das RPPNs no Brasil e no Rio Grande do Sul

Mediante pesquisa exploratória, foi efetuada uma análise acerca das RPPNs no Brasil e no Rio Grande do Sul, partindo de procedimentos técnicos na documentação indireta. O estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e documental, realizando uma revisão teórica e levantando dados e documentos, em fontes primárias, principalmente em Ibama (2005; 2006) e em fontes secundárias, como leis, regulamentações, registros, relatórios, programas, fontes estatísticas e cartográficas, inventários e internet. Outras informações são provenientes de participações da autora deste trabalho na lista de discussão eletrônica¹⁵ sobre reservas privadas nacionais, desde novembro de 2004, e nas reuniões do Grupo de Trabalho das RPPNs do Rio Grande do Sul, entre março e maio de 2006.

4.2 Seleção das RPPNs

A amostra para a seleção das RPPNs a serem incluídas neste estudo teve como critério a presença de atividades de ecoturismo. Essa amostragem não probabilístico-intencional (RICHARDSON; PERES, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1996) foi de 41 RPPNs dentro do universo de aproximadamente 700 RPPNs legalmente reconhecidas, hoje, no Brasil, em nível federal e estadual (IBAMA, 2006; IAP, 2006; SEMA, 2006; IEF, 2006; REPAMS, 2006; CPRH, 2006; FEMA, 2006; SEMACE, 2006; IESB, 2006). Essa amostra tem

¹⁵ A lista de discussão eletrônica sobre Reservas Privadas no Brasil funciona no domínio <<http://br.groups.yahoo.com/group/reservasprivadas>>.

representatividade nos sete biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Costeiros, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Campos Sulinos (IBAMA, 2005).

Devido à falta de informação sistematizada nos órgãos ambientais federais e estaduais, acerca das atividades desenvolvidas nas RPPNs, a seleção dessas 41 unidades foi estabelecida com base na indicação de artigos científicos, revistas especializadas no tema, entrevistas e com representantes de ONGs, do Ibama/DF, proprietários e responsáveis por RPPNs, e em conversas informais com representantes de órgãos ambientais estaduais e associações de proprietários. No contexto do Rio Grande do Sul, foram incluídas as 25 RPPNs, regularizadas até o momento, segundo o Ibama (2006).

4.3 Instrumentos para a coleta de dados

Os instrumentos para a coleta de dados consistiram em dois tipos de questionários (Apêndice A e B), entrevistas (Apêndice C) e dois tipos de formulários, estes constituindo uma ficha de observação em campo (Apêndice D) e uma ficha descritiva (Apêndice E). Os dados foram coletados entre os meses de julho de 2005 e abril de 2006.

4.3.1 Questionários

Os questionários, aplicados aos proprietários e responsáveis pelas RPPNs selecionadas, foram estruturados com perguntas abertas e fechadas, fundamentados no estudo de Mesquita (1999) e nas categorias do turismo apresentadas por Beni (2003). O questionário empregado nas RPPNs nacionais (Apêndice A) sofreu adaptação para o âmbito das RPPNs do Rio Grande do Sul (Apêndice B), tendo em vista a inexistência de informação acerca do desenvolvimento do ecoturismo nas unidades desse estado. Ambos foram precedidos por um termo de consentimento livre e esclarecido, que se encarregou de apresentar a proposta do estudo e informar o sentido de voluntariedade da participação do investigado.

Esses instrumentos de coleta de dados (Apêndice A e B), de forma geral, trataram de inventariar as RPPNs, abordando as seguintes informações: dados gerais acerca do processo de reconhecimento da reserva, acessos, área de entorno, planejamento e gestão ambiental,

acesso ao público, objetivos de criação, atividades, infra-estrutura e serviços, atrativos turísticos naturais e histórico-culturais, inserção da comunidade local, origem e caracterização dos visitantes, estruturas de apoio, problemas, viabilidade socioeconômica e concepção do ecoturismo em RPPNs.

Um questionário (Apêndice A) foi empregado para o levantamento da situação atual das RPPNs que desenvolvem ecoturismo, em nível nacional, buscando relacionar seus objetivos de criação e as características principais que demonstrem a relação entre a conservação dos biomas e o ecoturismo nessas áreas, sob a ótica dos seus proprietários/responsáveis. Nessa fase, o questionário foi disponibilizado *online*, por *site* temporário na internet, no qual o entrevistado teve a oportunidade de digitar as respostas, facilitando a coleta de dados nas várias regiões do Brasil. De forma a disseminar a informação acerca da pesquisa e a indicação de acesso ao *site*, foi realizado um primeiro contato, utilizando-se de correio eletrônico a partir de um cadastro de proprietários e responsáveis pelas 41 RPPNs selecionadas. A partir disso, duas tentativas seguintes de contato, uma via telefone e outra via correio eletrônico, foram realizadas com cada uma dessas unidades, solicitando participação voluntária na pesquisa.

A amostra constitui-se de 14 RPPNs, cujos proprietários responderam ao questionário, perfazendo áreas representativas de cinco biomas e nove unidades federativas. Entre as 27 restantes, duas foram excluídas do processo, devido à dificuldade de contato com proprietário/responsável e outras duas enviaram dados incompletos, inviabilizando sua análise. Em outros casos particulares, a RPPN Fazenda Barra (MS) demonstrou encerramento das atividades de ecoturismo no período de aplicação desta pesquisa, por motivo não mencionado, sem data prevista para retomá-las e a RPPN Feliciano Miguel Abdalla (BA) informou que as atividades de ecoturismo deverão ocorrer de forma sistemática a partir da finalização de um projeto em andamento no momento desta pesquisa. Já as RPPNs Doroquê (MT) e Penha (MS) foram representadas pela RPPN Acurizal (MS), de mesmo proprietário, sendo essa a área-núcleo entre elas, para as operações do ecoturismo.

O segundo questionário (Apêndice B), de forma específica, tratou de verificar as intenções e potencialidades para o uso público futuro, por meio do ecoturismo e de concepções acerca do tema, sob a ótica dos seus proprietários/responsáveis no Rio Grande do Sul.

O inventário foi realizado pelo método de pesquisa por correspondência, mediante cadastro de proprietários disponibilizado pelo Ibama/RS, e via endereço eletrônico, nos

poucos casos da ocorrência deste. Houve ainda uma segunda tentativa de contato via telefone com esses proprietários.

A amostra constitui-se de sete RPPNs que participaram do processo de coleta de dados, respondendo ao questionário, sendo representativas dos três biomas existentes no estado, distribuídas em seis municípios. Dentre as 18 restantes, o proprietário da RPPN do Uruquá, São Luiz Gonzaga, informou que a área sofreu ato de desapropriação das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ocorrido em 1999, fato que a sede do Ibama/RS desconhece, além da RPPN Fazenda Rodeio Bonito, em Júlio de Castilhos, que teve processo de reconhecimento cancelado (informação verbal).¹⁶ Muitas apresentaram endereço desatualizado ou dificuldades de localização do proprietário/responsável pela RPPN, aparecendo até mesmo área em nome de proprietário já falecido. Houve, em outros casos, desconfiança frente aos questionamentos da pesquisa, optando por não responder ao instrumento de coleta de dados.

4.3.2 Entrevista

A entrevista foi caracterizada como direta pessoal, tendo como base um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice C). Os dados foram coletados mediante o uso de gravador (Modelo TP-M110, Aiwa) e literalmente transcritos. Em algumas situações o conteúdo das entrevistas foi manualmente transcrito, o mais literalmente possível, sem o uso do gravador de forma a atender a solicitação do investigado.

Os seis entrevistados compreenderam: dois técnicos do Ibama/DF; o responsável pela RPPN Fazenda Rio Negro (MS), da Conservação Internacional do Brasil (CI); o proprietário da RPPN Fazenda Vagafogo (GO); o responsável pela RPPN Morro das Aranhas, do Santinho Empreendimentos Turísticos S/A; e o responsável pelo Projeto de apoio às RPPNs da Fundação Pró-Natureza (Funatura).

Essas entrevistas foram realizadas no intuito de levantar as vivências, as dificuldades e as expectativas desses agentes participantes do processo de criação e implementação das RPPNs, tanto na questão da conservação quanto do ecoturismo nesses espaços.

¹⁶ Dados fornecidos por Maria de F. M. Mello, do Ibama/RS, por telefone. Porto Alegre, 20 fev. 2006.

4.3.3 Formulários

Um primeiro formulário de observação em campo (Apêndice D) foi aplicado em cinco das 14 RPPNs que desenvolvem ecoturismo. Esse formulário foi estruturado para nortear a observação sistemática e não-participante, de aspectos mais relevantes ao trabalho, sendo preenchido *in loco* pela pesquisadora. As cinco RPPNs em que foi possível a realização de visita técnica, no período do estudo (2004-2006), são: a RPPN Morro das Aranhas (SC), a RPPN Salto Morato (PR), a RPPN Fazenda Vagafogo e a RPPN Fazenda Gleba Vargem Grande (GO), e a RPPN Ecoparque de Una (BA). Entre as RPPNs do Rio Grande do Sul, foi possível a aplicação do formulário somente na Reserva Bosque de Canela, localizada no município de Canela. De forma complementar, foram realizados registros fotográficos utilizando uma máquina digital (modelo *Power Shot A75*, Cânon Digital).

Outro formulário se constitui em uma ficha descritiva (Apêndice E) e foi aplicado nas 14 RPPNs nacionais e as sete RPPNs no Rio Grande do Sul pesquisadas. O formulário foi elaborado a partir do modelo de diagnóstico de RPPN apresentado pelo Ibama (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO, 2004), na publicação denominada *Roteiro Metodológico para elaboração de Plano de Manejo para RPPNs*. Esse instrumento teve por objetivo sistematizar as informações descritivas acerca de cada uma dessas reservas, de forma a conhecer seu perfil, conjugando dados provenientes da consulta bibliográfica, documental (a internet representou a principal fonte) e da aplicação do formulário de observação em campo. As fotos utilizadas para ilustrar esse instrumento de pesquisa foram obtidas de terceiros, de fontes da internet ou feitas *in loco* pela própria pesquisadora.

4.4 Análise dos dados

Para a sistematização dos dados levantados por meio dos questionários, utilizou-se a planilha eletrônica Excel 2000 do Microsoft Office, na qual foi possível organizar gráficos e quadros a partir dos dados quantitativos e qualitativos, previamente categorizados.

Todos os instrumentos da pesquisa constituíram, em conjunto, a base de dados para a discussão do problema do papel do ecoturismo na conservação das RPPNs, no sentido de suprir a carência de bibliografia a respeito do assunto. Dessa forma, o agrupamento de

informações, a partir de diferentes óticas dos envolvidos no processo, mas, prioritariamente dos proprietários de RPPNs, fomentou a compreensão da inter-relação entre essas duas variáveis, complexas e dinâmicas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 RPPNs e conservação dos ecossistemas brasileiros

Os dados gerais fornecidos pelo Ibama (2006a) sobre o cenário das RPPNs no Brasil confirmam a existência de 425 unidades, totalizando 442.853,46 ha, com representatividade em todas as unidades federativas brasileiras e em todos os sete biomas. Incluindo as RPPNs estaduais de: Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais, Ceará e Bahia, estima-se um total de mais de 700 unidades no Brasil e 545 mil hectares sob proteção dessa categoria de UC (IBAMA, 2006a; IAP, 2006; SEMA, 2006; REPAMS, 2006; IEF, 2006; CPRH, 2006; FEMA, 2006; SEMACE, 2006; IESB, 2006).

O Brasil apresenta aproximadamente 0,064% da sua superfície territorial total¹⁷ protegida sob a forma de RPPNs, federais e estaduais. O Cadastro Nacional de UCs do MMA (2006a) não inclui as RPPNs, embora elas se constituam na categoria mais representativa hoje no País. Na América Latina, o Brasil possui o maior número de reservas privadas formais, tendo a legislação mais sólida e um dos poucos instrumentos sob o gravame de perpetuidade (THEULEN; MILANO; NUNES, 2003; MESQUITA, 1999; SWIFT et al., 2003). No entanto, a figura das RPPNs apresenta fragilidades quanto aos instrumentos econômicos e jurídicos, nos quais a Costa Rica obtém posição de destaque na América Latina (SWIFT et al., 2003).

Apesar do grande número estimado de RPPNs no Brasil, hoje, elas comportam menor área territorial do que outras categorias de UC, sendo consideradas de proteção integral por Wiedmann (2001) e Mesquita (2004a), o que contrapõe a classificação do Ibama, que as coloca como uma UC de Uso Sustentável. Na categoria de Proteção Integral, os Parnas são os mais expressivos, ocupando 2,19% do território nacional, enquanto as Flonas constituem-se nas unidades de Uso Sustentável mais relevantes, cobrindo 2,28% do País (MMA, 2006a). Assim, o Brasil possui em torno de 11,7% do seu território sob alguma forma de proteção entre as categorias do SNUC.

Os estados que apresentam maior número de RPPNs são: Paraná, com 11 RPPNs federais e 180 estaduais; Minas Gerais, com 67 RPPNs federais e 70 estaduais e Bahia, com 53 RPPNs federais e uma estadual. No entanto, os estados que apresentam maior área

¹⁷ Considerado o dado IBGE (2006) de área total do Brasil de 8.514.876,59km². Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2006.

territorial protegida por RPPNs são: Mato Grosso, 174.085,21 ha; Mato Grosso do Sul, 115.711,92 ha e Minas Gerais, 55.255,14 ha. Esses cinco estados destacam-se no cenário das RPPNs, principalmente pela forte atuação de suas associações estaduais de proprietários de reservas privadas, tendo desenvolvido instrumentos legais de reconhecimento em nível estadual e incentivos econômicos inovadores, como o ICMS Ecológico, pioneiro no Paraná. Mato Grosso possui algumas das maiores RPPNs federais (com mais de 20.000ha) sob a iniciativa do Serviço Social do Comércio (Sesc/Pantanal), da Agroju Agropecuária Ltda. e da ONG Ecotrópica. O caso de um número expressivo de RPPNs em Minas Gerais é bem particular, uma vez que diversas RPPNs estaduais foram criadas por empresas dos setores da mineração e siderurgia, como medida compensatória exigida pelo órgão florestal estadual, em decorrência do elevado impacto ambiental causado (VIEIRA, 2004), o que contrapõe a característica da RPPN de criação por ato voluntário. Já Acre e Sergipe são os estados com menor número (uma cada) e a menor área territorial protegida nessa categoria (38 e 13 ha, respectivamente).

Quanto aos anos de criação das RPPNs federais (IBAMA, 2006a), as dez primeiras unidades foram instituídas no mesmo ano do reconhecimento legal da figura da RPPN, em 1990. No entanto, o quadriênio 1997-2000 representou o período de maior expansão dessas reservas, tanto em número quanto em área territorial, chegando a 204 RPPNs e mais de 450.000 ha, consequência da divulgação em seminários, encontros e material impresso (IBAMA, 2006b). Esse crescimento explosivo coincidiu com os anos seguintes à assinatura do Decreto Federal 1.922, de 5 de junho de 1996, quando as RPPNs ganharam maior relevância no cenário do ambientalismo brasileiro; porém, ainda não eram reconhecidas como UCs legais – fato ocorrido em 2000 com a instituição do SNUC.

É possível verificar, pelos dados levantados, uma queda brusca nos reconhecimentos de RPPNs, em nível federal, nos anos de 2002-2003 e uma estagnação entre os anos de 2004-2005, decorrentes das Portarias 16/2001, IN 24/2004 e IN 62/2005. Esses instrumentos trouxeram novas exigências, um processo mais oneroso para os proprietários e entraves burocráticos, como cita Wiedmann (2004). Por outro lado, as exigências de georreferenciamento dos limites da propriedade e da área destinada à RPPN – o principal alvo de críticas hoje – demonstram sua importância ao oferecer maiores garantias na perpetuidade e proteção das áreas contra invasões e ocupações irregulares ou futuros projetos de empreendimentos de alto grau de impacto nos arredores dessas reservas, conforme Mesquita.¹⁸

¹⁸ Mensagem eletrônica de C. A. Mesquita, veiculada em lista de discussão sobre as Reservas Privadas no Brasil. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/reservasprivadas>>. Acesso em: 29 mar. 2006.

Na ótica do Ibama, esses novos instrumentos demonstram a preocupação do órgão ambiental em sanar as brechas do processo de regulamentação e torná-lo mais transparente, evitando objetivos distantes da conservação, a exemplo de proteção da terra por questões de grilagem, invasões, desapropriações para criação de UCs públicas ou para reforma agrária, isenção de impostos, benefícios econômicos e outros (SOUZA, 2005).¹⁹

Quanto ao tamanho das RPPNs federais (IBAMA, 2006a), verifica-se que são, na sua maioria, pequenas propriedades de até 50 ha (41%), seguidas de médias propriedades, equivalentes aos intervalos de 51-600 ha (40%). Outras 19% foram classificadas em grandes propriedades, entre 601 ha e mais de 20.000 ha. A maior área de RPPN federal compreende 87.871,44 ha, de propriedade do Sesc/Pantanal, Mato Grosso do Sul, no bioma Pantanal; e a menor, 0,7 ha de RPPN pertencente à empresa Carbocloro S/A, Cubatão - São Paulo, na Mata Atlântica. O predomínio das pequenas propriedades enfatiza a intensa fragmentação dos ecossistemas brasileiros, principalmente no bioma Mata Atlântica, onde elas representam, provavelmente, os únicos remanescentes originais ainda conservados (MESQUITA, 2004d).

No que se refere à posse das RPPNs federais, 74% pertencem a pessoas físicas (n=316), indivíduos e famílias, embora 60% da área territorial total tenha como proprietários pessoas jurídicas (aproximadamente 266.380ha). Dentre esses últimos, encontram-se diversas empresas, principalmente dos setores agropecuário, turismo, hotelaria e lazer, mineração e florestal, seguidas de ONGs ambientalistas, entidades religiosas, instituições de ensino e pesquisa e o Sesc.

Os dados do Ibama (2006a) não disponibilizam informações acuradas sobre a relação entre as RPPNs e os biomas brasileiros. Dessa forma, a compilação de dados complementares (IBAMA, 2005; IAP, 2006; SEMA 2006; IEF, 2006; REPAMS, 2006; CPRH, 2006; FEMA, 2006; SEMACE, 2006; IESB, 2006) permite verificar que a Mata Atlântica e o Cerrado, os dois biomas brasileiros mais ameaçados atualmente (CI, 2006), são também os que possuem maior número de iniciativas em RPPNs criadas (60% e 21%, respectivamente). A eles, seguem-se a Amazônia (6%), a Caatinga (5%), o Pantanal (4%), os Campos Sulinos (3%) e Costeiros (1%). No entanto, o Pantanal, sendo o sexto bioma em superfície territorial (IBAMA, 2006b), abriga a maior área destinada às RPPNs (278.841,32ha), já que nele localizam-se sete das nove maiores RPPNs federais (entre 10.000 ha e 87.871,44 ha). No domínio da Mata Atlântica, encontram-se 17% da superfície total das RPPNs, 15% estão no Cerrado e 11%, na Caatinga; 4% na Amazônia, 1% nos Campos Sulinos e, menos de 1%, nos Costeiros (gráfico 1).

¹⁹ Dados fornecidos por José L. de Souza, do Ibama/DF, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

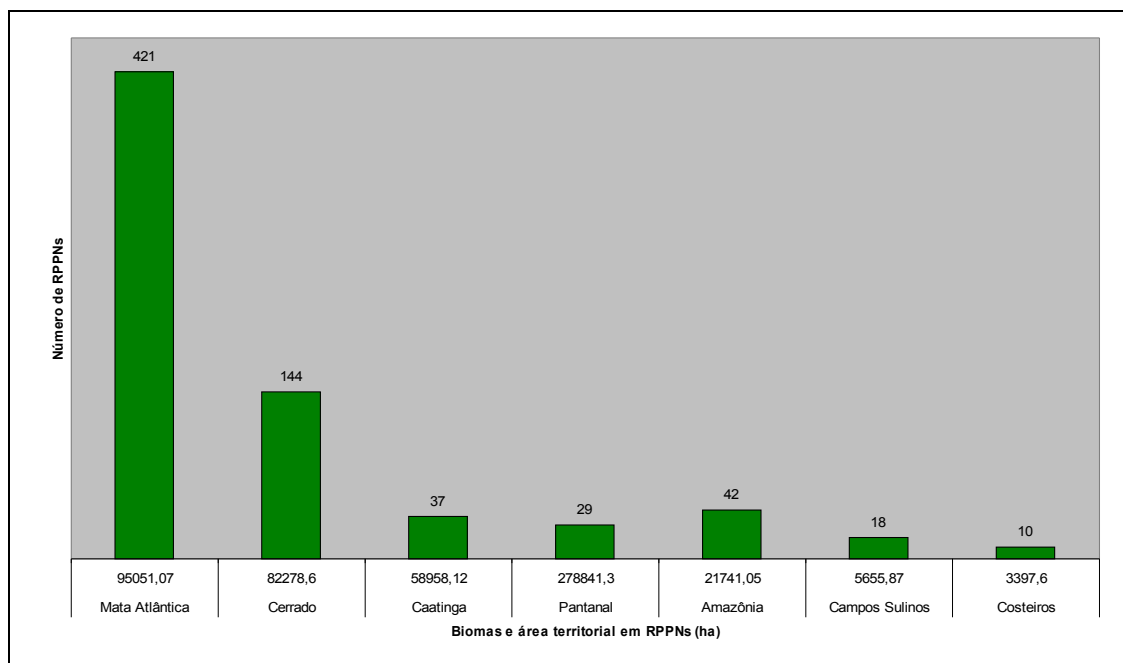


Gráfico 1: Relação de RPPNs (federais e estaduais) e biomas brasileiros, por número e área territorial(ha)
Fonte: Ibama (2005; 2006a), IAP (2006), Sema (2006), IEF (2006), Repams (2006), CPRH (2006), Fema (2006), Semace (2006), Iesb (2006).

O percentual protegido sob a forma de RPPN, em relação à área total do bioma, é maior no Pantanal, que apresenta 2,03%, seguido da Mata Atlântica e da Caatinga (ambas com 0,08%), dos Costeiros (0,06%), do Cerrado (0,04%), dos Campos Sulinos (0,03%) e, por último, com pouca expressividade, o maior bioma brasileiro, a Amazônia, com apenas 0,005% protegido por essa categoria de UC.

A maior expressão das RPPNs nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal é atribuída ao histórico de ocupação nesses ambientes, muito intenso, demonstrando que, hoje, a maioria das terras está em mãos privadas e, portanto, também são os biomas nos quais há maior estímulo à expansão dessas reservas, a exemplo da atuação da ONG CI, com estratégias de apoio às RPPNs voltadas prioritariamente a esses três ecossistemas (PRADO, 2005).²⁰ Na Amazônia, a menor área em RPPNs, proporcional ao território do bioma, justifica-se pela grande maioria das terras pertencerem ao governo. Já os ecossistemas Costeiros demonstram o menor número dessas iniciativas, e os Campos Sulinos, os menos protegidos pela categoria RPPN, relativo à sua abrangência territorial.

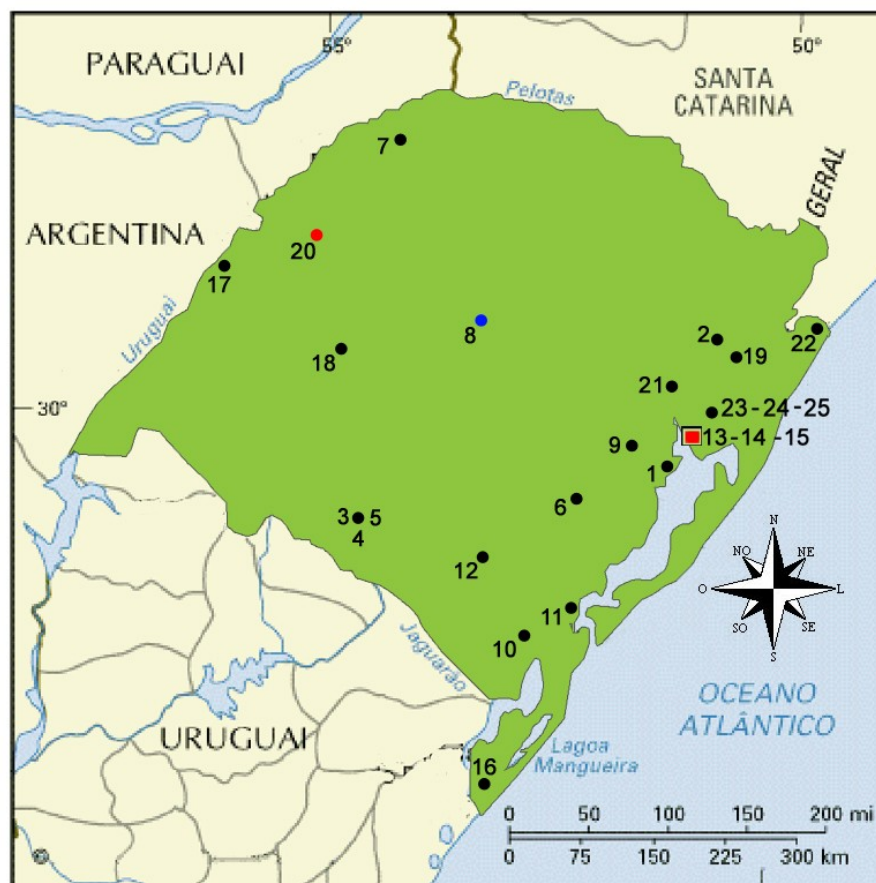
²⁰ Dados fornecidos por Alexandre Prado, da Conservation International, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

5.2 RPPNs do Rio Grande do Sul

As RPPNs do Rio Grande do Sul, segundo Ibama (2006a), perfazem um total de 25 unidades, com área de 4.044,79 ha (mapa 1). Os dados levantados neste estudo demonstram a existência de somente 23 unidades, uma vez que houve uma desapropriação (RPPN do Uruquá) e um cancelamento (RPPN Fazenda Rodeio Bonito). Assim, a área territorial efetivamente protegida por RPPNs é de 1.254,24 ha, o equivalente a 0,004% do território do estado.²¹ Esses dados colocam-no na 9ª posição entre as unidades federativas brasileiras com maior número de RPPNs (federais e estaduais) reconhecidas e no 19º lugar quanto ao total de área territorial protegida por essa categoria de UC. Sendo o Rio Grande do Sul a oitava maior unidade federativa do Brasil em área territorial (IBGE, 2006), e com uma porção mínima do seu território protegido sob a forma de RPPN, evidencia a pouca expressão no movimento das reservas privadas, principalmente quando comparado aos estados mais representativos, como Mato Grosso do Sul, que possui 0,32% do seu território protegido por RPPNs (federais e estaduais); Mato Grosso e Paraná, com 0,19%; Minas Gerais, com 0,09%; e Bahia, com 0,05% do seu território coberto por RPPNs. Em contrapartida, segundo informações do Ibama/RS (informação verbal),²² existem aproximadamente 30 áreas em processo de regulamentação de suas RPPNs no Rio Grande do Sul e o Projeto de Lei 225/2006, que regulamenta a categoria em nível estadual, encontra-se em tramitação.

²¹ Considerado o dado IBGE (2006) de área total do território do Rio Grande do Sul de 281.748,538km². Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2006.

²² Dados fornecidos por Maria de F. M. Mello, na sede do Ibama/RS. Porto Alegre, 7 dez. 2004.



1-Reserva do Capão Grande, Barra do Ribeiro *

2-Bosque de Canela, Canela *

3-Fazenda Branquilha, Dom Pedrito

4-Fazenda Caneleira, Dom Pedrito

5-Reserva dos Mananciais, Dom Pedrito

6-Fazenda das Almas, Encruzilhada do Sul

7-Reserva Particular Schuster, Humaitá

8-Fazenda Rodeio Bonito, Júlio de Castilhos • RPPN cancelada

9-Mariana Pimentel, Mariana Pimentel

10-Fazenda Curupira, Pedro Osório

11-Pontal da Barra, Pelotas

12-Minas do Paredão, Piratini

13-Costa do Cerro, Charqueadas *

14-Reserva Jardim da Paz, Porto Alegre *

15-Sítio Porto da Capela, Porto Alegre *

16-Estância Santa Rita, Santa Vitória do Palmar

17-Estância Santa Isabel do Butuí, São Borja

18-Reserva do Paredão, São Francisco de Assis

19-Rancho Mira-Serra, São Francisco de Paula *

20-Uruquá, São Luiz Gonzaga • RPPN desapropriada

21-Fazenda Morro de Sapucaia, Sapucaia do Sul *

22-Recanto do Robalo, Torres

23-Chácara Sananduva, Viamão

24-Farroupilha, Viamão

25-Prof. Delamar Harry dos Reis, Viamão

*** RPPNs participantes desta pesquisa**

Mapa 1: Localização das 25 RPPNs do Rio Grande do Sul

Fonte: Ibama (2006a).

Apesar de terem surgido no Rio Grande do Sul os primeiros movimentos em direção a uma regulamentação dos esforços privados em conservação, com os *Refúgios Particulares de Animais Nativos*, em 1977, os primeiros passos de organização da sociedade em torno das

RPPNs ocorreu em agosto de 2005, com a formação de um Grupo de Trabalho, pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Assembléia Legislativa do estado. Esse grupo conta com a participação de alguns proprietários de RPPNs, representantes de ONGs, entidades civis, órgãos públicos (estaduais e municipais), prefeituras, universidades e gestores de UCs, que vêm realizando debates públicos acerca do tema. O projeto de lei foi colocado pelo grupo em primeira pauta para o ano de 2006, além da realização do I Fórum Estadual de RPPNs, no intuito de divulgar a sociedade civil a importância dessas reservas. Também é objetivo do grupo a configuração de uma Associação Estadual de Proprietários, ainda inexistente em função da multiplicidade de interesses envolvidos (informação verbal).²³

As 23 RPPNs rio-grandenses concentram-se, prioritariamente, nos municípios de Dom Pedrito (total de 69,11ha) e Viamão (22,97ha), com três reservas cada, seguidos de Porto Alegre, com duas RPPNs (9,75ha). Outros 15 municípios apresentam apenas uma RPPN, encontrando-se dispersos pelo território estadual.

As datas de criação dessas RPPNs apontam que se desenvolveram mais tardiamente no Rio Grande do Sul, comparado ao cenário nacional: as suas duas primeiras reservas foram criadas em 1992, dois anos após os primeiros reconhecimentos de RPPNs federais; porém, uma dessas teve processo cancelado. A maior expansão do número de reservas ocorreu em 1999, perfazendo 28% (n=7) do total de RPPNs do estado, enquadrando-se no quadriênio de maior expressão do movimento no Brasil (1997-2000), porém com um processo de desapropriação sofrido nesse mesmo ano de reconhecimento. Entre os anos de 1993-1994 e 2003-2004 não houve reservas criadas no estado e, somente uma, em 2005.

O tamanho das RPPNs (IBAMA, 2006a), na maioria, são pequenas propriedades com até 50 ha (70%), seguindo a tendência nacional. As médias propriedades aparecem em segundo lugar, apresentando valores entre 51-200 ha (26%) e entre 201-600 ha (4%) e não existe nenhuma grande propriedade. A menor RPPN do estado possui 1,75 ha, de propriedade do Cemitério Parque Jardim da Paz S.A., em Porto Alegre, e a maior encontra-se no município de Santa Vitória do Palmar, com 340 ha, de propriedade de pessoa física.

O Rio Grande do Sul possui 87% das suas RPPNs em propriedade de pessoa física, seguindo tendências do restante do Brasil. No entanto, de forma diferenciada, a maior área territorial destinada às RPPNs no estado concentra-se nas mãos de pessoa física (94%), enquanto no Brasil são as pessoas jurídicas que detêm a maior área territorial em RPPNs (60%). Isso revela pouca iniciativa de parte de pessoas jurídicas no estado, que são

²³ Reuniões do Grupo de Trabalho das RPPNs, realizadas entre os meses de março e maio de 2006. Assembléia Legislativa do Estado, Porto Alegre - RS.

representadas por uma instituição de ensino, uma empresa de loteamento e mineração e um cemitério, perfazendo 77,05 ha. Nenhuma das RPPNs é de iniciativa de empresas dos setores: agropecuários; de turismo, hotelaria e lazer; florestal ou de ONG, como observado no cenário nacional.

Em relação aos biomas presentes no Rio Grande do Sul (IBAMA, 2005), as 23 RPPNs protegem, de forma mais expressiva, a Mata Atlântica, com 11 RPPNs e 675,17 ha, seguida dos Campos Sulinos com dez reservas e 569,32 ha e os Costeiros, com apenas duas RPPNs e 9,75 ha (gráfico 2). Dentre os 46,87% da superfície territorial do estado sob abrangência da Mata Atlântica (MMA, 2000), cerca de 0,10% dos seus remanescentes florestais estão protegidos por RPPNs. No entanto, o Rio Grande do Sul denota a deficiência da representatividade dessa categoria em relação aos biomas, principalmente nos Campos Sulinos e nos Costeiros.

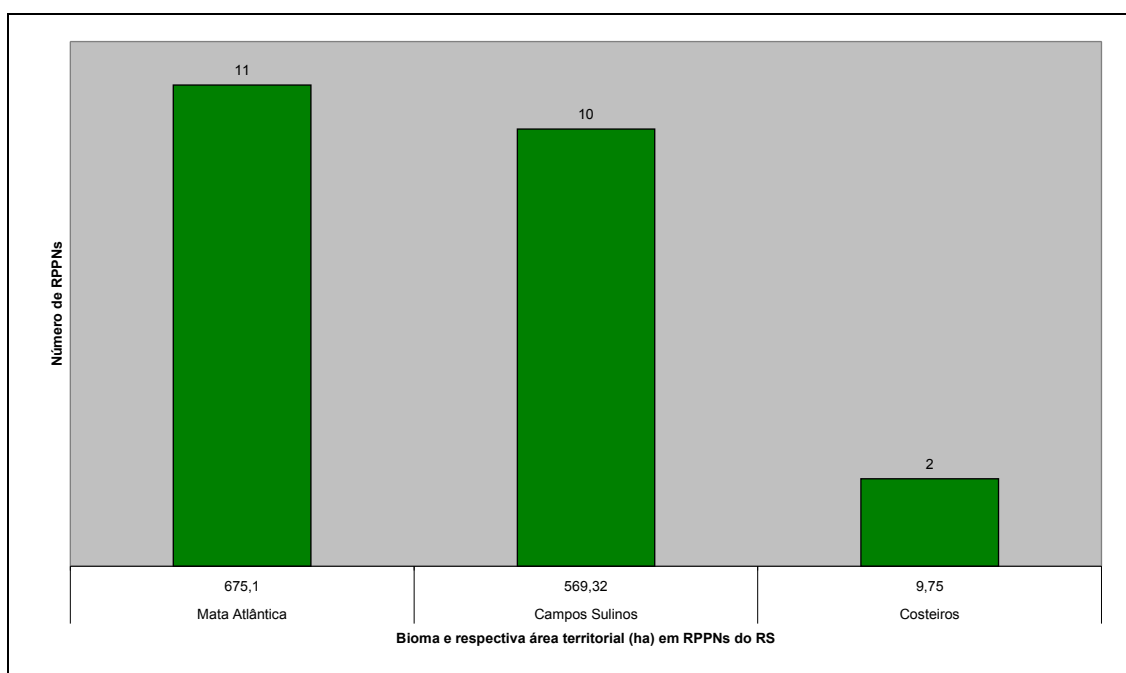


Gráfico 2: Número de RPPNs do RS e área protegida (ha) nos biomas

Fonte: Ibama (2005).

5.3 RPPNs brasileiras e o ecoturismo

O levantamento das RPPNs brasileiras que desenvolvem o ecoturismo como uma de suas atividades de uso público, inclui 41 reservas, reconhecidas em nível federal e estadual, somando 187.941,36 ha (quadro 1). Elas abrangem 16 estados brasileiros e todos os sete biomas (IBAMA, 2005).

Nome da RPPN	Unidade da Federação	Área territorial (ha)	Bioma
Sítio Morada do Sol	Amazonas	43,55	Amazônia
Ecoparque de Una	Bahia	83,28	Mata Atlântica
Reserva Estação Veracruz	Bahia	6069	Mata Atlântica
Reserva Natural da Serra do Teimoso	Bahia	200	Mata Atlântica
Arajara Park	Ceará	27,81	Caatinga
Fazenda Cafundó	Espírito Santo	517	Mata Atlântica
Fazenda Gleba Vargem Grande	Goiás	390	Cerrado
Fazenda Vagafogo	Goiás	17	Cerrado
Ilha do Caju	Maranhão	102	Costeiro
Fazenda Pantanal	Maranhão	40,76	Cerrado
Estância Ecológica SESC Pantanal	Mato Grosso	87871,44	Pantanal
Fazenda Estância Dorochê	Mato Grosso	26518	Pantanal
Lote Cristalino	Mato Grosso	670	Amazônia
Fazenda Acurizal	Mato Grosso do Sul	13200	Pantanal
Fazenda Cabeceira do Prata (Estadual)	Mato Grosso do Sul	307,52	Pantanal
Fazenda Caiman	Mato Grosso do Sul	5306,2	Pantanal
Fazenda da Barra (Estadual)	Mato Grosso do Sul	583	Pantanal
Fazenda Penha	Mato Grosso do Sul	13100	Pantanal
Fazenda Rio Negro (Estadual)	Mato Grosso do Sul	7000	Pantanal
Fazenda Santa Sophia (Estadual)	Mato Grosso do Sul	7387	Pantanal
Fazenda São Geraldo (Estadual)	Mato Grosso do Sul	642	Pantanal
Cachoeira do Cerradão	Minas Gerais	37,7	Cerrado
Fazenda Alto da Boa Vista	Minas Gerais	55	Mata Atlântica
Feliciano Miguel Abdala	Minas Gerais	957,58	Mata Atlântica
Alto da Boa Vista	Minas Gerais	118	Mata Atlântica
Comodato Reserva de Peti	Minas Gerais	96,41	Cerrado
Mitra do Bispo	Minas Gerais	35	Mata Atlântica
Santuário Caraça	Minas Gerais	10187,89	Cerrado
Usina Maurício	Minas Gerais	303,75	Mata Atlântica
Salto Morato	Paraná	819,18	Campos Sulinos
Reserva Ecológica Itáytyba (Estadual)	Paraná	1090	Mata Atlântica
Reserva Natural Brejo	Pernambuco	52,39	Mata Atlântica
El Nagual	Rio de Janeiro	17,2	Mata Atlântica
Fazenda Bom Retiro	Rio de Janeiro	472	Mata Atlântica
Reserva Querência	Rio de Janeiro	6,3	Mata Atlântica
Mata Estrela	Rio Grande do Norte	2039,93	Cerrado
Água Boa	Rondônia	47,52	Amazônia

Morro das Aranhas	Santa Catarina	44,16	Costeiro
Fazenda Agro-Pastoril Gonçalves	São Paulo	60,91	Mata Atlântica
Reserva Ecológica Amadeu Botelho	São Paulo	142,88	Mata Atlântica
Rizzieri	São Paulo	1282	Mata Atlântica
Total	41	187941,36	–

Quadro 1: Lista das 41 RPPNs (federais e estaduais) com atividades de ecoturismo

Fonte: Ibama (2005; 2006a), Repams (2006) e IAP (2006).

Os estados que apresentam maior número de RPPNs voltadas para o ecoturismo são Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, abrangendo 20% das RPPNs cada um, seguidos de Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo (7% cada), Goiás, Maranhão e Paraná (5% cada), e, por último, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Santa Catarina (2% cada). Já em termos de áreas territoriais das RPPNs voltadas para o ecoturismo, a maior representatividade está no Mato Grosso, com 115.059,44 ha, seguido do Mato Grosso do Sul, com 47.525,72 ha. O Ceará apresenta a menor área territorial em reservas privadas que desenvolvem ecoturismo, com uma RPPN de 27,81 ha (gráfico 3).

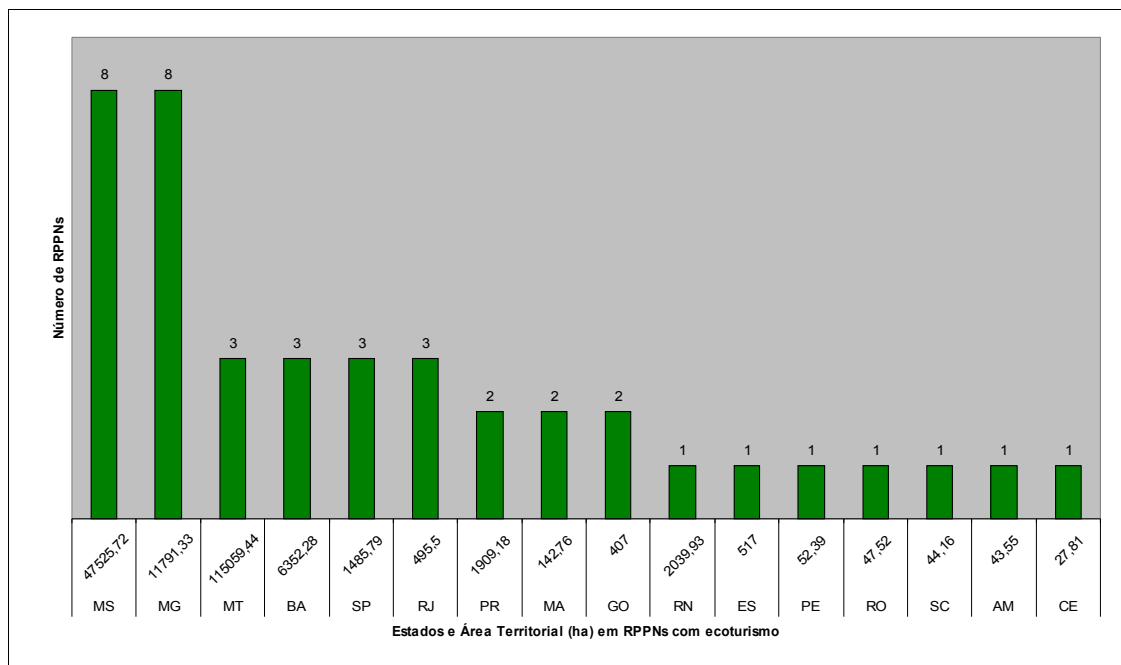


Gráfico 3: Distribuição das 41 RPPNs com ecoturismo em estados brasileiros, conforme número e área territorial (ha)

Fonte: Ibama (2006a), Repams (2006) e IAP (2006).

As 41 RPPNs foram criadas, seguindo as tendências já apresentadas, principalmente durante o quadriênio 1997-2000 (66%), decorrentes da maior divulgação do Programa RPPN em nível nacional (IBAMA, 2006b). De forma particular, a RPPN Fazenda Vagafogo (GO) compreende uma das seis primeiras reconhecidas no Brasil, em 1990, e a RPPN Caiman (MS), a mais recente delas, com Portaria de criação datada de 2004.

Ao contrário do cenário geral das RPPNs brasileiras, as que desenvolvem atividades de ecoturismo apresentam-se como grandes propriedades em 39% dos casos (de 601 a mais de 20.000ha) e médias propriedades (de 51 a 600 ha), em 37% dos casos, seguidas das pequenas propriedades (até 50ha), com 24%. A maior RPPN com ecoturismo compreende a Estância Ecológica Sesc Pantanal (MS), que, como já citado, é a maior RPPN federal hoje; e a menor, com 17 ha, a RPPN Fazenda Vagafogo (GO).

Os principais proprietários das RPPNs que desenvolvem o ecoturismo no Brasil são pessoas físicas, de posse de 59% dos casos listados, mas são os proprietários jurídicos que detêm 90% da área territorial dessas reservas. Dentre esses, as ONGs representam 35% (seis unidades) e empresas de hotelaria, turismo e lazer, 18% (três RPPNs), além de aparecer reservas de propriedade de entidade religiosa, do Sesc e de outras empresas dos setores: de mineração, energia; florestal, agropecuário, de destilaria e diversos.

Relacionados aos biomas brasileiros (IBAMA, 2005), a Mata Atlântica apresenta maior expressividade no desenvolvimento do ecoturismo em RPPNs, detendo 41% das reservas listadas, seguida do Pantanal (24%), do Cerrado (17%), da Amazônia (7%), dos Costeiros (5%) e, por último, da Caatinga e dos Campos Sulinos (ambos com 3%). No entanto, o Pantanal é o bioma que apresenta a maior área territorial em RPPNs, destinadas à atividade ecoturística, com total de 161.915,2 ha, seguido do Cerrado (12.809,69ha), da Mata Atlântica (11.462,29ha), dos Campos Sulinos (819,18ha), da Amazônia (761,07ha), dos Costeiros (146,16ha) e da Caatinga (27,81ha) (gráfico 4).

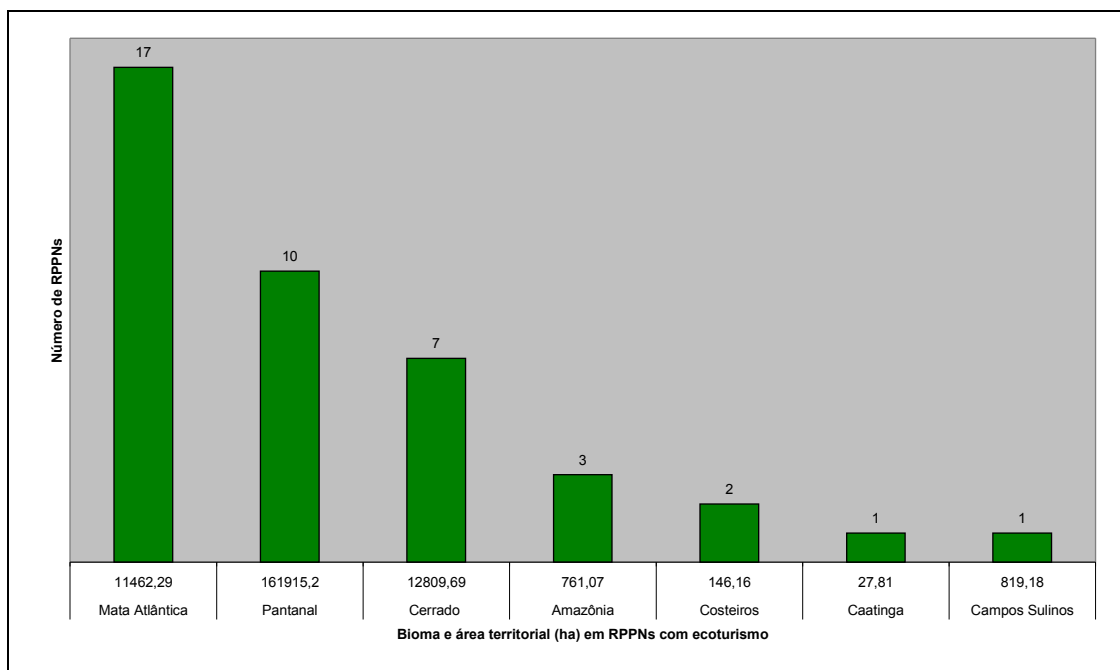


Gráfico 4: Relação dos biomas brasileiros, área territorial (ha) e número de RPPNs com ecoturismo
Fonte: Ibama (2005; 2006a), Repams (2006) e IAP (2006).

Dentre as 41 RPPNs listadas, com a presença de atividades de ecoturismo, somente 14 unidades participaram, respondendo ao questionário da pesquisa.

5.3.1 Caracterização das RPPNs com ecoturismo

As 14 RPPNs estudadas (mapa 2) são representativas dos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul (com duas RPPNs cada), seguidos de: Bahia, Espírito Santo, Pernambuco e Santa Catarina (com uma RPPN cada). Conforme classificação do Ibama (2005), essas UCs incluem-se nos biomas Mata Atlântica (51%), Cerrado (21%), Pantanal (14%), Costeiros e Campos Sulinos (7% cada). Apesar de existirem iniciativas no desenvolvimento do ecoturismo em RPPNs nos biomas Amazônia e Caatinga, não houve participação dessas no presente estudo.



1. Ecoparque de Una, Una, BA
2. Reserva Cafundó, Cachoeiro do Itapemirim, ES
3. Fazenda Gleba Vargem Grande, Pirenópolis, GO
4. Fazenda Vagafogo, Pirenópolis, GO
5. Fazenda Acurizal, Corumbá, MS
6. Fazenda Rio Negro, Aquidauana, MS
7. Cachoeira do Cerradão, São Roque de Minas, MG
8. Alto da Boa Vista, Descoberto, MG
9. Salto Morato, Guaraqueçaba, PR
10. Reserva Ecológica Itáytyba, Tibagi, PR
11. Reserva Natural Brejo, Saloá, PE
12. El Nagual, Magé, RJ
13. Fazenda Bom Retiro, Casimiro de Abreu, RJ
14. Morro das Aranhas, Florianópolis, SC

Mapa 2: Localização das 14 RPPNs com ecoturismo nos biomas brasileiros

Fonte: adaptado de Ibama (2005).

RPPN Ecoparque de Una

Apresenta 83,28 ha, localizados no município de Una, Bahia, averbada pela Portaria Ibama 053/1999, aguardando pedido de ampliação da RPPN. Situa-se em uma propriedade de

383 ha pertencente à ONG Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (Iesb), distante 45 km de Ilhéus pela BA-001 (Ilhéus – Canasvieiras), com acesso à Região Cacaueira,²⁴ ao lado da Rebio de Una. Seus objetivos de criação são: conservação, ecoturismo, pesquisa científica e educação ambiental.

A RPPN está localizada em uma região que sofreu com o declínio da lavoura do cacau, gerando crescimento da extração de madeira e da pecuária predatória, ameaçando de extinção os últimos fragmentos dessa área de Mata Atlântica no sul da Bahia. O clima é tropical úmido, com temperatura máxima de 30,9°C e mínima de 21,2°C, com período de chuvas entre fevereiro e abril.

A área da RPPN contém uma grande diversidade de espécies arbóreas, sendo algumas centenárias, destacando-se: paraju (*Manilkara uberi*), braúna (*Melanoxylon brauna*), maçaranduba (*Manilkara elata*), sapucaia (*Lecythis pisonis*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), cedro (*Cedrela fissilis*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), oiti (*Couepia sp.*); palmeira juçara (*Euterpe edulis*), tucum (*Bactris sp.*) e piaçaveira (*Attalea funifera*); além de bromélias, orquídeas, seringueiras e áreas de regeneração de espécie antes utilizada para o cultivo da borracha (*Hevea brasiliensis*). A diversidade da fauna é representada por 33 espécies de mamíferos (sete endêmicas), destacando-se o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternus*) e a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), 190 espécies de aves (32 endêmicas) e 14 de anfíbios (uma endêmica).

O Iesb, em parceria com a ONG CI, comprou a área da RPPN em 1996, com objetivos de transformá-la em um projeto demonstrativo da viabilidade do ecoturismo na região, como uma estratégia alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local e pela preocupação com a conservação ambiental no entorno da Rebio de Una (IESB, 2006). A implementação do parque iniciou em 1997, com a construção da primeira passarela pênsil pela copa das árvores no Brasil, sendo projetada por consultores internacionais sob a preocupação do baixo impacto ambiental. Também realizaram abertura de uma trilha interpretativa e reforma da estrada de acesso, iniciando visitação em 1998, com um total de 1.251 visitantes naquele ano. Em 1999, adquiriu o reconhecimento da RPPN e, em 2000, teve área ampliada através por doação recebida. Em 2001, foi homologada como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CARVALHO et al., 2004).

²⁴ Região Cacaueira: uma das regiões turísticas classificadas pela Bahiatursa (2006), entre os municípios de Itacaré e Canasvieiras (PORTAL BAHIA, 2006).

A gestão da área, a operação ecoturística, bem como as atividades de monitoramento e avaliação dos impactos estão a cargo do Iesb, com o apoio do Departamento de Ecoturismo da CI. Segundo estudo realizado por Nóbrega (2005), a manutenção advém de ingressos próprios, que cobrem em parte os custos operacionais e com o complemento de patrocínios e apoios, a exemplo do Jardim Botânico de New York, da Fundação Benefícia, Fundação *Margot Marsh Biodiversity*, Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, Usaid, *Ford Motor Company* Brasil Ltda. Hoje, o Ecoparque conta com quatro funcionários, que trabalham como condutores e são oriundos da comunidade local. A visita ocorre, na alta temporada (dezembro a fevereiro, julho), de terças a domingos, das 9h às 14h, em seis horários; na baixa temporada, de quintas a domingos, em dois horários: 9h e 13h. O ingresso é de R\$ 30, de R\$ 17 para escolares e R\$ 7 escolares de Una. O Ecoparque recebeu cerca de 3.150 visitantes em 2004 e mais de 27.000 visitantes desde sua abertura (IESB, 2006). O Plano de Manejo está em andamento, com o apoio do FNMA, sendo a capacidade de carga estipulada em 15 pessoas/horário de visita, podendo ser visitada em algumas horas.

A RPPN apresenta atrativos turísticos naturais, como o rio Maruim, queda-d'água e reserva de fauna e flora. As atividades desenvolvidas para visitantes compreendem: observação de animais, programa de educação ambiental e caminhada por uma trilha (2 km), com sistema de sinalização interpretativa, que dá acesso à passarela suspensa na copa das árvores. Entre os aspectos histórico-culturais trabalhados na trilha estão: extração da borracha (*H. brasiliensis*) e a exploração do palmito (*E. edulis*). Há serviço de condutores locais, cabana de recepção aos visitantes, loja de *souvenirs*, áreas de contemplação (mirantes), sanitários, serviço de traslado do estacionamento até o parque e serviço de lanche incluído no passeio. Equipamentos e condições da trilha foram planejados com a intenção de serem acessíveis a visitantes de qualquer idade, e as pequenas construções têm telhado de fibra de piaçava (*Attalea funifera*), palmeira nativa do sul da Bahia (foto 1).



Foto 1: Grupo de visitantes sobre a construção com telhado de fibra de piaçava junto à passarela suspensa, RPPN Ecoparque de Una, Bahia - Brasil
Fonte: Acervo de Alois Schäfer.

No que se refere à pesquisa científica, a CI e o Iesb coletam dados cartográficos e socioeconômicos na região desde 1994, além dessa área já ter sido inventariada por diversos estudos acadêmicos, com apoio do Probio e do CNPq e projetos de ONGs. Os principais problemas enfrentados são o desmatamento e a caça, a falta de apoio e as dificuldades financeiras. Além de contar com *site*²⁵ próprio, nos idiomas português e inglês, e dados *online* no Iesb (2006) e CI (2006), há grande quantidade de informações provenientes de pesquisas científicas realizadas na área.

RPPN Reserva Cafundó

De propriedade de Luiz Soares Nascimento e outros, a RPPN instituída pela Portaria Ibama 062/1998, possui 517 ha, dentro de uma propriedade de 1.380 ha (Fazenda Boa Esperança). Está situada em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, a 20 km desse e a 4 km de Pacotuba, pela BR-482. É uma área representativa de Mata Atlântica (IBAMA, 2005), reconhecida mediante objetivos de conservação, ecoturismo, turismo científico, pesquisa científica, educação ambiental, turismo de eventos, turismo de aventura e agroturismo.

²⁵ Ecoparque de Una. Disponível em: <<http://www.ecoparque.org.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

Cachoeiro de Itapemirim se destaca como pólo industrial de mármore, granito, cimento e calçado, além de possuir usinas açucareiras, alambiques e destilarias; tem áreas de pasto e cultivo de café e da cana-de-açúcar. A região sofre com problemas de poluição de caráter urbano, industrial, extrativista e agropecuário, mas apresenta um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Espírito Santo, aliados à bacia hidrográfica formada pelo rio Itapemirim (ARCHANJO, 2005). Uma região de clima subúmido seco tropical, com temperaturas médias anuais de 23°C e período úmido de novembro a janeiro, onde predominam planícies com suaves e esparsas elevações de até 300m de altitude.

A reserva apresenta espécies vegetais primitivas, como: canelas, braúnas, araribás, cedros, ipês, perobas do campo, bromélias, orquídeas, cipós e lianas. A fauna caracteriza-se pelo alto grau de endemismo e diversidade de espécies, inclusive ameaçadas de extinção, já tendo sido catalogadas cerca de 240 espécies de aves e 37 de mamíferos (ARCHANJO, 2005).

Na década de 1940, Antônio Gomes do Nascimento e Edyla Oliveira Nascimento passaram a viver na Fazenda Boa Esperança, com o intuito de desenvolver atividades rurais de uso do solo (lavoura e pasto) em consonância com a preservação das áreas de mata, impedindo atividades de caça e controlando a pesca em sua propriedade. Em seguida, a área passou a ser administrada pelo filho, Eraldo Nascimento. Em 1997, foi alvo de um processo do Incra para desapropriação. Segundo Archanjo (2005), isso foi a alavanca para a transformação da área de mata em RPPN, em 1998, com apoio do Ibama e de ambientalistas. A RPPN Cafundó tornou-se, então, a maior do estado do Espírito Santo, criada com o intuito de tornar-se um centro de referência em práticas ambientais e utilização racional dos recursos naturais, por meio da pesquisa, da educação e do turismo (ARCHANJO, 2005).

Atualmente, é administrada por oito proprietários, herdeiros de Eraldo Nascimento, sendo que alguns deles residem na propriedade. Os proprietários criaram o Instituto Ambiental Cafundó (IAC), uma ONG local, para buscar financiamentos e parcerias. Dessa forma, a RPPN já recebeu apoio financeiro pela atuação da CI e da S.O.S Mata Atlântica.

A visitação na RPPN iniciou em 1998, ocorrendo diariamente, mediante agendamento prévio, e sob ingresso no valor de R\$ 5 (adulto, criança) e R\$ 2,50 (alunos, professores, pesquisadores, famílias), podendo ser visitada em algumas horas. Os proprietários estão buscando recursos para a elaboração do Plano de Manejo e para a consolidação de um programa para aliar práticas didáticas e culturais às opções de lazer para visitantes. Não possui estudo de capacidade de carga e não pode fornecer o dado estimado de visitantes em 2004, uma vez que esteve temporariamente fechada à atividade.

Os atrativos turísticos naturais da área compreendem rio, fontes hidrominerais, reserva de fauna e flora e área de pesca; aliados aos atrativos histórico-culturais como biblioteca, arquivo, gastronomia típica, artesanato, e roda de viola e contos de prosa, promovidos em eventos especiais. As atividades disponíveis aos visitantes na RPPN são caminhadas por trilhas interpretativas e observação de animais, enquanto na fazenda realizam-se cavalgadas, pescaria rústica, banho no rio, programa de educação ambiental para visitantes, cursos e treinamentos. A infra-estrutura conta com hospedagem, cantina rural, loja de artesanato, serviço de condutores locais, área de camping, área de recepção de visitantes, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, escritório, estacionamento e sanitários – construções que privilegiam a matéria-prima típica da arquitetura local (ARCHANJO, 2005).

A propriedade oferece produtos locais (doces, compotas, queijos, licores) e artesanato, e desenvolve ainda a agricultura, a pecuária e a apicultura. Diversos trabalhos acadêmicos já foram realizados na área, mas ainda detém um potencial para a pesquisa científica pouco explorado frente à inexistência de parcerias com universidades e ONGs (ARCHANJO, 2005).

A Reserva Cafundó faz parte do Corredor Central da Mata Atlântica, a ser interligada pelo Corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó, em implementação, conectando suas terras à Flona de Pacotuba. Segundo Archanjo (2005), ainda há cerca de 200 ha de mata na propriedade, os quais os proprietários pretendem utilizar para ampliação da área da RPPN, além do interesse em incentivar a criação de outras reservas privadas na região. Os principais problemas enfrentados são a falta de apoio, as dificuldades financeiras e a caça.

A RPPN ainda não possui *site* próprio, mas conta com folhetos informativos e já foi tema de estudos e reportagens na imprensa escrita e falada. Há alguma informação disponível em *site*²⁶ referente ao município de Cachoeiro de Itapemirim.

RPPN Fazenda Gleba Vargem Grande

Chamada Reserva Ecológica Vargem Grande, é de propriedade de Jomar Gomes e de seis irmãos; possui uma área total de 390 ha que engloba toda a propriedade. Foi instituída pelo Ibama através da Portaria 93/1996. Localizada no município histórico de Pirenópolis, Goiás, é uma cidade tombada pelo Patrimônio Histórico Cultural e um dos principais destinos

²⁶ Cachoeiro de Itapemirim. Disponível em: <<http://www.cachoeiro.com.br/turismo.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

turísticos na região do entorno de Brasília. A RPPN está a 11 km da sede do município, pela estrada dos Pirineus, e atua com objetivos de conservação e ecoturismo.

Área representativa do bioma Cerrado (IBAMA, 2005), apresenta fauna e flora características, relevo bastante acidentado, com vales, matas úmidas, cerrado e campos, planícies com cerradão e matas (úmidas e secas) e áreas montanhosas (ANTUNES et al., 2003). A hidrografia é caracterizada pelo riacho Lajinha, que nasce dentro da propriedade, e pelo rio Santa Maria, que forma as cachoeiras do Lázaro e do Caldeirão do Inferno.

Segundo o histórico da RPPN, o avô da família, hoje proprietária da área, “vendeu essa terra para um paulista, porque dizia que era improdutivo” (informação verbal)²⁷ – uma grande área de cerrado –, mas manteve uma propriedade vizinha realizando atividades de cavalgada e aluguel da fazenda na alta temporada. Com a pressão do turismo no município, na década de 1990, perceberam o potencial econômico da área para atividades ligadas ao turismo na natureza. Assim, os irmãos readquiriram a posse da terra e iniciaram o processo de criação da RPPN, em um momento em que o Ibama procurava áreas representativas de cerrado para fins de conservação.

A visitação passou a ocorrer a partir de 1996, não havendo estimativa do número de visitantes recebidos. A RPPN apresenta estudo de flora e de capacidade de carga (delimitada em 100 visitantes/dia em cada cachoeira), mas inexistência de Plano de Manejo. Administrada e manejada pelos sete irmãos e seus familiares, conta com cinco a 15 pessoas trabalhando na propriedade, dependendo da sazonalidade da visitação, não havendo nenhum residente na área. A reserva encontra-se aberta diariamente, das 9h às 17h, com ingressos a R\$ 10 (adulto) e R\$ 5 (criança), podendo ser visitada em algumas horas.

Os atrativos turísticos naturais encontrados na RPPN compreendem riacho, rio, praia fluvial, quedas-d’água, relevo montanhoso e reservas de fauna e flora. Aspectos histórico-culturais não são trabalhados no contexto da visitação. As atividades e os serviços compreendem caminhadas pelas trilhas da cachoeira Santa Maria (400m, modalidade leve) e da cachoeira do Lázaro (1.700m, modalidade moderada) (foto 2) e banhos nas piscinas naturais, oferecendo serviço de condutor nas trilhas. Quanto à infra-estrutura, a área dispõe de Centro de Visitantes, lanchonete, sanitários, duchas, rancho de apoio com lanchonete e loja de artesanato e produtos locais, abastecida com a cooperação de produtores vizinhos.

²⁷ Dados fornecidos por Hécio I. Gomes, um dos proprietários da Fazenda Vargem Grande, em visita de campo realizada pela autora. Pirenópolis, 8 jul. 2005.

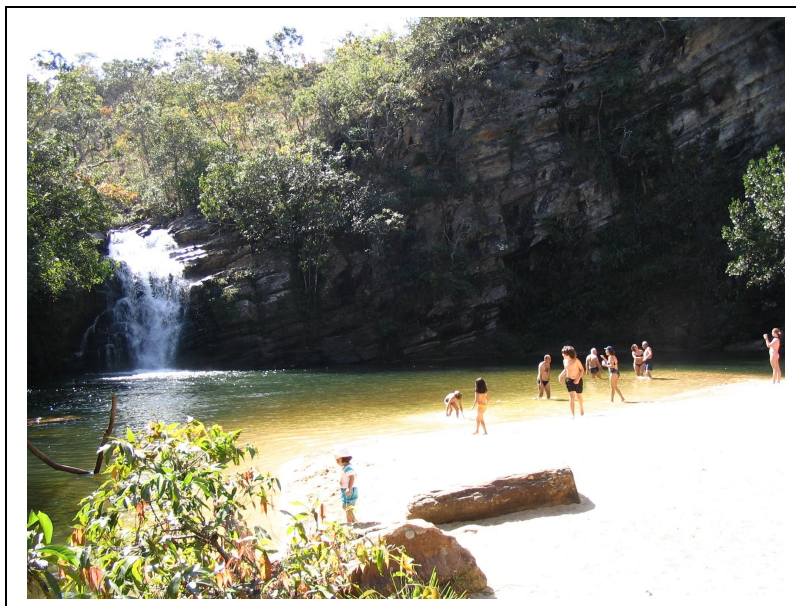


Foto 2: Visitantes nas proximidades da cachoeira Santa Maria, RPPN Fazenda Gleba Vargem Grande, Goiás – Brasil
Fonte: Acervo da autora.

A área faz divisa com outras propriedades que desenvolvem visitação pública, mas nenhuma averbada como RPPN, sendo todas áreas de entorno do PE Serra dos Pirineus. O principal problema enfrentado na área é a possibilidade de queimadas, a exemplo do que ocorreu em 2004, devastando grande parte da mata ciliar. Algumas informações são adquiridas no *site* da Drena Ecoturismo e Aventura²⁸ e em material impresso de divulgação da RPPN.

RPPN Fazenda Vagafogo

Conhecida como Santuário de Vida Silvestre Vagafogo, é de propriedade do casal Evandro Engel Ayer e Catarina Schiffer. Instituída a RPPN pelo Ibama, mediante Portaria 824/1990, apresenta uma área de 17 ha, dentro de uma propriedade de 46 ha. Assim como a RPPN Vargem Grande, está localizada no município de Pirenópolis, Goiás. Seu acesso se dá por uma estrada não pavimentada, pelo alto do Bairro Carmen, a 6 km da sede do município. A RPPN atua com objetivos de conservação, ecoturismo, turismo de aventura, agricultura orgânica, pesquisa científica e educação ambiental.

A região apresenta clima quente e semi-úmido, com temperaturas médias entre 19 e 26°C, possuindo período de chuva (outubro a março) e de seca (abril a setembro), e relevo

²⁸ Drena Ecoturismo e Aventura. Disponível em: <<http://www.drena.tur.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

bastante acidentado, com campos e planícies cobertos de matas e cerrado. A reserva compreende o topo e a encosta do morro do Frota, na serra dos Pirineus, em um alargamento do vale do rio Vagafogo (ALBERNAZ, 2003).

Sendo representativa do bioma Cerrado (IBAMA, 2005), a RPPN é composta por mata ciliar e cerrado típico. Dentre as 80 espécies vegetais já identificadas, estão: jatobá (*Hymenaea courbaril*) – havendo um exemplar de quase 300 anos –, piúna, casco-d’anta, folha-de-bolo, boca-de-cabra, jequitibá, cedro, pau-d’óleo, canela-de-urubu, cascudo, angico, araçá, aroeira e peroba rosa. Na fauna, destacam-se 170 espécies de aves (sete de pica-pau, uma subespécie de tucano, beija-flor, bico-de-brasa, trinca-ferro, benedito, câ-câ) e mamíferos como macaco-prego, guariba, mico-estrela, cotia, quati, irara e lobo-guará.

A fazenda foi comprada pelos atuais proprietários em 1975, quando de Brasília transferiram residência para Pirenópolis. Inicialmente, desenvolveram o cultivo de plantas ornamentais, seguido de grãos, frutas e produtos derivados sob práticas da agricultura orgânica, tudo aliado a uma filosofia de vida no campo. Em 1989, começaram a chegar alguns visitantes, “em busca de um local no campo para se distraírem. Como já tínhamos uma fazenda bem preservada e bem cuidada, demos início a um trabalho inicial de ecoturismo”, conforme descreve o proprietário Evandro Ayer (MOTTA, 1999, p. 4). A partir daí, a fazenda comercializa seus produtos dentro da própria área, sob a marca Vagafogo.

Administrada pelo casal de proprietários e por seu filho, Uirá, buscaram parceria com a ONG Funatura, em 1990, transformando a área em um Santuário de Vida Silvestre, o primeiro em terras particulares no Brasil, com apoio da WWF. Essas parcerias resultaram no Plano de Manejo e zoneamento da área (PÁDUA, 1990), que hoje aguarda atualização, e no reconhecimento da RPPN, em 1990, sendo a primeira do estado de Goiás e uma das seis primeiras no Brasil. Em 1992, construíram o Centro de Visitantes (1992), com apoio da Funatura, FBPN e do governo britânico; em 2004, realizaram parceria com a Drena Ecoturismo e Aventura, hoje operando as atividades de rapel e arvorismo na área. Outro apoio recente foi oferecido pelo Ibama, doando madeira apreendida para a revitalização da trilha. No momento, buscam recursos para a ampliação do centro de visitantes e área de cozinha.

Hoje, há entre oito e dez pessoas trabalhando na propriedade (AYER, 2005),²⁹ para atender à demanda da visita que representa cerca de 14.000 visitantes/ano (2004). Recebe os visitantes diariamente, das 9h às 17h, com ingressos ao custo de R\$ 10 (adulto) e R\$ 5 (criança), podendo ser visitada em algumas horas.

²⁹ Dados fornecidos por Evandro Ayer, Proprietário da RPPN Fazenda Vagafogo, em entrevista à autora. Pirenópolis, 7 jul. 2005.

A RPPN apresenta atrativos turísticos naturais, como: rio, cachoeira, piscina natural e reserva de fauna e flora. Aspectos histórico-culturais, como antigas atividades de garimpo de ouro pelos bandeirantes ainda não são trabalhados. A reserva oferece as seguintes atividades para o visitante: caminhada pela trilha auto-interpretativa “Mãe da Floresta” (1.500 m, modalidade leve, contendo estrutura e sinalização bem desenvolvida), banho no rio Vagafogo, Programa de Educação Ambiental para instituições de ensino e para a comunidade local, circuito de arvorismo (foto 3), rapel no jatobá e observação de animais.



Foto 3: Circuito de arvorismo na RPPN Fazenda Vagafogo, Goiás-Brasil
Fonte: Acervo da autora.

A infra-estrutura dispõe de Centro de Visitantes, biblioteca, área para cursos e treinamentos, orquidário e bromeliário, estrutura de trilha auto-interpretativa, arvorismo e rapel, serviço de condutor, sanitários, estacionamento, venda de produtos artesanais confeccionados no local (aproveitamento de frutos do cerrado) e redário. Seu serviço diferencial é o *brunch* (mistura das palavras inglesas: *breakfast*, café da manhã e *lunch*, almoço): um café tipo colonial com aproximadamente 40 itens produzidos na fazenda, que incluem frutas cristalizadas e desidratadas, produtos provenientes do barú (espécie de castanha nativa do cerrado, hoje em crescente valorização como produto típico), doces e geléias (jaboticaba, cagaita, carambola, pitanga), *chutneys* diversos, sucos, pães, lácteos, etc.

A área encontra-se aberta à pesquisa científica, além de desenvolver agricultura orgânica, com cultivo e desidratação de frutas (sistema de secagem solar), jardins e pequena criação de bovinos. A reserva faz fronteira com a RPPN Flor das Águas, de propriedade da Funatura, voltada à pesquisa científica, preservando as nascentes do rio Vagafogo.

O principal problema enfrentado é a especulação imobiliária e formas de ocupação do entorno da reserva, em função da pressão turística no município de Pirenópolis. Dados sobre a reserva são encontrados nos diversos estudos ocorridos na área, no *site* da operadora Drena Ecoturismo e Aventura e em material informativo impresso da RPPN.

RPPN Fazenda Acurizal

Pertence a ONG Ecotrópica (Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos) e foi instituída pela Portaria Ibama 007/1997, compreendendo uma área de 13.200 ha, dentro de uma propriedade de 13.665 ha, no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul. É uma RPPN representativa do bioma Pantanal (IBAMA, 2005). O acesso ocorre Via Corumbá, de barco 115hp (aproximadamente quatro horas de percurso), ou de avião (45 minutos) ou via Cuiabá, 100 km até Poconé (cidade portal da Estrada Parque Transpantaneira), 150 km até o Porto Jofre, descendo de barco motor 115hp (cerca de quatro horas) ou, ainda, via Poconé, de avião cesna (1h), ou Via Cuiabá, avião bimotor (1h). A reserva foi criada com objetivos de conservação, pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo.

As principais atividades econômicas do município de Corumbá compreendem: turismo, pesca, pecuária e mineração. É uma região de clima tropical úmido, com volume de chuvas de aproximadamente 1.000mm ao ano. Situa-se em uma faixa de terras entre o rio Paraguai e a serra do Amolar.

A área da RPPN apresenta vegetação característica do Pantanal na região alagada (aguapés e vitória régia), e do cerrado, campos de altitude e mata decídua com piúvas e ipê amarelo. Dentre as espécies de fauna, foram registradas 64 mamíferos e 170 de aves, destacando-se: onça pintada e parda, queixada, cateto, paca, tatu, tucano, arara canidé, ema, macaco e jacaré, como o cabeça de ferro. Essas terras encerram grande riqueza biológica, o que incentivou a recuperação de parte da cobertura vegetal local, além das espécies nativas mantidas pelo viveiro de mudas da RPPN Acurizal.

Em 1995, a Ecotrópica, em parceria com a TNC, adquiriu as fazendas Penha (MT), Acurizal e Dorochê (MS), que foram transformadas, em 1997, em RPPNs. Adquirindo também a fazenda Rumo do Oeste, a Ecotrópica passou a somar mais de 190.000 ha de áreas

protegidas, expressando a maior área de preservação permanente de propriedade de uma ONG brasileira, quase 44% das áreas protegidas no Pantanal Mato-Grossense. A Acurizal ainda é parte do Complexo de UCs do Parna do Pantanal, Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal e Patrimônio Natural da Humanidade (Unesco).

A Ecotrópica administra a RPPN, com apoio da WWF. A visitação teve início com a implantação do projeto de ecoturismo a partir do Plano de Manejo realizado em 2003, em parceria com a WWF. Servindo de área-núcleo para as outras reservas da Ecotrópica, a Acurizal foi aberta à visitação com o intuito de mostrar a finalidade que uma RPPN tem no contexto da proteção da biodiversidade, da beleza cênica, da fauna e da flora da região, garantindo a manutenção e sua sustentabilidade, por meio do ecoturismo, sob regras de mínimo impacto. Para isso, a fazenda sofreu reformas nas instalações e construção de trilhas, *deck* para piscina, pistas para cavalgada e alojamento.

A visita ocorre mediante agendamento prévio, no escritório da Ecotrópica em Cuiabá. Os valores de ingressos e passeios estavam sendo reavaliados no momento desta pesquisa. A capacidade de carga é estipulada em 16 pessoas/dia, sendo recomendado estadia de mais de dois dias para conhecer a área. Aproximadamente 100 visitantes estiveram na Acurizal em 2004, principalmente entre os meses de abril a agosto (período seco).

Dentro dos limites dessa reserva são encontrados lagos, rios, piscinas naturais, quedas-d'água, relevo montanhoso, planaltos e planícies e reserva de fauna e flora, além de atrativos histórico-culturais como arquitetura, pinturas rupestres, sítio arqueológico e gastronomia típica. As atividades disponíveis aos visitantes são caminhadas em trilhas interpretativas, cavalgadas, observação de animais, passeio de barco e de canoa, programas de educação ambiental para visitantes, atividades de aventura, cursos de capacitação, banhos em cachoeiras e piscinas naturais. As facilidades oferecidas pela fazenda compreendem hospedagem (apartamentos), restaurante, serviços de guia ou condutores locais, centro de visitantes, sala de convivência e pista de pouso para aviões de pequeno porte. Os principais problemas enfrentados são as queimadas, dificuldades financeiras e divulgação.

Informações acerca da Acurizal e demais RPPNs da Ecotrópica encontram-se no *site*³⁰ da ONG, além de serem referência em estudos e pesquisas científicas.

RPPN Fazenda Rio Negro

De propriedade da ONG Conservação Internacional do Brasil (CI), localiza-se no município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul. A RPPN compreende 7.000 ha de uma área de 7.859 ha, constituída em nível estadual, conforme Deliberação Ceca 010/2001. Está

³⁰ Fundação Ecotrópica. Disponível em: <<http://www.ecotropica.org.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

distante 140 km de Aquidauana, sendo o acesso por via aérea, com aviões de pequeno porte, a partir de Campo Grande (1 h) ou Aquidauana (30 min); por via terrestre, no período de seca, pela BR-262, Campo Grande-Aquidauana (de quatro a seis horas, dependendo das condições da estrada) (WWF, 2004). Os objetivos de criação dessa RPPN são: conservação, ecoturismo, pesquisa científica, turismo científico e educação ambiental.

Localiza-se em uma região de domínio de fazendas de pecuária extensiva que, associadas aos fatores ambientais, consolidaram uma estrutura fundiária de grandes propriedades, além das aldeias indígenas. É representada por uma imensa planície inundável nos meses de verão, com precipitação pluviométrica anual entre 1.000 e 1.400mm, e formada por baías, colinas, cordilheiras, vazantes e corixos, situada na região da serra de Piraputanga, com clima quente no verão (média de 32°C), e frio e seco no inverno (média de 21°C).

Área representativa do bioma Pantanal (REPAMS, 2006), é caracterizada por uma savana arbórea densa (jatobá, pequi, sucupira, cumbaru, ingá, piúva) e savana arbórea aberta (lixeira, ariticum, ipê caraíba). Dentre a fauna, destacam-se: araras azul e vermelha, papagaio, garça real, tuiuiú, gavião caramujeiro, colheireiro, carão, cabeça seca, biguá, jacaré, cervo, veado, anta, macaco, ariranha, quati, capivara, queixada, tamanduá, porco monteiro, onça pintada e parda, bugio, cateto, lobinho, etc.

A Fazenda Rio Negro é uma das mais tradicionais da região, tendo sido fundada em 1895 por Ciríaco da Costa Rondon. A principal atividade econômica na área, durante cinco gerações, foi a pecuária extensiva tradicional. Em 1989, o proprietário Orlando Rondon inicia atividades turísticas, como forma de incrementar a renda da fazenda, sendo um dos pioneiros na região pantaneira. Nesse mesmo ano, os cenários da fazenda são divulgados com as gravações da novela *Pantanal*, transmitida pela extinta Rede Manchete. Em 1999, a CI adquiriu a área, com recursos doados pela *Moore Family Foundation*, com o objetivo de criar uma base para pesquisas científicas na região do Pantanal sul-mato-grossense, como parte do Programa de Implementação do Corredor da Biodiversidade Cerrado-Pantanal, além do desenvolvimento do ecoturismo, como alternativa de atividade econômica sustentável, servindo de referência para outros proprietários, e à preservação do patrimônio arquitetônico e histórico regional (LOURIVAL; PRADO, 2003). O reconhecimento da RPPN ocorreu em 2001, via decreto estadual, seguido de investimentos como adequação da infra-estrutura, aquisição de mobiliário, melhoria da estrutura de recepção e equipamentos disponíveis aos visitantes, atividades de educação ambiental para comunidade do entorno e visitantes, entre outros. Em 2002, em parceria com o *Earthwatch Institute* (EWI), foi construído o Centro de Pesquisa para Conservação da Biodiversidade.

A instituição de uma empresa de ecoturismo no local (Rio Negro Comércio e Turismo), a CI gerencia a fazenda de forma direta (como um caso atípico na atuação dessa ONG internacional), com a parceria de outras instituições, principalmente para pesquisa científica. A propriedade possui hoje 16 funcionários e dispõe de Programa de Voluntariado.

A visitação ocorre diariamente, com ingressos a R\$ 280 (adulto) e R\$ 210 (criança), incluindo hospedagem, e preço diferenciado para pesquisadores (R\$ 70), sendo recomendável mais de dois dias para conhecer a área. A RPPN possui Plano de Manejo atual (2005) e capacidade de carga estipulada em 42 visitantes/dia, tendo recebido 631 visitantes em 2004.

A RPPN possui atrativos turísticos naturais, como: os rios Negro, Taboco e Aquidauana (integrantes da Bacia Hidrográfica do rio Paraguai), pântanos, planícies e reserva de fauna e flora representativas do bioma Pantanal, além de atrativos turísticos histórico-culturais como arquitetura, gastronomia típica e artesanato local.

As atividades programadas para os visitantes são: cavalgadas, trilhas, cursos e treinamentos, passeio de canoa (foto 4), observação de animais, programa de educação ambiental e possibilidade de acompanhamento de atividades de campo e laboratório com pesquisadores. A fazenda dispõe de uma pousada com 14 unidades habitacionais, restaurante, loja de artesanato, serviços de condutores locais, Centro de Pesquisa para Conservação da Biodiversidade, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, áreas de contemplação (mirantes) e sanitários. Além da área para visitação e pesquisa científica na RPPN, a propriedade compreende quase 1.000 ha de área de uso intensivo e uma área de pastagem.



*Foto 4: Passeio de canoa no rio Negro, RPPN Fazenda Rio Negro, Mato Grosso do Sul - Brasil
Fonte: Fazenda Rio Negro (2006).*

No que se refere à pesquisa científica, a fazenda foi criada para servir como área-núcleo na constituição do Corredor de Biodiversidade Serra de Maracajú-Negro, aliando-se às RPPNs vizinhas (RPPN Fazendinha, RPPN Santa Sophia) e ao Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro. Assim, o ecoturismo passou a ser uma das ferramentas para auxiliar na sustentabilidade da área, além da realização de eventos de capacitação de recursos humanos locais em parceria com diversas instituições (PRADO, 2005).³¹ Os principais problemas enfrentados são as queimadas, a falta de apoio e as dificuldades financeiras.

Há informação disponível *online* acerca da Fazenda Rio Negro (CI, 2006), além de contar com *site* próprio,³² nos idiomas português e inglês, possuindo estudos divulgados e material informativo elaborado pela CI.

RPPN Cachoeira do Cerradão

De propriedade de Anael de Souza e Silvia Helena Dantas, a RPPN, instituída pela Portaria Ibama 92/2001, possui 37,70 ha, dentro de uma propriedade de 90 ha, a 6 km do município de São Roque de Minas, Minas Gerais. Seu acesso ocorre pela estrada de São

³¹ Dados fornecidos por Alexandre Prado, da Conservation International, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

³² Fazenda Rio Negro. Disponível em: <<http://www.fazendarionegro.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

Roque de Minas a Leites, pela beira da serra da Canastra ou via Vargem Grande. Seus objetivos de criação são: conservação, ecoturismo, educação ambiental e turismo de aventura.

Situa-se no Circuito Turístico da Serra da Canastra,³³ no sudoeste de Minas Gerais, onde o Parque Nacional da Serra da Canastra representa a maior atração local. É uma região com histórico de ocupação marcado pela atividade mineradora do ouro e, posteriormente, por fazendas agrícolas, predominando ainda hoje as características rurais. O relevo dessa região compreende serras e vales, campos rupestres, paredões de pedras, cerrado típico e matas de galeria, sendo berço de muitos rios, corredeiras e cachoeiras, integrando as bacias do São Francisco e do Paraná. As temperaturas são amenas, tendo uma média de 17° C no inverno e 23° C no verão, com índice pluviométrico anual entre 1.300 e 1.700mm, com a maior parte das chuvas concentrada no período de dezembro a fevereiro.

A reserva é administrada pela agência Tamanduá Ecoturismo Ltda., empresa pioneira de ecoturismo na serra da Canastra, também dirigida pelos proprietários da RPPN, havendo dois funcionários disponíveis para as atividades de visitação. Encontra-se aberta ao público diariamente, das 8h às 17h (18h no horário de verão), levando-se algumas horas para conhecê-la. O valor do ingresso é de R\$ 5 (adulto e criança), isentas crianças de até cinco anos, jornalistas, pesquisadores e autoridades, guias locais, guias e motoristas de grupos fechados (máximo de três pessoas por grupo). Não possui Plano de Manejo, e sua capacidade de carga está estipulada em 60 pessoas/dia, tendo recebido 2.200 visitantes em 2004.

A RPPN é conhecida por ser a área da cachoeira do Cerradão (202m de altura), sendo a primeira reserva do gênero, na região da serra da Canastra, aberta ao ecoturismo, já realizado na propriedade desde 1999. Representativa do bioma Cerrado (IBAMA, 2005), possui atrativos turísticos naturais, como: cachoeiras, piscinas naturais, nascentes e reservas de fauna e flora, campos e mata ciliar. São encontradas espécies ameaçadas de extinção, como: tamanduá-bandeira, lobo-guará, tatu-canastra e pato mergulhão.

A infra-estrutura disponível conta com portaria de recepção aos visitantes, serviços de condutor local, sanitários, mirantes e estacionamento. Além das caminhadas nas trilhas (foto 5), observação de animais, dos programas de educação ambiental para visitantes, são admitidas atividades de rapel e tirolesa, monitoradas pela administração e agendadas com antecedência, mediante regulamento específico. Por enquanto, não há hospedagem na reserva e não é permitido acampamento e pesca. O principal problema é a ameaça de incêndios pela

³³Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

seca. Informações sobre a reserva estão disponíveis em *site*,³⁴ que divulga os atrativos da região da serra da Canastra, Minas Gerais.



Foto 5: Visitante na trilha para a cachoeira do Cerradão, RPPN Cachoeira do Cerradão, Minas Gerais - Brasil
Fonte: Serra da Canastra (2006).

RPPN Alto da Boa Vista

A área da RPPN compreende 118 ha, de uma propriedade de 138,26 ha pertencentes a Helvécio Rodrigues Pereira Filho, no município de Descoberto, Minas Gerais. A RPPN foi instituída pela Portaria Ibama 057/1995, e é representativa do bioma Mata Atlântica (IBAMA, 2005). Distante 12 km da sede do município, pela estrada do Ribeirão do Grama, encontra-se na microrregião de Juiz de Fora, a sudeste de Minas Gerais. A reserva foi criada com objetivos de conservação, ecoturismo, educação ambiental, turismo de eventos, turismo de aventura, agroturismo, agricultura orgânica e apicultura.

A ocupação da região ocorreu em função da busca de ouro e, posteriormente, da cafeicultura. Hoje, está inserida na região turística da Zona da Mata, oferecendo diversidade de atrativos naturais, como: represas, rios, cachoeiras e praia fluvial, em áreas de relevo montanhoso e clima tropical de altitude, com um período de chuvas e outro seco.

A reserva é gerida por seu proprietário, tendo recebido apoio de organizações como a Fundação S.O.S Mata Atlântica e a CI, iniciando visitação em 1995. Encontra-se aberta

³⁴ Serra da Canastra. Disponível em: <<http://www.serradacanastra.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

diariamente, com ingressos a R\$ 5, podendo ser percorrida em algumas horas. Não apresenta número de visitantes estimado e não possui Plano de Manejo e estudo de capacidade de carga.

Na RPPN, segundo Vieira, Silva e Silva (2004), são encontrados diversos recursos hídricos como atrativos naturais, representados por seis córregos de águas límpidas que nascem dentro dos seus limites, duas cachoeiras, uma lagoa e nascentes que servem ao entorno; além da reserva de fauna e flora representativas da região. As atividades oferecidas aos visitantes compreendem caminhadas pelas trilhas, serviço de condutores locais, cavalgadas, observação de animais, programa de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local, cursos e treinamentos, atividades de aventura e banho de cachoeira. A infra-estrutura dispõe de pousada, loja de artesanato, centro de visitantes, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, mirantes, sanitários, biblioteca, área de camping e lazer (quadra poliesportiva), construídos nos 20 ha de área explorada, referentes à área da propriedade. Os principais problemas enfrentados são a falta de apoio, as dificuldades financeiras e o extrativismo.

A RPPN possui conectividade com a APA Serra do Relógio e a Rebio Represa do Grama, valorizando sua função ecológica de proteção do meio ambiente. Ainda não há *site* da RPPN, e pouco material em meio eletrônico³⁵ foi encontrado a seu respeito.

RPPN Salto Morato

A RPPN representa uma área de 819,18 ha, aguardando regularização de área complementar a atingir um total de 2.298,18 ha inseridos em uma propriedade de 2.340 ha da ONG Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN), no município de Guaraqueçaba, Paraná. Instituída pela Portaria Ibama 132/1994, encontra-se a 2 km da comunidade de Morato. Seu acesso se dá pela estrada Morretes-Antonina-Guaraqueçaba, ou pelo mar, de Paranaguá-Guaraqueçaba, e mais 20 km de estrada. A área tem por objetivo: conservação da biodiversidade, proteção da beleza cênica, pesquisa científica, ecoturismo, turismo científico e educação ambiental.

Guaraqueçaba (“lugar do guará”, em tupi-guarani, nome de uma ave de cor avermelhada em risco de extinção) é uma região que sofreu grandes desmatamentos pelas atividades pecuárias, caracterizada por um clima tropical úmido e um relevo montanhoso, com ocorrência de grutas e cavernas.

³⁵ Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>> Acesso em: 19 fev. 2006.

A reserva protege, em seus limites, uma grande variedade e densidade de microbacias hidrográficas, como a dos rios do Engenho, Ipiranga, Bracinho e Morato, com a presença do Salto Morato (130 metros) e corredeiras, além de ambientes como o chamado Aquário Natural. A RPPN é descrita pelo Ibama (2005) como área representativa do bioma Campos Sulinos, com significativos remanescentes da Mata Atlântica (Floresta Ombrófila), destacando-se espécies, como: guapuruvu, carvalho, canjerana, canela-branca, canela-fogo, palmito, jerivá, xaxim, maçaranduba e diversas espécies de figueiras. A fauna compreende 83 espécies de mamíferos, como: onça-pintada, suçurana, jaguatirica, cateto, anta, paca, tatu e tamanduá-mirim; 328 espécies de aves, entre elas: papagaio-chauá, tucano, gralha-azul e jacutinga – uma das mais raras do Brasil; e 29 espécies de répteis (20% do total listado no Paraná), com predomínio de serpentes (inclusive venenosas); 19 espécies de anfíbios e 38 espécies de peixes.

A FBNP adquiriu a área em 1993 com o intuito de conservar uma amostra do ecossistema, implantando sua primeira RPPN com apoio da ONG TNC. Essas terras foram escolhidas por guardar um significativo remanescente de Mata Atlântica, incluindo rios e reservas de fauna e flora em bom estado de conservação e por situar-se em uma região considerada de grande importância, nos limites da APA de Guaraqueçaba – criada pelo governo federal em 1985 (314.400ha). Junto a elas, um mosaico de UCs é formado, sendo representado pelos: Parna do Superagüi, EE de Guaraqueçaba, Arie das Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho, PE de Jacupiranga, APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, RPPN Serra do Itaqui, RPPN Morro Azul e RPPN Morro da Mina. Toda essa região recebeu o reconhecimento de Reserva da Biosfera pela Unesco e a Salto Morato, de Patrimônio Natural da Humanidade.

A RPPN é administrada e manejada pela FBNP, que recebe 1% do faturamento líquido da empresa O Boticário, para a realização de suas ações. Além disso, a RPPN contou com apoios diversos, como do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Universidade Livre do Meio Ambiente, CI e SPVS (na realização do seu Plano de Manejo). Há na reserva sete funcionários, além de contar com estagiários temporários e com o Programa de Voluntariado.

A visitação na RPPN teve início em 1996, tendo alcançado cerca de 5.577 visitantes em 2004. A reserva encontra-se aberta de terças a domingos, das 8h30min às 17h30min, com ingressos a R\$ 5 (adulto) e R\$ 3 (escolares), isento para crianças menores de dez anos e adultos maiores de 65 anos, necessitando algumas horas para conhecê-la. O Plano de Manejo é datado de 1997, não estando estipulada capacidade de carga.

Os atrativos turísticos naturais da reserva são: figueira do rio do Engenho, que lança raízes de quase seis metros de largura, formando uma “ponte natural” sobre o rio; salto

Morato (130 metros); aquário natural – local para banho e mergulho com observação de peixes; os rios e as reservas de fauna e flora. São considerados atrativos turísticos histórico-culturais a biblioteca e o artesanato local, confeccionado pela associação de artesãos da comunidade do Morato, cuja constituição recebeu apoio da FBPB.

As atividades realizadas são: caminhadas pelas trilhas interpretativas, observação de animais, programa de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local, cursos e treinamentos para visitantes e para a comunidade local. Quanto à infra-estrutura, possui área de camping (não sendo permitidas fogueiras), quiosques, restaurante (somente para atender aos participantes de cursos e treinamentos), centro de visitantes com painéis informativos (foto 6), Centro de Capacitação em Conservação da Biodiversidade, alojamento para pesquisadores e centro de pesquisa, estacionamento, sanitários, trilhas com estruturas e sinalização bem desenvolvidas, portaria e biblioteca. No que se refere à pesquisa científica, como um dos principais objetivos da reserva, dispõe de facilidades aos pesquisadores como alojamento, sala de trabalho e de triagem de material, equipamentos e acompanhamento em campo pelos guarda-parques. Os principais problemas enfrentados pela administração da RPPN são quanto aos limites da propriedade e da reserva, a caça e a extração ilegal do palmito.



Foto 6: Centro de visitantes da RPPN Salto Morato, Paraná - Brasil
Fonte: Acervo da autora.

A Salto Morato é uma das RPPNs que mais dispõe de informações, sendo referência em estudos na área, além da grande diversidade de pesquisas científicas que já abrigou. Há informação no *site*³⁶ da FBPn, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, além de material impresso informativo, produzido pela ONG proprietária.

RPPN Reserva Ecológica Itátytyba

Apresenta 1.090 ha dentro da propriedade conhecida como Fazenda Santa Lúcia do Cercadinho (3.759ha), de propriedade de Ivo Carlos Arnt e Regina Maura Gasparretto Arnt, no município de Tibagi, Paraná. Instituída pelo Decreto Estadual 1502/1998, localiza-se a 42 km de Tibagi, sendo representativa dos biomas Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Mista), Campos Sulinos e parte do Cerrado. O acesso ocorre pela rodovia Ventania-Tibagi, por uma estrada secundária à BR-153. Os objetivos de criação da reserva são: conservação, ecoturismo, pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecodidático.

O município de Tibagi (em tupi-guarani, “muitas águas” - “muitas cachoeiras”) está situado à margem esquerda do rio Tibagi, sendo também banhado pelos rios Iapó, Capivari e Fortaleza, numa região de planalto com serras chamadas da Taquara, do Falcão, dos Macacos, das Furnas e do Roncador. A economia é baseada na pecuária de corte e leiteira, em pastagens cultivadas ou campos nativos e na produção agrícola, sendo um dos maiores produtores de soja, milho, feijão e trigo do Paraná. O clima da região é ameno-subtropical úmido mesotérmico, com temperatura média de 16-22°C, com meses mais chuvosos entre dezembro e fevereiro. Com altitude média de 1.140m, representa uma região com forte presença de formações geológicas constituídas predominantemente de arenitos (afloramentos rochosos ruiformes), formando cinco principais cânions.

A RPPN encontra-se próxima ao cânion Guartelá, acompanhando a margem direita do rio Iapó (integrante da bacia do rio Tibagi) e alcançando uma altitude de 262m. Apresenta ocorrência de rios e arroios, cachoeiras de até 72m de altura, piscinas naturais, sendo formada por, aproximadamente 150 ha de campo nativo, 650 ha de floresta nativa, 20 ha de cerrado, 270 ha de afloramentos rochosos. Dentre os componentes da flora, destacam-se bromélias, orquídeas, samambaias, xaxins, cactos, vegetação típica do cerrado, pinheiro do Paraná, ipê-amarelo, paineira, guamirim, cerejeira, canela, pitangueira, guabirobeira, peroba, marfim, leiteiro, cambiú, tarumã, angico, tapia, figueira, corticeira, guatambu, além de imbuia e

³⁶ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, disponível em: <www.fundacaooboticario.org.br>. Acesso em 19 fev. 2006.

cambau, característicos de banhados. Quanto à fauna, apresenta grande variedade de espécies de aves, destacando-se: seriema, curicaca, socó, gavião rabo-de-telha, gralha azul, tucano, perdiz e beija-flor (ave-símbolo da RPPN) e, ainda, mamíferos de pequeno e médio porte como: cateto, capivara, veado-campeiro e veado-galheiro, lontra, irara, tamanduá-bandeira e tamanduá-mirim, cutia, raposa, jaguatirica, leão-baio, bugio, macaco, serelepe, lobo-guará, graxaim, espécies de tatu e outros. Também são expressivos insetos e aracnídeos, como: borboleta, besouro, vespa, abelha melífera, vaga-lume, formiga, cupin, cigarra e aranha, além de répteis (lagarto e lagartixa), cobras venenosas (cascavel, urutu, jararaca e coral) e não venenosas, anfíbios e peixes.

Em 23 de julho de 1945, as terras da Fazenda Santa Lúdia do Cercadinho foram adquiridas pelo comerciante Nilo Olivo Maria Gasparetto, em nome dos filhos Regina Maura e Ovídio, para desenvolver atividades de pecuária, especializada no gado charolês e caracu. Na década de 60, iniciaram as primeiras lavouras, visando à conservação dos rios, a preservação do ecossistema e o manejo correto do solo. Em 1977, a administração da fazenda foi transferida à filha Regina Maura e ao genro Ivo Carlos Arnt, que agregaram o trabalho dos filhos Ivo Carlos Arnt Filho (veterinário) e Lúcia Regina Arnt Ramos (bióloga), realizando transformações estruturais e tecnológicas ao agronegócio. Em 1997, uma parte da propriedade foi destinada à RPPN, na intenção de assegurar às futuras gerações a preservação dos ecossistemas típicos e da beleza cênica do local, recebendo o nome de *Itáytyba*, em tupi-guarani, "abundância de pedras e água".

A RPPN conta com dois funcionários, sendo o ecoturismo operado pela Itáytyba Ecoturismo Ltda. (de mesmo proprietário). A reserva recebeu apoio de organizações como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a Paraná Turismo, o Sebrae, o Senac e o Senar, a Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a de Turismo de Tibagi.

A visitação na RPPN teve início em 2002, com a criação do chamado Programa de Itáytyba Ecoturismo, tendo recebido cerca de 2.320 visitantes em 2005, com capacidade de carga estipulada em 80 visitantes/dia. Possui Plano de Conservação (Plano de Manejo em andamento), com Zoneamento Ambiental. Desde 1997, a fazenda tem desenvolvido atividades de educação ambiental, como plantio de árvores e programas didáticos para grupos de estudantes, englobando principalmente as escolas da região de Tibagi (VIEIRA, 2004).

A reserva possui atrativos turísticos naturais, como: quedas-d'água, reserva de fauna e flora, relevo montanhoso, formações arenítas (foto 7) e cânions. A propriedade trabalha com aspectos histórico-culturais, por meio da Casa de Memórias Nhá-Tota (acervo de utensílios domésticos, ferramentas antigas, fotos, documentos), inscrições rupestres (pinturas pré-

históricas de cinco mil anos), Recanto Paleontológico Professor Olavo Soares (acervo de fragmentos de ossos de dinossauros, fotos, vídeos, réplicas e informações), gastronomia típica e artesanato local.

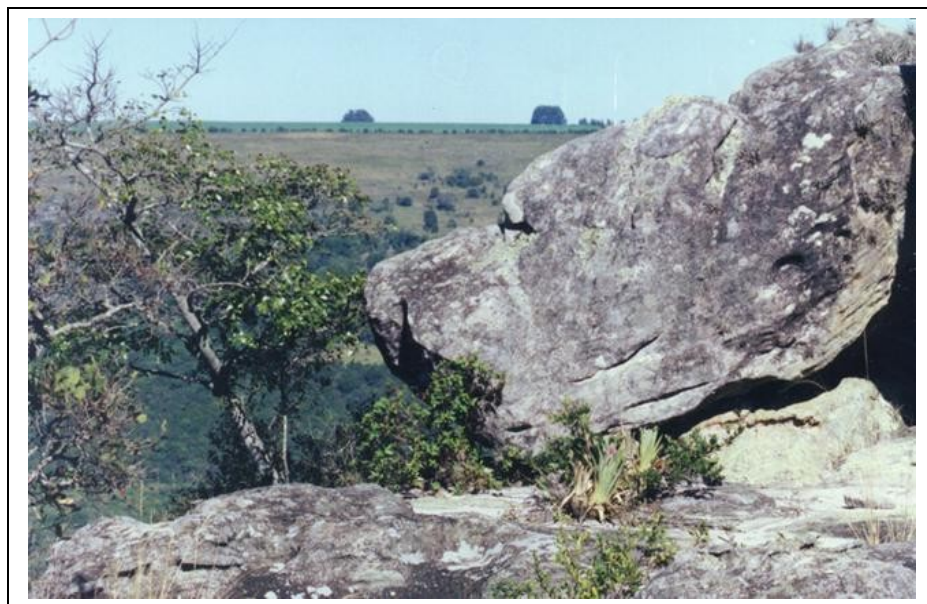


Foto 7: Figura de arenito, RPPN Reserva Ecológica Itáytyba, Paraná - Brasil
Fonte: Itáytyba (2006).

As atividades na RPPN compreendem caminhadas por trilhas interpretativas de diferentes graus de dificuldade e tempo de percurso (dentre elas a trilha-aventura), observação de animais, programas de educação ambiental para visitantes e comunidade local, cursos e treinamentos. Na propriedade, são realizados ainda passeios de bicicleta e cavalgadas. Outras atividades são desenvolvidas conforme programação especial em feriados específicos.

As áreas adjacentes à RPPN, denominadas Mini-Fazenda Parque Vô-Ivo e Aldeia dos Pioneiros, contam com infra-estrutura de: entrada, casa de pesquisa, casa de primeiros-socorros, chalés e apartamentos para hospedagem, centro de conveniência e artesanato local (produtos caseiros como geléias, chocolates, bolachas, livros e grife Itáytyba *Ecostille* – bonés, chapéus, roupas), serviços de condutores locais, infra-estrutura para eventos, mini-museu (Casa de Memórias), Recanto Paleontológico, mirantes dos Cânions Itáytyba-Guartelá e do arroio das Antas, sanitários com duchas (inclusive para deficientes físicos), restaurante (comida típica regional, fogão à lenha), lanchonete, sala Sossego da Mamãe (dispondo de *baby-sitters*), piscina coberta e aquecida, sauna úmida, sala de ginástica,

área de lazer (parque infantil, cancha de esportes, sala de jogos, brinquedoteca) e, ainda, viveiro de aves exóticas, minhocário, marrecário, estábulo, galinheiro, açude e pomar. A fazenda desenvolve hoje um plano de integração agropecuário-florestal que se caracteriza pela associação da pecuária de corte – criação de gado *Pinzgauer* de origem austríaca, com a agricultura ecológica, a silvicultura e recentemente o ecoturismo, além de apoio à pesquisa científica.

Existe conectividade dessa área com o Parque Estadual do Guartelá. Informações acerca da reserva são obtidas em *site*³⁷ disponível, em português (inglês em implantação), além de aparecer em estudos específicos sobre RPPNs.

RPPN Reserva Natural Brejo

Área de 52,39 ha dentro de uma propriedade de 360 ha, é de propriedade de Cleide Iara Andrade e localiza-se no município de Saloá, Pernambuco (Distrito de Iatecá). Instituída pela Portaria Ibama 90/2002, compreende uma área representativa da Mata Atlântica (IBAMA, 2005). Distante 42 km de Garanhuns, seu acesso se dá pela estrada de Iatecá, saindo de Recife pela BR-232 (rodovia Luiz Gonzaga), seguindo pela rodovia BR-423 em direção à Garanhuns e mais 2 km na estrada Saloá-Iatecá. A RPPN tem por objetivo: conservação, ecoturismo, turismo científico, pesquisa científica, educação ambiental e turismo rural.

Saloá está localizada na região Agreste de Pernambuco (intermediária entre a Mata e o Sertão), caracterizada pela produção de gado leiteiro e de corte e agricultura de subsistência (cafeicultura, fruticultura e hortaliças) e, ainda, o turismo e as atividades de lazer em função do tipo de clima ameno, com meses chuvosos concentrados de maio a julho. É uma região montanhosa de aproximadamente 900m de altitude, com influência de planaltos e planícies.

Em 1989, a fazenda foi adquirida pela família Bezerra, para a criação de gado, mas foi transformada, em 1994, em estância de férias e lazer para o público infantil. Em seguida, foram construídos apartamentos para expandir o atendimento às famílias, e a RPPN foi reconhecida em 2002, visando à preservação do ambiente natural dessas terras.

Gerenciada pela proprietária, há 24 funcionários para atender às tarefas da fazenda, auxiliando no manejo da RPPN. A visitação na área teve início, de forma mais efetiva, em 2001, tendo recebido cerca de 200 visitantes em 2004. Aberta à visitação somente em finais de semana, mediante agendamento prévio, é recomendável mais de um dia para conhecê-la. Os preços da visitação estão inclusos na hospedagem (diária adulto R\$ 90-110; R\$ 70 criança;

³⁷ Itáytyba. Disponível em: <<http://www.itaytyba.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

isento até cinco anos). A RPPN não possui Plano de Manejo, e a capacidade de carga foi estipulada em 20 pessoas/dia.



Foto 8: Vista à sede da RPPN Reserva Natural Brejo, Pernambuco - Brasil
Fonte: Fazenda Brejo (2006).

A RPPN (foto 8) possui, em seus limites, atrativos turísticos naturais, como: lagos, pântanos, quedas-d'água, fontes minerais, área de pesca, além de reserva de fauna e flora características da região, preservando exemplares da pitoresca floresta alta do estado de Pernambuco, chamadas de brejos de altitude (VIEIRA, 2004). Os atrativos histórico-culturais são representados por gastronomia típica, festas, comemorações e atividades culturais.

As atividades realizadas na RPPN compreendem observação de animais, programa de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local. Na área da propriedade, são oferecidas: caminhadas por trilhas interpretativas, observação de animais, programas de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local, pesca, cursos e treinamentos, atividades de turismo rural (passeio de carro de boi, cavalgada, leite no curral) e outras atividades de recreação (passeio de caiaque, passeio de bicicleta, banho nas piscinas naturais, vôlei, espiribol, futebol, pingue-pongue, bilhar, pebolim, pescaria). A infra-estrutura de visitação conta com pousada, restaurante, recepção, Centro de Educação Ambiental, loja de artesanato/floricultura, serviço de condutores locais, centro de treinamento, salão de jogos, haras, campo de futebol, salas de TV, salão de festas, fontes e piscinas, trilhas, tanques de

peixes para pesca, estacionamento e sanitários. Os principais problemas enfrentados pela área são a falta de apoio, as dificuldades financeiras e na divulgação. Informações são encontradas em material impresso e no *site* da Fazenda Brejo.³⁸

RPPN El Nagual

De propriedade de Mariana e Erhard Kalloch Devoto, a RPPN compreende 17,20 ha de uma propriedade com área total de 19,20 ha, localizada no município de Magé, Rio de Janeiro. Averbada pela Portaria Ibama 088/1999, a reserva é representativa do bioma Mata Atlântica (IBAMA, 2005). O acesso se dá pela BR-116, na direção da localidade de Santo Aleixo, a 2 km de Magé, ao pé da serra dos Órgãos. Seus objetivos de criação compreendem: conservação, pesquisa científica e educação ambiental.

A ocupação da região ocorreu em função da cultura da cana-de-açúcar, da industrialização às margens do rio Magé e da atividade portuária, sendo sede da primeira ferrovia do Brasil (1854), escoando os tesouros de Minas Gerais, por meio do Caminho das Pedras (primeira estrada entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, aberta em 1726).

Com gestão dos proprietários, a RPPN recebeu apoio da ONG Aliança pela Mata Atlântica. A visitação teve início em 1999, tendo alcançado 1.200 visitantes em 2004. Encontra-se aberta ao público diariamente, mediante agendamento prévio, tendo os seguintes valores para ingresso: R\$ 10 (adulto), R\$ 5 (criança) e R\$ 5 (escolares e universitários). Seu Plano de Manejo é atual (2005), e a capacidade de carga estipulada em 50 pessoas/dia.

A reserva encontra-se a 225m de altitude, em uma região de clima tropical úmido e de relevo montanhoso. É regada por cachoeiras (foto 9) e nascentes, apresentando reserva de fauna e flora aliada aos atrativos histórico-culturais, como ruínas (igreja histórica, poço bento), festas, comemorações e atividades culturais. Na RPPN, realizam-se atividades de observação de animais e programas de educação ambiental para escolas locais e visitantes (com apostila própria), enquanto na propriedade, realizam cursos e treinamentos. Oferecem serviço de guia, opções de trilhas (modalidades e percursos diferenciados), passeios de barco e curso de rapel.

A infra-estrutura de visitação compreende, na propriedade, pousada (seis quartos para até 30 pessoas), restaurante (com ênfase na alimentação integral), loja de artesanato, centro de visitantes, biblioteca, centro de eventos, alojamento para pesquisadores,

³⁸ Fazenda Brejo. Disponível em: <www.fazendabrejo.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2006.

estacionamento, sanitários, piscina, quadra esportiva e o Atelier de Arte. Na RPPN, há infraestrutura de trilhas e áreas de contemplação (mirantes). A propriedade ainda possui uma pequena Usina Hidrelétrica para geração da eletricidade local e oferece produtos locais da horta orgânica (geléias, conservas, biscoitos de mandioca) e bebidas a base de frutas frescas ou ervas.

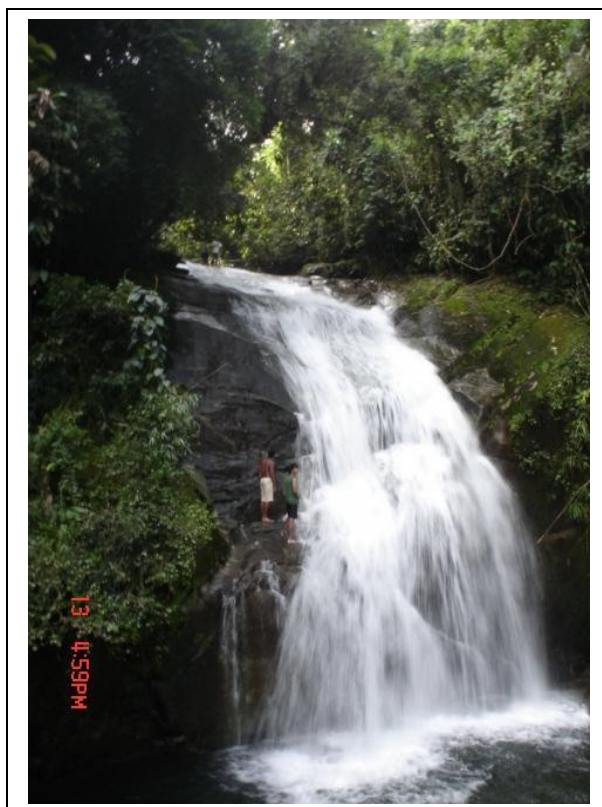


Foto 9: Uma das cachoeiras da RPPN El Nagual, Rio de Janeiro - Brasil

Fonte: El Nagual (2006).

Além da visitação previamente planejada, de acordo com temática e perfil do visitante e da disponibilidade de hospedagem, a El Nagual desenvolve artesanato, oferece diversos cursos de arte (velas, bambu, fibras, fusão de vidro, mosaicos, madeira, pinturas e papel machê) e conversação em língua estrangeira (espanhol, alemão, francês e inglês), presta assessoria em ecotécnicas e, em breve, prevê a realização de cursos de culinária.

A RPPN possui conectividade com outras UCs, sendo elas a APA Petrópolis, o Parna Serra dos Órgãos e a RPPN Querência. Os principais problemas enfrentados são a falta de apoio, as dificuldades financeiras e na divulgação, a caça e a pressão antrópica. Informações

acerca da reserva El Nagual são adquiridas em consulta ao *site*³⁹ próprio, nos idiomas inglês, francês, espanhol, alemão e português.

RPPN Fazenda Bom Retiro

Pertencente a Nelson Senna Cardoso, compreende 472 ha de uma propriedade com área total de 556,5 ha, no vilarejo de Aldeia Velha, município de Casimiro de Abreu, Rio de Janeiro. A reserva foi averbada pela Portaria Ibama 47/1993, como área representativa de Mata Atlântica (IBAMA, 2005). Localiza-se a 16 km de Casimiro de Abreu, pela BR-101, e tem por objetivo: conservação da biodiversidade, ecoturismo, turismo científico, pesquisa científica e educação ambiental.

O município está situado na Zona da Baixada de Araruama, região de desenvolvimento econômico marcado pela agricultura, produção cafeeira e atividade portuária, apresentando bananais, cafezais e áreas de pastos abandonados, em situação de regeneração. É uma região de clima tropical quente e úmido, com temperatura média de 25°C e relevo montanhoso, bastante acidentado, variando entre 100 e 700m de altitude.

Pela reserva passam os rios Aldeia Velha e dos Quarenta, formando cachoeiras, lago e fontes minerais. A área possui fauna e flora características da região, destacando-se o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), o bugio (*Alouatta fusca*), a onça pintada (*Felis onça*) e o muriqui (*Brachyteles arachnoides*), além das 121 espécies de aves já catalogadas. No local, foram identificadas uma nova subespécie de bromélia (*Aechmea weibachii*) e uma espécie de molusco gastrópode (*Megaspyra spp.*), esta até então considerada extinta pela ciência (FERNANDES; RAMBALDI; OLIVEIRA, 2004).

Segundo histórico relatado por Figueiredo (2005), a Fazenda Bom Retiro pertence à família Cardoso desde 1951. Área inicialmente utilizada para produção de laranja, banana e pecuária, voltou-se para a atividade ecoturística, com o apoio técnico da Associação Mico-Leão-Dourado (AMDL). Em 1988, parte das terras foi denominada pelo seu proprietário de *Reserva Permanente dos Recursos Naturais Fazenda Bom Retiro*, e posteriormente reconhecida como RPPN (1993). A característica destruição das florestas para o plantio de banana e pastagens nessa região, em contraste com a rara e importante vida silvestre em perigo de extinção nela encontradas foram os motivos para a criação da reserva, próxima à Rebio de Poço das Antas.

³⁹ El Nagual. Disponível em: <www.artnagual.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2006.

A área (foto 10) é administrada por seu proprietário, que conta com a parceria da AMDL e com outros apoios, principalmente para fins de pesquisa científica, dentre elas: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), WWF, CI, Funatura, S.O.S Mata Atlântica, Fundação Oswaldo Cruz, Zoológico do Rio de Janeiro e de Niterói, ONG *Clean Up The World* e Sociedade Brasileira de Bromélias. A fazenda emprega cinco funcionários, atendendo à visitação pública desde o ano de 1996 e tendo recebido mais de 2.000 visitantes em 2004. Está aberta diariamente aos visitantes, com ingresso ao custo de R\$ 7 (adulto), R\$ 3 a 5 (escolares), podendo ser visitada em algumas horas. A RPPN não possui Plano de Manejo, e a capacidade de carga está estipulada em 30 pessoas/dia.

Os atrativos turísticos naturais compreendem: fontes hidrominerais, córregos, queda-d'água, relevo montanhoso, reserva de fauna e flora, rios formando áreas próprias para banho, como lago e duas duchas naturais. Conforme estudo realizado por Figueiredo (2005), este último espaço representa a microambiência de maior atração para os visitantes na área, seguido da trilha até a queda-d'água.

Dentre as atividades turísticas disponíveis dentro da RPPN, estão: visitas guiadas, programas de educação ambiental com as escolas, observação de animais, cursos e treinamentos, enquanto que a área da propriedade dispõe de cabanas e casa da sede como hospedagem, restaurante com gastronomia local, serviços de guias/condutores locais, infraestrutura de trilhas interpretativas, centro de visitantes, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, estacionamento, sanitários, salão de jogos, cordas e carretilha no lago, campo de futebol, duchas naturais, quadra de vôlei, cabana para *yoga* e área de camping.



Foto 10: Entrada da RPPN Fazenda Bom Retiro, Rio de Janeiro - Brasil
Fonte: Fazenda Bom Retiro (2006).

A propriedade ainda apresenta plantio de grande variedade de plantas e flores, legumes, hortaliças e frutas, produção de leite, queijos e doces, plantação experimental de palmito pupunha, minhocultura e ações de revegetação espontânea de mata ciliar. Os principais problemas são as dificuldades financeiras, a divulgação e a caça.

A Fazenda Bom Retiro se faz presente em diversos eventos e ações ambientais, além de servir como sede para eventos locais e cursos de capacitação ligados à preservação da natureza. Portanto, possui bastante divulgação e estudos publicados, além de disponibilizar *site*⁴⁰ próprio.

RPPN Morro das Aranhas

A RPPN Morro das Aranhas, de propriedade do Santinho Empreendimentos Turísticos S/A, possui 44,16 ha inseridos em uma área verde de 75 ha e mais de 100 ha, em toda estrutura do empreendimento de Resort e SPA. A RPPN, instituída pela Portaria Ibama 043/1999, situa-se na Praia do Santinho, a 35 km de Florianópolis, Santa Catarina, pela rodovia SC-403, estrada Dom João Becker, rodovia Onildo Lemos. Os objetivos de criação dessa reserva são: conservação, educação ambiental, pesquisa científica e ecoturismo.

⁴⁰ Fazenda Bom Retiro. Disponível em: <www.rppnfazendabomretiro.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2006.

Segundo Nascimento (2003), a localidade de Santinho, antes pertencente a posseiros, foi muito devastada pelo cultivo de café, mandioca e laranja, e pelas pastagens, além das atividades pesqueiras tradicionais. A partir disso, o empreendimento do Costão do Santinho, inaugurado em 1991, resolveu salvaguardar o morro das Aranhas (com nome advindo das ilhas das Aranhas, localizada em frente, pela existência desses animais), mediante a criação da RPPN. O objetivo dessa reserva foi harmonizar o turismo auto-sustentável com a integração à natureza e com a população local, em parceria com o Instituto Larus e o FNMA (NASCIMENTO, 2003). Por sugestão do Ministério Público Federal, a reserva também foi um termo de ajustamento e conduta do empreendimento pela construção do Hotel Internacional no morro das Aranhas. Com a criação da reserva em 1999, foram realizados trabalhos de contenção do assoreamento das trilhas ecológicas, recuperação da lagoa das Lavadeiras, recuperação de matas degradadas e instalação de sinalização da RPPN, das trilhas e fauna e flora local.

Localizada em uma região de clima quente e úmido, representativa do bioma Costeiro (IBAMA, 2005), com remanescentes da Mata Atlântica, a RPPN apresenta uma paisagem constituída por diversos ambientes integrados: florestas, restingas, campos, costões rochosos, dunas, praias, lagoa e sítios arqueológicos. Conserva fauna e flora representativas da ilha de Florianópolis, com influência da vegetação de restinga, pela planície arenosa e floresta de encosta no morro das Aranhas (220m de altura, entre duas praias). As espécies mais frequentes são: mariamole (*Guapira opposita*), guamirim (*Gomidesia palustris* e *Eugenia catharinae*), cambuí (*Myrcia multiflora* e *Myrcia selloi*), tarumã (*Vitex megapotamica*), aroeira-brava (*Lythraea brasiliensis*), gabirola (*Campomanesia litoralis*), e baguaçu-mirim (*Eugenia umbelliflora*), bromélias (gravatá-de-lança = *Ananas spp.*; gravatá-de-espinho = *Vriesea spp.*) e orquídeas (*Cattleia spp.*, *Cyrtopodium spp.*, *Epidendrum fulgens* e *Vanilla sp.*). Das espécies arbóreas, destacam-se: cedro (*Cedrela fissilis*), imbiruçu (*Pseudobombax grandiflorum*), mandioqueira (*Didipomanax sp.*), canjerana (*Cabranea canjerana*), licurana (*Hieronyma alchorneoides*), gerivá (*Arecastrum romanzoffianum*), figueiras (*Ficus spp.*) e palmeira juçara (*Euterpe edulis*). A fauna compreende grande diversidade de mamíferos, répteis, peixes, insetos e aves, a exemplo da gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*), do tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), do pica-pau-de-cabeça-amarela (*Celeus f. flavescens*), da coruja-buraqueira (*Speotyti cunicularia*) e outros.

A RPPN é manejada pelo Departamento de Ecologia do Costão do Santinho, que possui de três a cinco funcionários trabalhando na área, contando com estagiários temporários durante alta temporada (meses de verão), diante dos mais de 700 funcionários do

empreendimento. A visitação na RPPN iniciou em 1999, e está aberta diariamente, de forma gratuita e pública, pois seu acesso se dá pelas praias, podendo ser visitada em algumas horas. Possui Plano de Manejo elaborado em 2005, e a capacidade de carga está estipulada em 190 pessoas/dia (apesar de a entrada ser livre), sendo estimados cerca de 6.000 visitantes em 2004.

A área apresenta atrativos turísticos naturais, como: reserva de fauna e flora, restingas, campos, costões rochosos, dunas preservadas, praias e lagoa, e atrativos histórico-culturais, dentro da propriedade, como inscrições rupestres (artes sobre paredões rochosos basálticos, de cerca de cinco mil anos), oficinas líticas, além de artesanato local, gastronomia típica, feiras e mercados, festas, comemorações e atividades locais realizadas no empreendimento.

Além do acesso livre, há visitas programadas na RPPN para hóspedes do hotel, na forma de roteiros ecológicos. As atividades compreendem caminhada por trilhas interpretativas (foto 11), arborismo, observação de animais, programa de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local, vôo-livre a partir do topo do Morro, *sand-board* nas dunas, além do que a propriedade oferece, como: *ice*, cavalgadas, cicloturismo, cursos e treinamentos, entre outros. Há intenções de criar atividades relacionadas a uma nova modalidade de observação da flora em surgimento, chamada *orquídea watching*, aproveitando o orquidário existente no empreendimento e buscando públicos específicos (COUTO, 2006).⁴¹ A RPPN possui trilhas interpretativas com estruturas e sinalização bem desenvolvidas e, na propriedade, o visitante dispõe de hospedagem (padrão internacional, cerca de 1.898 leitos), restaurante, loja de artesanato, serviços de guias, centro de visitantes, centro de eventos, mirantes, piscinas, estacionamento, sanitários, museu e sítios arqueológicos.

⁴¹ Dados fornecidos por Ciro C. M. Couto, representante da RPPN Morro das Aranhas, em entrevista à autora. Florianópolis, 2 fev. 2006.

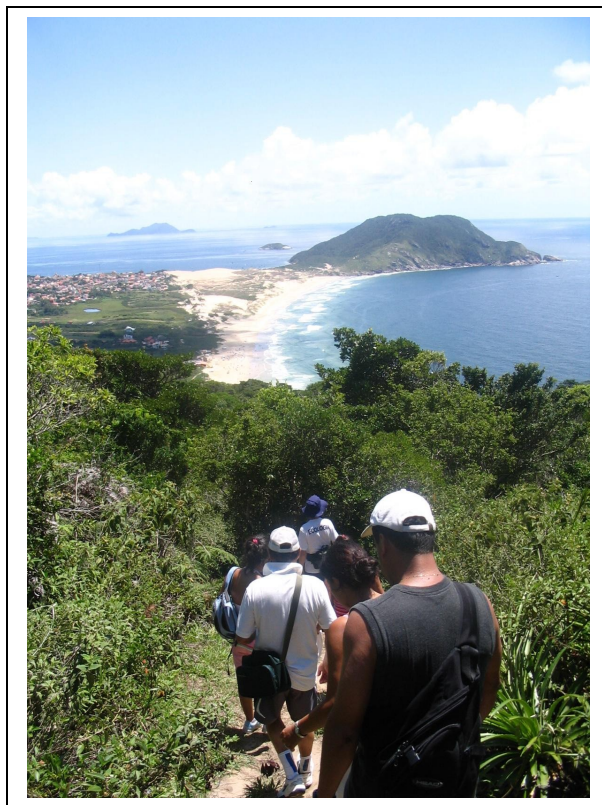


Foto 11: Trilha interpretativa na RPPN Morro das Aranhas, Santa Catarina - Brasil

Fonte: Acervo da autora.

Há conectividade com outras áreas naturais protegidas, como: Parque Florestal, Parque das Dunas, uma Rebio, e áreas de APP, havendo interesse em transformá-las em RPPNs; porém, pouca pesquisa tem sido realizada na região. Os principais problemas enfrentados pela área são: presença de animais domésticos e exóticos, retirada de plantas, falta de recursos e acesso público à RPPN, dificultando o monitoramento da visitação.

Há pouca informação sobre a RPPN no *site*⁴² do empreendimento, disponível nos idiomas português, espanhol e inglês, com material informativo sobre roteiros ecológicos realizados na RPPN, contendo importantes informações ao visitante (roteiros, percursos, duração, modalidade da caminhada, características, fotos).

⁴² Costão do Santinho Resort e SPA. Disponível em: <<http://www.costao.com>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

5.3.2 Turismo e conservação nas RPPNs

Os dados gerais das 14 RPPNs estudadas demonstram uma área total de 23.857,91 ha, equivalendo a 77% da superfície dos imóveis nos quais se inserem. Uma única propriedade designou a totalidade do seu território para o reconhecimento da RPPN, enquanto a maioria delas destinou de 15% a 60% da superfície da propriedade à reserva (n=8). Isso denota a predominância das RPPNs que englobam a parcialidade da propriedade onde se inserem, conforme desenho mais recomendado pelo Ibama (FERREIRA, 2005)⁴³ e por ONGs que apóiam o movimento, a exemplo da CI (PRADO, 2005)⁴⁴ e da Funatura (LIMA, 2005).⁴⁵

Essa amostra apresenta RPPNs com áreas territoriais desde 17 ha até 13.200 ha, com predomínio das de médio porte em 43% dos casos (51-600 ha), seguidas das pequenas propriedades (até 50 ha), 29%, e das grandes propriedades (601-20.000 ha), 28%. Esse resultado segue a tendência verificada nas 41 RPPNs, sendo que o ecoturismo predomina nas propriedades de tamanho médio e grande.

A maioria dessas RPPNs foi criada entre 1993 e 1999, dentro do período de maior expansão do Programa RPPN no Brasil (IBAMA, 2006b), o que pode ser atribuído ao pós-ECO-92, quando a temática ambiental e do ecoturismo ganhou maior expressividade (PIRES, 2002). Esse fato também pode ser confirmado pela primeira iniciativa de uso público para visitação nessas RPPNs ter iniciado em 1992, ganhando maior expressividade entre 1995 e 1999, época em que as definições de ecoturismo, como uma das modalidades de visitação, apresentam-se mais consolidadas no País, após a publicação das Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo (IBAMA/EMBRATUR, 1994).

As RPPNs estudadas são de propriedade de pessoas físicas, em 64% dos casos, e as pessoas jurídicas compreendem ONGs ambientalistas (29%) e uma empresa da área do turismo e hotelaria (7%). Quanto à área territorial, são as pessoas jurídicas que detêm maior parte (89%), enquanto as pessoas físicas possuem 11% dessas terras. Isso ocorre porque as duas maiores RPPNs da amostra são de propriedade de pessoa jurídica – ONGs (Fazenda Acurizal e Fazenda Rio Negro - MS). Essa relevância de área territorial de RPPNs voltadas ao ecoturismo, concentrada sob a responsabilidade de ONGs, ainda apresenta uma expansão futura, uma vez que o Ecoparque de Una (BA) e a Salto Morato (PR) encontram-se em vias

⁴³ Dados fornecidos por Lourdes M. Ferreira, do Ibama/DF, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

⁴⁴ Dados fornecidos por Alexandre Prado, da Conservation International, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

⁴⁵ Dados fornecidos por Fernando Lima, da Funatura, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

de ampliar as áreas de suas reservas. Esses resultados confirmam os dados encontrados por Vieira (2004) nas RPPNs da Mata Atlântica, os quais evidenciam a predominância de proprietários pessoa física, mas a maior porcentagem de terras de propriedade de empresas ou organizações. Ainda, a atuação de ONGs, significa uma tendência mundial na conservação de terras privadas, segundo Morsello (2001) e Eagles, McCool e Haynes (2002), por meio da criação, implementação, gestão ou apoio a essas reservas. Nas RPPNs, segundo Mesquita (2004c), as ONGs internacionais têm trabalhado de forma associada a empresas, proprietários ou outras ONGs de âmbito local, estabelecendo unidades, incentivando sua criação ou elaborando planos, projetos e estratégias de manejo (MESQUITA, 2004c) e, mais especificamente, voltadas à implementação da pesquisa científica e do ecoturismo (MORSELLO, 2001). As empresas, conforme Morsello (2001), são bastante atuantes nesse cenário, por meio da exploração de um *marketing ecológico* ou do cumprimento de medidas compensatórias exigidas pelos governos a empresas geradoras de grande impacto ambiental, a exemplo do estado de Minas Gerais, como já referido anteriormente (VIEIRA, 2004). Nessa amostra, a RPPN Morro das Aranhas (SC), a única de propriedade de empresa, demonstra ter sido estabelecida como forma de medida compensatória pela construção do Costão do Santinho Resort e SPA e, da mesma forma, como espaço de lazer e contemplação complementar às opções oferecidas pelo empreendimento.

Os principais objetivos de criação das RPPNs (gráfico 5), segundo dados coletados, demonstram ser a conservação, em 100% dos casos, seguidos do ecoturismo (79%) e da educação ambiental (72%). Outros objetivos apresentados, com menor incidência, são a pesquisa científica (64%), o turismo científico (36%), o turismo de aventura (29%), o agroturismo (21%) e o turismo de eventos, agricultura orgânica e outros, como apicultura e turismo ecodidático (14% cada). Resultados semelhantes foram encontrados por Mesquita (1999) e Melo (2004), estando os objetivos das reservas privadas voltados prioritariamente às questões conservacionistas, podendo estar aliado a outras intenções secundárias, como o ecoturismo, o que denota cumprimento da legislação das RPPNs (Decreto 5.746/2006). A maioria das reservas amostradas confirmam a hipótese do ecoturismo como o objetivo secundário mais expressivo, além de outras modalidades de turismo com menor ocorrência (científico, de aventura, de eventos, agroturismo, ecodidático) e, ainda, alguns exemplos singulares de agricultura ecológica e apicultura, apontando usos compatíveis com as restrições legais às RPPNs. Essa mescla de objetivos apresenta-se como uma forte característica nas pequenas e médias RPPNs, de propriedade de pessoa física, cuja busca por alternativas de uso economicamente viáveis é determinante para a sustentabilidade da área. Por outro lado, os

objetivos integrados de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo ou turismo científico, ou ainda, somente conservação (RPPN Fazenda Acurizal, MS), são mais evidentes nas áreas de propriedade de ONGs, detentoras de RPPNs de grande porte. O ecoturismo é o único objetivo aliado à conservação somente na Fazenda Vargem Grande (GO), de propriedade de pessoa física, cujo contexto em que se insere (município de Pirenópolis) apresenta-se como uma das principais destinações turísticas da região de entorno de Brasília, apresentando grande atratividade para o ecoturismo pela riqueza natural aliada ao patrimônio histórico-cultural.

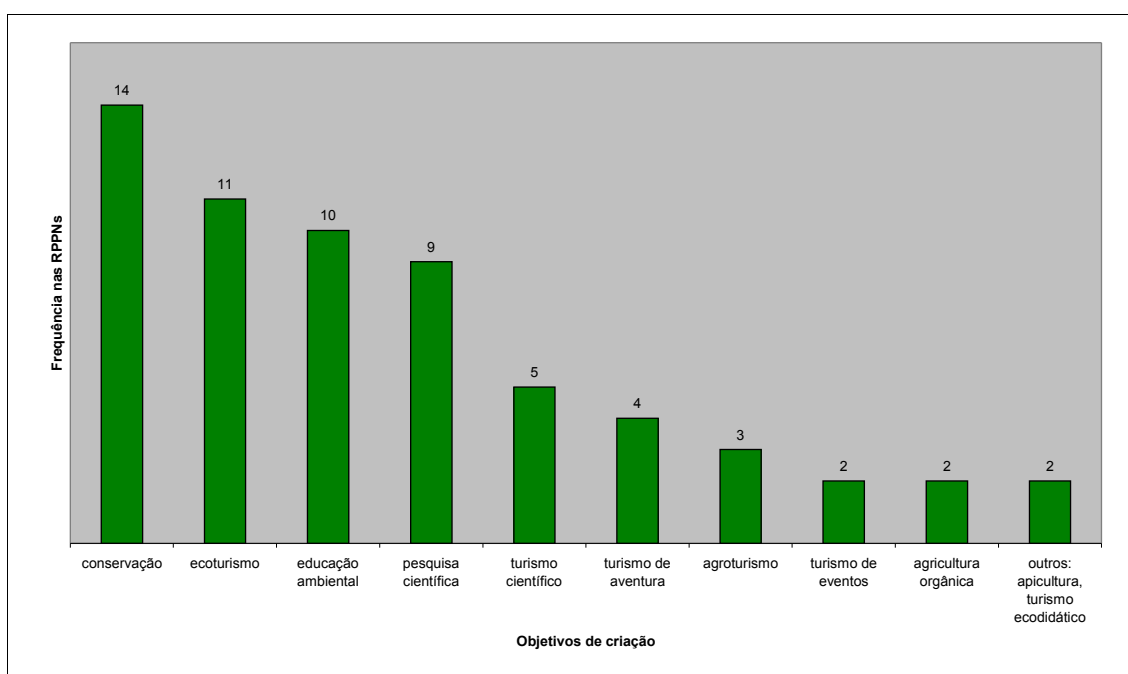


Gráfico 5: Objetivos de criação por frequência nas 14 RPPNs com ecoturismo

Fonte: Dados coletados pela autora.

O fato de a visitação nessas reservas ter iniciado dois anos antes, ou ao mesmo tempo de seu reconhecimento legal, em 64% dos casos, confirma a hipótese da predominância do ecoturismo e de outras modalidades de atividade turística, como objetivos predominantes nessas desde sua criação. Os 36% restantes, cuja visitação iniciou de dois a seis anos após o reconhecimento da RPPN, demonstram que as atividades de visitação foram incluídas ao longo da sua trajetória como reserva, perfazendo algumas de propriedade de ONGs (Fazenda Acurizal-MS e Salto Morato-PR) ou aquelas que tenham recebido apoio dessas organizações (Fazenda Vagafogo-GO e Fazenda Bom Retiro-RJ) e de órgãos específicos de turismo, de

meio ambiente e do Sistema S (Senac, Senar, Senai) – RPPN Itáytyba (PR). Isso retoma a ênfase da atuação das ONGs na implementação das atividades turísticas nas RPPNs (MORSELLO, 2001; MESQUITA, LEOPOLDINO, 2002).

O uso público em áreas de RPPNs remonta às informações referentes ao seu planejamento, no sentido de garantir que o objetivo prioritário da conservação, conforme descrito, seja alcançado. Os dados apontam que somente 57% das RPPNs estudadas possuem Plano de Manejo ou outro documento de planejamento (Plano de Conservação), na sua maioria, bastante recentes ou em fase de revisão. Em Melo (2004), 100% das RPPNs amostradas no município de Silva Jardim (RJ) demonstraram inexistência de instrumentos de planejamento e monitoramento ambiental. Esses números significativos de ausência de planejamento levam a caracterizar grande parte das RPPNs ao que Melo (2004) chamou de “propriedades rurais com baixa intensidade de uso”, e não “reservas” propriamente ditas, nas quais a pesquisa científica, o ecoturismo e a educação ambiental são realizados de forma não sistemática e desordenada. Nesse contexto, a publicação do Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo nas RPPNs vêm a ser a ferramenta de norteamiento para o planejamento específico dessa categoria, mas que ainda não permite avaliar sua efetiva repercussão, tendo sido disponibilizada em 2004 pelo Ibama.

Nesta pesquisa, quando da existência desses instrumentos de planejamento, 63% dos casos foram realizados com a participação efetiva dos proprietários e com apoio de ONGs, além de outras entidades, como uma associação de proprietários (APN-RJ) e órgãos ambientais. Todas as RPPNs pertencentes a ONGs ou empresa possuem Plano de Manejo, sendo, na sua maioria, áreas que conjugam objetivos de pesquisa científica e de educação ambiental, além do ecoturismo, denotando ênfase das motivações conservacionistas na prática dos conceitos. A falta de instrumentos de planejamento, portanto, é exclusivamente denotada nas reservas de propriedade de pessoa física, sendo que os únicos três casos com ocorrência de Plano de Manejo ou outro mecanismo referem-se, prioritariamente, àquelas que receberam algum tipo de apoio de organizações.

Portanto, as dificuldades de prover a área de planejamento adequado, exclusivamente no caso de proprietários físicos, está relacionada à dificuldade de dispor de recursos financeiros à conservação, e o próprio FNMA, com uma linha de crédito às RPPNs, admite somente pedidos oriundos de organizações (THEULEN; MILANO; NUNES, 2003; MESQUITA, 2004d). Esse aspecto recai na questão do incipiente desenvolvimento de instrumentos econômicos e jurídicos oferecidos pela legislação brasileira aos proprietários de RPPNs, destacado por Swift et al. (2003) e na falta de exequibilidade desse marco legal,

compreendendo essas, as principais reivindicações dos proprietários em debates a respeito do assunto.⁴⁶

As dificuldades financeiras e a falta de apoio têm sido os principais problemas enfrentados pelas RPPNs estudadas (gráfico 6), sendo presentes nos diferentes tamanhos de reservas, tanto naquelas de propriedade de pessoa física quanto nas geridas por ONGs. Outras ameaças apontadas referem-se ao extrativismo, ao isolamento, à especulação imobiliária nos arredores, à presença de animais domésticos, à seca, à pressão antrópica, à caça e às dificuldades na divulgação e, ainda, às queimadas e aos desmatamentos, específicos em determinados biomas.

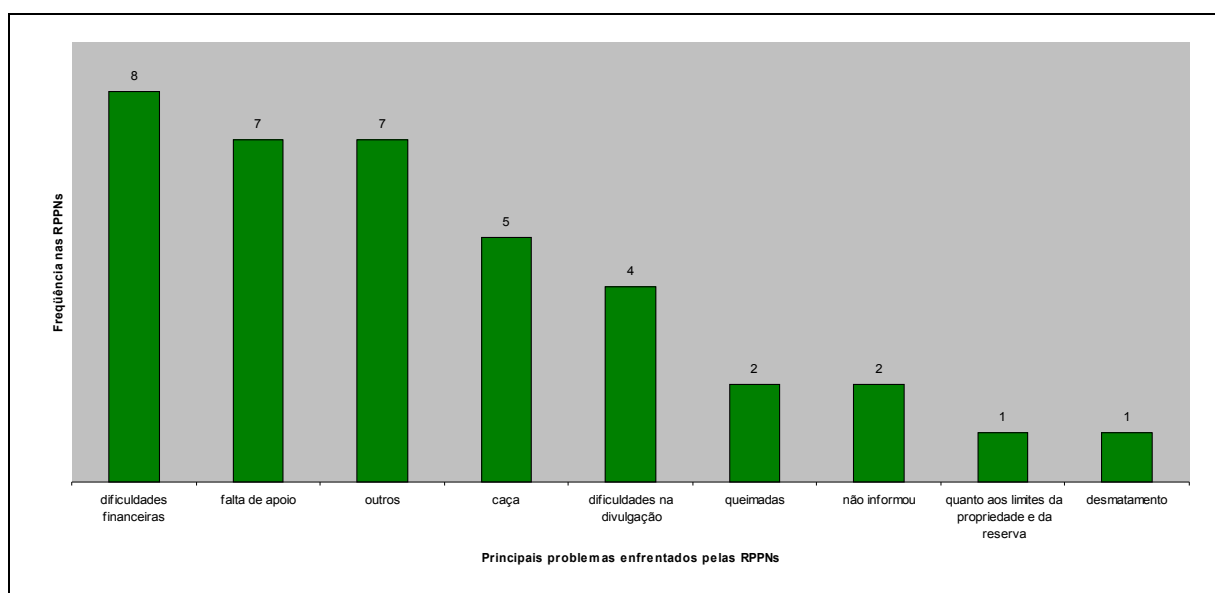


Gráfico 6: Frequência dos principais problemas enfrentados pelas 14 RPPNs com ecoturismo
 Fonte: Dados coletados pela autora.

Melo (2004) e Mesquita (1999) também avaliaram problemas a partir da percepção dos proprietários e responsáveis por RPPNs, cuja falta de políticas de apoio e de recursos financeiros foram os itens mais expressivos. A partir disso, o Ibama admite a ausência de linhas claras de financiamento, como um dos principais obstáculos para os proprietários de RPPNs e um problema que persiste ao longo dos anos, que pode ser transformado a partir do envolvimento da Confederação das RPPNs (FERREIRA, 2005).⁴⁷

⁴⁶ Informações veiculadas em lista de discussão sobre as Reservas Privadas no Brasil. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/reservasprivadas>>.

⁴⁷ Dados fornecidos por Lourdes M. Ferreira, do Ibama/DF, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

Dessa forma, a busca por apoios está presente em 93% das reservas da amostra, cujas ONGs são as principais organizações provedoras (45%), seguidas de órgãos públicos ambientais (19%) e universidades (14%), além de outras instituições como entidades do Sistema S (Senac, Senar, Sebrae), órgãos de turismo (estaduais e municipais), empresas, associações de proprietários de RPPNs e prefeituras municipais. Esse suporte refere-se, prioritariamente, ao auxílio na elaboração do Plano de Manejo (confirmando dados anteriormente explicitados), além de apoio na divulgação e na criação das RPPNs, ou sob a forma de assessoria técnica e financeira, doações, apoio na implantação das RPPNs, assessoria científica, gestão e incentivos fiscais. Outros apoios relacionam-se à fiscalização, a serviços terceirizados, ao desenvolvimento de pesquisas, à captação de recursos (gráfico 7). Apenas duas RPPNs informam não ter recebido nenhum tipo de apoio, sendo elas médias propriedades, de proprietários físicos, e sem Plano de Manejo.

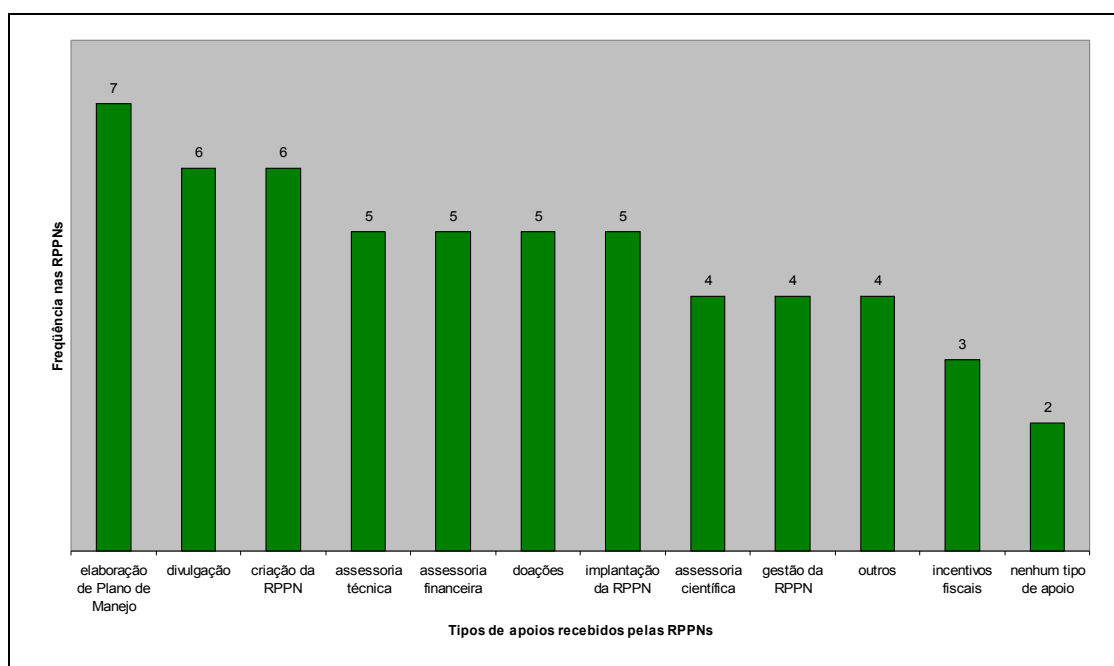


Gráfico 7: Frequência de tipos de apoios recebidos pelas 14 RPPNs com ecoturismo

Fonte: Dados coletados pela autora.

Mesquita (1999) também identificou nas reservas da América Latina, dentre elas algumas brasileiras, o predomínio de apoios principalmente nas formas de assessoria técnica, sobretudo em pesquisa e planejamento. Essas são as que têm realizado com maior efetividade seu objetivo de proteção do patrimônio natural, de maneira sustentável (MESQUITA, 2004b). E, nesse sentido, a forte atuação das ONGs é salientada por Albernaz (2003), que agrega ao

sucesso da Fazenda Vagafogo (GO), como projeto de ecoturismo e como RPPN, o forte apoio técnico e financeiro da ONG Funatura aliada à auto-gestão dos proprietários, com objetivos firmes de conservação. Outro exemplo é o sinergismo entre a ONG AMDL, a Associação Patrimônio Natural do Rio de Janeiro (APN), de proprietários de RPPNs, e a prefeitura municipal de Silva Jardim (RJ), de fundamental importância na criação das RPPNs locais e na difusão do conceito de *capital brasileira das RPPNs* (MELO, 2004; FERNANDES; RAMBALDI et al., 2002).

Especificamente no apoio à implementação do ecoturismo em RPPNs, a ONG CI tem atuado em três RPPNs, a pedido de seus proprietários – Reserva Feliciano Miguel Abdalla (BA), Ecoparque de Una (BA) e Fazenda Rio Negro (MS) – as duas últimas integrantes desta pesquisa. Na Rio Negro (MS), o ecoturismo tem sido implementado no sentido de tornar-se a principal ferramenta de sustentabilidade econômica aliada à pesquisa científica e a uma pequena área de pastagens (PRADO, 2005).⁴⁸ No caso do Ecoparque de Una (BA), a forte atuação do Iesb, aliado à CI, tem expressado uma disposição de assessoria e orientação no planejamento, na formatação e operação de atrativos e equipamentos ecoturísticos na região de entorno, incentivando a percepção do diferencial de mercado dos empreendimentos ligados à conservação (MESQUITA; LEOPOLDINO, 2002). Já a RPPN Salto Morato (PR), segundo Cegana (2005), é um dos exemplos positivos no desenvolvimento de pesquisa científica em prol da conservação da natureza, normalmente mais efetivo naquelas áreas ligadas às ONGs, instituições de pesquisa ou universidades. Assim, esses três últimos exemplos são, sobretudo, áreas de propriedade e gestão de ONGs, de âmbito local, nacional ou internacional, que retomam as tendências enfatizadas por Morsello (2001) da forte atuação dessas organizações conservacionistas no movimento das RPPNs, dispondo de melhores condições para obtenção de recursos contínuos ou de acesso a financiamentos, ao contrário das dificuldades enfrentadas pelos proprietários físicos.

Ainda referente ao planejamento dessas unidades, com atividades de uso público, os estudos de capacidade de carga ou limitação da visitação são existentes em 79% das RPPNs pesquisadas. Elas apresentam grande variação nesse aspecto, oscilando entre 16 e 200 visitantes/dia, sendo a maioria representada por um limite de 16 a 60 visitantes/dia. O Ecoparque de Una (BA), no entanto, representa o único caso desta pesquisa que enfatiza algum critério de delimitação da capacidade de carga no local, que varia de acordo com a sazonalidade da visitação, o que provavelmente está relacionado não ao fator das limitações

⁴⁸ Dados fornecidos por Alexandre Prado, da Conservation International, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

do meio ambiente, mas à alta e baixa temporada da visitação. Por outro lado, o número de 15 visitantes por horário de visita determinado (seis horários na alta temporada e dois na baixa) representa, segundo Schiavetti (2003), uma estratégia que aumenta a oportunidade de sucesso do processo interpretativo na trilha, facilitando o controle da visitação e qualificando as atividades disponíveis ao visitante, principalmente na observação da fauna.

A possibilidade de o aspecto *capacidade de carga* ser efetivamente respeitado é confirmado por 86% delas apresentarem controle de entrada de visitantes. No entanto, os levantamentos não demonstram evidências de relação entre capacidade de carga e demais variáveis que esse conceito encerra, conforme listado por Pires (2001), sendo eles: os componentes biofísicos do ambiente, os fatores socioculturais da população residente, os aspectos psicológicos dos visitantes e o manejo (controle e gestão).

O acesso público nessas RPPNs é na sua maioria diário, mediante agendamento prévio. No Ecoparque de Una (BA), como já apresentado, há variação de dias e horários em função de alta e baixa temporadas. Quanto aos ingressos cobrados, não ultrapassam, geralmente, R\$ 30 para adultos, sendo o maior valor R\$ 280, que inclui hospedagem. Somente em um caso a visitação é gratuita e, em algumas situações há valores diferenciados para públicos específicos, como escolares e universitários, pesquisadores, famílias, crianças e idosos.

O número de visitantes recebido no ano de 2004 mostrou um dado com grande variação nessas reservas, ou seja, entre 100 (Fazenda Acurizal, MS) e 14.000 visitantes (Fazenda Vagafogo, GO). As reservas mais visitadas compreendem, além da Vagafogo, a RPPN Morro das Aranhas, SC (6.000 visitantes), a Salto Morato, PR (5.577 visitantes) e o Ecoparque de Una, BA (3.150 visitantes); portanto, somente a primeira delas é pertencente a proprietário físico. A partir dos dados agrupados do número de visitantes recebidos em 2004 e valores de ingresso, foi possível estimar um lucro mínimo anual decorrente da visitação (considerando ingresso adulto), em 50% da amostra, resultando em R\$ 11.000 (valor mínimo) e R\$ 176.680 (valor máximo e que inclui hospedagem).

A RPPN Fazenda Vagafogo (GO), a de maior visitação nessa amostra e a segunda de maior rentabilidade na estimativa realizada, é também estudo de caso de Albernaz (2003), que identifica que os ingressos para a trilha perfazem 40% da receita da fazenda, sendo o restante, proveniente do *brunch* e da venda de produtos naturais, a partir das práticas de agricultura orgânica. Nesse caso, a diversificação das atividades, além do ecoturismo, demonstra sua importância para a complementação da renda e justifica o grande número de visitantes. Ainda, as condições bem-sucedidas da Vagafogo são justificadas pelas parcerias com ONGs, na

implementação e no manejo da RPPN, com universidades, por meio da pesquisa científica e com operadora de ecoturismo local, que auxilia na divulgação da reserva na internet e através de material informativo. A Vagafofo demonstra ser, também, um exemplo em que a atividade ecoturística começou a se desenvolver por força da acelerada demanda de turismo no município em que está inserida (Pirenópolis-GO), da qual está a apenas 6 km de distância. A Fazenda Vargem Grande, localizada no mesmo município, em uma distância de 11 km deste, não realiza controle de visitantes e, assim, dificulta ampliar tal análise. No caso da Fazenda Vagafofo, a concepção da RPPN e o ecoturismo nela inserido são relatados pelo proprietário:

[...] já era uma idéia nossa independente de governo e de ONG, de preservação mesmo [...] então, isso aí (a regulamentação da RPPN) só veio dar uma chancela, uma cara técnica, que foi importante [...] e, com a transformação da cidade também num pólo turístico é que a gente começou a sentir uma pressão pra abrir pra turismo [...] então foi por aí que a gente começou a mexer com ecoturismo [...] em termos de Brasil, nós fomos uma das primeiras áreas abertas pra ecoturismo nos anos 90, como uma iniciativa privada, a gente ralou muito e de uma certa forma criou uma filosofia em torno de que é esse tipo de ecoturismo [...] (AYER, 2005).⁴⁹

A RPPN Morro das Aranhas (SC), com a segunda maior visitação da amostra, aponta um número estimado de 6.000 visitantes (2004), já que seu acesso é livre e gratuito, impedindo o controle da visitação. Isso pelo fato de estar localizada em uma das praias mais movimentadas de Florianópolis (praia do Santinho), que, sendo um território insular, representa um destino turístico que sofre grandes ameaças pela pressão turística concentrada na temporada de verão. A RPPN ainda está inserida em um complexo hoteleiro de grande porte, dispondo de divulgação constante na internet e de outras estratégias, e grande quantidade de atividades turísticas, equipamentos e serviços, aliando atrativos naturais a aspectos histórico-culturais singulares na região.

A RPPN Salto Morato (PR), a terceira mais visitada desta amostra, é uma das iniciativas referência nos estudos sobre RPPNs e que dispõe de ampla divulgação no *site* (em inglês, espanhol e português), por material promocional e em outras estratégias da ONG proprietária. Nesse caso, mesmo estando a 2 km da Comunidade do Morato (Guaraqueçaba, PR), apresenta dificuldades à visitação pela variável acesso, principalmente pelas condições das estradas. No entanto, a área é vista como referência na realização de cursos e treinamentos ligados à temática conservacionista (MESQUITA, 1999).

⁴⁹ Dados fornecidos por Evandro Ayer, proprietário da RPPN Fazenda Vagafofo, em entrevista à autora. Pirenópolis, 7 jul. 2005.

A RPPN Ecoparque de Una (BA), ocupando a quarta posição entre as reservas de maior visitação e a terceira nas de maior rentabilidade, proveniente de ingressos de visitantes, também demonstra influência do contexto no qual se insere, em uma região de forte pressão turística, com predominância de atrativos de “sol e praia” (Região Cacaueira), distante 45 km de Ilhéus, no sul da Bahia. A RPPN dispõe ainda de informações na internet, com *site* próprio (em inglês e português), de divulgação realizada pela ONG proprietária, com apoio da CI e por meio de estudos científicos. Assim, justifica o fluxo de visitação que recebe, cuja concepção do ecoturismo, como atividade viável à sustentabilidade da área e região do entorno, esteve presente desde a iniciativa de criação dessa reserva (IESB, 2006), mesmo apresentando menos opções de atividades, equipamentos e serviços que outras RPPNs da amostra.

Além da Vagafogo, outras RPPNs de proprietário físico de maior fluxo de visitação (cerca de 2.000 visitantes/ano) são as RPPNs Cachoeira do Cerradão (MG), a Fazenda Bom Retiro (RJ) e a Reserva Ecológica Itáytyba (PR). A primeira, encontra-se a apenas 6 km do município, nas proximidades de um Parna e outros atrativos turísticos naturais de Minas Gerais, apresentando parceria com operadora de ecoturismo local. A Bom Retiro apresenta parceria com diversas organizações, *site* próprio e grande variedade de equipamentos e serviços, inclusive hospedagem e infra-estrutura para cursos e treinamentos, mantendo ainda outros usos além das atividades turísticas (plantios diversos, confecção de produtos artesanais e outros). Já a Itáytyba apresenta grande potencial ecoturístico por estar localizada em uma região de cânions no Paraná, apresentando uma variedade de atrativos naturais e ainda mais destacados, atrativos histórico-culturais, que são trabalhados em programas de educação ambiental. Destaca-se, também, pela variedade de equipamentos e serviços turísticos, pela divulgação através de *site* próprio, pelas parcerias com organizações vinculadas ao turismo (no nível estadual e municipal) e pela diversidade de outros usos nas áreas adjacentes, integrando ecoturismo com agricultura ecológica, silvicultura, criação de gado e apoio à pesquisa científica.

Já a maior rentabilidade estimada nessa pesquisa, proveniente do ingresso de visitantes, pertence à Fazenda Rio Negro (MS), justificada por ter valor incluso na hospedagem (R\$ 280 diária/adulto). A RPPN conta com *site* próprio (em inglês e português) e divulgação através da ONG proprietária, além de apresentar grande variedade de atrativos naturais e histórico-culturais, atividades, serviços e equipamentos turísticos bastante desenvolvidos, uma vez que a RPPN foi criada sob a concepção do ecoturismo, como atividade financiadora da conservação, dando suporte à pesquisa científica no local. Apesar

disso, a reserva corresponde a terceira menor taxa de visitantes da pesquisa (631 pessoas em 2004), sendo a RPPN mais distante da sede do município ao qual pertence (140 km), característica da estrutura de grandes latifúndios e das limitações de acesso ao bioma Pantanal, sendo possível chegar à reserva, por via terrestre, somente na época da seca. Esses fatores limitantes também podem justificar a menor visitação ser da Fazenda Acurizal (MS), com 100 visitantes (em 2004), aliados ao fato de as atividades de ecoturismo terem iniciado na reserva somente em 2003. Outro ponto a destacar é a provisão de hospedagem e infraestrutura de alimentação, imprescindíveis nessas duas RPPNs, nas quais o visitante normalmente permanece mais de dois dias, diante das suas condições de acesso.

A Reserva Natural Brejo (PE) é a segunda com menor visitação da amostra, tendo recebido 200 visitantes em 2004. De propriedade de pessoa física, a fazenda recebe visitantes somente em finais de semana e está distante de centros urbanos (a 42 km de Garanhuns). No entanto, oferece grande variedade de atrativos turísticos (naturais e histórico-culturais) e atividades, equipamentos e serviços voltados ao lazer, focando o desenvolvimento de diferentes modalidades de turismo (ecoturismo, turismo rural, turismo científico). A propriedade conta com *site* próprio e material impresso de divulgação e, apesar de manter atividades produtivas nas áreas de entorno, dá ênfase às diferentes atividades turísticas, não possuindo Plano de Manejo, nem apoio de outras organizações.

No que se refere aos visitantes mais freqüente nas RPPNs estudadas, eles são provenientes dos municípios da região do entorno e do próprio município, sendo menos freqüentes os visitantes de outros estados. Os visitantes estrangeiros recebem destaque nas RPPNs Ecoparque de Una (BA) e na Fazenda Rio Negro (MS), o que sugere ser a parceria com a ONG CI, em ambos os casos, o fator de divulgação nesse nível de abrangência.

Quanto à caracterização dos visitantes, os mais freqüentes são jovens e adultos, predominando pequenos grupos. No que se refere ao público estudante, escolares prevalecem aos universitários, assim como famílias são mais freqüentes que pesquisadores (gráfico 8). A RPPN Vagafogo (GO), conforme relatado pelo proprietário (AYER, 2005)⁵⁰ apresenta uma grande diversidade de público pela gama de opções de atividades, equipamentos e serviços que oferece além do ecoturismo. Já a RPPN Morro das Aranhas (SC) descreve um público específico em crescente expansão voltado à observação de aves e, portanto, dispõe de

⁵⁰ Dados fornecidos por Evandro Ayer, proprietário da RPPN Fazenda Vagafogo, em entrevista à autora. Pirenópolis, 7 jul. 2005.

programa direcionado a esse público, com listagem das aves encontradas no local, aliada à sua oferta de hospedagem com padrão internacional (COUTO, 2006).⁵¹

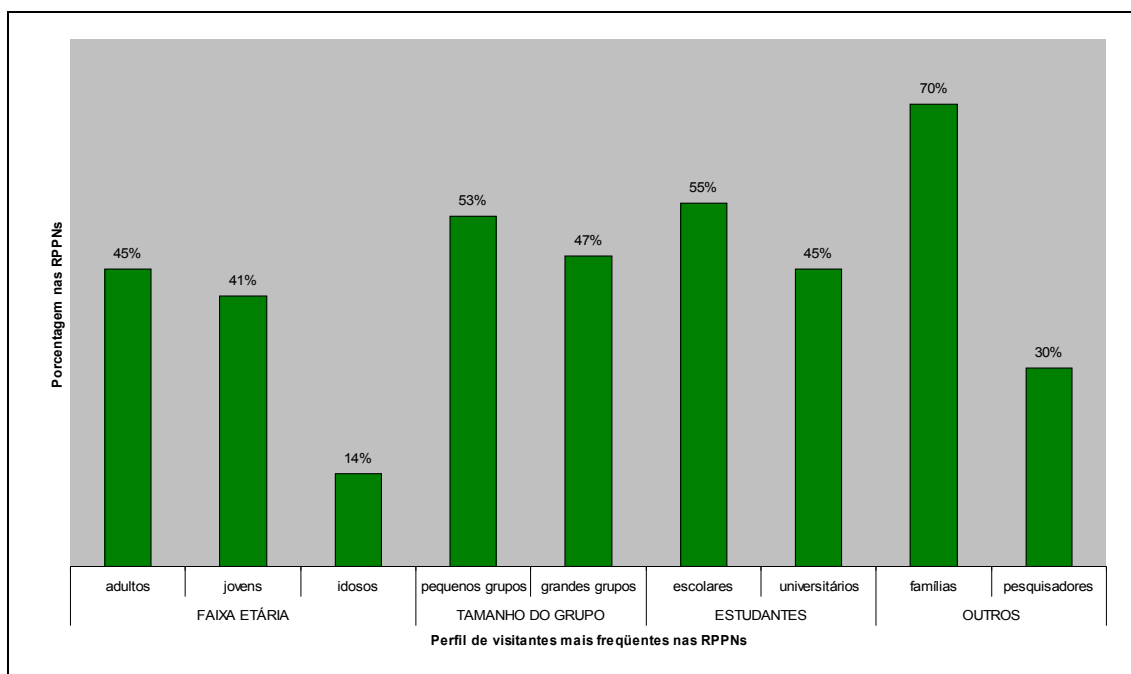


Gráfico 8: Caracterização dos visitantes mais frequentes (%) nas 14 RPPNs com ecoturismo

Fonte: Dados coletados pela autora.

Instalações e serviços apresentam-se prioritariamente concentrados nas áreas adjacentes as RPPNs, uma vez que grande parte dessas reservas tem desenho abrangendo entre 15% e 60% da área da propriedade nas quais se inserem. Isso porque, fora dos limites das reservas, as restrições de uso e o controle do impacto proveniente do uso público são mais flexíveis, embora devam integrar ao máximo os esforços de conservação. Conforme gráfico 9, nas RPPNs, predominam as instalações mínimas, mais exclusivamente voltadas aos centros de interpretação ambiental/centro de visitantes e áreas de contemplação (mirantes, belvederes), e aos serviços prestados pelos guias/condutores locais. Já nas áreas de entorno, os equipamentos e serviços mais frequentes são: sanitários e instalações de alimentação, centro de interpretação ambiental ou centro de visitantes, loja de artesanato, estacionamento, centro de eventos e outros (biblioteca, orquidário, casa de memórias, recanto paleontológico, sala de primeiros socorros, atelier de arte e sítios arqueológicos). Os equipamentos de hospedagem

⁵¹ Dados fornecidos por Ciro C. M. Couto, representante da RPPN Morro das Aranhas, em entrevista à autora. Florianópolis, 2 fev. 2006.

existentes em 64% da amostra, e de alojamento para pesquisadores, em 50% dos casos, concentram-se no entorno das RPPNs.

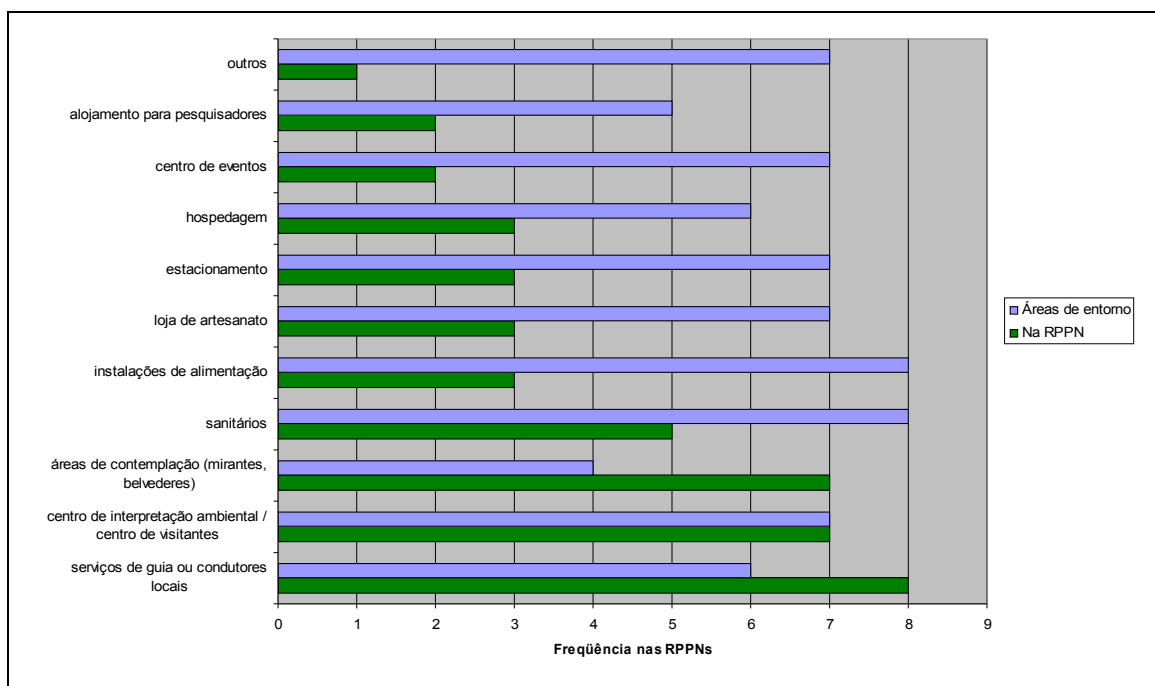


Gráfico 9: Tipo de equipamentos e serviços oferecidos aos visitantes dentro dos limites das 14 RPPNs com ecoturismo e nas áreas de entorno

Fonte: Dados coletados pela autora.

A relação entre as atividades desenvolvidas, dentro dos limites das RPPNs e nas áreas de entorno, conforme gráfico 10, denota predominância de atividades de mínimo impacto ao ambiente natural nas áreas designadas à reserva, a exemplo da observação de animais (presente em todos os casos amostrados), das trilhas interpretativas e dos programas de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local, e de cursos e treinamentos. Também aparecem com menor frequência atividades de aventura, arvorismo, cavalgadas e cicloturismo. Nas áreas de entorno dessas RPPNs, as atividades compreendem, principalmente: observação de animais e outras atividades (*sandboard*, *ice*, trilha-aventura, turismo rural, *trekking*), cursos/treinamentos e cavalgadas, trilhas interpretativas e programas de educação ambiental para visitantes, seguidas de atividades de aventura, pesca, cicloturismo e programas de educação ambiental para a comunidade local.

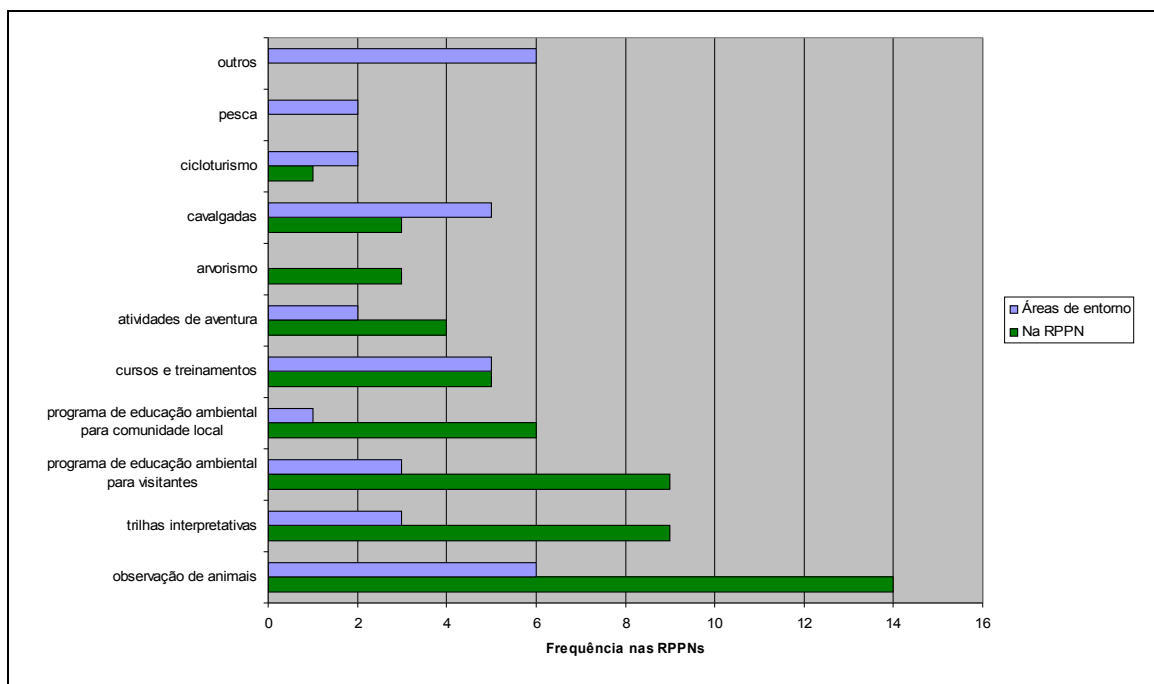


Gráfico 10: Tipo de atividades oferecidas aos visitantes dentro dos limites das 14 RPPNs com ecoturismo e nas áreas de entorno

Fonte: Dados coletados pela autora.

Considerando o tipo de atividade desenvolvida com o tipo de bioma, verifica-se o desenvolvimento de observação de animais e os programas de educação ambiental para visitantes e comunidades locais, como usual em todos os ecossistemas, ainda que a visualização da fauna seja mais significativa no Cerrado e no Pantanal, conforme Neiman (2005). Mas os dados mostram algumas particularidades como: no Cerrado, onde predominam trilhas interpretativas e atividades de aventura (arvorismo, rapel); no Pantanal, as cavalgadas e, na Mata Atlântica, cursos e treinamentos, trilhas interpretativas e outros (trilha-aventura, *trekking*, atividades de turismo rural). Nos biomas Costeiros e Campos Sulinos, por apresentarem interface com áreas de Mata Atlântica, há maior diversidade de atividades. Sendo assim, a RPPN Morro das Aranhas (SC) apresenta observação de animais, programas de educação ambiental para visitantes e comunidade local, trilhas interpretativas, cursos e treinamentos, arvorismo, cavalgadas, cicloturismo, atividades de aventura e outros (*sandboard*, vôo-livre e *ice*). E a RPPN Salto Morato (PR), classificada pelo Ibama (2005) como integrante dos Campos Sulinos, apresenta trilhas interpretativas, observação de animais, programa de educação ambiental para visitantes e comunidade local. Um dos pontos mais interessantes nas RPPNs, já citado por Mesquita (2004d), tem sido a realização de eventos (cursos e treinamentos), auxiliando na divulgação da área e aumentando o nível de

compreensão do local sobre as estratégias de conservação a serem implantadas na região, a exemplo da RPPN Salto Morato (PR).

Nas RPPNs e nas áreas adjacentes, o visitante dispõe de atrativos turísticos naturais, como reservas de fauna e flora, em 100% delas, seguidos de rios e quedas-d'água (cachoeiras, saltos e cascatas) e relevo montanhoso. Também foram identificados, com menor frequência: lago/lagoa/represa, planaltos e planícies, pântanos e fontes hidrominerais, área de pesca, além de grutas e cavernas, litoral/costa, terras insulares, praia fluvial/deltas e outros (formações areníticas e cânions) (gráfico 11). A existência de reserva de fauna e flora representa o mínimo esperado de atributos naturais preservados nessas UCs, criadas com esse propósito.

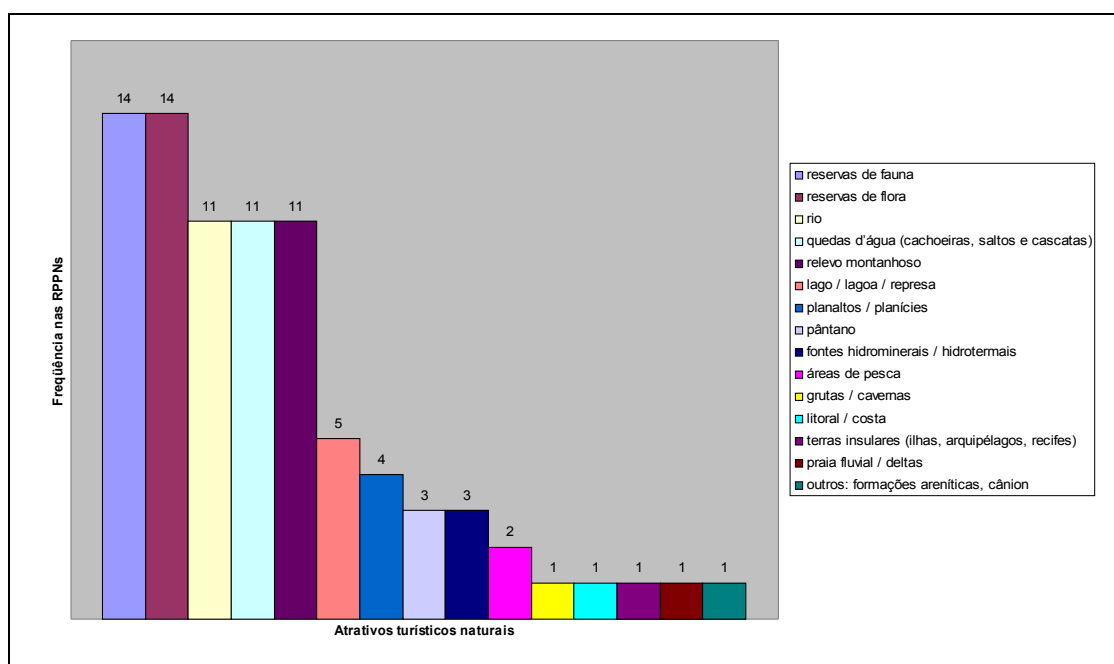


Gráfico 11: Frequência de atrativos turísticos naturais nas 14 RPPNs com ecoturismo

Fonte: Dados coletados pela autora.

Os atrativos turísticos naturais, quando relacionados aos biomas, apresentam-se nessa amostra com as seguintes características: o Cerrado demonstra um maior potencial de rios, cachoeiras e relevo montanhoso como elementos naturais predominantes, enquanto no Pantanal são os rios e as planícies e, na Mata Atlântica, as quedas-d'água, o relevo montanhoso, os rios, os lagos, os cânions, entre outros. Nos Costeiros e Campos Sulinos, perfazendo áreas de integração com a Mata Atlântica, surgem rios, quedas-d'água, relevo

montanhoso e planícies, mas, em especial nos Costeiros, destaca-se litoral/costa, terras insulares (ilhas) e dunas.

Outro dado relacionado à influência dos biomas é a sazonalidade da visitação. Enquanto no Cerrado os períodos de férias foram apontados como de maior visitação, nos Campos Sulinos e Costeiros predominam os meses de verão, e já no Pantanal ficam evidentes os períodos de seca como alta temporada (meses de maio a outubro). Especificamente na Mata Atlântica, os meses de verão apontam maior visitação nas RPPNs amostradas, porém recebem fluxo de visitantes em todas as outras estações, apresentado menor grau de sazonalidade da visitação. Isso retoma os dados do acesso público nas RPPNs, que priorizam o agendamento prévio da visita e, em um caso, ter demonstrado dias e horários em função de alta e baixa temporadas, ilustrando medidas de controle adotadas frente à sazonalidade dos fluxos de visitantes. Segundo Schiavetti (2003), esse planejamento pode encerrar possibilidades de desenvolvimento de atividades específicas durante a baixa temporada nas RPPNs, a exemplo dos programas de educação ambiental, ou do enfoque em públicos determinados, como observadores de aves (PIRES; SOARES, 2004), mais envolvidos com os programas de conservação. Portanto, o clima e as características do bioma influenciam os fluxos de visitantes nos períodos de alta e baixa temporada da visitação.

Os atrativos turísticos histórico-culturais foram registrados em 71% das RPPNs pesquisadas, nos quais a gastronomia típica aparece como item mais significativo, seguido de sítios históricos, artesanato e bibliotecas. Com menor frequência, surgem pinturas rupestres, festas, comemorações e atividades culturais, arquitetura, outros legados, sítios científicos, ruínas, arquivos, feiras e mercados (gráfico 12). O fato de 29% não ter enumerado atrativos histórico-culturais denota uma ênfase à valorização do patrimônio natural nesses ambientes, em detrimento das possibilidades de aliança e cooperação com o entorno e a valorização da cultura local.

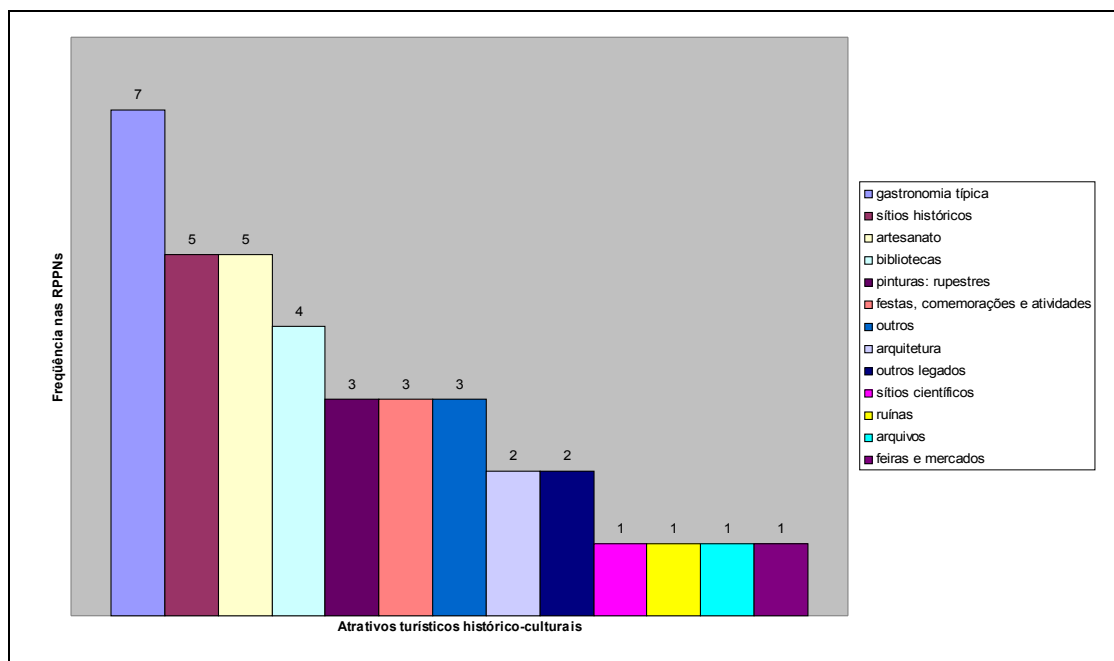


Gráfico 12: Frequência de atrativos turísticos histórico-culturais nas 14 RPPNs com ecoturismo

Fonte: Dados coletados pela autora.

As diversas opções de atividades de visitação, desenvolvidas nas RPPNs e áreas de entorno, equipamentos e serviços, atrativos turísticos naturais e histórico-culturais não demonstra relação com a variável RPPNs com maior fluxo de visitação. Portanto, as reservas que recebem maior número de visitantes não necessariamente compreendem as que apresentam a maior quantidade de atrativos turísticos, ou atividades, equipamentos e serviços. Por outro lado, o dado de que o visitante permanece apenas algumas horas em 79% das RPPNs pesquisadas, mais de dois dias nas duas reservas localizadas no Pantanal e mais de um dia apenas na Reserva Natural Brejo (PE), faz relação com o desenvolvimento de instalações específicas, como hospedagem e alimentação e maior variedade de serviços e atrativos nessas últimas três áreas e seu entorno.

Todos esses aspectos refletem, portanto, a pré-condição de avaliar o potencial da RPPN para o ecoturismo, antes dele tornar-se uma das opções do proprietário, como forma de uso compatível à conservação. Mesquita (2004b; 2004d) alerta para a necessidade de planejamento do ecoturismo nas RPPNs, mediante avaliação dos atrativos locais, do turismo na região de entorno, das distâncias dos principais centros emissores, da infra-estrutura disponível, além de demandar investimentos e busca constante de estratégias de manejo por parte do proprietário.

A concepção de ecoturismo, dentro dos espaços de RPPNs, por seus proprietários ou responsáveis, obteve 93% de respostas, tendo sido categorizadas em aspectos econômicos, sociais, ambientais do ecoturismo, e outros. Os aspectos econômicos (29%) voltam-se para a oportunidade de captação de recursos financeiros e à geração de renda e emprego para a comunidade local, como oportunidade de escoar a produção da propriedade, alternativa viável para aliar exploração e conservação, gerenciamento e manejo sustentado dos recursos naturais, ferramenta para a sustentabilidade econômica, conservação vinculada ao desenvolvimento.

Nos aspectos ambientais (26%), surgem a garantia de conservação da natureza ou preservação dos ecossistemas, e fonte de educação ambiental, seguida de conservação vinculada à exploração (desenvolvimento), oportunidade de conhecer, vivenciar e respeitar a natureza e forma de relação com o meio ambiente, com uma referência cada.

Os aspectos sociais do ecoturismo nas RPPNs amostradas (26%) enfatizam aspectos como a união e o auxílio ao entorno e região e a garantia de qualidade de vida, além da concepção de gerador de conhecimentos, forma de mostrar a importância da conservação da natureza e exemplo para as propriedades vizinhas.

Outras categorias (19%) determinam o ecoturismo como forma de turismo sustentável, forma de turismo mais controlado e suportável, tipo de turismo no qual o visitante tem regras e responsabilidades a cumprir, forma de turismo que tem crescido muito, sendo considerado ainda, “caminho para a sustentabilidade”. Pelo equilíbrio entre os interesses econômicos, sociais e ambientais dos proprietários e responsáveis pelas RPPNs estudadas acerca do ecoturismo, essa concepção condiz com os preceitos adotados neste trabalho. Isso sugere que, de forma geral, elas têm potencial para ser exemplos bem-sucedidos na satisfação dos princípios da sustentabilidade e, principalmente, desenvolver um ecoturismo que contribua à conservação do meio ambiente, objetivo primário das RPPNs.

No aspecto econômico do ecoturismo, os resultados da presente pesquisa apontam que a atividade é vista por pequena maioria dos proprietários e responsáveis (57%) como economicamente lucrativa para as reservas, sendo mais otimistas os proprietários pessoa física. E ainda sob a ótica dos proprietários e responsáveis, o desenvolvimento do ecoturismo não garantiu o retorno do investimento inicial em equipamentos/serviços em 79% das RPPNs pesquisadas, apesar de todas serem classificadas como atrativos ecoturísticos consolidados no município ou na região. Os únicos dois casos em que houve retorno do investimento inicial, pelo ecoturismo, são as duas RPPNs localizadas em Pirenópolis (GO), conforme já dissertado, demonstrando a relevância do contexto do entorno no sucesso da atividade ecoturística da

reserva. Os resultados, portanto, determinam que o aspecto da sustentabilidade econômica ainda não é plenamente satisfeito apenas pela inserção do ecoturismo – o principal objetivo dessas RPPNs após a conservação –, o que é reforçado pelas dificuldades financeiras como um dos problemas mais freqüentes hoje nessas reservas estudadas. Os resultados de Mesquita (1999) para as reservas privadas da América Latina demonstraram, da mesma forma, um cenário de dificuldades financeiras, diante de baixos níveis de rentabilidade e de retorno do investimento, cujo ecoturismo foi apontado como a principal atividade econômica atual, tendendo a ser implementada como complementar a outras atividades (agricultura e pecuária).

A questão econômica da sustentabilidade das RPPNs é vista, portanto, como um desafio ainda não vencido pela ótica da ONG Funatura (LIMA, 2005),⁵² que apóia a instituição e implementação de RPPNs no Cerrado, assim como da ONG CI (PRADO, 2005).⁵³ Essas organizações tem orientado os proprietários de RPPNs a trabalhar com um *mix de atividades* como a estratégia mais viável, considerando as particularidades de cada RPPN e sua integração com a região onde se inserem, e cujo ecoturismo tem sido um dos elementos principais aliado a outras atividades. Na amostra deste estudo, verifica-se que são maioria as RPPNs que apresentam desenvolvimento da atividade ecoturística aliada à produção artesanal de alimentos – a exemplo da utilização criativa de frutos do cerrado–, à apicultura, à agricultura orgânica, ao reflorestamento, ao artesanato, à educação ambiental, à pesquisa científica, ao oferecimentos de cursos (de artesanato, de línguas e de temáticas ambientais), aos viveiros de mudas, à pecuária sob manejo adequado e a outras formas de turismo agregadas. A cooperação com produtores do entorno e parcerias com universidades e centros de pesquisa, ONGs, empresas e outras organizações ambientais e do turismo demonstram uma tendência, principalmente no cenário das RPPNs de proprietário físico, que depende diretamente de recursos econômicos próprios.

No aspecto social, a inserção da comunidade local nas RPPNs é apontada por 93% delas, o que se verifica pelos postos de trabalho relacionados aos serviços gerais (manutenção, hospedagem, alimentação) (93%), guias/condutores locais (71%) e venda de artesanato e outros produtos (57%). Outras funções assinaladas com menor freqüência são: técnicos de manejo, pesquisadores, voluntários e outras. Os postos de trabalho nessas reservas, no entanto, são preenchidos, na sua maioria, por uma média de dois a cinco funcionários, além de muitos terem quadro de funcionários variável conforme sazonalidade da visitação. Portanto, ainda apontam um baixo número de empregos oferecidos pelas RPPNs à comunidade local,

⁵² Dados fornecidos por Fernando Lima, da Funatura, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

⁵³ Dados fornecidos por Alexandre Prado, da Conservation International, em entrevista à autora. Brasília, 5 jul. 2005.

na forma de benefício direto relacionado à atividade ecoturística. A exemplo disso, o Ecoparque de Una (BA) é citado por Mesquita e Leopoldino (2002) como um projeto de referência nacional pela qualidade de seus monitores e intérpretes ambientais, todos da comunidade vizinha à RPPN.

Ainda nesse sentido, os programas de educação ambiental voltados à comunidade local (anteriormente apresentados) representam uma variável do aspecto social das RPPNs levantado pela pesquisa e, portanto, apresenta-se com menor frequência nessas (50%) que os programas voltados para os visitantes (85%). Os dados descritivos das RPPNs estudadas apontam para algumas experiências singulares de engajamento da comunidade local, pelo ecoturismo, mediante parcerias com ONGs locais (Ecoparque de Una-BA), agências receptivas (Cachoeira do Cerradão-MG; Fazenda Vagafogo-GO), da participação do entorno no manejo da RPPN (Fazenda Bom Retiro-RJ) e da dissipação da iniciativa de criação de RPPNs (Morro das Aranhas-SC; Reserva Cafundó-ES). Os benefícios indiretos do ecoturismo às comunidades vizinhas das RPPNs fogem aos objetivos deste trabalho, apesar de representar uma abordagem crescente, a exemplo do relato do proprietário da RPPN Vagafogo (GO):

[...] a gente tá descobrindo que no futuro vai ter que ter cada vez mais parcerias, não tem como, senão nós não vamos dar conta. [...] E aí que você vê que o turismo é isso né, acaba que se você achar que você é super-homem, é capaz de fazer tudo, você acaba se esgotando [...] turismo é uma divisão de lucros e de trabalhos, com a comunidade, e isso já acontece naturalmente, pelo fato da gente estar funcionando a comunidade já se beneficia, direta e indiretamente[...] (AYER, 2005).

De forma a confirmar as questões relacionadas à concepção do ecoturismo por parte dos proprietários e responsáveis pelas RPPNs, as principais preocupações socioambientais apontadas na gestão dessas áreas (gráfico 13) relacionam-se com: tratamento do lixo e informações ao visitante (93%), tratamento do esgoto, participação da comunidade local e capacitação de funcionários (79%), construções e instalações (71%), controle de impactos ambientais (64%), consumo de energia e consumo de água (57%). Com menor ocorrência, estão as preocupações concernentes ao tipo de alimento, utilização de veículos e outras.

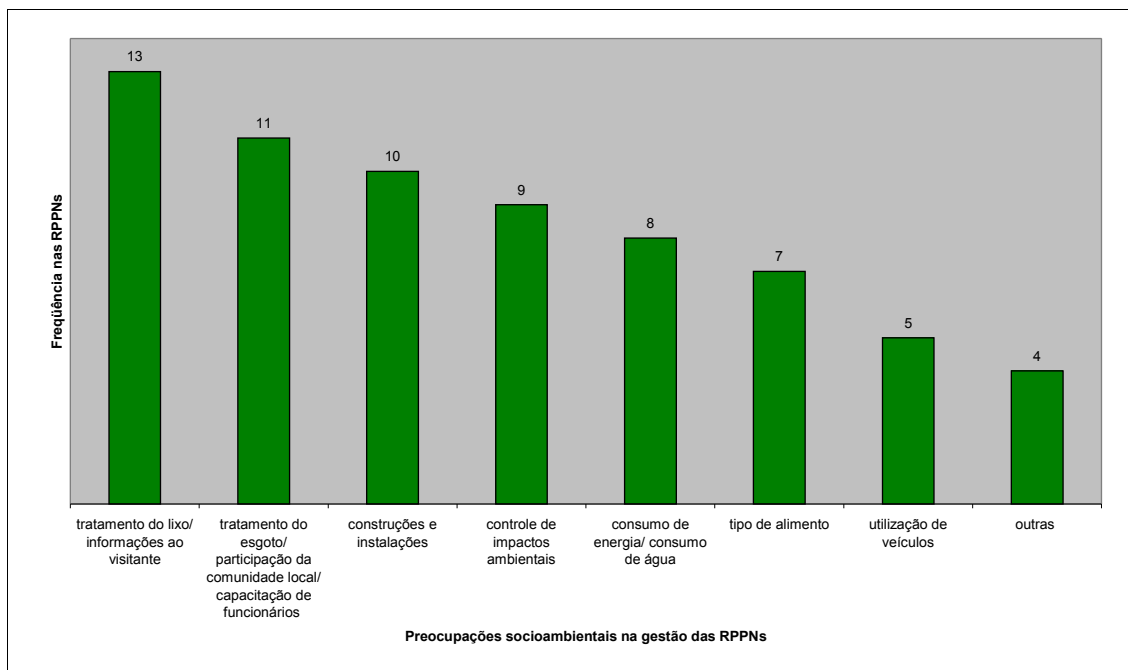


Gráfico 13: Frequência das preocupações socioambientais da gestão das 14 RPPNs com ecoturismo

Fonte: Dados coletados pela autora.

A partir disso, apenas 43% desses proprietários/representantes destacam ações efetivas da gestão de suas reservas, frente a essas preocupações socioambientais. Dentre essas ações pontuais, surgem:

- a) no consumo de energia: utilização de energia solar (n=2), existência de mini-hidrelétrica e controle do consumo;
- b) no consumo de água: utilização de fonte local (n=2) e controle no consumo (n=2), utilização de sistema de tratamento próprio, reflorestamento de nascentes, uso de produtos ecologicamente compatíveis, utilização de tanques de captação de água da chuva;
- c) no tratamento do esgoto: utilização de fossas sépticas (n=4) e projetos em andamento para o uso de águas residuárias e para biodigestor e reciclagem de nutrientes;
- d) no tratamento do lixo: separação do lixo (n=6), reaproveitamento do lixo orgânico (n=3), venda do lixo reciclável (n=2) ou doação para recicladores (n=2), máxima redução dos resíduos no local e carregamento do lixo até a sede do município;

- e) nas informações ao visitante: por meio de palestras, folhetos educativos, placas informativas, exposições sobre fauna e flora local, solicitação de conduta adequada aos visitantes e fornecimento de saco plástico para contenção do lixo;
- f) na participação da comunidade local: envolvimento no manejo (n=2), por meio da venda de artesanato e produtos locais aos visitantes, dos guias e do pessoal designado à manutenção, de voluntários para ações de reflorestamento e arte-educativa, e projetos culturais e de educação ambiental nas escolas locais;
- g) na capacitação de funcionários: oferecimento de cursos, oficinas e treinamentos no local (n=4) e pela participação da RPPN em seminários relacionados;
- h) nas construções e instalações: integração das construções e instalações com o meio ambiente, preservação da arquitetura histórica do local, utilização de materiais locais e inexistência dessas nos limites de uma RPPN;
- i) na utilização de veículos: preferência a motores elétricos e de quatro tempos e proibição da entrada de veículos dentro dos limites da RPPN;
- j) no tipo de alimento: utilização de alimentos produzidos no local (n=2) ou na região, ênfase na culinária natural e na gastronomia típica regional;
- k) no controle de impactos ambientais: realizado por biólogo, pelos proprietários, e controle das estradas internas;
- l) em outras preocupações: recuperação de áreas desflorestadas, produção alternativa de palmito pupunha, projeto de criação de circuito ecoturístico e corredor ecológico integrando outra RPPN.

Portanto, algumas ações efetivas da gestão das RPPNs, quanto ao planejamento e à construção de instalações e equipamentos para o ecoturismo são verificadas na amostra, conforme proposto por Ceballos-Lascuráin (1998) como “ecotécnicas”. Nesse sentido, a RPPN El Nagual (RJ) destaca-se atuando com uma pequena usina hidrelétrica, geradora de energia local e na manufatura de artefatos orgânicos e reciclados em artigos de arte, aspectos que são utilizados no programa de educação ambiental desenvolvido na área. Além desses, também é considerada, mesmo que ainda de forma bastante pontual, a importância do monitoramento dos impactos gerados pelos visitantes em áreas naturais protegidas, na forma de um entendimento dos proprietários e responsáveis quanto aos impactos potenciais do ecoturismo, conforme verificou Boo (1990) em reservas da América Latina. Referente a esses impactos, Reid e Marion (2005) classificam-nos como provenientes de três níveis distintos: da

relação de uso (incluindo comportamento do visitante), das características do meio ambiente específico, e das políticas de manejo adotadas pela área. Nesse sentido, esses administradores de RPPNs denotam preocupações acerca da informação ao visitante como um dos aspectos mais importantes, seguido do engajamento da comunidade local.

Na sua função ecológica de integrar-se a outras áreas naturais protegidas brasileiras, 79% das reservas estudadas apresentam conectividade com alguma outra UC, totalizando 28 unidades no seu entorno, sendo elas: outras RPPNs, PEs, APAs, Parnas, Rebios, Flonas, APPs, Parques Florestais, EEs e outros dois Parques (sem classificação exata). As próprias RPPNs são a categoria predominante nesse cenário, o que enfatiza seu importante papel na formação de corredores ecológicos, segundo Morsello (2001), mesmo que ainda não plenamente satisfeitos frente à inexistência de critérios na escolha de áreas prioritárias à conservação e aos conflitos ainda enfrentados no manejo integrado de UCs. Além de ampliar a importância ecológica das áreas, Pinto et al. (2004) atentam que essa associação de UCs pode auxiliar na fiscalização e no envolvimento das comunidades e dos turistas com a conservação da biodiversidade.

Na forma de zonas de amortecimento de UCs públicas, as reservas privadas representam uma tendência na América Latina e no Brasil, conforme Mesquita (1999) e na Costa Rica, segundo Langholz (2002). Sendo os corredores de biodiversidade uma das principais tendências na conservação dos ecossistemas (MILANO, 2002) e estratégia amplamente divulgada pelas ONGs (CI, 2006), o estudo demonstra que o princípio da conectividade de UCs é determinante desde a escolha estratégica das terras destinadas à RPPNs, quando estabelecidas por ONGs, no intuito de se tornarem áreas de conservação aliadas à pesquisa científica e ao ecoturismo.

Ao final, comentários realizados por proprietários ou responsáveis pelas RPPNs da amostra externaram, principalmente, preocupações frente ao descaso com a preservação ambiental no Brasil, aos problemas enfrentados pelas reservas e à falta de entendimento de outros órgãos governamentais acerca do papel das RPPNs, dificultando a concessão de créditos.

Assim, a complexidade das variáveis relacionadas ao contexto do ecoturismo em RPPNs permite verificar que a maioria das áreas estudadas tem buscado viabilizar essas reservas sob o princípio da conservação, tendo o ecoturismo como uma das alternativas. A abordagem desse estudo mostra que as condições para que ambos objetivos sejam alcançados relacionam-se, de forma bastante estreita, com as características determinantes dos ecossistemas, denotando limitações quanto às possibilidades de atrativos naturais atrelados

aos histórico-culturais, à sazonalidade da visitação, às atividades ecoturísticas em potencial e às condições de acesso. E, ainda, a distância relativa a centros urbanos, a caracterização dos visitantes, a provisão de equipamentos, serviços e atividades na área e no entorno, o histórico de criação e o contexto regional em que se inserem essas RPPNs demonstram dinâmica própria em cada uma das reservas analisadas, e também indicam tendências frente ao agrupamento de dados encerrados por esta pesquisa.

Essas RPPNs estudadas denotam as mesmas dificuldades do cenário geral da conservação privada, em nível nacional e na América Latina, conforme referências levantadas, cuja legislação aparece ainda distante da realidade social enfrentada pela maioria dos proprietários. Esse contexto acaba por fragilizar as RPPNs como *reservas da biodiversidade* e da implementação do ecoturismo, na essência do conceito e como instrumento de conservação dos ecossistemas nesses ambientes.

5.4 Caracterização das RPPNs do Rio Grande do Sul

Participaram da pesquisa sete RPPNs do Rio Grande do Sul, abrangendo seis municípios e todos os três biomas existentes no estado. São elas:

RPPN Reserva do Capão Grande

De propriedade de Eli Roberto Lucena Braga e outros, a RPPN compreende 9 ha dentro de uma propriedade de aproximadamente 28 ha, situada a 11 km da sede do município de Barra do Ribeiro. A área foi reconhecida em 1998, é representativa do bioma Mata Atlântica (IBAMA, 2005) e tem como objetivos a conservação e a perpetuação da área preservada para as gerações seguintes da família. A RPPN não possui visitação, apesar de já ter sido visitada por alguns pesquisadores, e demonstra intenções no sentido de realizar alguma forma de turismo utilizando a casa-sede da fazenda como hospedagem e utilização da trilha já existente. A área possui reserva de fauna e flora, fontes hidrominerais e área de pesca, além de plantações (frutas, legumes) para consumo e produção de doces e compotas para a família, e alguns animais (vaca leiteira e cavalos), dispondo de um funcionário no local.

RPPN Costa do Cerro

Propriedade de Nairo Guerisoli, a RPPN compreende 8 ha dentro de uma propriedade de aproximadamente 37 ha, situada na localidade do Lami (Estrada da Taquara), Porto Alegre. Foi reconhecida em 2000, sendo representativa do bioma Costeiro (IBAMA, 2005), com o objetivo de conservação, pesquisa científica, educação ambiental e turismo de eventos. A RPPN (foto 12) não recebe visitantes e não possui atividades de ecoturismo, apesar de informar as intenções em realizá-las no local que, no momento, abriga hospedaria de cavalos. A área possui riacho, quedas-d'água, reserva de fauna e flora e relevo ondulado como aspectos naturais. A reserva não possui Plano de Manejo e não recebeu nenhum tipo de apoio. Dispõe de um funcionário no local e descreve como principais problemas a falta de apoio, as dificuldades financeiras e na divulgação.



Foto 12: Vista da RPPN Costa do Cerro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil
Fonte: Acervo de Nairo Guerisoli.

RPPN Reserva Jardim da Paz

A área de 1,75 ha, criada em 2001, pertence ao Cemitério Jardim da Paz S.A., situado na Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. A propriedade compreende um total de 14,5 ha, definidos como área de bioma Costeiro (IBAMA, 2005). Seus objetivos de criação são a conservação e a contemplação meditativa. A área da RPPN não apresenta visitação atualmente, mas há intenções de uso futuro pelo ecoturismo, no sentido de oferecer um

atrativo aos visitantes do cemitério. Os aspectos naturais encontrados na RPPN são reserva de fauna e flora. A RPPN não possui Plano de Manejo e tem recebido apoio em assessoria técnica. Não apontou nenhum problema.

RPPN Sítio Porto da Capela

Área de propriedade de Denise Laurinda Souza e outros, compreende a totalidade de uma propriedade de 14 ha, criada em 1995, em Charqueadas, a 3 km da sede do município, acesso pela RS-401. É uma área representativa da Mata Atlântica (IBAMA, 2005), criada com o objetivo de conservação e educação ambiental. A RPPN recebe visitantes desde 1995, mas não realiza atividades de ecoturismo, havendo intenções de uso futuro nesse sentido. O visitante pode percorrer a área em cerca de três horas, encontrando atrativos naturais como lago, rio (foto 13), reservas de fauna e flora e atrativos histórico-culturais, como arquitetura e sítios históricos. Em 2004, recebeu aproximadamente 12 visitantes, não havendo o controle desse número. A RPPN não possui Plano de Manejo e capacidade de carga, além de não ter recebido nenhum apoio. Dispõe de três funcionários no local e aponta como principais problemas a falta de apoio, as dificuldades financeiras e na divulgação, os desmatamentos e outros como invasões e furtos de cercas.

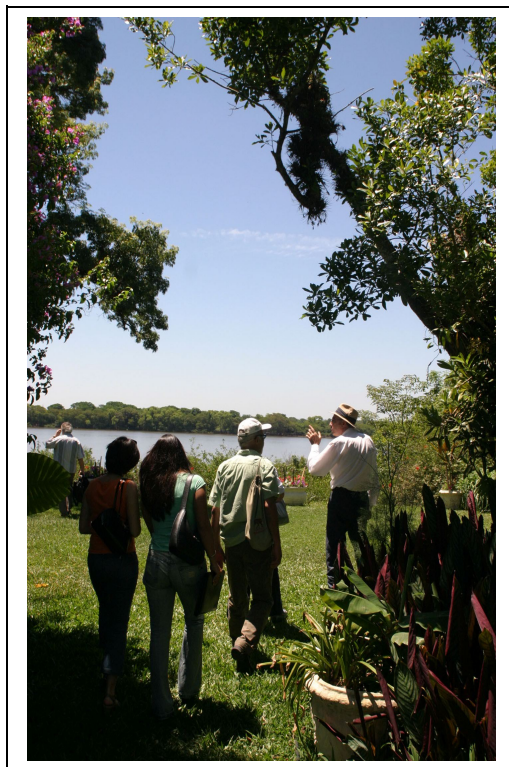


Foto 13: Grupo de visitantes em frente ao rio, RPPN Sítio Porto da Capela, Charqueadas, Rio Grande do Sul - Brasil

Fonte: Acervo de Mauro Schaefer.

RPPN Bosque de Canela

Área pertencente a Cilon Rodrigues Estivalet, possui 6 ha dentro de uma propriedade de 12,5 ha, situando-se a 3 km da sede do município de Canela. Reconhecida sua reserva em 1998, compreende uma área representativa do bioma Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Mista) (IBAMA, 2005), e está conectada à Flona de Canela, servindo como área de amortecimento desta. Seus objetivos de criação são: conservação, educação ambiental e vivência natural em grupos. A área recebe visitantes desde 1998, mas não realiza atividades de ecoturismo, apesar de responder positivamente às intenções de realização dessa modalidade de uso público.

O visitante pode percorrer a área em cerca de duas horas, onde encontra reserva de fauna e flora (com enfoque na conservação da araucária), uma nascente hídrica superficial e atrativos histórico-culturais como biblioteca e manifestações como: festas, comemorações e atividades. Nessa RPPN são desenvolvidos cursos e treinamentos, programas de educação ambiental para visitantes e comunidade local e caminhada pela trilha (foto 14). Outras atividades realizadas na área são o quintal agro-florestal com plantio experimental de erva-

mate (área adjacente a RPPN), banco genético de araucárias, pesquisa, além de ser local de nidificação do papagaio-charão (espécie em extinção no estado).

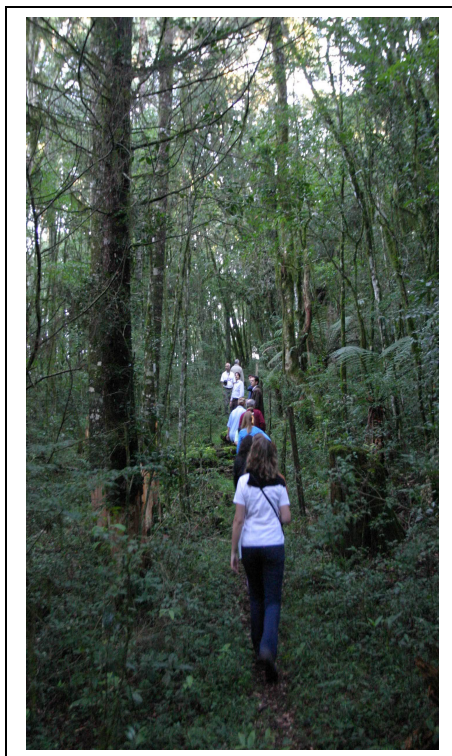


Foto 14: Visitantes realizando trilha na RPPN Bosque de Canela, Canela, Rio Grande do Sul - Brasil

Fonte: Acervo de Mauro Schaefer.

O local possui uma casa que serve de sede administrativa, com instalações para alimentação e para a realização de eventos. Ela também é sede do Projeto Museu da Araucária, da ONG Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias (Assecan), designado Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em 1997. A capacidade de carga estipulada é de 12 visitantes/dia e realiza controle de visitação, tendo alcançado aproximadamente 76 visitantes em 2005. A reserva recebe apoio permanente da Assecan, na gestão e na divulgação da área e, no momento, na elaboração do Plano de Manejo da reserva. O zoneamento da RPPN já foi realizado, apontando cinco diferentes zonas. O principal problema enfrentado é a urbanização do entorno, já que se encontra muito próxima à cidade. O proprietário tem intenções de expandir a área da RPPN, assim que o projeto de lei que regulamenta as reservas estaduais estiver em vigor. Informações *online* sobre a RPPN estão disponíveis no *site* da ONG Assecan⁵⁴ e em material impresso de divulgação.

⁵⁴ Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias (Assecan). RPPN Bosque de Canela. Disponível em: <www.assecan.org.br>. Acesso em: 2 maio 2006.

RPPN Rancho Mira-Serra

Essa RPPN de 17,68 ha, de propriedade de Rogério Mongelos, foi criada em 1997, como área representativa do bioma Campos Sulinos (IBAMA, 2005) e Mata Atlântica. Compreende parte de uma propriedade de 30 ha, situada a 12 km da sede do município ao qual pertence, São Francisco de Paula. O acesso é de grande dificuldade, pois apresenta declividades acentuadas, terreno pedregoso e escorregadio. Ela foi criada com objetivos de conservação, turismo científico, pesquisa científica e educação ambiental. A reserva apresenta possibilidades de conectividade com outras UCs por localizar-se próxima a elas. O Rancho Mira-Serra (foto 15) recebe visitantes desde 1998, mas não realiza atividades de ecoturismo, não havendo interesse nesse tipo de uso público.



Foto 15: RPPN Rancho Mira-Serra, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul - Brasil
Fonte: Acervo de Rogério Mongelos.

A área apresenta atrativos naturais potenciais como: rio, quedas-d'água, fontes hidrominerais (recursos hídricos superficiais e subterrâneos), grutas/cavernas, relevo montanhoso e escarpas, reserva de fauna e flora com ocorrência de espécies ameaçadas de extinção. Sítios históricos e científicos, ruínas e outros legados são atrativos histórico-culturais em potencial encontrados na área. A visitação é realizada sob agendamento prévio, sem cobrança de ingresso. Na RPPN, as atividades desenvolvidas são trilhas interpretativas,

observação de animais, programas de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local e cursos e treinamentos. A área também dispõe de equipamentos e serviços como cabana rústica para hospedagem, instalações para alimentação, alojamento para pesquisadores e sanitários.

A capacidade de carga da área foi estipulada em nove visitantes/semana na trilha principal e quatro visitantes/mês na trilha da mata. Há controle de visitação, tendo recebido cerca de 12 visitantes em 2005. O Plano de Manejo da área está em fase de redação, com apoio da ONG Projeto Mira-Serra. A RPPN ainda conta com o apoio da ESPM, da Ulbra, PUC/RS e do Ibama, principalmente no que se refere à assessoria científica, técnica e financeira, divulgação e gestão da RPPN.

Os principais problemas enfrentados são a falta de fiscalização e a instalação de rede elétrica sem estudos prévios e sem a autorização dos proprietários. A RPPN, a ONG Mira-Serra e seu Centro Mira-Serra de Estudos Ambientais foram reconhecidos como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Nesse Centro são desenvolvidas capacitações, oficinas e palestras, dispondo de computadores, museu da história natural, biblioteca, videoteca e equipamento para pesquisa científica. A RPPN e a ONG têm artigos científicos publicados e incentivam a pesquisa na área. Informações *online* sobre a RPPN estão disponíveis no *site*⁵⁵ da ONG Projeto Mira-Serra e em material impresso de divulgação.

RPPN Fazenda Morro Sapucaia

De propriedade de Ana Maria Juliano, a RPPN compreende 90,25 ha dentro de uma propriedade de aproximadamente 133 ha, situada a 7 km da sede do município de Sapucaia do Sul. A área foi reconhecida em 2002, é representativa do bioma Mata Atlântica (IBAMA, 2005) e tem como objetivos: conservação, ecoturismo, turismo científico, pesquisa científica, educação ambiental, turismo de eventos, agroturismo e turismo histórico. Segundo a proprietária, a RPPN realiza atividades de ecoturismo desde 2000.

A área possui reserva de fauna e flora, grutas/cavernas, quedas-d'água, relevo montanhoso e outros e atrativos histórico-culturais como arquitetura, sítios históricos e científicos, festas, comemorações e atividades, a exemplo do Festival da Pandorga (foto 16) que ocorre em novembro. A RPPN recebe visitantes nos finais de semana e feriados, entre 8h e 18h. As atividades realizadas compreendem trilhas interpretativas, observação de animais,

⁵⁵ Projeto Mira-Serra. RPPN Mira-Serra. Disponível em: <www.miraserra.com.br>. Acesso em: 2 maio 2006.

programa de educação ambiental para visitantes e comunidade local e turismo cênico. A infraestrutura compreende apenas áreas de contemplação e tem seis funcionários.



Foto 16: Festival da Pandorga, RPPN Fazenda Morro de Sapucaia, Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul - Brasil

Fonte: Acervo de Ana Maria Juliano.

A RPPN não possui Plano de Manejo, estudo de capacidade de carga e controle da visitação, já tendo recebido apoio do Centro de Estudos Ambientais Morro de Sapucaia e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil Ltda. (TBG), principalmente quanto à assessoria científica e ao suporte na criação da RPPN. Essa área também foi instituída Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, apresentando, como principais ameaças: limites da propriedade, falta de apoio, dificuldades na divulgação, queimadas, caça e dificuldades com o poder público municipal.

5.4.1 Turismo e conservação nas RPPNs do Rio Grande do Sul

As sete RPPNs pesquisadas no Rio Grande do Sul perfazem 146,68 ha de área protegida, distribuídas entre os municípios de Sapucaia do Sul (90,25ha), São Francisco de Paula (17,68ha), Barra do Ribeiro (9ha), Canela (6ha), Charqueadas (14ha) e Porto Alegre,

com duas RPPNs amostradas (9,75ha). A maior reserva é a localizada em Sapucaia do Sul, e a menor, de 1,75 ha, em Porto Alegre.

Essa amostra compreende RPPNs representativas dos três biomas existentes no Rio Grande do Sul, conforme Ibama (2005). As quatro áreas de Mata Atlântica equivalem a 119,25 ha, o correspondente a 0,02% dos remanescentes do bioma no estado (MMA, 2000). Outras duas áreas são representativas do bioma Costeiros, perfazendo 9,75 ha e uma nos Campos Sulinos, com 17,68 ha (gráfico 14). Este último dado refere-se ao bioma de maior abrangência, e, portanto, evidencia a má representatividade da categoria RPPN na proteção dos ecossistemas encontrados no estado. Esse resultado também foi encontrado por Cegana (2005) no Paraná, fato que foi justificado pela falta de critérios na seleção das áreas e que também pode ser atribuído ao Rio Grande do Sul.

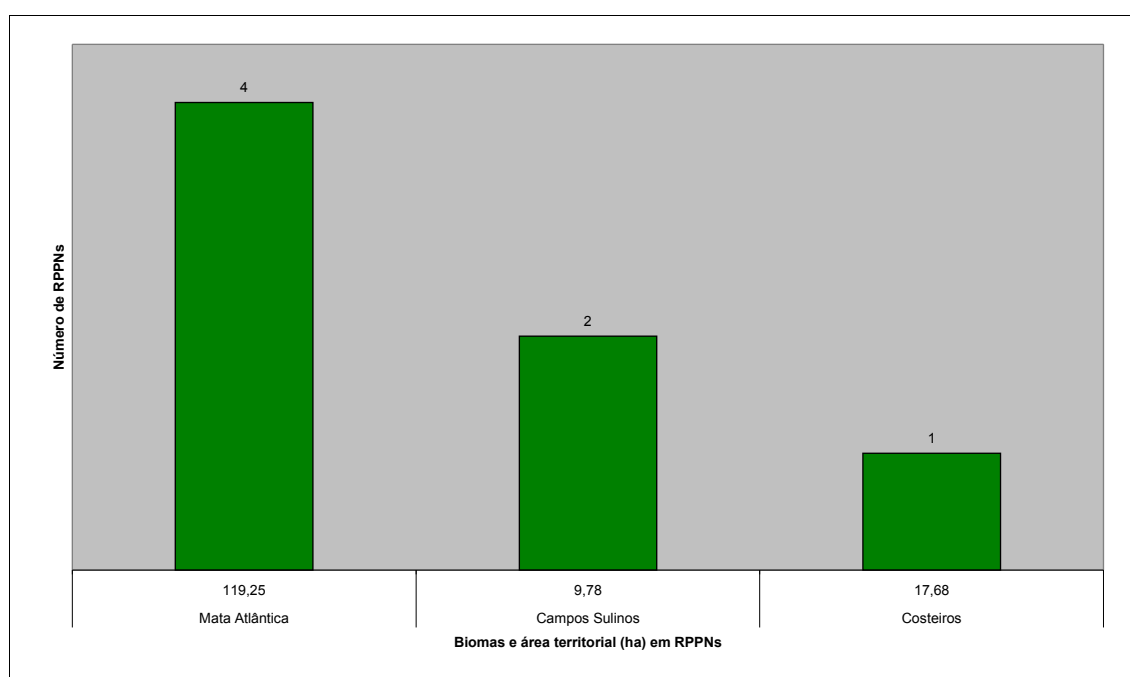


Gráfico 14: Relação das RPPNs do Rio Grande do Sul pesquisadas e biomas, em número e área territorial(ha)
Fonte: Dados coletados pela autora.

O perfil das RPPNs rio-grandenses estudadas aponta, na maioria, pequenas propriedades (até 50ha) e até 69% da propriedade destinada à reserva – apenas uma envolve a totalidade da área. Elas possuem desenho da reserva compatível ao recomendado pelo Ibama e pelas ONGs, abrangendo apenas a parcialidade dos imóveis onde se inserem. Isso lhes

oferece maior flexibilidade para o uso público, o planejamento e manejo de equipamentos, serviços e atividades compatíveis com a conservação.

As RPPNs da amostra confirmam que, no Rio Grande do Sul, diferentemente do cenário brasileiro, os proprietários pessoa física são maioria tanto em quantidade quanto em área territorial total de reservas. Nessa amostra, há somente uma unidade de propriedade de pessoa jurídica – a RPPN Jardim da Paz, sendo a menor delas (1,75ha). Essa é de posse do cemitério de mesmo nome, localizado em Porto Alegre e que retrata um fato único e curioso em nível nacional.

As sete RPPNs foram criadas, na sua maioria, entre os anos 1997 e 2002, sendo, portanto, mais recentes no estado do que as apresentadas na amostra anterior, em nível de Brasil. Os objetivos de criação dessas áreas, segundo dados coletados, estão voltados à conservação em todas as reservas, assim como na amostra anterior, mas aqui seguido da educação ambiental (71%) e outros (57%) (vivência natural, desfrute da família, contemplação meditativa e turismo histórico). Com menor frequência, aparecem os objetivos de pesquisa científica, turismo de eventos, turismo científico, agroturismo e o ecoturismo, este em apenas uma delas – a RPPN Morro de Sapucaia (gráfico 15). Comparado ao dado obtido na amostra de RPPNs brasileiras, cujo ecoturismo representa o principal objetivo secundário, esse é quase inexpressivo nas reservas do Rio Grande do Sul, nas quais a educação ambiental é o valor mais significativo.

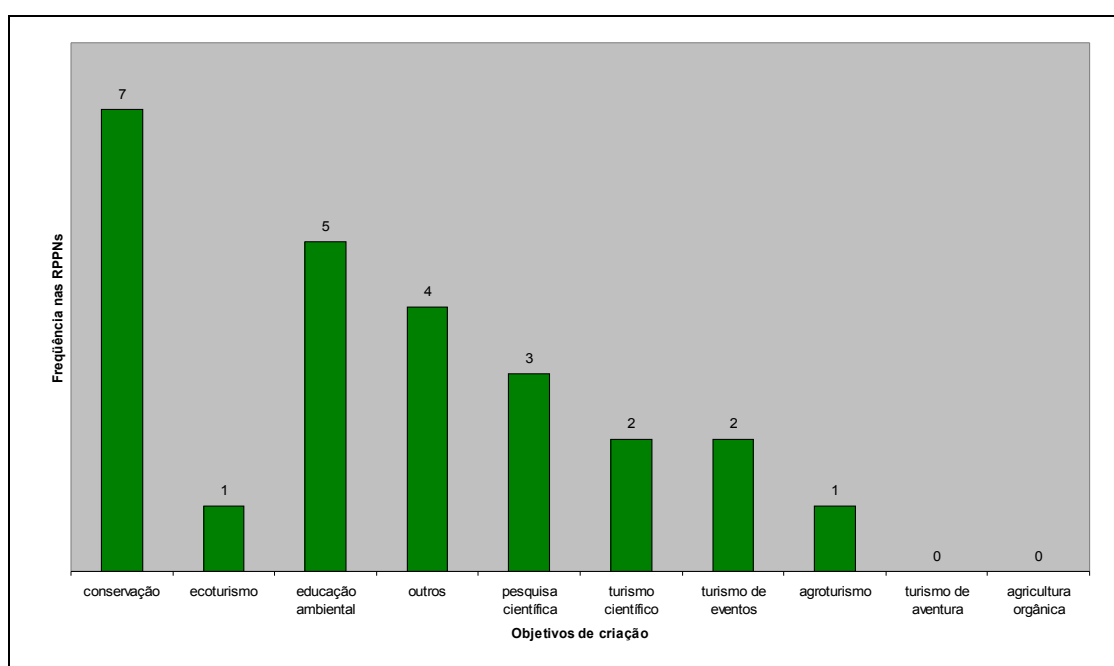


Gráfico 15: Objetivos de criação por frequência nas sete RPPNs do Rio Grande do Sul

Fonte: Dados coletados pela autora.

Esse dado, no entanto, é contestado pelo fato de 71% das RPPNs demonstrarem intenções de uso futuro através da modalidade ecoturística. Apesar disso, o Plano de Manejo é ainda inexistente em todas as RPPNs estudadas. A ausência de planejamento, portanto, é mais acentuada no Rio Grande do Sul, quando comparada à situação nacional analisada, sendo que 43% não possuem o referido documento. Portanto, é um cenário bastante freqüente, em nível nacional, e até mesmo em estados como o Paraná, que, apesar de possuir uma política de incentivos mais estruturada para as RPPNs, Cegana (2005) encontrou que 89% das reservas não possuem planejamento ordenado.

A distância das RPPNs até a localidade mais próxima é de um mínimo de 3 km e um máximo de 12 km da sede do município ao qual pertencem, apresentando-se mais próximas de grandes centros urbanos que as RPPNs com ecoturismo, em nível nacional.

Os postos de trabalho oferecidos dentro das RPPNs é mínimo no Rio Grande do Sul (até três), assim como nos dados analisados em nível de Brasil (entre dois e cinco).

No que se refere ao apoio recebido, quatro reservas (57%) possuem suporte, principalmente no sentido de assessoria técnica, científica, divulgação, gestão da RPPN, seguido de assessoria financeira e apoio na elaboração do Plano de Manejo. Isso denota que o suporte de instituições nas RPPNs do Rio Grande do Sul é menor que em outras regiões do Brasil, além de não priorizarem auxílio na criação e no planejamento destas, como visto na amostra anterior. Os principais agentes de apoio à questão no estado têm sido instituições de ensino e pesquisa (57%), ONGs (29%), órgão ambiental federal ou empresa (7% cada), enquanto em nível de Brasil são as ONGs e os órgãos públicos (em todas as instâncias).

Problemas são apontados por cinco RPPNs da amostra (71%), todos proprietários pessoa física, que reclamam da falta de apoio e de dificuldades na divulgação (43% cada), dificuldades financeiras (28%), seguidos de desmatamentos, caça, queimadas, problemas com os limites da propriedade e outros como a urbanização do entorno, as invasões, os furtos de cercas, a falta de fiscalização e de punição a infratores, as dificuldades de entendimento do papel das RPPNs pelo poder público municipal. A falta de disponibilidade financeira e de apoio confirma os dados encontrados na amostra das RPPNs brasileiras, perfazendo as principais ameaças também no Rio Grande do Sul, que ainda inclui dificuldades na divulgação.

No seu papel ecológico, as possibilidades de conectividade das RPPNs com outras UCs é apresentada por apenas uma reserva da amostra, na forma de zona de amortecimento de uma Flona (RPPN Bosque de Canela), e outra (RPPN Rancho Mira-Serra) denota potencial para a efetivação de corredores ecológicos por encontrar-se muito próxima a outras UCs. Isso demonstra a falta de projetos de interação entre RPPNs e outras unidades do SNUC no Rio Grande do Sul, comparada à situação nacional estudada, com 79% das reservas conectadas em forma de mosaicos de conservação. Isso pode estar vinculado à falta de critérios no estabelecimento das RPPNs, às dificuldades de integrar áreas protegidas frente à intensa fragmentação dos ecossistemas no Rio Grande do Sul e, ainda, ao desinteresse dos proprietários frente às propostas de gestão participativa entre UCs, conforme encontrado por Melo (2004) no município de Silva Jardim (RJ), *capital brasileira das RPPNs*.

A concepção de ecoturismo dentro dos espaços de RPPNs do Rio Grande do Sul, por seus proprietários ou responsáveis, obteve 86% de resposta, tendo sido categorizadas em aspectos econômicos, sociais e ambientais do ecoturismo, e outros, conforme amostra anterior. Os aspectos econômicos (40%) voltam-se para o ecoturismo como forma de auferir renda extra, de garantir o retorno financeiro à RPPN e a divulgação da área; nos aspectos ambientais (20%), aparece como meio de educação ambiental; na esfera social (30%), o ecoturismo é visto como forma de conscientizar o poder público municipal e a população sobre a importância da proteção do meio ambiente, além de servir de exemplo para outras áreas e abrir possibilidades de interação da população com as belezas naturais da região; e, em outros (10%), classificam o ecoturismo abrangendo um tipo de turista com interesse ecológico e cultural. Nessa amostra, assim como em nível nacional, o resultado apresenta uma equivalência dos valores econômicos, sociais e ambientais atrelados ao conceito de ecoturismo.

Os atrativos turísticos naturais em potencial nessas RPPNs englobam reservas de flora (em todas as sete RPPNs), reservas de fauna (86%) e rio/riacho, quedas-d'água, relevo montanhoso (43% cada). Ainda são citadas fontes hidrominerais, grutas/cavernas, lago/lagoa/represa, áreas de pesca, e outras (escarpas) (gráfico 16). Quando relacionadas as atividades aos biomas, a Mata Atlântica apresenta rio/riacho, fontes hidrominerais, quedas-d'água, grutas/cavernas, relevo ondulado, lago e área de pesca; os Campos Sulinos apresentam rio/riacho, quedas-d'água, relevo montanhoso, escarpas, cavernas e fontes hidrominerais; e os ambientes Costeiros apresentam rio/riacho, quedas-d'água e relevo ondulado. Esses dados, no entanto, aparecem como pouco significativos em função do tamanho da amostra.

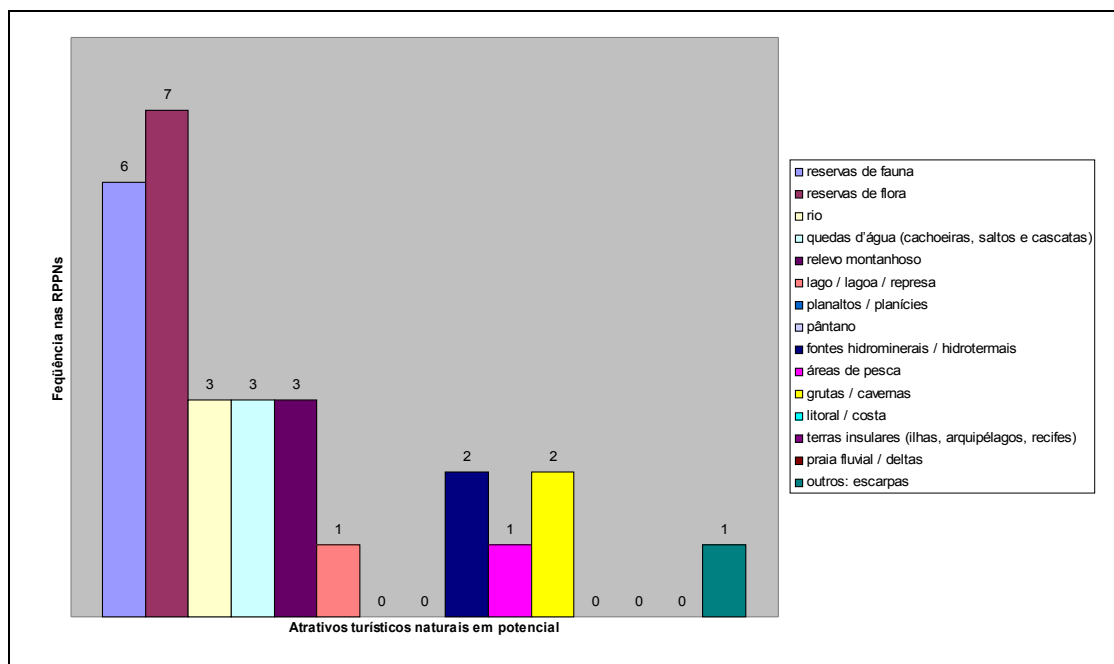


Gráfico 16: Frequência de atrativos turísticos naturais em potencial nas sete RPPNs do Rio Grande do Sul
Fonte: Dados coletados pela autora.

Os atrativos histórico-culturais em potencial são enumerados por quatro RPPNs (57%), descrevendo sítios históricos e científicos, arquitetura, ruínas, outros legados, biblioteca, festas, comemorações e atividades entre outros (sítio imemorial indígena, Festival da Pandorga).

Quatro RPPNs da amostra informam realizar atividades de visitação, de modo geral tendo iniciado essas atividades: uma em 1995, e as outras entre 1998 e 2000. A maioria delas não possui dias, horários e valores de ingresso determinados para o acesso público. A capacidade de carga e o controle de visitação são existentes em apenas duas reservas. Em 2005, o dado de visitação foi de 76 visitantes em uma reserva e 12 visitantes em outras duas. O visitante permanece apenas algumas horas nessas reservas, sendo a primavera e o verão os meses de alta temporada.

Dentre as atividades de visitação disponíveis nessas quatro RPPNs, estão: programas de educação ambiental para visitantes e para a comunidade local, cursos e treinamentos, trilhas interpretativas e observação de animais. O ecoturismo é descrito como uma das modalidades de uso público somente na RPPN Morro de Sapucaia. E, quanto aos equipamentos e serviços disponíveis aos visitantes, apenas uma RPPN descreve possuir hospedagem em cabana rústica, instalações de alimentação, alojamento para pesquisadores, sanitários, e outra reserva possui áreas de contemplação.

Apesar do pouco fluxo de visitantes, esses demonstram ser provenientes dos municípios da região ou do próprio município, sendo mais freqüentes adultos, pequenos grupos, universitários, famílias e pesquisadores. A RPPN Morro de Sapucaia, diferentemente, informa receber, com maior freqüência, público jovem e escolares, em pequenos ou grandes grupos.

Na única resposta obtida acerca da sustentabilidade econômica pela visitação pública, o proprietário demonstra otimismo em relação ao ecoturismo como atividade lucrativa; porém, ainda não alcançou o retorno do investimento inicial. Já no aspecto social, a comunidade local, segundo dados coletados, está presente em todas as quatro RPPNs abertas à visitação, sob a forma de trabalhos voluntários, técnicos de manejo, pesquisadores, funcionários e grupos de escoteiros.

A principal preocupação socioambiental da gestão das quatro RPPNs com visitação é representada pelo controle dos impactos ambientais, seguido de ações quanto ao consumo de água (realizam manutenção de corpos-d'água e nascentes) e tratamento do lixo (separação e coleta), tratamento do esgoto, informações ao visitante, consumo de energia, utilização de veículos e outros. Apenas uma RPPN informou preocupações acerca da participação da comunidade local, das construções e instalações, do tipo de alimento e capacitação de funcionários (gráfico 17).

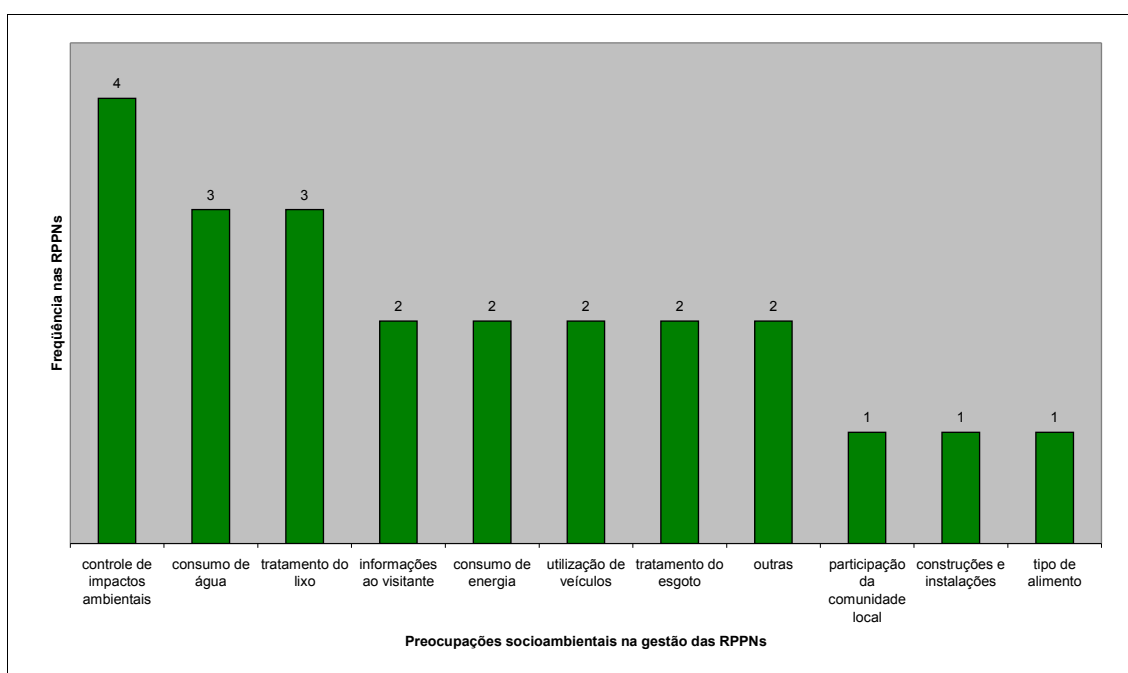


Gráfico 17: Frequência das principais preocupações socioambientais na gestão das quatro RPPNs abertas à visitação no Rio Grande do Sul

Fonte: Dados coletados pela autora.

Em comentários e sugestões, registrou-se o incentivo à pesquisa científica em algumas RPPNs do estado, a ênfase às necessidades das reservas, sua importância ecológica frente à rápida urbanização e as dificuldades de entendimento do próprio poder público municipal quanto ao papel das RPPNs, em um caso, instalando aterro sanitário e industrial no seu entorno.

Portanto, comparado aos resultados obtidos na amostra anterior, em nível de Brasil, o perfil das RPPNs do Rio Grande do Sul é de pequenas propriedades, de maioria pessoa física, cuja parcialidade da propriedade é designada à reserva. Elas são mais recentes no estado, apresentando representatividade bastante disforme na conservação dos biomas. Além disso, elas contam com menor apoio que as reservas em outras regiões do País e enfrentam problemas similares ao cenário das RPPNs brasileiras, como falta de apoio e dificuldades financeiras e, ainda, dificuldades na divulgação e inexistência de planejamento.

Um número mínimo de RPPNs do Rio Grande do Sul desenvolve atividades de visitação pública, de forma esporádica e não planejada, dispondo de pouca infra-estrutura e serviços no local. Portanto, pode-se considerar que o ecoturismo nesses espaços é ausente, apesar de haver intenções futuras dos proprietários, sob uma concepção mais voltada aos seus benefícios econômicos, e um entendimento em evolução acerca das dimensões ecológica e social da atividade. A visualização da atividade ecoturística, como meio de conservação dos ecossistemas, as possibilidades de integração dessas áreas com outras UCs e a participação da comunidade local nesses ambientes são aspectos menos expressivos no estado que nas RPPNs estudadas em nível de Brasil. Por outro lado, as RPPNs abertas ao uso público têm a educação ambiental como principal objetivo secundário, apresentando demanda diversificada e proveniente da região de entorno, localização próxima a grandes centros urbanos e atrativos turísticos naturais e histórico-culturais em potencial – elementos importantes a serem considerados no futuro planejamento e manejo das atividades turísticas nessas áreas, conforme interesse dos proprietários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as RPPNs refletem os novos paradigmas das áreas naturais protegidas, na medida em que oferecem ao cidadão brasileiro a possibilidade de engajar-se como parceiro aos esforços públicos na conservação dos ecossistemas do País. Elas ainda representam uma perspectiva bastante promissora frente às dificuldades enfrentadas hoje pelas UCs públicas, uma vez que admitem a presença humana na área e oportunizam a integração dos interesses socioeconômicos das comunidades locais à manutenção da biodiversidade.

Nesse contexto, o ecoturismo encontra condições favoráveis à implementação dos seus preceitos, buscando harmonizar objetivos de conservação e uso compatível dos recursos naturais e culturais, oferecendo qualidade à experiência do visitante, e incentivos ao desenvolvimento das comunidades inseridas nesses espaços e entorno. As RPPNs mantêm em seus limites um grande potencial de atrativos turísticos naturais preservados, muitas vezes atrelado a atrativos histórico-culturais, podendo auxiliar na distribuição da demanda crescente de visitantes nas UCs brasileiras.

Na perspectiva das RPPNs, o ecoturismo apresenta-se como um instrumento de conservação dos ecossistemas, sob as condições de um planejamento e manejo adequado, considerando as especificidades do ambiente onde se inserem. O ecoturismo pode assegurar a proteção das espécies a longo prazo, enquanto fornece rendimentos à área, expandindo benefícios socioculturais e econômicos às comunidades residentes e do entorno. A atividade ecoturística nessas reservas ainda garante o acesso do cidadão aos recursos naturais do País e, por seu caráter educativo, amplia as possibilidades de fomento de uma cidadania ambiental no contato do ser humano com a natureza.

As RPPNs com atividades de ecoturismo, conforme os dados coletados, são mais expressivas nos biomas Mata Atlântica, Pantanal e Cerrado, respectivamente, demonstrando predominância dos objetivos conservacionistas, seguidos do ecoturismo e de outros. Elas apresentam características na sua maioria de médias a grandes propriedades e de posse de pessoa física, além de ONGs e empresas do setor de turismo, hotelaria e lazer. As dificuldades financeiras e a busca por apoio são características constantes nas RPPNs estudadas, cuja consolidação, como atrativos ecoturísticos, mostrou-se dependente de variáveis como: características determinantes de cada bioma brasileiro, disponibilidade de atrativos, equipamentos, serviços e atividades na área e no entorno, tipos de visitante, sazonalidade da

visitação, distância das reservas aos centros urbanos, aspectos históricos de criação de cada RPPN e o contexto regional em que se inserem.

Nas práticas em desenvolvimento nas RPPNs hoje, o ecoturismo tem sido um instrumento para a conservação dos ecossistemas inseridos nessas UCs? Os resultados da pesquisa demonstram que, de forma geral, as concepções dos proprietários e responsáveis por RPPNs acerca do ecoturismo encontram-se muito próximas dos seus conceitos, mas suas práticas estão mais voltadas a um turismo de natureza, uma vez que a inexistência de planejamento das atividades é predominante. Apesar disso, casos específicos emergem nesse cenário, como exemplos bem-sucedidos na implementação de um ecoturismo na essência dos conceitos, com evidências a contribuir efetivamente à conservação dos ecossistemas, sob os princípios da sustentabilidade no local, em todas as suas instâncias.

Já o papel das RPPNs na conservação da biodiversidade brasileira tem sido satisfeito, na medida em que são representativas de um número expressivo de iniciativas distribuídas pelo território nacional – cerca de 700 unidades e 545.000 ha. E, também, mesmo sendo a maioria composta por pequenas propriedades, representando apenas 0,064% do território do Brasil, os resultados confirmam seu importante papel na conservação dos biomas mais ameaçados – Mata Atlântica e Cerrado – que congregam o maior número dessa categoria de UC. Essas reservas demonstram efetividade na implementação de corredores ecológicos, integrando-se a outras UCs, mesmo que a gestão integrada entre elas ainda represente um desafio. As RPPNs também apresentam menores conflitos no estabelecimento das unidades e um manejo mais flexível e dinâmico do que as UCs públicas, contando com melhores condições para implementar estratégias inovadoras em prol do meio ambiente.

No entanto, a análise das RPPNs brasileiras que desenvolvem atividades ecoturísticas, indica que o papel destas, como *reservas da biodiversidade* e do ecoturismo, como *instrumento de conservação* tem sido prejudicado diante de um cenário de falta de apoio e de planejamento, e das necessidades financeiras enfrentadas pelos proprietários. O marco legal das RPPNs tem apresentado constante evolução, mas ainda requer adequação frente à realidade do proprietário brasileiro e às características regionais diferenciadas, cujo incremento dos incentivos econômicos e jurídicos e a exeqüibilidade da legislação se faz necessário com o mínimo de contrapartida do governo, em uma relação que deve ser de parceria entre os setores público e privado, pela conservação dos ecossistemas brasileiros.

Algumas tendências são enumeradas a partir dos resultados desta pesquisa, no sentido de satisfazer o objetivo da conservação, a partir de uma relação mais harmônica entre ecoturismo e RPPNs. A primeira, é que a *monocultura do ecoturismo* não tem se mostrado

viável às reservas, cuja diversificação das atividades, principalmente utilizando as áreas de entorno, tem apresentado melhores condições. Elas têm realizado ecoturismo aliado à pesquisa científica, ao artesanato, à apicultura, à agricultura orgânica, e a demais alternativas permeadas pela lógica de mínimo impacto ao meio ambiente. Os desafios dispostos aos proprietários de RPPNs, na busca pela viabilidade econômica de suas áreas, têm demonstrado ser fator limitante à conservação a longo prazo e ao desenvolvimento dos preceitos do ecoturismo.

Nesse sentido, uma alternativa promissora tem sido a estrutura de apoio oferecida por organizações diversas e as possibilidades de parcerias com universidades, instituições de ensino e pesquisa, empresas e outras entidades. Isso tem oferecido melhores condições de acesso a recursos e implementação de mecanismos de planejamento e gestão, do que a ação individual de proprietários físicos, sendo os que mais enfrentam as dificuldades já explanadas.

Ainda, a expansão das formas cooperativas da sociedade civil, atuando na escala local e regional, com representatividade nacional, tem direcionado outra perspectiva positiva ao engajar proprietários, comunidades locais e diversos segmentos da sociedade. Esse movimento tem buscado “acomodar” os múltiplos interesses envolvidos, conquistando o fortalecimento das RPPNs, como UCs, na sociedade e nos órgãos públicos, contribuindo também ao desenvolvimento do ecoturismo nesses espaços e a integração das RPPNs no contexto regional.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, apresenta-se em uma situação inicial de fortalecimento das RPPNs, cujo objetivo de conservação ainda encontra barreiras diversas, sendo um aspecto pouco conhecido pela sociedade e pelas autoridades municipais. Essas UCs perfazem apenas 0,004% do território do estado, com representatividade mal distribuída entre os biomas e inexistência de informações acerca da formação de corredores ecológicos. O ecoturismo, como instrumento de conservação nas RPPNs, não é passível de avaliação, já que se apresenta ainda ausente nesses espaços, apesar de satisfazer intenções futuras de parte significativa de proprietários. A falta de planejamento, o pouco apoio oferecido aos proprietários dessas reservas e as dificuldades de associativismo diante da multiplicidade de interesses envolvidos denotam aspectos marcantes de uma realidade em evolução no estado. A regulamentação das RPPNs estaduais, em vias de ser efetivada, e o público recebido durante o primeiro I Fórum Estadual das RPPNs têm incentivado a criação de uma associação estadual de proprietários, marcando seus primeiros passos para uma mobilização social acerca do tema. Enquanto as necessidades e limitações das reservas no estado seguem as tendências

evidenciadas no cenário nacional, sua abertura às atividades de uso público tem demonstrado dinâmica própria, porém ainda incipiente.

Portanto, entende-se que o ecoturismo pode ser desenvolvido nas RPPNs brasileiras em harmonia com os objetivos de conservação dos ecossistemas e, ainda, de forma a contribuir com esse objetivo, mas somente quando reflete uma relação de *mutualismo*. Quando essa condição não é respeitada, revela uma relação de *comensalismo*, na qual o ecoturismo e as RPPNs ocupam o mesmo espaço em uma situação unilateral, beneficiando apenas uma das partes. Essa situação acaba por diminuir a premissa proposta por ambos os conceitos, que compartilham do mesmo fim: a conservação dos ecossistemas.

Admite-se, portanto, o dinamismo intrínseco a essa realidade e a contradição frente à diversidade de interesses envolvidos, na qual, assim como há práticas difusas, há experiências bem-sucedidas na busca por estratégias locais que assegurem a implementação das RPPNs como UCs e do ecoturismo que contribui à integridade dos ecossistemas. A abordagem das reservas privadas no Brasil e as experiências de implementação do ecoturismo, na essência do conceito, talvez ainda estejam em fase de maturação no País, uma vez que fatores mais amplos e específicos da realidade brasileira interferem nesses fenômenos, a exemplo de problemas sociais e da falta de políticas integradas entre turismo e meio ambiente.

Assim, esses aspectos também refletem a incipiência dos estudos e das informações sistematizadas acerca dessa inter-relação no Brasil, na qual a continuidade dessa teorização se faz eminente, sob a premissa de uma relação mais harmônica da atuação do ecoturismo nas RPPNs, diante de um contexto emergente nas sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DE PERNAMBUCO. CPRH. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/frme-index-secao.asp?idsecao=34>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

ALBERNAZ, P. C. **O ecoturismo como instrumento de conservação ambiental e viabilidade econômica para RPPNs**: Um estudo de caso no SVS Vagafogo. 2003. 86 p. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2003.

ANTUNES, E. C. et al. Avaliação do arranjo das RPPNs do Estado de Goiás. In: JORNADA CIENTÍFICA DA ENGENHARIA, 1., 2003, Goiânia. **Anais...** Goiânia, Nupenge, 2003.

ARCHANJO, K. M. P.de A. **As Reservas Particulares do Patrimônio Natural como alternativa para a conservação ambiental**: o estudo de caso da Reserva Cafundó. 2005. 105. p. Monografia (Especialização) – Curso de Pós-Graduação LatoSensu em Educação Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos de Goitacazes, 2005.

ARIAS, V.; TOBAR, M. Ecuador. Socio en el país: Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental. In: SWIFT, B. et al. **Conservación privada en Latinoamérica**: herramientas legales y modelos para el éxito. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 97-108.

ASOCIACIÓN RED COLOMBIANA DE RESERVAS NATURALES DE LA SOCIEDAD CIVIL. RESNATUR. **Informaciones generales**. Disponível em: <<http://www.resnatur.org.co/reservas/informacion.html>>. Acesso em: 19 abr. 2006.

ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE RESERVAS PARTICULARES DE MATO GROSSO DO SUL. Repams. Disponível em: <<http://www.repams.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA CANELA – PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS. Assecan. **RPPN Bosque de Canela**. Disponível em: <www.assecan.org.br>. Acesso em: 2 maio 2006.

AYER, E. **RPPN Fazenda Vagafogo**: depoimento [jul. 2005]. Entrevistadora: Laura Rudzewicz. Pirenópolis. 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

BARROS, M. I. de; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 31-34.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. atual. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

BIODIVERSITY HOTSPOTS. CONSERVATION INTERNATIONAL. Disponível em: <http://www.biodiversityhotspots.org/xp/Hotspots/hotspotsScience/hotspots_defined.xml>. Acesso em: 1º maio 2006.

BOO, E. **Ecoturismo**: potenciales y escollos. Washington, DC: Fondo Mundial para la Naturaleza y La Fundación de Conservación, 1990.

_____. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. Trad. de Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Senac São Paulo, 2002. p. 31-55.

BOULLÓN, R. **Ecoturismo y sistemas naturales urbanos**. 2. ed. Buenos Aires: Librerías y Distribuidora Turísticas, 2000.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004a.

BRASIL. Instrução Normativa 24/2004, de 14 de abril de 2004. **Novos critérios e procedimentos administrativos da criação das RPPNs**. Brasília, DF: MMA/Ibama, 2004b. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

BRASIL. Instrução Normativa 62/ 2005, de 11 de março de 2005. **Novos critérios e procedimentos administrativos da criação das RPPNs**. Brasília, DF: Ibama, 2005. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

BRASIL. Decreto 5.746, de 5 de abril de 2006. **Regulamento da RPPN**. Brasília, DF: MMA/Ibama, 2006. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 29 maio 2006.

BRUHNS, H. T. Ecoturismo e Ambientalismo: explorando relações. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 191-205, 2005.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **RPPN Reserva Cafundó**. Disponível em: <<http://www.cachoeiro.com.br/turismo.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

CARVALHO, H. F. B. et al. RPPN como Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. In: MESQUITA, C. A. B; VIEIRA, M. C. W. (Org.). **RPPN**: Reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. p. 58-65. cap. 7. Caderno 28.

CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. Trad. de Waldelina Rezende. São Paulo: Roca, 2003.

CASCINO, F. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In: SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 189-206.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Ecoturismo**: naturaleza y desarrollo sostenible. Colônia Del Valle, México: Editorial Diana, 1998.

CEGANA, A. C. V. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Estado do Paraná: situação atual e perspectivas**. 2005. 86 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

CHACÓN, C. M. Costa Rica. Socio en el país: Centro de Derecho Ambiental y de los Recursos Naturales. In: SWIFT, B. et al. **Conservación Privada en Latinoamérica: herramientas legales y modelos para el éxito**. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 84-96.

CIFUENTES, M. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Turrialba, Costa Rica: Fondo Mundial para la Naturaleza y Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza – CATIE, 1992.

COMITÉ NACIONAL PRO DEFENSA DE LA FAUNA Y FLORA. Codeff. **Las áreas silvestres protegidas privadas en Chile: una herramienta para la conservación**. Santiago de Chile: CODEFF/ARCA, 1999.

_____. **Las áreas silvestres protegidas privadas en Chile**. Disponível em: <<http://www.codeff.cl>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS RPPNs. CNRPPN. **Unindo forças em prol da conservação**. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.

CONGRESSO INTERAMERICANO DE CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS. CICTP. Disponível em: <<http://www.congresoterrasprivadas.org/2006/index.php>>. Acesso em: 19 abr. 2006.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. CI. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em: 1º maio 2006.

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. CDB. Disponível em: <<http://www.biodiv.org/world/parties.asp>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da Natureza. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 35-59.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA; C. M. R; HERRMANN, G. Reservas Particulares do Patrimônio Natural – Centros de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Associação Caatinga, 2002. p. 867-868. v. 1.

_____. et al. Sustentabilidade das Reservas Particulares do Patrimônio Natural: incentivo à criação e gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Uma estratégia para a conservação da Mata Atlântica. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN:**

conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 95-105.

COSTÃO DO SANTINHO RESORT E SPA. **RPPN Morro das Aranhas**. Disponível em: <<http://www.costao.com>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

COUTO, C. C. M. **RPPN Morro das Aranhas**: depoimento [fev. 2006]. Entrevistadora: Laura Rudzewicz. Florianópolis. 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

DAVENPORT, L. et al. Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Trad. de Maisa Guapyassu. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 305-333.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRENA ECOTURISMO E AVENTURA. **RPPN Fazenda Vagafogo e Vargem Grande**. Disponível em: <<http://www.drena.tur.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F. **Tourism in national parks and protected areas**: planning and management. Wallingford, UK: Cabi Publishing, 2002.

_____; _____. HAYNES, C. D. **Sustainable tourism in protected areas**: guidelines for planning and management. Madrid, Espanha: United Nations Environment Programme (UNEP), World Tourism Organization (WTO), World Commission on Protected Areas (WCPA) – World Conservation Union (IUCN), 2002.

ECOPARQUE DE UNA. **RPPN Ecoparque de Una**. Disponível em: <<http://www.ecoparque.org.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

EL NAGUAL. **RPPN El Nagual**. Disponível em: <www.artnagual.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2006.

FARIA, M. O. de; GARCIA, E. B. Um sonho e trabalho para a construção de outro futuro. In: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente**: educação e ecoturismo. Barueri: Manole, 2002. p. 109-132.

FAZENDA BOM RETIRO. **RPPN Bom Retiro**. Disponível em: <www.rppnfazendabomretiro.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2006.

FAZENDA BREJO. **RPPN Reserva Brejo**. Disponível em: <www.fazendabrejo.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2006.

FAZENDA RIO NEGRO. Disponível em: <<http://www.fazendarionegro.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

FEDERAÇÃO DAS RESERVAS ECOLÓGICAS PARTICULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Frepesp. Disponível em: <<http://www.frepesp.org.br/>>. Acesso em: 1º maio 2006.

FERNANDES, R. V.; RAMBALDI, D. M.; et al. Criando novos valores no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas/ Ibama – hábitat do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*, Lesson 1840). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Associação Caatinga, 2002. p. 463-472. v. 1.

_____; _____. OLIVEIRA, P. P. de. Pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo na sustentabilidade de RPPN: contribuições de pesquisas científicas para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e a sustentabilidade em RPPN. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade**. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 106-116.

FERREIRA, L. M. **A atuação do Ibama nas RPPNs e as concepções acerca do ecoturismo**: depoimento [jul. 2005]. Entrevistadora: Laura Rudzewicz. Brasília. 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

_____. CASTRO, R. G. S. de; CARVALHO, S. H. C. de. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Brasília: Ibama, 2004.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

FIGUEIREDO, N. de O. **Equipamentos para uma ambiência de lazer e de turismo em áreas protegidas** – Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro. 2005. 252 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO ECOTRÓPICA. **RPPN Acurizal**. Disponível em:<<http://www.ecotropica.org.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO. Fema. **Legislação**. Disponível em: <<http://legislacao.fema.mt.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **RPPN Salto Morato**. Disponível em: <www.fundacaooboticario.org.br/>. Acesso em: 19 fev. 2006.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE. Funbio. **Áreas protegidas ganham nova interpretação mundial**. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/publicar/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

GOMES, H. I. **RPPN Fazenda Vargem Grande**: depoimento [jul. 2005]. Pirenópolis. 2005. Informação verbal concedida à Laura Rudzewicz para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. IAP. **Unidades de conservação**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/pdf/bio_rppn_tabela.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Área total do território brasileiro e do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO/ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Embratur/ Ibama. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial MMA – MICT – Ibama – Embratur. Brasília, DF: Embratur/Ibama, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Ibama/ MMA. **Manual Informativo do Programa Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. Brasília: Ibama/MMA, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Ibama. **Lista das Reservas Privadas de Patrimônio Natural**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

_____. **Unidades de conservação, Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006a.

_____. **Contexto federal das unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 1º maio 2006b.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA. Iesb. Disponível em: <<http://www.iesb.org.br/noticias/not000012.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. IEF. **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/parques/areasprot/rppn.asp>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

IRVING, M. de A. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: _____; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002a. p. 35-45.

_____. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas – tendências no contexto brasileiro. In: _____; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002b. p. 47-68.

ITÁYTYBA. **RPPN Reserva Ecológica Itáytyba**. Disponível em: <<http://www.itaytyba.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

KRAMER, R; LANGHOLZ, J; SALAFSKY, N. O papel do setor privado no estabelecimento e manejo de áreas protegidas. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Trad. de Maísa Guapyassu. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 363-380.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Trad. de Contexto traduções. São Paulo: Aleph, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LANGHOLZ, J. Parques de propriedade privada. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Trad. de Maísa Guapyassu. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 197-212.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, M. L. C. (Eco)turismo em unidades de conservação. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-87.

LIMA, F. **A atuação da Funatura nas RPPNs e na implementação do ecoturismo**: depoimento [jul. 2005]. Entrevistadora: Laura Rudzewicz. Brasília. 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

LOUREIRO, W; MARTINEZ, A. Sustentabilidade das Reservas Particulares do Patrimônio Natural: ICMS Ecológico como instrumento de apoio as RPPNs do Paraná. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN**: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 57-78.

LOURIVAL, R; PRADO, A. A gestão do ecoturismo e a sustentabilidade: desafios na operação do ecoturismo na Fazenda Rio Negro no Pantanal do MS. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – Engema, 7., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2003.

MALDONADO, V.; CORTÉS, A. Chile. Socio en el país: Comité Nacional Pro Defensa de la Flora y de la Fauna. In: SWIFT, B. et al. **Conservación privada en Latinoamérica**: herramientas legales y modelos para el éxito. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 68-83.

MARTINS, I. D. M. **Influência das políticas públicas na criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Brasil**. 2003. 96 p. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MELO, A. L. de. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural do município de Silva Jardim, Rio de Janeiro**: perfil e características do manejo. 2004. 105 p. Monografia (Engenharia Florestal) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

MELLO, M. de F. M. **RPPNs em processo de regulamentação no Rio Grande do Sul**: depoimento [dez. 2004]. Porto Alegre. 2004. Informação verbal concedida à Laura Rudzewicz

para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

_____. **Processo de desapropriação da RPPN do Uruquá e cancelamento da RPPN Fazenda Rodeio Bonito:** depoimento [fev. 2006]. Porto Alegre. 2006. Informação verbal concedida à Laura Rudzewicz, por telefone, para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

MESQUITA, C. A. B. **Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina.** 1999. 88 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Educación para el Desarrollo y la Conservación, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica, 1999.

_____. Efetividade de manejo de áreas protegidas: quatro estudos de caso em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3. 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Associação Caatinga, 2002. p. 500-510. v. 1.

_____. Breve histórico da conservação em terras privadas, do Código Florestal até as RPPNs. In: _____; VIEIRA, M. C. W. (Org.). **RPPN: reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica.** São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004a. p. 15-22. cap. 1. Caderno 28.

_____. O que é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. In: _____; VIEIRA, M. (Org.). **RPPN: reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica.** São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004b. p.23-28. cap. 2. Caderno 28.

_____. Viabilizando um sonho: captação de recursos e financiamento de projetos em reservas particulares do patrimônio natural. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade.** Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004c. p. 38-56.

_____. **RPPN da Mata Atlântica:** um olhar sobre as Reservas Particulares dos corredores de biodiversidade Central e da Serra do Mar. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2004d.

_____. Discussão sobre as novas exigências do Ibama aos proprietários de RPPNs. Mensagem eletrônica recebida através da lista de discussão:
<<http://br.groups.yahoo.com/group/reservasprivadas/>> . Acesso em: 29 mar. 2006.

_____. et al. O associativismo como estratégia de mobilização dos proprietários de RPPN. In: _____; VIEIRA, M. (Org.). **RPPN: Reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica.** São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. p. 66-71. cap. 8. Caderno 28.

_____.; LEOPOLDINO, F. S. Incentivando e apoiando a criação, manejo e integração entre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional

Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Associação Caatinga, 2002. p. 789-799. v. 1.

_____.; VIEIRA, M. C. W. (Org.). Introdução. In: _____. **RPPN: Reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. p. 11-14. Caderno 28.

MILANO, M. Por que existem as unidades de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193-208.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA/SBF, 2000.

_____. **Cadastro nacional de unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=66>>. Acesso em: 18 mar. 2006a.

_____. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006b.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

MOTTA, C. **Vagafogo alumando caminhos: resultado do projeto Vagafogo de Educação Continuada**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.drena.tur.br/index.php?id=vfalumiando>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

NASCIMENTO, R. **Morro das Aranhas: Reserva Particular do Patrimônio Natural**. Florianópolis: Edeme, 2003.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: _____.; MENDONÇA, R. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005. p. 17-40.

NIEFER, I. A. Análise do perfil dos visitantes da APA Guaraqueçaba – PR – base para o planejamento ecoturístico. **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, v. 6, n. 1, p. 45-67, 2004.

NOBREGA, Wilker R. M. **Turismo em áreas naturais e sua relação com a comunidade local: uma reflexão sobre o Ecoparque de Una**. Caminhos de Geografia, v. 15, n. 2, p. 13-19, 2005.

PÁDUA, M. T. J. **Plano de manejo do Santuário de Vida Silvestre da Fazenda Vagafogo**: Pirenópolis/Goiás. Brasília: Funatura, 1990.

PEREIRA, C. A experiência do Ibama na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Associação Caatinga, 2002. p. 870-871. v. 1.

PINTO, L. P. et al. O papel das Reservas Particulares do Patrimônio Natural: o papel das reservas privadas na conservação da biodiversidade. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade**. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 14-27.

PIRES, P. dos S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, v. 1, n. 1, p. 75-91, 1998.

_____. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, L.G.G. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001. p. 229 -255. v. 2.

_____. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

_____. SOARES, M. O interesse pela observação de aves como alternativa para o turismo em bases sustentáveis no litoral centro-norte de Santa Catarina. **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, v. 6, n. 1, p. 9-25, 2004.

PORTAL BAHIA. **Classificações turísticas da Bahia**. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br>> . Acesso em: 17 fev. 2006.

PRADO, A. **A atuação da Conservação Internacional nas RPPNs e na implementação do ecoturismo**: depoimento [jul. 2005]. Entrevistadora: Laura Rudzewicz. Brasília. 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

PROJETO MIRA-SERRA. **RPPN Mira-Serra**. Disponível em: <www.miraserra.com.br>. Acesso em: 2 maio, 2006.

REED, P. Pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo na sustentabilidade de RPPN: pesquisa como incentivo a sustentabilidade: a experiência da RPPN Reserva Natural Serra das Almas na Caatinga do Ceará. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade**. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 117-124.

REID, S; MARION, J. A comparison of campfire impacts and policies in seven protected areas. **Environmental Management**, v. 36, n. 1, p. 48-58, 2005.

RESERVAS Privadas no Brasil. Lista de discussão. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/reservasprivadas>>.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: _____. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-45.
RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SALVATI, S. S. Ecoturismo em RPPNs: oportunidades e desafios para um negócio responsável. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade**. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.

SANJINÉS, V. Bolivia. Socio en el país: Protección del Medio Ambiente Tarija. In: SWIFT, B. et al. **Conservación privada en Latinoamérica: herramientas legales y modelos para el éxito**. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 43-51.

SCHIAVETTI, A. **Aspectos da estrutura, funcionamento e manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural “Ecoparque de Una”**: Região Cacaueira do Sul da Bahia, Brasil. 2003. 126p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2003.

SEABRA, G. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papirus, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO DO SUL. Sema. **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.sema.ms.gov.br/gbio/uc/rppn.php>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

SEDZAG, U.; WEINERT, E. **Biogeographie: artbildung, evolution**. Stuttgart: Gustav Fischer Verlag, 1986.

SERRA DA CANASTRA. **RPPN Cachoeira do Cerradão**. Disponível em: <<http://www.serradacanastra.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

SERRANO, C. M. de. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: _____; BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997. p. 103-124.

SOLANO, P. Peru. Socio en el país: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental. In: SWIFT, B. et al. **Conservación privada en Latinoamérica: herramientas legales y modelos para el éxito**. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 132-138.

SOUZA, P. R. P. Além do Estado: os papéis da iniciativa privada e do terceiro setor na implementação e manejo de unidades de conservação. In: MILANO, M. S. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 67-80.

SOUZA, J. L. de. **A atuação do Setor de Criação do Ibama nas RPPNs**: depoimento [jul. 2005]. Entrevistadora: Laura Rudzewicz. Brasília. 2005. Entrevista concedida para a confecção de Dissertação de Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-RS.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO CEARÁ. Semace. **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2006.

SWIFT, B. et al. **Conservación Privada en Latinoamérica**: herramientas legales y modelos para el éxito. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003.

TAKAHASHI, L. Y.; CEGANA, A. C. V. Como monitorar o impacto dos visitantes utilizando o Sistema LAC – Limite Aceitável de Câmbio. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 206-222, 2005.

TERBORGH, J. Superando os impedimentos para a conservação. In: _____. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Trad. de Maísa Guapyassu. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 267-273.

THEULEN, V.; MILANO, M; NUNES, M. de L. Brasil. Socio en el país: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. In: SWIFT, B. et al. **Conservación privada en Latinoamérica**: herramientas legales y modelos para el éxito. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 52-64.

VENEZUELA. Declaração de La Fé. 2005. Disponível em lista de discussão: <<http://br.groups.yahoo.com/group/reservasprivadas/>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

VIEIRA, M. C. W. Fazenda e natureza de mãos dadas: projetos de educação ambiental e ecoturismo em RPPN. In: _____.; MESQUITA, C. A. B. (Org.). **RPPN**: reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. p. 50-57. cap. 6. Caderno 28.

VIEIRA, M. C. W.; SILVA, J. E. L. da; SILVA, M. C. L. da. O papel das RPPNs na conservação de ecossistemas e na sua restauração. In: _____.; MESQUITA, C. A. B. (Org.). **RPPN**: reservas particulares do patrimônio natural da Mata Atlântica. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. p. 35-40. cap. 4. Caderno 28.

WEARING, S; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Trad. de Carlos David Szlak. Barueri: Manole, 2001.

WIEDMANN, S. M. P. Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – na Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas**: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 400-424.

_____. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 37-43.

_____. Políticas e legislação referente às Reservas Particulares do Patrimônio Natural: legislação referente às RPPNs. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). **RPPN**: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 172-179.

WORLD CONSERVATION UNION. IUCN. **Speaking a common language**: the uses and performance of the IUCN System of Management Categories for Protected Areas. Cardiff University, IUCN, UNEP, 2004.

WWF BRASIL. **RPPNs na Bacia do Alto Paraguai** – Brasil. Brasília: WWF, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado às RPPNs com ecoturismo no Brasil

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM TURISMO: ECOTURISMO EM RPPNs	Questionário de pesquisa A / n.º: _____ Data: ____/____/____ Local: _____																																							
Prezado(a) Senhor(a): Estamos realizando uma pesquisa sobre o <i>Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs</i>, a ser apresentada como Dissertação no Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul. Sua participação é voluntária e de grande importância para este trabalho. Desde já, agradecemos sua colaboração.																																								
1. Dados gerais da RPPN																																								
Nome do proprietário/responsável pela RPPN: _____																																								
Nome da RPPN: _____																																								
Endereço da RPPN: _____																																								
Contatos: Fone / fax: () _____ E-mail: _____ Página / Site: _____																																								
Município / Estado: _____																																								
Bioma: _____																																								
Área total da propriedade: ha																																								
Área total da RPPN: ha																																								
Decreto/Ano de criação da RPPN: _____																																								
Localidade mais próxima: _____	Distância: km																																							
Outras unidades de conservação conectadas à RPPN: _____																																								
Número de funcionários da RPPN: _____																																								
Ano de início da visitação: _____																																								
2. Acessos mais utilizados: _____ _____																																								
3. Acesso ao público: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 70%;">Dias de visitação</th> <th style="width: 30%;">Horários</th> </tr> <tr> <td>Quais são os dias abertos à visitação? _____</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>Preço do ingresso: R\$ _____ adulto / R\$ _____ criança</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>Preço diferenciado: R\$ _____. Tipo de público: _____</td> <td>_____</td> </tr> </table>		Dias de visitação	Horários	Quais são os dias abertos à visitação? _____	_____	Preço do ingresso: R\$ _____ adulto / R\$ _____ criança	_____	Preço diferenciado: R\$ _____. Tipo de público: _____	_____																															
Dias de visitação	Horários																																							
Quais são os dias abertos à visitação? _____	_____																																							
Preço do ingresso: R\$ _____ adulto / R\$ _____ criança	_____																																							
Preço diferenciado: R\$ _____. Tipo de público: _____	_____																																							
4. Tempo necessário para conhecer a RPPN: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 40%;"> ☐ Horas ☐ Pernoite </td> <td style="width: 60%;"> ☐ Mais de 1 dia ☐ Mais de 2 dias </td> </tr> </table>		☐ Horas ☐ Pernoite	☐ Mais de 1 dia ☐ Mais de 2 dias																																					
☐ Horas ☐ Pernoite	☐ Mais de 1 dia ☐ Mais de 2 dias																																							
5. Assinale os principais objetivos de criação da RPPN: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> ☐ conservação ☐ ecoturismo ☐ turismo científico ☐ pesquisa científica ☐ educação ambiental </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> ☐ turismo de eventos ☐ turismo de aventura ☐ agroturismo ☐ agricultura orgânica ☐ outros. Quais? _____ </td> </tr> </table>		☐ conservação ☐ ecoturismo ☐ turismo científico ☐ pesquisa científica ☐ educação ambiental	☐ turismo de eventos ☐ turismo de aventura ☐ agroturismo ☐ agricultura orgânica ☐ outros. Quais? _____																																					
☐ conservação ☐ ecoturismo ☐ turismo científico ☐ pesquisa científica ☐ educação ambiental	☐ turismo de eventos ☐ turismo de aventura ☐ agroturismo ☐ agricultura orgânica ☐ outros. Quais? _____																																							
6. Assinale as atividades desenvolvidas na RPPN e/ou na propriedade em que está inserida: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 55%;">Atividades</th> <th style="width: 15%;">RPPN</th> <th style="width: 30%;">Propriedade</th> </tr> <tr><td>trilhas interpretativas</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>arvorismo</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>cavalgadas</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>cicloturismo (passeios de bicicleta)</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>observação de animais</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>programa de educação ambiental para visitantes</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>programa de educação ambiental para comunidade local</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>pesca</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>caça</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td> cursos e treinamentos</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>atividades de aventura (rapel, rafting, escalada, outro)</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> <tr><td>outras . Quais? _____</td><td style="text-align: center;">☐</td><td style="text-align: center;">☐</td></tr> </table>		Atividades	RPPN	Propriedade	trilhas interpretativas	☐	☐	arvorismo	☐	☐	cavalgadas	☐	☐	cicloturismo (passeios de bicicleta)	☐	☐	observação de animais	☐	☐	programa de educação ambiental para visitantes	☐	☐	programa de educação ambiental para comunidade local	☐	☐	pesca	☐	☐	caça	☐	☐	cursos e treinamentos	☐	☐	atividades de aventura (rapel, rafting, escalada, outro)	☐	☐	outras . Quais? _____	☐	☐
Atividades	RPPN	Propriedade																																						
trilhas interpretativas	☐	☐																																						
arvorismo	☐	☐																																						
cavalgadas	☐	☐																																						
cicloturismo (passeios de bicicleta)	☐	☐																																						
observação de animais	☐	☐																																						
programa de educação ambiental para visitantes	☐	☐																																						
programa de educação ambiental para comunidade local	☐	☐																																						
pesca	☐	☐																																						
caça	☐	☐																																						
cursos e treinamentos	☐	☐																																						
atividades de aventura (rapel, rafting, escalada, outro)	☐	☐																																						
outras . Quais? _____	☐	☐																																						

7. Assinale os **equipamentos e serviços** existentes na RPPN e/ou na propriedade em que está inserida:

Equipamentos e serviços	RPPN	Propriedade
hospedagem. Que tipo? _____	☐	☐
instalações de alimentação. Que tipo? _____	☐	☐
loja de artesanato	☐	☐
serviços de guia ou condutores locais	☐	☐
centro de interpretação ambiental / centro de visitantes	☐	☐
centro de eventos	☐	☐
alojamento para pesquisadores	☐	☐
áreas de contemplação (mirantes, belvederes)	☐	☐
estacionamento	☐	☐
sanitários	☐	☐
outros. Quais? _____	☐	☐

8. Assinale os **atrativos turísticos naturais** existentes na área:

☐ lago / lagoa / represa ☐ rio ☐ praia fluvial / deltas ☐ pântano ☐ quedas-d'água (cachoeiras, saltos e cascatas) ☐ fontes hidrominerais / hidrotermais ☐ reservas de fauna ☐ reservas de flora ☐ grutas / cavernas	☐ áreas de caça ☐ áreas de pesca ☐ relevo montanhoso ☐ planaltos / planícies ☐ chapadas / tabuleiros ☐ litoral / costa ☐ terras insulares (ilhas, arquipélagos, recifes) ☐ outros. Quais? _____
--	--

9. Assinale os **atrativos turísticos histórico-culturais** existentes na área:

monumentos	☐ arquitetura ☐ ruínas ☐ esculturas	☐ pinturas ☐ outros legados
sítios	☐ históricos	☐ científicos
instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer	☐ bibliotecas ☐ arquivos	☐ institutos históricos e geográficos
manifestações e usos tradicionais e populares	☐ gastronomia típica ☐ artesanato	☐ feiras e mercados ☐ festas, comemorações e atividades
outros. Quais? _____		

10. Se existem pessoas da **comunidade local** trabalhando na RPPN, assinale em que funções:

☐ guias / condutores locais ☐ serviços gerais (manutenção, hospedagem, alimentação) ☐ venda de artesanato e outros produtos ☐ técnicos de manejo	☐ voluntários ☐ pesquisadores ☐ outros. Quais? _____
---	---

11. A RPPN possui **Plano de Manejo**?

- ☐ SIM. Data de realização: _____. Quem foram os envolvidos na sua realização? _____
- ☐ NÃO

12. Está estipulada a **capacidade de carga ou limitação** para a entrada de visitantes na RPPN?

- ☐ SIM. Qual é essa capacidade? _____
- ☐ NÃO

13. Há **controle de visitação** na RPPN?

- ☐ SIM. Quantos visitantes a RPPN recebeu no último ano? _____
- ☐ NÃO

14. Quanto a **sazonalidade da visitação**, indique os meses de:

Alta temporada: _____

Baixa temporada: _____

15. Quanto à **origem dos visitantes**, marque a frequência conforme a escala:

(1) *pouco freqüente* (2) *freqüência média* (3) *muito freqüente*

() outros países	() outros municípios da região
() outros estados	() do próprio município

16. Quanto às **características dos visitantes**, marque a frequência conforme a escala:

(1) pouco freqüente (2) freqüência média (3) muito freqüente

Características dos visitantes	Especificações
faixa etária	() jovens () adultos () idosos
tamanho do grupo	() pequenos grupos (até 5 indivíduos) () grandes grupos (mais de 5 indivíduos)
estudantes	() escolares () universitários
outros	() famílias () pesquisadores () outros. Quais? _____

17.A RPPN conta com o **apoio** de alguma **organização/entidade**?

☐ SIM. Qual(is) organização/entidade(s)? _____

☐ NÃO.

18. Assinale que tipos de **apoio** a RPPN tem recebido:

- ☐ assessoria científica
☐ assessoria técnica
☐ assessoria financeira
☐ doações
☐ divulgação
☐ incentivos fiscais

- ☐ apoio na criação da RPPN
☐ apoio na elaboração de Plano de Manejo para a RPPN
☐ apoio na implantação da RPPN
☐ na gestão da RPPN
☐ outros. Quais? _____

19. Quais os **principais problemas** enfrentados pela RPPN?

() quanto aos limites da propriedade e da reserva	() dificuldades na divulgação	() caça
() falta de apoio	() desmatamento	() outros. Quais? _____
() dificuldades financeiras	() queimadas	

20. Quanto ao **desenvolvimento do ecoturismo** na RPPN:

a) Tem demonstrado ser economicamente lucrativo para a reserva? ☐ SIM ☐ NÃO

b) O valor investido em equipamentos/serviços foi recuperado com as atividades desenvolvidas na reserva? ☐ SIM ☐ NÃO

c) A RPPN é considerada um atrativo ecoturístico do município ou região? ☐ SIM ☐ NÃO

21. Assinale as **preocupações sócio-ambientais** da gestão da RPPN e cite exemplos:

- ☐ consumo de energia: _____
- ☐ consumo de água: _____
- ☐ tratamento do esgoto: _____
- ☐ tratamento do lixo: _____
- ☐ informações ao visitante: _____
- ☐ participação da comunidade local: _____
- ☐ capacitação de funcionários: _____
- ☐ construções e instalações: _____
- ☐ utilização de veículos: _____
- ☐ tipo de alimento: _____
- ☐ controle de impactos ambientais: _____
- ☐ outras ações relevantes: _____

22. O que significa o **ecoturismo** para esta RPPN?

Comentários e sugestões:

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM TURISMO: ECOTURISMO EM RPPNs	Questionário de pesquisa B / n.: _____ Data: ____/____/_____ Local: _____
--	--

Prezado(a) Senhor(a):
 Estamos realizando uma pesquisa sobre o *Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs*, a ser apresentada como Dissertação no Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul. Sua participação é voluntária e de grande importância para este trabalho. Desde já, agradecemos sua colaboração.

1. Dados gerais da RPPN

Nome da RPPN: _____

Principal acesso à RPPN : _____

Contatos: Fone / fax: () _____
 E-mail: _____
 Página / Site: _____

Bioma: _____

Área total da propriedade: ha

Área total da RPPN: ha

Localidade mais próxima: Distância: km

Outras unidades de conservação conectadas à RPPN: _____

Número de funcionários da RPPN: _____

2. Assinale os principais objetivos de criação da RPPN:

☐ conservação ☐ ecoturismo ☐ turismo científico ☐ pesquisa científica ☐ educação ambiental	☐ turismo de eventos ☐ turismo de aventura ☐ agroturismo ☐ agricultura orgânica ☐ outros. Quais? _____
---	---

3. A RPPN recebe visitantes?

☐ SIM. Ano de início da visitação: _____

☐ NÃO

4. A RPPN realiza atividades de ecoturismo?

☐ SIM. Ano de início das atividades: _____

☐ NÃO

5. Há intenções de uso público futuro da RPPN através do ecoturismo?

☐ SIM

☐ NÃO

6. Se a resposta das perguntas 3, 4 ou 5 foi SIM, o que representa ou representaria o ecoturismo para essa RPPN?

A. QUANTO À SITUAÇÃO ATUAL DA RPPN

7. Assinale os aspectos naturais encontrados na área:

☐ lago / lagoa / represa ☐ rio ☐ praia fluvial / deltas ☐ pântano ☐ quedas-d'água (cachoeiras, saltos e cascatas) ☐ fontes hidrominerais / hidrotermais ☐ reservas de fauna ☐ reservas de flora ☐ grutas / cavernas	☐ áreas de caça ☐ áreas de pesca ☐ relevo montanhoso ☐ planaltos / planícies ☐ chapadas / tabuleiros ☐ litoral / costa ☐ terras insulares (ilhas, arquipélagos, recifes) ☐ outros. Quais? _____
--	--

8. Assinale os aspectos histórico-culturais encontrados na área:

monumentos	☐ arquitetura ☐ ruínas ☐ esculturas	☐ pinturas ☐ outros legados
sítios	☐ históricos	☐ científicos
instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer	☐ bibliotecas ☐ arquivos	☐ institutos históricos e geográficos
manifestações e usos tradicionais e populares	☐ gastronomia típica ☐ artesanato	☐ feiras e mercados ☐ festas, comemorações e atividades
outros. Quais? _____		

9. A RPPN possui Plano de Manejo?

☐ SIM. Data de realização: _____. Quem foram os envolvidos na sua realização? _____

☐ NÃO

10.A RPPN conta com o **apoio** de alguma **organização/entidade**?

- ☐ SIM. Qual(is) organização/entidade(s)? _____
☐ NÃO.

11. Assinale que tipos de **apoio** a RPPN tem recebido:

☐ assessoria científica	☐ apoio na criação da RPPN
☐ assessoria técnica	☐ apoio na elaboração de Plano de Manejo para a RPPN
☐ assessoria financeira	☐ apoio na implantação da RPPN
☐ doações	☐ na gestão da RPPN
☐ divulgação	☐ outros. Quais? _____
☐ incentivos fiscais	

12. Quais os **principais problemas** enfrentados pela RPPN?

☐ () quanto aos limites da propriedade e da reserva	☐ () dificuldades na divulgação	☐ () caça
☐ () falta de apoio	☐ () desmatamento	☐ () outros. Quais? _____
☐ () dificuldades financeiras	☐ () queimadas	

B. QUANTO AOS ASPECTOS RELACIONADOS À VISITAÇÃO E AO ECOTURISMO

(Responda somente se alguma dessas atividades estiver sendo desenvolvida na RPPN):

13. **Acesso ao público:**

Dias de visitação	Horários
Quais são os dias abertos à visitação? _____	
Preço do ingresso: R\$ _____ adulto / R\$ _____ criança	
Preço diferenciado: R\$ _____. Tipo de público: _____	

14. **Tempo** necessário para conhecer a RPPN:

☐ Horas	☐ Mais de 1 dia
☐ Pernoite	☐ Mais de 2 dias

15. Assinale as **atividades** desenvolvidas na RPPN e/ou na propriedade em que está inserida:

Atividades	RPPN	Propriedade
trilhas interpretativas	☐	☐
arvorismo	☐	☐
cavalgadas	☐	☐
cicloturismo (passeios de bicicleta)	☐	☐
observação de animais	☐	☐
programa de educação ambiental para visitantes	☐	☐
programa de educação ambiental para comunidade local	☐	☐
pesca	☐	☐
caça	☐	☐
curiosos e treinamentos	☐	☐
atividades de aventura (rapel, rafting, escalada, outro)	☐	☐
outras . Quais? _____	☐	☐

16. Assinale os **equipamentos e serviços** existentes na RPPN e/ou na propriedade em que está inserida :

Equipamentos e serviços	RPPN	Propriedade
hospedagem. Que tipo?	☐	☐
instalações de alimentação. Que tipo?	☐	☐
loja de artesanato	☐	☐
serviços de guia ou condutores locais	☐	☐
centro de interpretação ambiental / centro de visitantes	☐	☐
centro de eventos	☐	☐
alojamento para pesquisadores	☐	☐
áreas de contemplação (mirantes, belvederes)	☐	☐
estacionamento	☐	☐
sanitários	☐	☐
outras. Quais? _____	☐	☐

17. Está estipulada a **capacidade de carga ou limitação** para a entrada de visitantes na RPPN?

- ☐ SIM. Qual é essa capacidade? _____
☐ NÃO

18. Há **controle de visitação** na RPPN?

- ☐ SIM. Quantos visitantes a RPPN recebeu no último ano? _____
☐ NÃO

19. Quanto à **sazonalidade da visitação**, indique os meses do ano de:

Alta temporada: _____
 Baixa temporada: _____

20. Quanto à **origem dos visitantes**, marque a frequência conforme a escala:

(1) *pouco freqüente* (2) *freqüência média* (3) *muito freqüente*

☐ outros países	☐ outros municípios da região
☐ outros estados	☐ do próprio município

21. Quanto às **características dos visitantes**, marque a frequência conforme a escala:

(1) *pouco freqüente* (2) *freqüência média* (3) *muito freqüente*

Características dos visitantes	Especificações
faixa etária	☐ jovens ☐ adultos ☐ idosos
tamanho do grupo	☐ pequenos grupos (até 5 indivíduos) ☐ grandes grupos (mais de 5 indivíduos)
estudantes	☐ escolares ☐ universitários
outros	☐ famílias ☐ pesquisadores ☐ outros. Quais?

22. Quanto ao **desenvolvimento do ecoturismo** na RPPN:

- a) Tem demonstrado ser economicamente lucrativo para a reserva? ☐ SIM ☐ NÃO
 b) O valor investido em equipamentos/serviços foi recuperado com as atividades desenvolvidas na reserva? ☐ SIM ☐ NÃO
 c) A RPPN é considerada um atrativo ecoturístico do município ou região? ☐ SIM ☐ NÃO

23. Se existem pessoas da **comunidade local** trabalhando na RPPN, assinale em que funções:

☐ guias / condutores locais	☐ voluntários
☐ serviços gerais (manutenção, hospedagem, alimentação)	☐ pesquisadores
☐ venda de artesanato e outros produtos	☐ outros. Quais? _____
☐ técnicos de manejo	

24. Assinale as **preocupações socioambientais** da gestão da RPPN e cite exemplos:

- ☐ consumo de energia: _____
☐ consumo de água: _____
☐ tratamento do esgoto: _____
☐ tratamento do lixo: _____
☐ informações ao visitante: _____
☐ participação da comunidade local: _____
☐ capacitação de funcionários: _____
☐ construções e instalações: _____
☐ utilização de veículos: _____
☐ tipo de alimento: _____
☐ controle de impactos ambientais: _____
☐ outras ações relevantes: _____

Comentários e sugestões:

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada

- a) De que forma essa entidade/organização se relaciona com a questão das RPPNs?
- b) Que tipo de objetivos de criação tem sido percebidos nos processos de criação de RPPNs?
- c) Qual a relação das RPPNs com a conservação dos ecossistemas?
- d) O que representa o ecoturismo nos espaços das RPPNs?
- e) Quais as principais dificuldades encontradas no processo de criação e implementação de RPPNs?
- f) Quais as perspectivas quanto às RPPNs? E quanto ao ecoturismo nesses espaços?

APÊNDICE D – Formulário de observação em campo para RPPNs

NOME DA RPPN: LOCAL: BIOMA:	Formulário n.: _____ DATA: _____
1. Objetivos da RPPN: ☐ conservação ☐ ecoturismo ☐ turismo científico ☐ pesquisa científica ☐ turismo de eventos ☐ turismo de aventura ☐ agricultura orgânica ☐ educação ambiental ☐ outros. Quais? _____	
2. Tipo de desenho da RPPN: ☐ compreende toda a propriedade; ☐ compreende parte da propriedade. Em que proporção? _____	
3. Descrição das condições do acesso e distância da localidade mais próxima:	
4. Descrição da sinalização sobre a RPPN e os atrativos:	
5. Descrição dos atrativos turísticos naturais:	
6. Descrição dos atrativos turísticos histórico-culturais:	
7. Descrição das atividades desenvolvidas:	
8. Descrição dos equipamentos, serviços, instalações disponíveis para os visitantes:	
9. Descrição dos aspectos do ecoturismo: Trilhas: _____ Sensibilização ambiental: _____ Relação com a comunidade do entorno: _____	
10. Caracterização dos visitantes:	
11. Existência de controle da visitação ☐ SIM ☐ NÃO	
12. Descrição das ações tomadas pela gestão da área referente ao aspecto socioambiental: ☐ consumo de energia: _____ ☐ consumo de água: _____ ☐ esgoto: _____ ☐ lixo: _____ ☐ informações ao visitante: _____ ☐ informações à comunidade local: _____ ☐ construções e instalações: _____ ☐ utilização de veículos: _____ ☐ tipo de alimento: _____ ☐ gestão empresarial: _____ ☐ controle de impactos: _____ ☐ participação da comunidade local: _____ ☐ outras ações relevantes: _____	
13. Breve histórico:	
14. Outras observações:	

APÊNDICE E – Ficha descritiva das RPPN

FICHA-RESUMO DA RPPN		Formulário n.:
Nome da RPPN: Nome do proprietário: Área total da propriedade: Área da RPPN: Município e estado abrangido: Principal município de acesso à RPPN e distância: Coordenadas geográficas: Data e número do ato legal de criação da RPPN: Biomas: Distância dos centros urbanos mais próximos: Acesso: Meio principal de chegada à RPPN: Objetivos:		
1. CARACTERIZAÇÃO DA RPPN		
1.1 Aspectos naturais		
Clima		
Relevo		
Hidrografia		
Vegetação		
Fauna		
1.2 Aspectos histórico-culturais		
1.3 Visitação		
1.4 Pesquisa e monitoramento		
1.5 Atividades desenvolvidas relacionadas à visitação		
1.6 Infra-estrutura, equipamentos e serviços disponíveis aos visitantes		
1.7 Sistema de gestão		
1.8 Pessoal		
1.9 Breve histórico		
2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE		
3. CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO		
4. POSSIBILIDADES DE CONECTIVIDADE		
Outras informações:		
Fotos da área:		
Referências:		